

Relatório Anual de Informações 2014

CERES - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 195ª Reunião Ordinária,
em 25 de março de 2015.

1. Introdução.....	3
Mensagem do Conselho Deliberativo (CD)	5
Mensagem do Conselho Fiscal (CF)	6
Mensagem da Diretoria Executiva	7
Destaques 2014.....	8
2. Alterações do Estatuto e Regulamento	11
3. Demonstrativo de Investimentos	12
Investimentos em Relação aos Recursos Garantidores	14
Gestão dos Investimentos.....	26
Rentabilidade dos Planos	28
Enquadramento dos Planos	32
4. Demonstrativo Patrimonial e de Resultados dos Planos de Benefícios	35
Balanço Patrimonial Consolidado.....	35
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS).....	36
Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)	37
5. Despesas Administrativas dos Planos de Benefícios.....	71
6. Pareceres.....	75
Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios	75
Relatório dos Auditores Independentes	188
Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis de 2014	191
Termo de Aprovação do Conselho Deliberativo	196
7. Resumo da Política de Investimentos 2015	197
8. Anexos.....	203
Anexo 1 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31/12/2014	203
Anexo 2: Glossário.....	284

1. Introdução

O Relatório de Informações (RAI) é de periodicidade anual, elaborado em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23/2006 e às práticas da boa governança corporativa, transparência e exigências da legalidade.

O objetivo principal do RAI é apresentar aos conselheiros, patrocinadores, participantes e assistidos, de forma resumida, as principais realizações desenvolvidas, as demonstrações patrimoniais e contábeis, a política e o demonstrativo de investimentos dos planos de benefícios dos patrocinadores Embrapa, Emater-MG, Epagri, Epamig, Cidasc, ABDI, Emater-DF e Ceres, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. A relação dos planos encontra-se no quadro a seguir. Espera-se, dessa forma, divulgar informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Quadro 1. Planos de Benefícios administrados pela Fundação Ceres.

Plano	CNPB	Patrocinador	Vigência	Modalidade	Situação
Embrapa Básico	1979.0004-92	Embrapa	01/08/1979	Benefício Definido	Ativo, em extinção
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92		01/05/2007	Contribuição Variável	Ativo, em funcionamento
Embrater Básico	1979.0005-65	Embrater	01/08/1979	Benefício Definido	Ativo, em extinção
Ceres Básico	2007.0010-47		13/04/2007	Benefício Definido	Ativo, em extinção
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	Ceres	13/04/2007	Contribuição Variável	Ativo, em funcionamento
Epagri Básico	1981.0001-19		01/01/1981	Benefício Definido	Ativo, em extinção
Epagri-Flexceres	2005.0023-56	Epagri	01/07/2005	Contribuição Variável	Ativo, em funcionamento
Epagri Saldado	2005.0022-83		01/07/2005	Benefício Definido	Ativo, em extinção
Emater Básico	1982.0001-47	EMATER-MG	01/02/1982	Benefício Definido	Ativo, em extinção
Emater-FlexCeres	2007.0026-47		01/11/2007	Contribuição Variável	Ativo, em funcionamento
Emater Saldado	2007.0025-74	EMATER-MG	01/11/2007	Benefício Definido	Ativo, em extinção
Epamig Básico	1982.0008-56		01/07/1982	Benefício Definido	Ativo, em extinção
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	EPAMIG	01/01/2008	Contribuição Variável	Ativo, em funcionamento
Epamig Saldado	2007.0031-47		01/01/2008	Benefício Definido	Ativo, em extinção
Cidasc-FlexCeres	2009.0011-92	CIDASC	17/06/2009	Contribuição Variável	Ativo, em funcionamento
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11		01/08/2013	Contribuição Definida	Ativo, em funcionamento
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	EMATER-DF	01/09/2014	Contribuição Variável	Ativo, em funcionamento

Fonte: Ceres 2015

Os números apresentados mostram aos participantes que estão em fase contributiva que seus benefícios serão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que terão, todos os meses, as suas suplementações efetuadas. Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma decisão estratégica de valorização e preservação do capital humano.

Assim, em consonância com os princípios, regras e práticas de governança corporativa, a Ceres cumpriu com a sua missão, assegurando proteção previdenciária aos participantes e às suas famílias com qualidade, ética e transparência.

Mensagem do Conselho Deliberativo (CD)

O Conselho Deliberativo (CD) é o órgão máximo da estrutura organizacional da Ceres, responsável pela definição da política geral de gestão da Entidade e dos planos de benefícios administrados.

Durante o ano de 2014, o Conselho deliberou sobre matérias relevantes, cabendo destacar: orçamento anual, planos de custeio, política de investimentos e balanço geral do exercício, após a devida apreciação do Conselho Fiscal.

O CD teve sua composição alterada em 2014, após o processo eleitoral para escolha dos novos representantes dos participantes e assistidos da Embrapa nos colegiados. Os novos conselheiros José Roberto Rodrigues Peres, Sérgio Brunale e Emídio Casagrande foram empossados em dezembro.

Deliberações importantes foram aprovadas e implantadas, tanto na seguridade como nos investimentos, fortalecendo princípios de governança corporativa, com transparência e participação. Entre as deliberações, foi aprovado o balanço patrimonial de 2014, as hipóteses atuariais para 2015, o Plano de Trabalho e a Política de Investimentos para 2015.

Apesar das incertezas na economia, a entidade permanece forte e preparada para assegurar o pagamento dos benefícios dos participantes dos diversos planos de benefícios. Novos participantes foram conquistados e passaram a contar com a garantia de um futuro digno para si e para a sua família.

Mensagem do Conselho Fiscal (CF)

O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela efetiva fiscalização dos atos de gestão, cabendo a seus membros, entre outras atividades, a elaboração de relatórios semestrais sobre demonstrativos contábeis que atestem a suficiência e qualidade dos controles internos na gestão dos ativos e passivos e a correta execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Ao longo de 2014, o CF buscou aperfeiçoar a avaliação e o acompanhamento da gestão da Ceres com ênfase na área atuarial, tendo como consequência a proposição de medidas visando o pleno atendimento à legislação vigente. Os objetivos estabelecidos, de monitorar e avaliar as atividades por meio de relatórios gerenciais destinados aos Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva, bem como a busca da melhoria constante da gestão da Fundação, foram atingidos.

Preocupados em emitir informações concisas e claras, os membros do Conselho Fiscal realizaram a análise e o acompanhamento da Política de Investimentos, do Plano de Trabalho e das premissas atuariais de 2014, que resultaram na formulação de indicadores compatíveis para a efetividade do controle e do acompanhamento mensal das metas previstas.

Em conjunto com a Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Gecor), informações foram agregadas ao Relatório de Controle Interno do Conselho Fiscal com o objetivo de enriquecê-lo com dados que permitam melhor entendimento para subsidiar as ações dos órgãos colegiados e fiscalizadores.

O CF não poupou esforços para garantir aos patrocinadores, participantes e assistidos um futuro seguro com qualidade de vida. Assim, ao findar o ano, estamos convictos do dever cumprido.

Ao final de 2014, o CF teve sua composição alterada, após o processo eleitoral para escolha dos novos representantes dos participantes e assistidos da Embrapa nos colegiados. Foram empossados em dezembro os novos conselheiros Cleuber Oliveira e Eurípedes Rosa Nascimento Júnior.

Mensagem da Diretoria Executiva

A Fundação Ceres completou 35 anos em 2014. Pesquisa de opinião realizada no início do ano registrou índice geral de 85% de aprovação, representando o reconhecimento do trabalho que vem sendo realizado na gestão dos planos previdenciários de oito patrocinadoras, englobando quase 19 mil participantes e assistidos.

Em 2014, todos os benefícios previstos nos planos de previdência foram honrados, envolvendo um contingente de seis mil assistidos e somando um montante de R\$234 milhões.

Em julho de 2014, a Fundação passou a administrar o 17º plano de previdência complementar, o EmaterDF-FlexCeres, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, que entrou em funcionamento em setembro de 2014.

O ano de 2014 foi de muita instabilidade. Em grande medida influenciada pela eleição presidencial, a economia também foi instável e imprevisível. As estratégias de investimento tiveram como foco aproveitar as oportunidades que o mercado ofereceu para entregar rentabilidades em linha com as metas.

O segmento de previdência complementar fechada passou por uma evolução técnica e normativa em 2014. Algumas das mudanças na legislação tiveram como objetivo a desoneração do sistema e a simplificação de algumas exigências relativas à comunicação com participantes e assistidos. No que se refere ao aprimoramento técnico do sistema, foram publicadas as Resoluções CNPC nº 15 e nº 16, que representam significativa evolução na precificação de ativos e passivos e alteram regras relativas ao tratamento do equilíbrio de planos.

No âmbito da governança da Ceres, José João Reis assumiu como Diretor de Seguridade e Dante Scolari foi reconduzido para mais um mandato de quatro anos como Diretor de Investimentos. Os Conselhos Deliberativo e Fiscal também tiveram sua composição alterada após o processo eleitoral para escolha dos novos representantes dos participantes e assistidos da Embrapa nos colegiados.

Em termos administrativos, tem-se dado ênfase aos princípios de governança corporativa e de gestão baseada em risco. Neste sentido, visando aperfeiçoar o funcionamento da Fundação, foram iniciados dois projetos gerenciais: mapeamento de processos e reformulação da matriz de risco.

Os desafios continuarão a exigir equacionamento em 2015, entre os quais cabe destacar o aumento da longevidade dos participantes e assistidos.

Destaques 2014

Eleições e composição dos Conselhos, Deliberativo e Fiscal

No período de 25 de agosto a 28 de setembro foi realizada a eleição para escolha dos novos representantes dos participantes e assistidos dos planos patrocinados pela Embrapa nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Ceres. Onze candidatos disputaram as vagas do Conselho Deliberativo e um candidato concorreu à vaga no Conselho Fiscal. A vaga no Conselho Fiscal foi ocupada por Cleuber Oliveira. Foram eleitos para titulares no Conselho Deliberativo Emídio Casagrande e Sérgio Brunale e para suplentes Edil Manke e Shirlene Rodopoulos.

Além dos membros eleitos pelos participantes e assistidos, também foram renovados os membros indicados pela patrocinadora. A Embrapa indicou o Conselheiro José Roberto Rodrigues Peres para novo mandato no Conselho Deliberativo e Eurípedes Rosa do Nascimento Junior como seu representante no Conselho Fiscal. Os eleitos e os indicados terão mandato de quatro anos. A posse foi realizada em dezembro de 2014.

Diretoria de Segurança – novo Diretor

No dia 22 de junho de 2014 José João Reis assumiu como Diretor de Segurança da Ceres. O Conselho Deliberativo aprovou a indicação de Reis para o período de 2014 a 2018 em reunião realizada nos dias 29 e 30 de maio. Reis é formado em Direito com especialização em Direito e Política Tributária pela Fundação Getúlio Vargas. É empregado de carreira na Embrapa, aonde atua há 34 anos e participante do plano de previdência complementar da patrocinadora desde 1992. Desde 2004, exercia a função de chefe do Departamento de Administração Financeira da Embrapa Sede. Na Empresa, já chefiou as Coordenadorias Fiscal e Tributária, Contábil e Fiscal e a Divisão de Assuntos Fiscais. Foi membro do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimento da Ceres.

Diretoria de Investimentos – prorrogação de mandato

O Diretor de Investimentos, Dante Scolari, foi reconduzido para mais um mandato de quatro anos, com início em 17 de dezembro de 2014.

Quadro social e adesões em 2014

Os planos de benefícios administrados encerraram o ano de 2014 com um quadro social de 18.614, representando um crescimento de cerca de 3% com relação a 2013. Destes, 12.596 são participantes e 6.018 assistidos.

Novo patrocinador/plano – Emater-DF

Em 2014, a Fundação passou a administrar o plano de benefícios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) que encerrou 2014 com 174 dos 320 empregados da empresa inscritos no plano de previdência.

Estratégias de investimentos em face do cenário econômico

O cenário econômico apresentou grande instabilidade em 2014. Fatores internos, como a eleição presidencial e a situação econômica do país, e fatores externos, como a expectativa de elevação da taxa de juros americana, a situação econômica da Europa e as expectativas sobre a taxa de crescimento da China foram os principais responsáveis pela situação. Nesse contexto, a estratégia na gestão dos investimentos manteve-se pautada pela prudência, priorizando os investimentos no segmento de renda fixa, principalmente em títulos públicos.

Pagamento dos benefícios

Em 2014, foram pagos R\$ 234 milhões em benefícios aos assistidos dos planos de previdência complementar administrados pela Ceres.

Recadastramento de assistidos

Com o objetivo de proteger o patrimônio dos planos e evitar pagamentos indevidos, bem como manter a confiabilidade das informações cadastrais, o recadastramento anual dos assistidos da Ceres passou a ser feito no mês de aniversário. Um mês antes do aniversário é enviada uma carta convocando o aposentado ou pensionista a se recadastrar. Junto com a correspondência, o assistido recebe o formulário de recadastramento pré preenchido com os dados constantes no cadastro da Ceres. A tolerância entre o envio da carta e a suspensão do pagamento é de três meses. Antes de suspender o pagamento dos não recadastrados a Fundação entra em contato por meio de uma nova correspondência e por telefone.

Operações com participantes – novas regras

Para atender as demandas dos participantes e assistidos e facilitar a renegociação de débitos, o processo de concessão de empréstimos agregou alterações importantes. O prazo de pagamento passou a ser de 60 meses para todos os planos e de 12 meses para participantes em Autopatrocínio ou benefício Proporcional Diferido (BPD). Os limites dos valores das operações passaram a ser de 30 vezes o Valor de Referência de Empréstimo (VRE) para todos os planos e de 5 vezes o VRE para participantes em Autopatrocínio ou BPD. Para os participantes dos planos da Embrapa, mediante tais medidas, o processo de empréstimo simples foi aperfeiçoado.

Projetos gerenciais: gestão baseada em risco e mapeamento de processos

Durante o ano de 2014 foram iniciados dois projetos de grande relevância para a melhoria da gestão da Ceres: mapeamento dos processos e reformulação da matriz de riscos.

Resoluções CNPC 15 e 16 e suas macro implicações

Em novembro de 2014, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) aprovou as Resoluções 15 e 16 que definem novas regras para a apuração do passivo dos planos de benefícios administrados pelas EFPCs. A aplicação destas regras permitirá melhor convergência entre a gestão do passivo e do ativo de cada plano.

Taxa de administração praticada pela Ceres – Série de estudos da Previc

A taxa de administração representa o percentual do montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios utilizado pelas EFPCs para administrar cada plano. Segundo a Resolução CPGC 29/2009, o limite máximo desta taxa é de 1%. A taxa de administração praticada pela Ceres em 2014 foi de 0,42%, mantendo-se abaixo da média dos fundos de pensão de categoria similar que, em 2013, foi de 0,48%, conforme estudo publicado pela Previc. (Série de Estudos nº 5).

2. Alterações do Estatuto e Regulamento

Não houve alterações no estatuto e nos regulamentos dos planos de benefício em 2014, permanecendo as versões vigentes com aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

3. Demonstrativo de Investimentos

A gestão dos investimentos é efetuada considerando os princípios de segurança, liquidez, rentabilidade, solvência, ética e transparência e com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

A política de investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente e totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões sócio-ambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos (GAPI), pelo Comitê de Investimentos (CI) e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos (CCP) em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da política de investimentos dos planos de benefícios.

A gestão dos ativos é feita com base nos compromissos atuariais, com o uso da ferramenta Asset Liability Management (ALM) e de acordo com as características dos planos de benefícios, considerando a capacidade dos planos de Benefício Definido (BD) de gerar superávit e dos planos de Contribuição Variável (CV) e de Contribuição Definida (CD) de apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido. Os planos foram segmentados em quatro grupos, de acordo com suas características:

Grupo I: Embrapa BD Básico;

Grupo II: Ceres BD Básico, Epagri BD Saldado, EMATER-MG BD Saldado e EPAMIG BD Saldado;

Grupo III: Epagri BD Básico, EMATER-MG BD Básico e EPAMIG BD Básico;

Grupo IV: Embrapa CV FlexCeres, Epagri CV FlexCeres, EMATER-MG CV FlexCeres, EPAMIG CV FlexCeres, CIDASC CV FlexCeres, Ceres CV FlexCeres e ABDI CD FlexCeres, EmaterDF-FlexCeres.

Para os planos estruturados na modalidade de Benefício Definido (Básicos e Saldados) foi utilizado o modelo de maximização da solvência e de imunização de carteiras (*Cash Flow Matching*) e ALM estocástico. A maximização da solvência leva em consideração o prazo médio de duração dos ativos de investimentos e o indexador do passivo dos planos e tem por objetivo apresentar a melhor composição dos investimentos nos segmentos de aplicação (Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Operações com Participantes), de forma a melhorar a geração de solvência para cada nível de risco, sendo as carteiras de baixo risco as que possuem maior correlação com o passivo. O *Cash Flow Matching* é uma ferramenta utilizada para compatibilizar os vencimentos, os montantes e as taxas dos ativos de investimentos indexados a índices de preços com as necessidades de pagamento dos benefícios previdenciais ao longo do tempo, promovendo um melhor ajustamento desses fluxos de caixa. O modelo de ALM estocástico apresenta, ano a ano, a evolução estocástica do ativo, do passivo, do índice de solvência e da rentabilidade da carteira atual e de uma carteira eficiente, escolhida pela Ceres, para cada plano de Benefício Definido. O modelo abrange um período de dez anos.

Para os planos de estruturados nas modalidades de Contribuição Variável e Contribuição Definida (FlexCeres) foi utilizado o modelo de maximização do retorno, que tem por objetivo identificar as melhores composições de carteiras de investimentos com diferentes combinações de rentabilidade e risco esperados, utilizando a metodologia da fronteira eficiente. O resultado desta metodologia de trabalho, considerando cenários futuros da economia, é uma sinalização de percentuais dos recursos de cada plano de benefício a ser direcionado aos segmentos de aplicação, visando um ajustamento dos ativos aos passivos atuariais, chamada de alocação objetivo. Como se trata de uma metodologia que considera uma visão estratégica de longo prazo, não há necessidade de ajustes imediatos nos percentuais alocados em cada segmento de aplicação em função de alterações de curto prazo.

O montante dos recursos garantidores de todos os planos de benefícios administrados (Tabela 1) e aqueles aplicados em cada plano estão apresentados a seguir por segmento de aplicação (Tabelas 2 a 18).

Investimentos em Relação aos Recursos Garantidores

O total dos recursos garantidores de todos os 17 planos de benefícios administrados, formado pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, no valor de R\$4.338,9 milhões, cresceu 9,92% com relação ao montante registrado em 2013 que foi de R\$3.946,74 milhões. O montante dos investimentos alcançou R\$4.340,48 milhões, um aumento de 9,92% com relação ao montante investido em 2013 de R\$3.948,85 milhões (Tabela 1).

Tabela 1. Montante Consolidado dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios e Alocações nos diferentes segmentos de aplicação, 2013 e 2014 (R\$)

Item	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	3.948.849.225		4.340.478.687	
Renda Fixa	2.875.280.871	72,85%	3.316.556.906	76,44%
Renda Variável	663.376.117	16,81%	626.737.008	14,44%
Investimentos Estruturados	185.144.037	4,69%	186.846.075	4,31%
Imóveis	145.405.520	3,68%	143.740.715	3,31%
Empréstimos	79.064.778	2,00%	65.812.704	1,52%
Financiamentos Imobiliários	577.902	0,01%	785.279	0,02%
Outros Realizáveis	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	387.604	0,01%	168.058	0,00%
C) EXIGIBILIDADES	2.496.384	0,06%	1.742.803	0,04%
Programa de Investimentos do Passivo	666.097	0,02%	756.459	0,02%
Exigível Contingencial de Investimentos	1.830.287	0,05%	986.344	0,02%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	3.946.740.445		4.338.903.942	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Recursos Garantidores do plano Embrapa BD Básico

Os recursos desse plano alcançaram R\$2.863,77 milhões em 2014, um crescimento de 7,44% em relação aos R\$2.666,37 milhões alcançados em 2013. O total investido foi de R\$2.864,75 milhões, com forte concentração no segmento de renda fixa, onde foram aplicados 75,47% dos recursos, seguido das aplicações em renda variável, que concentraram 14,33% dos investimentos.

Tabela 2. Recursos Garantidores do Plano Embrapa BD Básico e Alocações (R\$), 2013 e 2014

Item	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	2.666.373.219		2.864.757.386	
Renda Fixa	1.920.121.928	72,05%	2.161.363.299	75,47%
Renda Variável	444.274.327	16,67%	410.500.190	14,33%
Investimentos Estruturados	140.904.092	5,29%	140.817.860	4,92%
Imóveis	113.179.160	4,25%	111.881.281	3,91%
Empréstimos	47.683.562	1,79%	39.793.263	1,39%
Financiamentos Imobiliários	210.151	0,01%	401.493	0,01%
Outros Realizáveis	0		0	0,00%
B) DISPONÍVEL	256.436	0,01%	73.285	0,00%
C) EXIGIBILIDADES	1.761.702	0,07%	1.063.328	0,04%
Programa de Investimentos do Passivo	530.703	0,02%	608.760	0,02%
Exigível Contingencial de Investimentos	1.230.998	0,05%	454.568	0,02%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	2.664.867.954		2.863.767.343	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Recursos Garantidores do Plano Embrapa CV FlexCeres

No plano Embrapa CV FlexCeres, o total investido foi de R\$383,29 milhões, valor 33,24% superior aos R\$287,05 milhões registrados em 2013. A maior alocação continuou em renda fixa, que concentrou 82,82% das aplicações, montante superior ao percentual destinado ao segmento em 2013, que foi de 78,71%. Em renda variável o percentual investido foi inferior a 15%, enquanto em alocação em 2013 foi de 17,85%. Neste plano não existem aplicações em imóveis e financiamentos imobiliários (Tabela 3).

Tabela 3. Recursos Garantidores do Plano Embrapa CV FlexCeres e Alocações (R\$), 2013 e 2014

Item	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	287.027.726		383.286.699	
Renda Fixa	225.944.951	78,71%	317.458.482	82,82%
Renda Variável	51.248.528	17,85%	56.612.699	14,77%
Investimentos Estruturados	1.704.578	0,59%	2.717.542	0,71%
Imóveis	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimos	8.129.668	2,83%	6.497.976	1,70%
Financiamentos Imobiliários	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	32.724	0,01%	20.454	0,01%
C) EXIGIBILIDADES	4.110	0,00%	6.161	0,00%
Programa de Investimentos do Passivo	4.110	0,00%	6.161	0,00%
Exigível Contingencial de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	287.056.340	0	383.300.992	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Recursos Garantidores do Plano Embrater BD Básico

O plano Embrater BD Básico é um plano que não possui recursos garantidores e os pagamentos dos benefícios previdenciários decorrem de uma determinação judicial. O processo judicial de responsabilização da União como sucessora da Embrater no que diz respeito às obrigações previdenciárias da extinta patrocinadora ainda se encontra em andamento. Os demais planos Básicos administrados pela Ceres “emprestam” recursos ao Plano Embrater Básico, com a expectativa de receber esses valores devidamente corrigidos no futuro próximo.

Recursos Garantidores do Plano Ceres BD Básico

Os recursos garantidores do plano Ceres BD Básico, que eram de R\$ 14,705 milhões em 2013, cresceram 6,90%, totalizando R\$ 15,719 milhões em 2014.. Em renda fixa foram alocados R\$11,123 milhões, correspondentes a 70,76% do total investido, o que representa um acréscimo de 10,52%, sobre o percentual de 68,43% alocado em 2013. Em renda variável o total investido foi de R\$2,280 milhões, equivalentes a 14,51% dos recursos. Este percentual foi inferior ao montante investido em 2013 que representou 16,78% das aplicações. Essa redução de 13,5% foi orientada principalmente para investimentos em renda fixa (Tabela 4).

Tabela 4. Recursos Garantidores do Plano Ceres BD Básico e Alocações (R\$), 2013 e 2014

Item	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	14.704.758		15.719.146	
Renda Fixa	10.063.334	68,43%	11.122.578	70,76%
Renda Variável	2.467.299	16,78%	2.280.394	14,51%
Investimentos Estruturados	741.148	5,04%	744.058	4,73%
Imóveis	589.231	4,01%	582.448	3,71%
Empréstimos	824.497	5,61%	975.740	6,21%
Financiamentos Imobiliários	19.249	0,13%	13.928	0,09%
Outros Realizáveis	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	3.257	0,02%	3.141	0,02%
C) EXIGIBILIDADES	2.809	0,02%	2.839	0,02%
Programa de Investimentos do Passivo	2.704	0,02%	2.839	0,02%
Exigível Contingencial de Investimentos	105	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	14.705.205		15.719.445	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Recursos Garantidores do Plano Ceres CV FlexCeres

No plano Ceres CV FlexCeres, o total dos recursos garantidores em 2014 foi de R\$ 5,498 milhões, um acréscimo de 22,1% sobre o montante de R\$ 4,505 milhões registrado em 2013. Do total de R\$5,497 milhões investidos, R\$4,169 milhões foram alocados em renda fixa, o que equivale a 75,82% dos recursos, e R\$ 840 mil foram aplicados em renda variável, representando 15,29% dos investimentos. Em empréstimos simples foram investidos R\$433 mil, que representam 7,89% das aplicações. Nesse plano não existem alocações em imóveis e em financiamentos imobiliários (Tabela 5).

Tabela 5. Recursos Garantidores do Plano Ceres CV FlexCeres e Alocações (R\$), 2013 e 2014

Item	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	4.502.579	%	5.496.776	%
Renda Fixa	3.163.180	70,21%	4.168.864	75,82%
Renda Variável	908.140	20,16%	840.426	15,29%
Investimentos Estruturados	38.068	0,85%	53.880	0,98%
Imóveis	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimos	393.192	8,73%	433.606	7,89%
Financiamentos Imobiliários	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	2.704	0,06%	1.434	0,03%
C) EXIGIBILIDADES	256	0,01%	56	0,00%
Programa de Investimentos do Passivo	256	0,01%	56	0,00%
Exigível Contingencial de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	4.505.026		5.498.154	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Recursos Garantidores do Plano Epagri BD Básico

Em 2014, os recursos garantidores do plano Epagri BD Básico totalizaram R\$77,621 milhões, um acréscimo de 7,48% com relação aos R\$72,211 milhões investidos em 2013. A maior partedeos investimentos foi concentrada em renda fixa. O segmento recebeu R\$58,657 milhões, que representam 75,98% do total investido, um pouco acima do percentual de de 74,68% alocado em 2013. As aplicações em renda variável, no valor de R\$10,557 milhões, equivaleram a 13,68% dos investimentos, percentual de alocação um pouco abaixo do praticado no ano anterior, que foi de 13,92%. Em investimentos estruturados foram aplicados R\$3,787 milhões, valor ligeiramente abaixo do montante de R\$3,794 milhões investido em 2013 (Tabela 6).

Tabela 6. Recursos Garantidores do Plano Epagri BD Básico e Alocações (R\$), 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	72.221.666	%	77.621.235	%
Renda Fixa	53.637.423	74,68%	58.657.219	75,98%
Renda Variável	10.000.318	13,92%	10.557.893	13,68%
Investimentos Estruturados	3.793.973	5,28%	3.787.002	4,91%
Imóveis	3.082.740	4,29%	3.047.430	3,95%
Empréstimos	1.584.090	2,21%	1.481.335	1,92%
Financiamentos Imobiliários	123.122	0,17%	90.356	0,12%
Outros Realizáveis	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	8.370	0,01%	4.472	0,01%
C) EXIGIBILIDADES	403.400	0,56%	426.911	0,55%
Programa de Investimentos do Passivo	12.068	0,02%	14.035	0,02%
Exigível Contingencial de Investimentos	391.332	0,54%	412.876	0,53%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	71.826.636		77.198.796	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Recursos Garantidores do Plano Epagri BD Saldado

Os recursos garantidores desse plano alocados nos diferentes segmentos de aplicação em 2014 totalizaram R\$380,15 milhões, um acréscimo de 6,07% sobre o montante de R\$358,4 milhões registrado em 2013. As aplicações foram concentradas no segmento de renda fixa, que recebeu 75,66% dos recursos, um aumento de 3,08% com relação a 2013. Em renda variável foram alocados R\$55,640 milhões, equivalentes a 14,64% do total investido, valor abaixo dos R\$60,198 milhões alocados nesse segmento em 2013. Os investimentos restantes foram distribuídos em fundos de investimentos (4,79%), imóveis (3,77%), empréstimos (1,16%) e operações relativas a financiamentos imobiliários feitas no passado (Tabela 7) .

Tabela 7. Recursos Garantidores do Plano Epagri BD Saldado e Alocações (R\$), 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	358.392.895		380.153.712	
Renda Fixa	259.949.210	72,58%	287.467.380	75,66%
Renda Variável	60.198.461	16,81%	55.640.061	14,64%
Investimentos Estruturados	18.074.954	5,05%	18.181.607	4,79%
Imóveis	14.497.184	4,05%	14.330.526	3,77%
Empréstimos	5.648.452	1,58%	4.423.984	1,16%
Financiamentos Imobiliários	24.633	0,01%	110.154	0,03%
Outros Realizáveis	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	25.403	0,01%	5.914	0,00%
C) EXIGIBILIDADES	264.446	0,07%	189.901	0,05%
Programa de Investimentos do Passivo	59.243	0,02%	71.001	0,02%
Exigível Contingencial de Investimentos	205.203	0,06%	118.899	0,03%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	358.153.852		379.969.726	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Recursos Garantidores do Plano Epagri CV FlexCeres

O valor total dos investimentos desse plano foi de R\$136,88 milhões, um acréscimo de 20,52% sobre os valores investidos em 2013, que totalizaram R\$113,57 milhões. No segmento de renda fixa foram alocados R\$112,05 milhões e em renda variável R\$22,18 milhões, equivalente a 81,85% e 16,20% respectivamente. Somados, os investimentos nesses dois segmentos representaram 98,05% do montante investido em 2014. Nota-se que houve uma redução no montante alocado em renda variável e um aumento na exposição à renda fixa (Tabela 8).

Tabela 8. Recursos Garantidores do Plano Epagri CV FlexCeres e Alocações (R\$), 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	113.568.745		136.878.468	
Renda Fixa	86.895.560	76,51%	112.054.448	81,85%
Renda Variável	23.964.560	21,10%	22.176.615	16,20%
Investimentos Estruturados	988.434	0,87%	1.393.410	1,02%
Imóveis	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimos	1.720.190	1,51%	1.253.996	0,92%
Financiamentos Imobiliários	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	2.842	0,00%	22.255	0,02%
C) EXIGIBILIDADES	971	0,00%	1.338	0,00%
Programa de Investimentos do Passivo	971	0,00%	1.338	0,00%
Exigível Contingencial de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	113.570.615		136.899.385	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Recursos Garantidores do Plano EMATER-MG BD Básico

Os recursos garantidores desse plano totalizaram R\$133,85 milhões em 2014 foram, valor 2,70% inferior aos R\$137,57 milhões investidos em 2013. As maiores alocações foram em renda fixa e renda variável, nos montantes de R\$95,04 milhões e R\$20,20 milhões, respectivamente, equivalentes a 71,0% e 15,09% do total investido. No segmento investimentos estruturados foram aplicados R\$9,44 milhões, em imóveis R\$7,10 milhões e em empréstimos R\$2,0 milhões. As alocações em financiamentos imobiliários feitas no passado representam apenas 0,06% do total dos recursos garantidores desse plano (Tabela 9).

Tabela 9. Recursos Garantidores do Plano EMATER-MG BD Básico e Alocações (R\$), 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	137.569.963		133.858.223	
Renda Fixa	96.773.846	70,35%	95.038.410	71,00%
Renda Variável	21.864.178	15,89%	20.197.712	15,09%
Investimentos Estruturados	9.623.758	7,00%	9.441.975	7,05%
Imóveis	7.182.422	5,22%	7.103.372	5,31%
Empréstimos	2.029.095	1,48%	1.999.453	1,49%
Financiamentos Imobiliários	96.664	0,07%	77.301	0,06%
Outros Realizáveis	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	14.334	0,01%	6.032	0,00%
C) EXIGIBILIDADES	20.217	0,01%	13.323	0,01%
Programa de Investimentos do Passivo	18.793	0,01%	13.323	0,01%
Exigível Contingencial de Investimentos	1.424	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	137.564.080		133.850.931	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Recursos Garantidores do Plano EMATER-MG BD Saldado

O valor total dos recursos garantidores desse plano foi de R\$145,71 milhões em 2014, um crescimento de 12,65% sobre o valor investido em 2013, que foi de R\$129,35 milhões. As maiores alocações foram em renda fixa e renda variável, de R\$109,76 milhões e R\$20,32 milhões, respectivamente, equivalentes a 75,34% e 13,95%. Somados, os recursos aplicados nesses dois segmentos representam 89,29% do montante investido. Observa-se que, em comparação a 2013, houve um aumento percentual dos investimentos em renda fixa e uma redução percentual das aplicações em renda variável. No segmento de investimentos estruturados foram aplicados R\$5,44 milhões, em imóveis R\$4,18 milhões e na carteira de empréstimos R\$5,91 milhões. As alocações em financiamentos imobiliários feitas no passado representam apenas 0,06% do total dos recursos garantidores desse plano (Tabela 10).

Tabela 10. Recursos Garantidores do Plano EMATER-MG BD Saldado e Alocações (R\$), 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	129.349.087	%	145.712.133	%
Renda Fixa	91.226.356	70,53%	109.762.831	75,34%
Renda Variável	20.863.493	16,13%	20.324.273	13,95%
Investimentos Estruturados	5.325.065	4,12%	5.435.848	3,73%
Imóveis	4.232.102	3,27%	4.183.054	2,87%
Empréstimos	7.598.860	5,88%	5.914.988	4,06%
Financiamentos Imobiliários	103.212	0,08%	91.138	0,06%
Outros Realizáveis	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	12.008	0,01%	6.633	0,00%
C) EXIGIBILIDADES	20.450	0,02%	23.076	0,02%
Programa de Investimentos do Passivo	19.710	0,02%	23.076	0,02%
Exigível Contingencial de Investimentos	740	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	129.340.644		145.695.690	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Recursos Garantidores do Plano EMATER-MG CV FlexCeres

Os recursos garantidores desse plano em 2014 totalizaram R\$86,67 milhões, valor 25,18% superior ao registrado em 2013, que foi de R\$69,23 milhões. A maior parte das alocações foi concentrada nos segmentos de renda fixa e renda variável nos valores de de R\$71,95 milhões e R\$13,36 milhões, respectivamente, equivalentes a 83,02% e 15,42% do montante investido. Nesses dois segmentos foram investidos 98,44% do montante dos recursos garantidores do plano. (Tabela 11).

Tabela 11. Recursos Garantidores do Plano EMATER- MG CV FlexCeres e Alocações (R\$), 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	69.234.384		86.668.755	
Renda Fixa	54.963.246	79,39%	71.954.872	83,02%
Renda Variável	13.157.264	19,00%	13.364.620	15,42%
Investimentos Estruturados	469.583	0,68%	724.033	0,84%
Imóveis	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimos	644.290	0,93%	625.230	0,72%
Financiamentos Imobiliários	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	2.235	0,00%	2.076	0,00%
C) EXIGIBILIDADES	589	0,00%	844	0,00%
Programa de Investimentos do Passivo	589	0,00%	844	0,00%
Exigível Contingencial de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	69.236.031		86.669.987	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Recursos Garantidores do Plano EPAMIG BD Básico

Esse plano encerrou o exercício de 2014 com R\$11,31 milhões em recursos garantidores, valor 0,39% inferior aos R\$11,36 milhões registrados em 2013. As maior parte dos investimentos foi alocada em renda fixa e renda variável. Os segmentos receberam R\$8,01 milhões e R\$1,67 milhão, respectivamente, equivalentes a 70,80% e 14,76%. Somadas, as alocações nesses dois segmentos representam 85,6% do montante investido. Observa-se que, em comparação a 2013, houve um aumento percentual nos investimentos em renda fixa e uma redução percentual da alocação em renda variável. No segmento de investimentos estruturados estavam aplicados R\$834 mil, em imóveis R\$641 mil e em empréstimos R\$157 mil. Alocações em financiamentos imobiliários feitos no passado representam um valor percentual de apenas 0,01% do total dos recursos garantidores esse plano (Tabela 12).

Tabela 12. Recursos Garantidores do Plano EPAMIG BD Básico e Alocações (R\$), 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	11.356.957	%	11.314.975	%
Renda Fixa	7.883.789	69,40%	8.011.094	70,80%
Renda Variável	1.809.572	15,93%	1.670.534	14,76%
Investimentos Estruturados	854.385	7,52%	833.966	7,37%
Imóveis	648.655	5,71%	641.517	5,67%
Empréstimos	159.685	1,41%	156.954	1,39%
Financiamentos Imobiliários	871	0,01%	910	0,01%
Outros Realizáveis	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	4.414	0,04%	1.197	0,01%
C) EXIGIBILIDADES	1.822	0,02%	1.189	0,01%
Programa de Investimentos do Passivo	1.693	0,01%	1.189	0,01%
Exigível Contingencial de Investimentos	129	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	11.359.549		11.314.982	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Recursos Garantidores do Plano EPAMIG BD Saldado

Em 2014, os recursos garantidores desse plano totalizaram R\$54,5 milhões, valor 7,73% superior em relação aos R\$50,59 milhões registrados ao final de 2013. As maiores alocações foram em renda fixa e renda variável, que receberam R\$40,23 milhões e R\$7,89 milhões, respectivamente, equivalentes a 73,82% e 14,47% dos recursos. Somados, os dois segmentos concentram 88,29% do montante investido. Observa-se que, quando comparados com 2013, houve um aumento percentual dos investimentos em renda fixa e uma redução percentual em renda variável. No segmento investimentos estruturados estavam aplicados R\$2,51 milhões, em imóveis R\$1,97 milhões e em empréstimos R\$1,90 milhões (Tabela 13).

Tabela 13. Recursos Garantidores do Plano EPAMIG BD Saldado e Alocações (R\$), 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	50.586.318	%	54.499.517	%
Renda Fixa	35.482.029	70,15%	40.227.964	73,82%
Renda Variável	8.339.188	16,49%	7.886.590	14,47%
Investimentos Estruturados	2.501.338	4,94%	2.514.177	4,61%
Imóveis	1.994.026	3,94%	1.971.087	3,62%
Empréstimos	2.269.737	4,49%	1.899.698	3,49%
Financiamentos Imobiliários	0	0,00%	0	0,00%
Outros Realizáveis	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	5.354	0,01%	2.538	0,00%
C) EXIGIBILIDADES	8.467	0,02%	9.653	0,02%
Programa de Investimentos do Passivo	8.111	0,02%	9.653	0,02%
Exigível Contingencial de Investimentos	356	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	50.583.205		54.492.401	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Recursos Garantidores do Plano EPAMIG CV FlexCeres

Esse plano encerrou o exercício de 2014 com R\$20,24 milhões em recursos garantidores, valor 24,82% superior aos R\$16,20 milhões registrados em 2013. As maior partados investimentos foi alocada nos segmentos de renda fixa e renda variável, nos valores de R\$16,63 milhões e R\$3,13 milhões, respectivamente, equivalentes a 82,12% e 15,45%. Somados, os investimentos nesses dois segmentos representam 97,57% do montante investido. Observa-se que, quando comparado com 2013, houve um aumento percentual nos investimentos em renda fixa e uma redução percentual em renda variável. (Tabela 14).

Tabela 14. Recursos Garantidores do Plano EPAMIG CV FlexCeres e Alocações, 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	16.219.401	%	20.244.691	%
Renda Fixa	12.644.312	77,95%	16.627.454	82,12%
Renda Variável	3.115.732	19,21%	3.127.645	15,45%
Investimentos Estruturados	110.916	0,68%	170.728	0,84%
Imóveis	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimos	348.441	2,15%	318.864	1,57%
Financiamentos Imobiliários	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	2.093	0,01%	2.419	0,01%
C) EXIGIBILIDADES	142	0,00%	201	0,00%
Programa de Investimentos do Passivo	142	0,00%	201	0,00%
Exigível Contingencial de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	16.221.352		20.246.909	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Recursos Garantidores do Plano CIDASC CV FlexCeres

Os recursos garantidores desse plano em 2014 foram de R\$7,68 milhões, valor 55,87% superior ao registrado em 2013, que foi de R\$4,93 milhões. As maiores alocações foram em renda fixa e renda variável, de R\$6,61 milhões e R\$1,00 milhões, respectivamente, equivalentes a 86,0% e 13,10%. Somados, os investimentos nesses dois segmentos representam 99,10% do montante investido. Observa-se que, quando comparados com 2013, houve um aumento percentual considerável nos investimentos em renda fixa e uma redução percentual significativa em renda variável. (Tabela 15).

Tabela 15. Recursos Garantidores do Plano CIDASC CV FlexCeres e Alocações, 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	4.928.457		7.682.251	
Renda Fixa	3.961.021	80,35%	6.608.051	86,00%
Renda Variável	922.659	18,72%	1.006.592	13,10%
Investimentos Estruturados	13.747	0,28%	29.990	0,39%
Imóveis	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimos	31.030	0,63%	37.617	0,49%
Financiamentos Imobiliários	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	1.485	0,03%	1.204	0,02%
C) EXIGIBILIDADES	46	0,00%	78	0,00%
Programa de Investimentos do Passivo	46	0,00%	78	0,00%
Exigível Contingencial de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	4.929.896		7.683.376	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Recursos Garantidores do Plano ABDI CD FlexCeres

Esse plano é o único na modalidade contribuição definida (CD) administrado pela Fundação e teve início de fato em agosto de 2013. Em 2014 os recursos garantidores do ABDI-FlexCeres totalizaram R\$3,80 milhões, valor 55,87% superior aos R\$2,10 milhões registrados ao final de 2013. Todo o recurso do planos está alocado em renda fixa e renda variável. O segmento de renda fixa concentrou R\$3,25 milhões em 2014, equivalente a 85,47% dos investimentos, e R\$550 mil, equivalente a 14,48% do montante investido, foram aplicados em renda variável. (Tabela 16).

Tabela 16. Recursos Garantidores do Plano ABDI CD FlexCeres e Alocações (R\$), 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	2.104.975		3.802.268	
Renda Fixa	1.862.578	88,42%	3.251.503	85,47%
Renda Variável	242.397	11,51%	550.765	14,48%
B) DISPONÍVEL	1.501	0,07%	1.852	0,05%
C) EXIGIBILIDADES	16	0,00%	35	0,00%
Programa de Investimentos do Passivo	16	0,00%	35	0,00%
Exigível Contingencial de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	2.106.460		3.804.085	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Recursos Garantidores do Plano EMATER-DF CV FlexCeres

Esse plano teve início em setembro de 2014, razão pela qual o volume investido é de R\$ 792 mil, alocados em renda fixa (Tabela 17).

Tabela 17. Recursos Garantidores do Plano EMATER-DF CV FlexCeres e Alocações (R\$), 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	0		792.081	
Renda Fixa	0	0,00%	792.081	99,76%
Renda Variável	0	0,00%	0	0,00%
Investimentos Estruturados	0	0,00%	0	0,00%
Imóveis	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimos	0	0,00%	0	0,00%
Financiamentos Imobiliários	0	0,00%	0	0,00%
B) DISPONÍVEL	0	0,00%	1.946	0,25%
C) EXIGIBILIDADES	0	0,00%	7	0,00%
Programa de Investimentos do Passivo	0	0,00%	7	0,00%
Exigível Contingencial de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	0		794.019	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Recursos Garantidores do Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Os investimentos dos recursos financeiros do Plano de Gestão Administrativa (PGA) somaram R\$ 11,9 milhões em 2014 e estão aplicados no segmento de renda fixa (Tabela 18).

Tabela 18. Recursos Garantidores do Plano Ceres Administrativo (PGA) e Alocações, 2013 e 2014

ITEM	2013	% sobre Recursos Garantidores	2014	% sobre Recursos Garantidores
A) INVESTIMENTOS	10.708.109		11.990.375	
Renda Fixa	10.708.109	99,95%	11.990.375	99,97%
B) DISPONÍVEL	12.446	0,12%	11.207	0,09%
C) EXIGIBILIDADES	7.327	0,07%	7.350	0,06%
Programa de Investimentos do Passivo	7.327	0,07%	7.350	0,06%
Exigível Contingencial de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%
D) RECURSOS GARANTIDORES (A+B-C)	10.713.228		11.994.232	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Gestão dos Investimentos

Na gestão dos investimentos o custodiante é o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores nos vários segmentos de aplicação como pode ser observado na Tabela 19.

A Caixa Econômica Federal é a administradora dos dois fundos de renda fixa de gestão própria, Tranquilidade e Eros. O fundo de renda variável de gestão própria, Agrociência, é administrado pelo Banco Fator. Todos os 11 (onze) fundos de ações e os 17 (dezessete) fundos no segmento de aplicação Investimentos Estruturados listados na tabela 30 tem gestão terceirizada.

Ao todo, foram 31 (trinta e um) fundos de investimentos em operação em 2014, assim divididos:

- 04 (quatro) fundos de investimentos imobiliários (Água Branca, em São Paulo - SP; Hermes em Porto Alegre - RS; RB Capital em diversos estados e Cláritas em SP), com quatro diferentes gestores e três administradores. O total dos investimentos nesses fundos em 2014 foi de R\$ 95.587.928,92;

- 09 (nove) fundos de investimentos em participações, com oito gestores, sete administradores, diferentes teses de negócios, em diversos segmentos da economia, com diferentes datas de investimentos e maturação, localizados em vários Estados, que somaram investimentos de R\$ 65.209.474,02;

- 04 (quatro) fundos múltiplos de investimentos em empresas emergentes, em diversos setores da economia, com quatro diferentes administradores e quatro gestores, variadas datas de investimentos e desinvestimento, localizados em diferentes Estados, com um total investido de R\$ 26.048.672,05 até 2014;

- 11 (onze) fundos de investimentos em ações, sendo três fundos fechados e oito fundos abertos, com diferentes teses de gestão, seis diferentes administradores e oito gestores, com investimentos de R\$ 197.935.638,77 em 2014;

- 03 (três) fundos de gestão própria, sendo dois de renda fixa e um de renda variável, com investimento total de R\$ 3.745.110.073,15.

Tabela 19. Recursos Garantidores alocados em diferentes fundos de investimentos, 2014 (R\$)

Banco Bradesco S.A

Fundo	Segmento	Administrador	Gestor	Volume de Recursos	%
FII Agua Branca	IE	COIN - DTVM LTDA	Coinvalores CCVM Ltda	47.985.000,00	1,22%
FII Hermes	IE	Rio Bravo DTVM Ltda.	Rio Bravo DTVM Ltda	17.406.603,52	0,44%
FII RB Capital	IE	Citibank DTVM S.A	RB Capital Investimentos Ltda	16.800.000,00	0,43%
FII Claritas Logística	IE	Citibank DTVM S.A	Claritas Adm. de Recursos	13.396.325,40	0,34%
			Subtotal	95.587.928,92	2,42%
FIP Brasil Agronegócio	IE	Bem DTVM Ltda	BRZ Investimentos Ltda	6.829.357,83	0,17%
FIP Angra Infra	IE	Bem DTVM Ltda	Angra Patners Ltda	15.337.641,49	0,39%
FIP Brasil Mezanino	IE	Darby Stratus Adm Inv.	Darby Stratus Adm de Inv. Ltda	3.657.712,28	0,09%
FIP Caixa Ambiental	IE	Caixa Econ. Federal	Mantiq Investimentos S/A	10.067.047,87	0,26%
FIP Investidores Intitucionais	IE	Banco Santander S.A.	Angra Patners Ltda	3.172.911,94	0,08%
FIP Caixa Incorporações	IE	Caixa Econ. Federal	Caixa Econ. Federal	12.973.204,11	0,33%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	IE	Citibank DTVM S.A	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	11.613.243,12	0,29%
FIP Inseed FIMA	IE	BNY Mellon DTVM S.A.	Inseed Investimentos Ltda	1.444.302,87	0,04%
DGF FICPAC 2 FIP	IE	Santander DTVM S.A	Santander DTVM S.A	114.052,51	0,00%
			Subtotal	65.209.474,02	1,65%
FMIEE Empreendedor Brasil	IE	Bem DTVM Ltda	BRZ Investimentos	6.215.560,28	0,16%
FMIEE Fipac Participações	IE	DGF Gestão de Fundos	DGF Gestão de Fundos Ltda	1.304.659,15	0,03%
FMIEE Mercato Alimentos	IE	Bem DTVM Ltda	Mercatto Gestão de Recursos	7.686.551,50	0,19%
FMIEE Nordeste II	IE	Rio Bravo DTVM Ltda.	Rio Bravo	10.841.901,10	0,27%
			Subtotal	26.048.672,03	0,66%
FIA Fator Sinergia IV	RV	Banco Fator S/A	FAR -Fator Administração	19.355.668,52	0,49%
FIA Fator Sinergia V	RV	Banco Fator S/A	FAR -Fator Administração	6.551.330,96	0,17%
FIA Vinci Gas Dividendos	RV	Bem DTVM Ltda	Vinci Partenrs	27.671.292,02	0,70%
FIA Guepardo Institucional	RV	BNY Mellon DTVM S.A	Guepardo Investimentos LTDA	26.734.109,78	0,68%
FIA BNY Mellon ARX	RV	BNY Mellon DTVM S.A	ARX Mellon	24.192.528,02	0,61%
FIA Bradesco Small Caps Plus	RV	BRAM Bradesco S/A DTVM	BRAM Bradesco S/A DTVM	23.874.006,43	0,60%
FIA Bradesco Dividendos	RV	BRAM Bradesco S/A DTVM	BRAM Bradesco S/A DTVM	23.275.647,35	0,59%
FIA BRZ Valor de FIC	RV	BNY Mellon DTVM S.A	BRZ Investimentos Ltda	10.246.653,04	0,26%
FIA HSBC Small Caps	RV	HSBC Bank Brasil S.A.	HSBC Gestão de Recursos Ltda	11.598.486,85	0,29%
FIA XP Investor Small Caps	RV	BNY Mellon DTVM S.A.	XP Gestão de Recursos Ltda	15.204.464,00	0,39%
FIA Sul America Expertise II	RV	Sul América DTVM S.A.	Sul América DTVM S.A.	9.231.451,80	0,23%
			Subtotal	197.935.638,77	5,02%
Total				384.781.713,74	9,75%
Fundo Exclusivo	Segmento	Administrador	Gestor	Volume de Recursos	%
FI Multimercado Tranquilidade	RF	Caixa Econômica Federal	Ceres Fundação de Seg. Social	2.213.016.829,45	56,07%
FI Multimercado Eros	RF	Caixa Econômica Federal	Ceres Fundação de Seg. Social	1.103.291.874,43	27,95%
FIA Agrociência	RV	Fator Doria S/A	Ceres Fundação de Seg. Social	428.801.369,27	10,86%
Total				3.745.110.073,15	94,89%
Nota do Tesouro Nacional	Segmento	Administrador	Gestor	Volume de Recursos	Volume de Recursos
Notas do Tesouro Nacional - C	RF	Ceres	Ceres Fundação de Seg. Social	248.201,91	0,01%
Total				248.201,91	0
Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (RGRT)				3.946.740.445,27	

Fonte: Ceres, Gecor 2015.

Legenda:

FII - Fundo de Investimentos Imobiliário

FIP -Fundo de Investimentos em Participações

FMIEE - Fundo de Investimentos em Empresas Emergentes

FIA - Fundo de Investimentos em Ações

IE - Investimentos Estruturados

RV - Renda Variável

RF - Renda Fixa

As despesas com a gestão dos investimentos em 2014, alocadas nas rubricas custódia, controladoria, taxas e consultorias encontram-se discriminadas na Tabela 20.

Tabela 20. Despesas com a Gestão dos Investimentos em 2014 (R\$)

Planos	Custódia	Controladoria	Taxas Cetip/Selic	Taxa Bovespa	Consultoria Investimento	Total
Embrapa Básico	25.188,61	217.141,78	80.711,50	969,24	7.178,42	331.189,55
Embrapa FlexCeres	1.107,73	27.210,05	10.095,05	178,42	0,00	38.591,25
Ceres Básico	147,34	1.145,17	418,99	82,80	37,11	1.831,41
Ceres FlexCeres	40,75	375,29	139,55	89,70	0,00	645,29
Epagri Básico	657,88	5.895,72	2.145,30	133,79	196,17	9.028,86
Epagri Saldado	3.185,53	29.064,01	10.659,78	286,32	913,69	44.109,33
Epagri FlexCeres	533,61	10.272,78	3.797,32	141,18	0,00	14.744,89
Emater Básico	1.522,85	10.559,61	3.834,59	211,79	502,59	16.631,43
Emater Saldado	1.016,39	10.533,37	1.482,10	166,67	261,14	13.459,67
Emater FlexCeres	300,86	6.416,50	2.381,25	82,80	0,00	9.181,41
Epamig Básico	144,50	882,05	320,03	82,80	45,39	1.474,77
Epamig Saldado	458,79	4.032,04	1.482,10	103,81	125,49	6.202,23
Epamig FlexCeres	78,64	1.489,75	551,75	82,80	0,00	2.202,94
Cidasc FlexCeres	25,90	505,00	192,34	82,80	0,00	806,04
ABDI FlexCeres	6,00	242,03	92,07	0,00	0,00	340,10
EmaterDF FlexCeres	3,00	11,76	5,64	0,00	0,00	20,40

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Rentabilidade dos Planos

Os investimentos consolidados em todos os segmentos de aplicação apresentaram rentabilidade nominal de 9,47%, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR). O resultado ficou, acima tanto da inflação de 6,41% medida pelo IPCA como da mensurada pelo INPC, que foi de 6,23% no período. Superou também o índice de correção da poupança, que foi de 7,24%. No entanto, ficou abaixo da taxa de juros da meta atuarial (média de todos os planos no período) calculada em 11,84%. Esse fato deve-se, basicamente, à rentabilidade negativa de 7,57% no segmento de renda variável no período, como demonstrado na Tabela 21. Observa-se que a rentabilidade dos investimentos em renda fixa, de 13,97%, e das operações com participantes, de 19,86%, foram acima da meta atuarial estabelecida.

Tabela 21. Rentabilidade Nominal e Atuarial Consolidada em 2014 (%)

Segmentos	Nominal	Real (Atuarial)	Total de Investimentos	% sobre Total Investimentos
Renda Fixa	13,97%	1,94%	3.316.556.906	76,41%
Renda Variável	-7,57%	-17,33%	626.737.008	14,44%
Investimentos Estruturados	0,29%	-10,30%	186.846.075	4,30%
Imóveis	9,72%	-1,86%	143.740.715	3,31%
Operações com Participantes (a+b)	19,86%	7,20%	66.597.983	1,53%
a) Empréstimos	18,48%	5,97%	65.812.704	1,52%
b) Financiamentos Imobiliários*	174,72%	145,71%	785.279	0,02%
Exigível Operacional			-756.459	-0,02%
Total/Rentabilidade Consolidada	9,47%	-2,09%	4.339.722.228	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015. *Estão acrescidos, nos recursos garantidores, outros realizáveis referentes a depósitos judiciais de ações de financiamentos.

Rentabilidade por Plano de Benefícios

As rentabilidades foram calculadas considerando três conjuntos distintos de planos: planos de Benefício Definido Básicos (Embrapa, Ceres, Epagri, EMATER-MG e EPAMIG), planos de Benefício Definido Saldados (Epagri, EMATER-MG e EPAMIG) e planos de Contribuição Variável e Definida (Embrapa, Ceres, Epagri, EMATER-MG, EPAMIG, CIDASC, ABDI e EMATER-DF).

Planos de Benefício Definido Básicos

As rentabilidades nominais e atuariais alcançadas em 2014 para os planos de Benefício Definido Básicos da Embrapa, Ceres, Epagri, EMATER-DF e EPAMIG estão detalhadas na tabela 22. A rentabilidade nominal foi positiva e acima da inflação para todos os planos, variando de 8,67% no plano EPAMIG BD até 9,35% no plano Embrapa BD. Mesmo assim, devido aos retonos negativos no segmento de renda variável, a rentabilidade atuarial foi ligeiramente negativa para todos esses planos.

Tabela 22. Rentabilidade Nominal e Atuarial dos Planos de Benefícios Definidos, em 2014 (%)

PLANOS BÁSICOS	ACUMULADA NO ANO POR SEGMENTO					META ATUARIAL (2014)	ACUMULADA NO ANO	
	RENTA FIXA	RENTA VARIÁVEL	INVEST. ESTRUT.	IMÓVEIS	OP. PARTIC.		Nominal	Real
EMBRAPA	13,72%	-7,60%	0,28%	9,70%	20,98%	11,84%	9,35%	-2,23%
CERES	13,68%	-7,58%	0,31%	8,55%	15,00%	11,83%	9,29%	-2,27%
EPAGRI	13,32%	-7,85%	0,22%	9,71%	15,41%	11,85%	9,34%	-2,24%
EMATER - MG	13,30%	-7,61%	0,28%	10,18%	15,32%	11,83%	8,68%	-2,81%
EPAMIG	13,32%	-7,68%	0,24%	10,18%	16,67%	11,84%	8,67%	-2,83%

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Planos de Benefício Definido Saldados

As rentabilidades nominais e atuariais alcançada em 2014 para os planos de Benefício Definido Saldados da Epagri, EMATER-MG e EPAMIG estão detalhadas na tabela 23. A rentabilidade nominal foi positiva e acima da inflação para todos os planos, variando de 9,34% no plano EPAMIG Saldado até 9,96% no plano EMATER-MG Saldado. Mesmo assim, devido aos retornos negativos no segmento de renda variável, a rentabilidade atuarial foi ligeiramente negativa para todos esses planos.

Tabela 23. Rentabilidade Nominal e Atuarial dos Planos Saldados, em 2014 (%)

PLANOS SALDADOS	ACUMULADA NO ANO POR SEGMENTO					META ATUARIAL (2014)	ACUMULADA NO ANO	
	RENTA FIXA	RENTA VARIÁVEL	INVEST. ESTRUT.	IMÓVEIS	OP. PARTIC.		Nominal	Real
EPAGRI	13,78%	-7,57%	0,28%	9,67%	21,96%	11,84%	9,37%	-2,21%
EMATER - MG	13,90%	-7,65%	0,29%	9,57%	20,90%	11,84%	9,96%	-1,68%
EPAMIG	13,70%	-7,62%	0,30%	9,66%	15,38%	11,84%	9,34%	-2,24%

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Planos de Contribuição Variável e Definida FlexCeres

As rentabilidades nominais e atuariais alcançada em 2014 para planos de Contribuição Variável e Definida FlexCeres (Embrapa, Ceres, Epagri, EMATER-MG, EPAMIG, CIDASC, ABDI e EMATER-DF) estão apresentadas na Tabela 24. A rentabilidade nominal foi positiva e acima da inflação para todos os planos, variando de 10,06% no plano Epagri CV até 11,61% no plano ABDI-FlexCeres. A baixa rentabilidade no plano EMATER-DF CV é explicada pela entrada efetiva de recursos que aconteceram a partir do mês de setembro de 2014. Devido aos retornos negativos no segmento de renda variável, a rentabilidade atuarial foi ligeiramente negativa para todos esses planos.

Tabela 24. Rentabilidade Nominal e Atuarial dos Planos FlexCeres, em 2014 (%)

PLANOS FLEXCERES	ACUMULADA NO ANO POR SEGMENTO					META ATUARIAL (2014)	ACUMULADA NO ANO	
	RENDA FIXA	RENDA VARIÁVEL	INVEST. ESTRUT.	IMÓVEIS	OP. PARTIC.		Nominal	Real
EMBRAPA	14,73%	-7,91%	-0,45%	-	17,36%	11,86%	10,63%	-1,10%
CERES	14,71%	-7,46%	0,80%	-	15,31%	11,85%	10,37%	-1,33%
EPAGRI	14,62%	-7,46%	0,84%	-	15,72%	11,85%	10,06%	-1,60%
EMATER - MG	14,76%	-7,83%	-0,03%	-	15,31%	11,85%	10,41%	-1,29%
EPAMIG	14,74%	-7,78%	-0,01%	-	15,40%	11,85%	10,39%	-1,31%
CIDASC	14,77%	-8,09%	-4,20%	-	15,56%	11,86%	10,68%	-1,05%
ABDI	14,85%	-8,13%	-	-	-	11,86%	11,61%	-0,22%
EMATER - DF	2,60%	-	-	-	-	2,89%	2,60%	-0,29%

Fonte: Ceres, Gecor, 2015.

Alguns Indicadores Econômicos em 2014

Na Tabela 25 são apresentados alguns indicadores de desempenho da economia em 2014 que podem ser comparados ao valor da meta atuarial a ao índice de referência, de cerca de 11,8%, representados pela variação do INPC, que foi de 6,23%, acrescida das taxas de juros anuais previstas para cada plano de benefícios.

Tabela 25. Variação de alguns Indicadores Econômicos em 2014 (%)

Índice	Valores
IBOVESPA	-2,91%
IBrX-100	-2,78%
CDI	10,81%
SELIC	10,90%
POUPANÇA	7,24%
TR	0,81%
IGP-M	3,67%
IGP-DI (FGV)	3,78%
INPC (IBGE)	6,23%
IPC-SP (FIPE)	5,21%
IPCA (IBGE)	6,41%
META ATUARIAL - EMBRAPA BD (INPC + 5,63%)*	11,84%
META ATUARIAL - CERES BD (INPC + 5,54%)*	11,83%
META ATUARIAL - EPAGRI BD (INPC + 5,71%)*	11,85%
META ATUARIAL - EMATER BD (INPC + 5,52%)*	11,83%
META ATUARIAL - EPAMIG BD (INPC + 5,63%)*	11,84%
META ATUARIAL - EPAGRI SD (INPC + 5,64%)*	11,84%
META ATUARIAL - EMATER SD (INPC + 5,67%)*	11,84%
META ATUARIAL - EPAMIG SD (INPC + 5,64%)*	11,84%
ÍNDICE DE REFERÊNCIA EMBRAPA FLEX (INPC + 5,85%)*	11,86%
ÍNDICE DE REFERÊNCIA CERES FLEX (INPC + 5,80%)*	11,85%
ÍNDICE DE REFERÊNCIA EPAGRI FLEX (INPC + 5,76%)*	11,85%
ÍNDICE DE REFERÊNCIA EMATER MG FLEX (INPC + 5,78%)*	11,85%
ÍNDICE DE REFERÊNCIA EPAMIG FLEX (INPC + 5,79%)*	11,85%
ÍNDICE DE REFERÊNCIA CIDASC FLEX (INPC + 5,84%)*	11,86%
ÍNDICE DE REFERÊNCIA ABDI FLEX (INPC + 5,84%)*	11,86%
ÍNDICE DE REFERÊNCIA EMATERDF FLEX DEZ (INPC + 5,85%)**	2,89%

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

* Entre janeiro e novembro, a taxa de juros aplicada foi a de 5,25%.

** Para o plano EmaterDF FlexCeres, o índice de referência apresentado compreende os meses de outubro e novembro, considerando a taxa de juros de 5,25% e o mês de dezembro, considerando a taxa de 5,85%, taxas essas aplicadas de forma pro-rata.

O desempenho do IBOVESPA em 2014 foi negativo em 2,91% e o do IBX-100, benchmark do segmento de investimentos em renda variável, foi negativo em 2,78%.

Enquadramento dos Planos

Todos os planos administrados atenderam aos limites da Política de Investimentos e aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792/2009 (Tabelas 26, 27 e 28).

Enquadramento dos Planos de Benefício Definido (BD) Básicos da Epagri, Emater-MG e Epamig

Existem variações nos percentuais de alocação nos diferentes segmentos de aplicação. Em renda fixa as alocações foram as seguintes: 70,91% no plano Epamig Básico sendo que 62,31% desse total estão investidos em títulos públicos; 71,11% no plano Emater Básico, dos quais 62,49% em títulos públicos; até 75,97% no plano Epagri Básico, com 66,77% em títulos públicos.

Em renda variável, a maior concentração ocorreu no plano Epagri Básico, cuja alocação foi de 13,19%, e a menor no plano Epamig Básico, que teve 10,55% dos recursos investidos no segmento. A alocação do plano Emater Básico em renda variável ficou em um patamar intermediário, de 10,64% (Tabela 26).

Tabela 26. Percentuais de Alocação dos Planos de Benefícios Definidos (BD) Epagri Básico, Emater-MG e Epamig nos segmentos de aplicação e limites de enquadramento em 2014

Segmento	Epagri Básico	Emater Básico	Epamig Básico	Limites da Política de Investimentos		Limites da Resolução CMN 3.792/2009	
				Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	75,97%	71,11%	70,91%	42%	100%	0%	100%
Títulos Públicos	66,77%	62,49%	62,31%			0%	100%
Títulos Privados	9,20%	8,62%	8,60%			0%	80%
Renda Variável	13,19%	10,64%	10,55%	0%	15%	0%	70%
Nível 1	3,50%	3,62%	3,53%			0%	70%
Nível 2	0,06%	0,08%	0,09%			0%	45%
Novo Mercado	5,76%	6,15%	6,15%			0%	60%
Outros	0,73%	0,79%	0,78%			0%	35%
Cotas FIA	3,14%	3,88%	3,75%				
Investimentos Estruturados	4,90%	7,06%	7,37%	0%	20%	0%	20%
Fundo de Participações	1,68%	2,33%	2,42%			0%	20%
Fundo de Empresa Emergente	0,71%	1,06%	1,13%			0%	20%
Fundo Imobiliário	2,51%	3,67%	3,82%			0%	10%
Imóveis	3,95%	5,31%	5,67%	0%	8%	0%	8%
Aluguéis e Renda	3,95%	5,31%	5,67%			0%	8%
Operações com Participantes	2,04%	1,55%	1,39%	0%	15%	0%	15%
Empréstimos	2,04%	1,55%	1,39%			0%	15%
Financiamento Imobiliário						0%	15%

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Em investimentos estruturados (IE) os percentuais variaram de 4,90%, no plano Epagri Básico, até 7,37% no plano Epamig Básico. A alocação do plano Emater Básico em IE foi de 7,06%. No

segmento de Imóveis as distribuições de recursos foram de 3,95% no plano Epagri Básico, 5,31% no plano Emater Básico e 5,67% no plano Epamig Básico.

Enquadramento dos Planos de Benefício Definido (BD) Básicos da Embrapa e da Ceres e Saldados da Epagri, Emater-MG e Epamig

Apesar das pequenas diferenças nos percentuais de alocação nos diferentes segmentos, todos esses planos estão enquadrados (Tabela 27).

Tabela 27. Percentuais de Alocação dos Planos de Benefícios Definidos Embrapa Básico, Ceres Básico, Epagri Saldado, Emater-MG Saldado e Epamig Saldado nos segmentos de aplicação e limites de enquadramento em 2014

Segmento	Embrapa Básico	Ceres Básico	Epagri Saldado	Emater Saldado	Epamig Saldado	Limites da Política de Investimentos		Limites da Resolução CMN 3.792/2009	
						Mín	Máx	Mín	Máx
Renda Fixa	73,90%	69,93%	73,78%	72,81%	72,05%	5%	80%	0%	100%
Títulos Públicos	58,57%	55,23%	55,80%	53,88%	56,09%			0%	100%
Títulos Privados	15,33%	14,70%	17,98%	18,93%	15,96%			0%	80%
Renda Variável	13,82%	13,99%	14,12%	13,47%	13,95%	0%	18%	0%	70%
Nível 1	3,69%	3,74%	3,77%	3,72%	3,76%			0%	70%
Nível 2	0,06%	0,06%	0,06%	0,05%	0,06%			0%	45%
Novo Mercado	6,05%	6,12%	6,16%	5,99%	6,13%			0%	60%
Outros	0,77%	0,77%	0,78%	0,75%	0,77%			0%	35%
Cotas FIA	3,25%	3,30%	3,35%	2,96%	3,23%				
Investimentos Estruturados	4,91%	4,72%	4,79%	3,73%	4,62%	0%	8%	0%	20%
Fundo de Participações	1,68%	1,63%	1,66%	1,33%	1,60%			0%	20%
Fundo de Empresa Emergente	0,70%	0,66%	0,68%	0,50%	0,65%			0%	20%
Fundo Imobiliário	2,53%	2,43%	2,45%	1,90%	2,37%			0%	10%
Imóveis	3,91%	3,70%	3,77%	2,87%	3,62%	0%	6%	0%	8%
Aluguéis e Renda	3,91%	3,70%	3,77%	2,87%	3,62%			0%	8%
Operações com Participantes	1,40%	6,29%	1,19%	4,12%	3,48%	0%	4%	0%	15%
Empréstimos	1,40%	6,29%	1,19%	4,12%	3,48%			0%	15%
Financiamento Imobiliário								0%	15%

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

Enquadramento dos Planos FlexCeres

Os planos de Contribuição Variável (CV) e de Contribuição Definida (CD) possuem maior concentração de investimentos do que os outros planos em renda fixa e renda variável (Tabela 28).

Em renda fixa, as alocações variam de 68,04%, no plano Ceres-FlexCeres, até 88,94% no plano EmaterDF-FlexCeres. Esses planos não possuem investimento em Imóveis. As aplicações em

investimentos estruturados representam menos de 1,01% do total, enquanto as operações com participantes variam de 0,49%, no plano Cidasc-FlexCeres, até 7,89% no plano Ceres-FlexCeres.

Tabela 28. Percentuais de Alocação dos Planos de Contribuição variável (CV) e Definida (CD) FlexCeres nos segmentos de aplicação e limites de enquadramento em 2014

Segmento	Embrapa Flex	Cidasc Flex	Ceres Flex	Epagri Flex	Emater Flex	Epamig Flex	ABDI Flex	Emater DF Flex	Limites da Política de Investimentos		Limites da Resolução CMN 3.792/2009	
									Mín	Máx	Mín	Máx
Renda Fixa	74,25%	78,03%	68,04%	73,77%	75,60%	73,66%	76,57%	88,94%	5%	100%	0%	100%
Títulos Públicos	30,96%	32,08%	28,40%	32,28%	31,06%	30,73%	31,90%	36,81%			0%	100%
Títulos Privados	43,29%	45,95%	39,64%	41,49%	44,54%	42,93%	44,67%	52,13%			0%	80%
Renda Variável	14,32%	12,74%	14,82%	15,70%	14,95%	14,97%	14,07%	0,00%	5%	35%	0%	70%
Nível 1	4,50%	4,19%	4,48%	4,77%	4,61%	4,61%	5,28%	0,00%			0%	70%
Nível 2	0,01%	0,01%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%			0%	45%
Novo Mercado	6,85%	6,32%	6,87%	7,31%	7,04%	7,05%	7,81%	0,00%			0%	60%
Outros	0,85%	0,79%	0,85%	0,90%	0,87%	0,87%	0,98%	0,00%			0%	35%
Cotas FIA	2,11%	1,43%	2,60%	2,70%	2,42%	2,43%	0,00%	0,00%				
Investimentos Estruturados	0,71%	0,39%	0,98%	1,01%	0,83%	0,85%	0,00%	0,00%	0%	20%	0%	20%
Fundo de Participações	0,42%	0,29%	0,51%	0,52%	0,47%	0,48%	0,00%	0,00%			0%	20%
Fundo Imobiliário	0,29%	0,10%	0,47%	0,49%	0,36%	0,37%	0,00%	0,00%			0%	10%
Operações com Participantes	1,70%	0,49%	7,89%	0,92%	0,72%	1,57%	0,00%	0,00%	0%	15%	0%	15%
Empréstimos	1,70%	0,49%	7,89%	0,92%	0,72%	1,57%	0,00%	0,00%			0%	15%

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

4. Demonstrativo Patrimonial e de Resultados dos Planos de Benefícios

O Balanço Patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial dos planos de benefícios administrados. Neste relatório são comparados os patrimônios de dezembro de 2013 e dezembro de 2014.

Balanço Patrimonial Consolidado

Tabela 29. Demonstração do Balanço Patrimonial Consolidado, 2013 e 2014 (R\$ Mil)

Ativo	Exercício 12/2013	Exercício 12/2014	Passivo	Exercício 12/2013	Exercício 12/2014
DISPONÍVEL	388	168	EXIGÍVEL OPERACIONAL	54.368	63.55
			Gestão Previdencial	52.183	61.351
REALIZÁVEL	4.015.788	4.480.142	Gestão Administrativa	1.519	1.416
Gestão Previdencial	62.123	133.824	Investimentos	666	756
Gestão Administrativa	4.816	5.839			
Investimentos	3.948.849	4.340.479	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	16.722	15.329
Títulos Públicos	236	248	Gestão Previdencial	10.557	9.074
Ações	-	-	Gestão Administrativa	4.335	5.269
Fundos de Investimentos	3.723.565	4.129.892	Investimentos	1.830	986
Investimentos Imobiliários	145.405	143.741	PATRIMÔNIO SOCIAL	3.946.247	4.402.326
Empréstimos	79.065	65,813	Patrimônio de Cobertura do Plano	3.888.388	4.337.524
Financiamentos Imobiliários	578	785	Provisões Matemáticas	4.027.361	4.593.863
Depósitos Judiciais/Recursais	-	-	Benefícios Concedidos	2.094.403	2.242.618
Outros Realizáveis	-	-	Benefícios a Conceder	2.473.189	2.805.311
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	540.231	454.066
PERMANENTE	1.161	870	Equilíbrio Técnico	-138.973	-256,338
Imobilizado	950	755	Resultados Realizados	-138.973	-256,338
Intangível	211	115	(-) Déficit Técnico Acumulado	138.973	256.338
			Fundos	57.859	64.802
			Fundo Previdencial	37.272	41.131
			Fundos Administrativos	10.042	12.020
			Fundos dos Investimentos	10.545	11.651
Total do Ativo	4.017.337	4.481.180	Total do Passivo	4.017.337	4.481.180

Fonte: Ceres, Gcont, 2015.

Notas: 1) As Notas Explicativas estão apresentadas no Anexo 1.

Demonstração da Muta     do Patrimônio Social (DMPS)

A Demonstr     da Muta     do Patrimônio Social (DMPS) consolidada destina-se   evid  ncia     das alterações do patrimônio social da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) e apresenta as adições e destinações ocorridas no exercício, sendo que as diferen    as no patrimônio social em 31/12/2014 correspondem à forma     das provis    es atuariais, do equilíbrio técnico e dos fundos, conforme especificado no item “3” do Demonstrativo.

Tabela 30. Demonstr     da Muta     do Patrimônio Social (DMPS) em 2014, (R\$ Mil)

	Descri����	2013	2014	Vari������ (%)
	A) Patrimônio Social – início do exercício	3.711.180	3.946.247	6,33
	1. Adições	480.002	721.093	50,23
(+)	Contribuições Previdenciais	234.660	332.748	41,80
	Resultado Positivo dos Investimentos – Gest����o Previdencial	226.352	365.278	61,38
	Revers����o de Conting����ncias – Gest����o Previdencial		1.483	0
	Receitas Administrativas	17.511	18.995	8,48
	Resultado Positivo dos Investimentos – Gest����o Administrativa	824	1.483	79,97
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	655	1.106	68,81
	2. Destinações	244.935	265.014	8,20
(-)	Benefícios	226.387	246.513	8,89
(-)	Constituição de Conting����ncias – Gest����o Previdencial	1.833		-100
(-)	Despesas Administrativas	15.870	17.568	10,69
(-)	Constituição de Conting����ncias – Gest����o Administrativa	845	933	10,46
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	235.067	456.079	94,02
(+/-)	Provis����es Matemáticas	362.433	556.501	56,30
	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-107.819	-117.365	8,85
	Fundos Previdenciais	-21822	3.860	-117,69
	Fundos Administrativos	1.620	1.978	22,07
(+/-)	Fundos dos Investimentos	655	1.105	68,61
	B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)	3.946.247	4.402.326	11,56

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e da Muta     do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefício

A Demonstr     do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais dos planos de benefícios no final do exercício em compara     ao exercício anterior.

Nas Tabelas 31 a 81 estão apresentados os resultados contábeis de cada plano de benefícios administrado pela Ceres: Embrapa Básico, Embrapa-FlexCeres, Embrater Básico, Ceres Básico, Ceres-FlexCeres, Epagri Básico, Epagri Saldado, Epagri-FlexCeres, Emater Básico, Emater Saldado, Emater-FlexCeres, Epamig Básico, Epamig Saldado, Epamig-FlexCeres, Cidasc-FlexCeres, ABDI-FlexCeres e EmaterDF-FlexCeres.

Embrapa Básico

Tabela 31. Demonstr     do Ativo Líquido (DAL) do Plano Embrapa Básico em 2014, (R   Mil)

Descri����	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	R�� Mil Varia���� (%)
1. Ativos	2.921.954	2.720.873	7,39
Disponível	73	257	-71,60
Recebível	57.124	54.243	5,31
Investimento	2.864.757	2.666.373	7,44
Títulos Públicos	248	236	5,08
Fundos de Investimentos	2.712.433	2.505.064	8,28
Investimentos Imobiliários	111.881	113.179	-1,15
Empréstimos	39.793	47.684	-16,55
Financiamentos Imobiliários	402	210	91,43
2. Obrigações	21.936	23.999	-8,60
Operacional	14.769	14.493	1,90
Contingencial	7.167	9.506	-24,61
3. Fundos Não Previdenciais	14.525	12.849	13,04
Fundos Administrativos	7.151	6.062	17,96
Fundos dos Investimentos	7.374	6.787	8,65
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.885.493	2.684.025	7,51
Provis����es Matemáticas	3.090.363	2.752.522	12,27
Super��t�� / Déficit Técnico	-204.870	-68.497	199,09

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descri����	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Varia���� (%)
Apura���� do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	-204.870	-68.497	199,09
A.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	204.870	68.497	199,09
B) Ajuste de Precifica����	185.391		0,00
C) (+/ -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	-19.479	-68.497	-71,56

Fonte: Ceres, Gcont, 2015.

Tabela 32. Demonstração da Mutação do Ativo L  ido (DMAL) do Plano Embrapa Básico em 2014 (R   Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variacão (%)
A) Ativo L��ido - início do exercício		2.684.025	2.566.090	4,60
1. Adições		375.775	285.526	31,61
(+)	Contribuições	132.517	120.531	9,95
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	241.696	164.995	46,49
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	1.562		0,00
2. Destinações		174.307	167.591	4,01
(-)	Benefícios	170.318	162.216	4,99
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial		1.630	-100,00
(-)	Custeio Administrativo	3.989	3.745	6,50
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo L��ido (1+2)		201.468	117.935	70,83
(+/-)	Provisões Matemáticas	337.840	211.085	60,05
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-136.372	-93.150	46,40
B) Ativo L��ido - final do exercício (A+3+4)		2.885.493	2.684.025	7,51
C) Fundos não previdenciais		14.525	12.849	13,04
(+/-)	Fundos Administrativos	7.151	6.062	17,96
(+/-)	Fundos dos Investimentos	7.374	6.787	8,64

Fonte: Ceres, Gcont, 2015.

Tabela 33. Demonstrac  o das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Embrapa Básico em 2014 (R   Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variacão (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.914.803	2.714.811	7,37
1. Provisões Matemáticas	3.090.363	2.752.522	12,27
1.1. Benefícios Concedidos	1.536.366	1.476.525	4,05
Benefício Definido	1.536.366	1.476.525	4,05
1.2. Benefício a Conceder	1.872.869	1.592.720	17,59
Benefício Definido	1.872.869	1.592.720	17,59
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	318.872	316.723	0,68
(-) Déficit Equacionado	318.872	316.723	0,68
(-) Patrocinador(es)	225.454	227.907	-1,08
(-) Participantes	93.418	88.816	5,18
2. Equilíbrio Técnico	204.870	68.498	199,09
2.1. Resultados Realizados	204.870	68.498	199,09
(-) Déficit Técnico Acumulado	204.870	68.498	199,09
3. Fundos	7.374	6.787	8,64
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.374	6.787	8,64
4. Exigível Operacional	14.769	14.493	1,90
4.1. Gestão Previdencial	14.160	13.962	1,42
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	609	531	14,71
5. Exigível Contingencial	7.167	9.506	-24,60
5.1. Gestão Previdencial	6.713	8.275	-18,88
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	454	1.231	-63,07

Fonte: Ceres, Gcont, 2015.

Tabela 34. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Embrapa-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

R\$ Mil			
Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	390.284	293.195	33,11
Disponível	20	33	-39,39
Recebível	6.977	6.134	13,74
Investimento	383.287	287.028	33,54
Fundos de Investimentos	376.789	278.898	35,10
Empréstimos	6.498	8.130	-20,07
2. Obrigações	1.044	599	74,29
Operacional	1.044	599	74,29
3. Fundos Não Previdenciais	1.988	1.585	25,43
Fundos Administrativos	1.396	1.087	28,43
Fundos dos Investimentos	592	498	18,88
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	387.252	291.011	33,07
Provisões Matemáticas	352.320	258.048	36,53
Fundos Previdenciais	34.932	32.963	5,97

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado			
B) Ajuste de Precificação	2.499		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	2.499		0,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 35. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Embrapa-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	291.011	228.016	27,63
	1. Adições	100.992	67.008	50,72
(+)	Contribuições	68.911	61.030	12,91
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	32.081	5.978	436,66
	2. Destinações	4.751	4.013	18,38
(-)	Benefícios	2.252	1.876	20,02
(-)	Custeio Administrativo	2.499	2.137	16,95
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	96.241	62.995	52,78
(+/-)	Provisões Matemáticas	94.271	58.199	61,98
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.970	4.796	-58,92
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	387.252	291.011	33,07
	C) Fundos não previdenciais	1.988	1.585	25,42
(+/-)	Fundos Administrativos	1.396	1.087	28,44
(+/-)	Fundos dos Investimentos	592	498	18,83

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 36. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Embrapa-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	388.888	292.108	33,13
1. Provisões Matemáticas	352.320	258.048	36,53
1.1. Benefícios Concedidos	8.405	4.315	94,77
Benefício Definido	8.405	4.315	94,77
1.2. Benefício a Conceder	343.915	253.733	35,54
Contribuição Definida	343.915	253.733	35,54
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	143.388	103.343	38,75
Saldo de Contas - Parcela Participantes	200.527	150.390	33,34
3. Fundos	35.524	33.461	6,17
3.1. Fundos Previdenciais	34.932	32.963	5,98
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	592	498	18,83
4. Exigível Operacional	1.044	599	74,20
4.1. Gestão Previdencial	1.038	595	74,37
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6	4	49,91

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 37. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Embrater Básico em 2014 (R\$ Mil)

RS Mil			
Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	2	4	-50,00
Recebível	2	4	-50,00
2. Obrigações	44.591	36.408	22,48
Operacional	43.924	35.586	23,43
Contingencial	667	822	-18,86
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	-44.589	-36.404	22,48
Provisões Matemáticas	35.134	29.928	17,40
Superávit / Déficit Técnico	-79.723	-66.332	20,19

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	-79.723	-66.332	20,19
A.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	79.723	66.332	20,19
B) Ajuste de Precificação			
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	-79.723	-66.332	20,19

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 38. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Embrater Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descri�o		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	-36.404	-29.288	24,30
	1. Adic�es	604	616	-1,82
(+)	Contribui�es	238	230	3,65
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	212	386	-45,15
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	154		0,00
	2. Destina�es	8.789	7.732	13,68
(-)	Benefícios	8.789	7.637	15,10
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial		95	-100,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-8.185	-7.116	15,02
(+/-)	Provisões Matemáticas	5.206	1.359	283,00
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-13.391	-8.475	58,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	-44.589	-36.404	22,48

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 39. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Embrater Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2	4	-37,99
1. Provisões Matemáticas	35.134	29.928	17,40
1.1. Benefícios Concedidos	35.134	29.928	17,40
Benefício Definido	35.134	29.928	17,40
2. Equilíbrio Técnico	79.723	66.332	20,19
2.1. Resultados Realizados	79.723	66.332	20,19
(-) Déficit Técnico Acumulado	79.723	66.332	20,19
4. Exigível Operacional	43.924	35.586	23,43
4.1. Gestão Previdencial	43.924	35.586	23,43
5. Exigível Contingencial	667	822	-18,82
5.1. Gestão Previdencial	667	822	-18,82

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 40. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Ceres Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	R\$ Mil		
	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	15.823	14.801	6,90
Disponível	3	4	-25,00
Recebível	100	93	7,53
Investimento	15.720	14.704	6,91
Fundos de Investimentos	14.147	13.272	6,59
Investimentos Imobiliários	583	589	-1,02
Empréstimos	976	824	18,45
Financiamentos Imobiliários	14	19	-26,32
2. Obrigações	52	48	8,33
Operacional	52	48	8,33
3. Fundos Não Previdenciais	182	88	106,82
Fundos Administrativos	38	31	22,58
Fundos dos Investimentos	144	57	152,63
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	15.589	14.665	6,30
Provisões Matemáticas	15.617	14.665	6,49
Superávit / Déficit Técnico	-28		0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	-28		0,00
A.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	28		0,00
B) Ajuste de Precificação	845		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	817		0,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 41. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Ceres Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	14.665	14.085	4,12
	1. Adições	1.762	1.334	32,11
(+)	Contribuições	417	353	18,12
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.345	981	37,13
	2. Destinações	838	754	11,11
(-)	Benefícios	813	728	11,64
(-)	Custeio Administrativo	25	26	-4,03
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	924	579	59,41
(+/-)	Provisões Matemáticas	952	579	64,25
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-28		0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	15.589	14.665	6,30
	C) Fundos não previdenciais	182	88	107,15
(+/-)	Fundos Administrativos	38	31	21,04
(+/-)	Fundos dos Investimentos	144	57	154,12

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 42. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Ceres Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	15.785	14.770	6,87
1. Provisões Matemáticas	15.617	14.665	6,49
1.1. Benefícios Concedidos	8.715	7.460	16,83
Benefício Definido	8.715	7.460	16,83
1.2. Benefício a Conceder	8.938	9.276	-3,65
Benefício Definido	8.938	9.276	-3,65
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	2.036	2.071	-1,70
(-) Déficit Equacionado	2.036	2.071	-1,70
(-) Patrocinador(es)	2.036	2.071	-1,70
2. Equilíbrio Técnico	28		0,00
2.1. Resultados Realizados	28		0,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	28		0,00
3. Fundos	144	57	154,12
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	144	57	154,12
4. Exigível Operacional	52	48	7,10
4.1. Gestão Previdencial	49	45	7,22
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3	3	4,99

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 43. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Ceres-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

R\$ Mil			
Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	5.522	4.526	22,01
Disponível	2	3	-33,33
Recebível	23	20	15,00
Investimento	5.497	4.503	22,07
Fundos de Investimentos	5.063	4.110	23,19
Empréstimos	434	393	10,43
2. Obrigações	1	2	-50,00
Operacional	1	2	-50,00
3. Fundos Não Previdenciais	30	23	30,43
Fundos Administrativos	18	15	20,00
Fundos dos Investimentos	12	8	50,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	5.490	4.501	21,97
Provisões Matemáticas	5.554	4.850	14,52
Superávit / Déficit Técnico	-98	-349	-71,92
Fundos Previdenciais	34		0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	-98	-349	-71,92
A.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	98	349	-71,92
B) Ajuste de Precificação	36		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	-62	-349	-82,23

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 44. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Ceres-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descri�o		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Vari�o (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	4.501	3.911	15,07
	1. Adições	1.204	773	55,79
(+)	Contribuições	732	636	14,99
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	472	136	246,28
	2. Destinações	214	183	16,70
(-)	Benefícios	195	169	15,19
(-)	Custeio Administrativo	19	14	34,59
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	990	590	67,94
(+/-)	Provisões Matemáticas	704	1.603	-56,07
(+/-)	Fundos Previdenciais	34	-665	-105,12
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	252	-349	-172,01
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	5.491	4.501	21,99
	C) Fundos não previdenciais	30	23	28,01
(+/-)	Fundos Administrativos	18	15	16,57
(+/-)	Fundos dos Investimentos	12	8	49,90

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 45. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Ceres-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	5.504	4.511	22,02
1. Provisões Matemáticas	5.554	4.850	14,52
1.1. Benefícios Concedidos	1.668	1.674	-0,37
Benefício Definido	1.668	1.674	-0,37
1.2. Benefício a Conceder	3.886	3.176	22,37
Contribuição Definida	3.886	3.133	24,04
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	1.762	1.448	21,68
Saldo de Contas - Parcela Participantes	2.124	1.685	26,07
Benefício Definido		43	-100,00
2. Equilíbrio Técnico	97	349	-72,01
2.1. Resultados Realizados	97	349	-72,01
(-) Déficit Técnico Acumulado	97	349	-72,01
3. Fundos	46	8	474,75
3.1. Fundos Previdenciais	34		0,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	12	8	49,90
4. Exigível Operacional	1	2	-26,91
4.1. Gestão Previdencial	1	2	-18,41

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 46. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Epagri Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	R\$ Mil		
	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	81.003	75.495	7,30
Disponível	5	8	-37,50
Recebível	3.377	3.265	3,43
Investimento	77.621	72.222	7,48
Fundos de Investimentos	73.002	67.432	8,26
Investimentos Imobiliários	3.047	3.082	-1,14
Empréstimos	1.481	1.584	-6,50
Financiamentos Imobiliários	91	124	-26,61
2. Obrigações	1.208	1.754	-31,13
Operacional	726	1.298	-44,07
Contingencial	482	456	5,70
3. Fundos Não Previdenciais	712	636	11,95
Fundos Administrativos	270	229	17,90
Fundos dos Investimentos	442	407	8,60
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	79.083	73.105	8,18
Provisões Matemáticas	80.169	73.105	9,66
Superávit / Déficit Técnico	-1.086		0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	-1.086		0,00
A.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	1.086		0,00
B) Ajuste de Precificação	5.183		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	4.097		0,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 47. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Epagri Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	73.105	68.098	7,35
	1. Adições	24.003	22.145	8,39
(+)	Contribuições	17.461	16.384	6,57
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.542	5.761	13,55
	2. Destinações	18.025	17.139	5,17
(-)	Benefícios	17.798	16.927	5,14
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	4	4	6,51
(-)	Custeio Administrativo	223	207	7,42
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.978	5.007	19,40
(+/-)	Provisões Matemáticas	7.064	5.007	41,08
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-1.086		0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	79.083	73.105	8,18
	C) Fundos não previdenciais	712	636	12,01
(+/-)	Fundos Administrativos	270	229	18,06
(+/-)	Fundos dos Investimentos	442	407	8,60

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 48. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Epagri Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	80.733	75.266	7,26
1. Provisões Matemáticas	80.169	73.105	9,66
1.1. Benefícios Concedidos	172.383	175.663	-1,87
Benefício Definido	172.383	175.663	-1,87
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	92.214	102.558	-10,09
(-) Déficit Equacionado	92.214	102.558	-10,09
(-) Patrocinador(es)	92.214	102.558	-10,09
2. Equilíbrio Técnico	1.086		0,00
2.1. Resultados Realizados	1.086		0,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	1.086		0,00
3. Fundos	442	407	8,60
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	442	407	8,60
4. Exigível Operacional	726	1.298	-44,03
4.1. Gestão Previdencial	712	1.286	-44,60
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	14	12	16,30
5. Exigível Contingencial	482	456	5,63
5.1. Gestão Previdencial	69	65	6,42
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	413	391	5,51

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 49. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Epagri Saldado em 2014 (R\$ Mil)

R\$ Mil			
Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	381.482	359.337	6,16
Disponível	5	25	-80,00
Recebível	1.323	919	43,96
Investimento	380.154	358.393	6,07
Fundos de Investimentos	361.289	338.223	6,82
Investimentos Imobiliários	14.331	14.497	-1,15
Empréstimos	4.424	5.648	-21,67
Financiamentos Imobiliários	110	25	340,00
2. Obrigações	341	397	-14,11
Operacional	222	192	15,63
Contingencial	119	205	-41,95
3. Fundos Não Previdenciais	2.065	1.814	13,84
Fundos Administrativos	910	765	18,95
Fundos dos Investimentos	1.155	1.049	10,10
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	379.077	357.126	6,15
Provisões Matemáticas	366.646	357.126	2,67
Superávit / Déficit Técnico	12.431		0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	12.431		0,00
A.1) Superávit Técnico Acumulado	12.431		0,00
B) Ajuste de Precificação	22.401		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	34.832		0,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 50. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Epagri Saldado em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	357.126	346.091	3,19
	1. Adições	36.644	22.648	61,80
(+)	Contribuições	4.412	1.209	264,88
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	32.232	21.439	50,34
	2. Destinações	14.694	11.613	26,54
(-)	Benefícios	14.252	11.131	28,04
(-)	Custeio Administrativo	442	482	-8,21
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	21.950	11.035	98,90
(+/-)	Provisões Matemáticas	9.519	16.924	-43,75
(+/-)	Fundos Previdenciais		-5.888	-100,00
(+/-)	Superávit (�ficit) Técnico do Exercício	12.431		0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	379.076	357.126	6,15
	C) Fundos não previdenciais	2.065	1.814	13,90
(+/-)	Fundos Administrativos	910	765	19,06
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.155	1.049	10,13

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 51. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Epagri Saldado em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	380.572	358.572	6,14
1. Provisões Matemáticas	366.646	357.126	2,67
1.1. Benefícios Concedidos	176.210	138.761	26,99
Benefício Definido	176.210	138.761	26,99
1.2. Benefício a Conceder	190.436	226.347	-15,87
Benefício Definido	190.436	226.347	-15,87
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir		7.982	-100,00
(-) Déficit Equacionado		7.982	-100,00
(-) Patrocinador(es)		7.982	-100,00
2. Equilíbrio Técnico	12.430		0,00
2.1. Resultados Realizados	12.430		0,00
Superávit Técnico Acumulado	12.430		0,00
Reserva de Contingência	12.430		0,00
3. Fundos	1.155	1.049	10,13
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.155	1.049	10,13
4. Exigível Operacional	222	192	15,67
4.1. Gestão Previdencial	151	133	13,80
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	71	59	19,85
5. Exigível Contingencial	119	205	-42,06
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	119	205	-42,06

Tabela 52. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Epagri-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

R\$ Mil			
Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	138.246	115.252	19,95
Disponível	22	3	633,33
Recebível	1.346	1.680	-19,88
Investimento	136.878	113.569	20,52
Fundos de Investimentos	135.624	111.849	21,26
Empréstimos	1.254	1.720	-27,09
2. Obrigações	298	255	16,86
Operacional	298	255	16,86
3. Fundos Não Previdenciais	503	418	20,33
Fundos Administrativos	440	364	20,88
Fundos dos Investimentos	63	54	16,67
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	137.445	114.579	19,96
Provisões Matemáticas	134.001	120.402	11,29
Superávit / Déficit Técnico		-5.823	-100,00
Fundos Previdenciais	3.444		0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado		-5.823	-100,00
A.2) (-) Déficit Técnico Acumulado		5.823	-100,00
B) Ajuste de Precificação	1.401		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	1.401	-5.823	-124,06

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 53. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Epagri-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	114.579	101.516	12,87
	1. Adições	25.878	15.112	71,24
(+)	Contribuições	14.295	12.415	15,14
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.583	2.697	329,50
	2. Destinações	3.012	2.049	47,01
(-)	Benefícios	2.500	1.627	53,64
(-)	Custeio Administrativo	512	422	21,43
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	22.866	13.063	75,05
(+/-)	Provisões Matemáticas	13.599	33.055	-58,86
(+/-)	Fundos Previdenciais	3.444	-14.169	-124,31
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	5.823	-5.823	-200,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	137.445	114.579	19,96
	C) Fundos não previdenciais	503	418	20,41
(+/-)	Fundos Administrativos	440	364	20,94
(+/-)	Fundos dos Investimentos	63	54	16,87

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 54. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Epagri-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	137.806	114.888	19,95
1. Provisões Matemáticas	134.001	120.402	11,30
1.1. Benefícios Concedidos	26.991	19.127	41,12
Benefício Definido	26.991	19.127	41,12
1.2. Benefício a Conceder	107.010	101.275	5,66
Contribuição Definida	98.864	87.219	13,35
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	42.414	37.656	12,64
Saldo de Contas - Parcela Participantes	56.450	49.563	13,89
Benefício Definido	8.146	14.056	-42,04
2. Equilíbrio Técnico		5.823	-100,00
2.1. Resultados Realizados		5.823	-100,00
(-) Déficit Técnico Acumulado		5.823	-100,00
3. Fundos	3.507	54	6386,75
3.1. Fundos Previdenciais	3.444		0,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	63	54	16,87
4. Exigível Operacional	298	255	16,68
4.1. Gestão Previdencial	297	255	16,60
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1		37,76

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 55. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Emater Básico em 2014 (R\$ Mil)

R\$ Mil			
Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	137.751	141.306	-2,52
Disponível	6	14	-57,14
Recebível	3.887	3.722	4,43
Investimento	133.858	137.570	-2,70
Fundos de Investimentos	124.678	128.261	-2,79
Investimentos Imobiliários	7.103	7.183	-1,11
Empréstimos	2.000	2.029	-1,43
Financiamentos Imobiliários	77	97	-20,62
2. Obrigações	2.214	1.969	12,44
Operacional	638	618	3,24
Contingencial	1.576	1.351	16,65
3. Fundos Não Previdenciais	1.451	1.333	8,85
Fundos Administrativos	455	391	16,37
Fundos dos Investimentos	996	942	5,73
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	134.086	138.003	-2,84
Provisões Matemáticas	133.469	138.003	-3,29
Superávit / Déficit Técnico	617		0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	617		0,00
A.1) Superávit Técnico Acumulado	617		0,00
B) Ajuste de Precificação	7.444		0,00
C) (+/ -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	8.061		0,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 56. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Emater Básico em 2014(R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	138.003	141.569	-2,52
	1. Adições	15.068	13.864	8,68
(+)	Contribuições	3.986	3.209	24,21
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.082	10.655	4,01
	2. Destinações	18.985	17.430	8,92
(-)	Benefícios	18.538	17.050	8,73
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	227	102	122,85
(-)	Custeio Administrativo	220	278	-20,87
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-3.917	-3.565	9,86
(+/-)	Provisões Matemáticas	-4.534	-3.565	27,17
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	617		0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	134.086	138.003	-2,84
	C) Fundos não previdenciais	1.451	1.333	8,83
(+/-)	Fundos Administrativos	455	391	16,42
(+/-)	Fundos dos Investimentos	996	942	5,68

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 57. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Emater Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	137.296	140.914	-2,57
1. Provisões Matemáticas	133.469	138.003	-3,29
1.1. Benefícios Concedidos	165.275	170.835	-3,26
Benefício Definido	165.274	170.835	-3,26
1.2. Benefício a Conceder	214	195	9,87
Benefício Definido	214	195	9,87
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	32.019	33.027	-3,05
(-) Déficit Equacionado	32.019	33.027	-3,05
(-) Patrocinador(es)	32.019	33.027	-3,05
2. Equilíbrio Técnico	617		0,00
2.1. Resultados Realizados	617		0,00
Superávit Técnico Acumulado	617		0,00
Reserva de Contingência	617		0,00
3. Fundos	996	942	5,68
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	996	942	5,68
4. Exigível Operacional	638	618	3,15
4.1. Gestão Previdencial	625	599	4,17
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	13	19	-29,10
5. Exigível Contingencial	1.576	1.351	16,66
5.1. Gestão Previdencial	1.576	1.349	16,79
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial		2	-100,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Emater Saldado

Tabela 58. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Emater Saldado em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	214.536	130.551	64,33
Disponível	6	12	-50,00
Recebível	68.818	1.190	M%
Investimento	145.712	129.349	12,65
Fundos de Investimentos	135.523	117.415	15,42
Investimentos Imobiliários	4.183	4.232	-1,16
Empréstimos	5.915	7.599	-22,16
Financiamentos Imobiliários	91	103	-11,65
2. Obrigações	56	31	80,65
Operacional	56	30	86,67
Contingencial		1	-100,00
3. Fundos Não Previdenciais	1.109	923	20,15
Fundos Administrativos	576	464	24,14
Fundos dos Investimentos	533	459	16,12
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	213.371	129.597	64,64
Provisões Matemáticas	200.389	129.597	54,62
Superávit / Déficit Técnico	12.982		0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	12.982		0,00
A.1) Superávit Técnico Acumulado	12.982		0,00
B) Ajuste de Precificação	7.887		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	20.869		0,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 59. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Emater Saldado em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	129.597	117.766	10,05
1. Adições	90.257	15.409	485,73
(+) Contribuições	77.738	8.008	870,73
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.519	7.401	69,15
2. Destinações	6.483	3.578	81,18
(-) Benefícios	5.719	2.859	100,05
(-) Custeio Administrativo	764	719	6,17
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	83.774	11.831	608,08
(+/-) Provisões Matemáticas	70.793	11.831	498,36
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	12.981		0,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	213.371	129.597	64,64
C) Fundos não previdenciais	1.109	923	20,21
(+/-) Fundos Administrativos	576	464	24,30
(+/-) Fundos dos Investimentos	533	459	16,07

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 60. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Emater Saldado em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	213.961	130.087	64,47
1. Provisões Matemáticas	200.390	129.597	54,62
1.1. Benefícios Concedidos	71.441	33.718	111,87
Benefício Definido	71.441	33.718	111,87
1.2. Benefício a Conceder	128.949	164.713	-21,71
Benefício Definido	128.949	164.713	-21,71
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir		68.834	-100,00
(-) Déficit Equacionado		68.834	-100,00
(-) Patrocinador(es)		68.834	-100,00
2. Equilíbrio Técnico	12.982		0,00
2.1. Resultados Realizados	12.982		0,00
Superávit Técnico Acumulado	12.982		0,00
Reserva de Contingência	12.982		0,00
3. Fundos	533	459	16,07
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	533	459	16,07
4. Exigível Operacional	56	30	86,12
4.1. Gestão Previdencial	33	10	215,63
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	23	20	17,08
5. Exigível Contingencial		1	-100,00
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial		1	-100,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 61. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Emater-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	R\$ Mil		
	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	87.878	70.411	24,81
Disponível	2	2	0,00
Recebível	1.207	1.175	2,72
Investimento	86.669	69.234	25,18
Fundos de Investimentos	86.044	68.590	25,45
Empréstimos	625	644	-2,95
2. Obrigações	110	28	292,86
Operacional	110	28	292,86
3. Fundos Não Previdenciais	346	299	15,72
Fundos Administrativos	297	260	14,23
Fundos dos Investimentos	49	39	25,64
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	87.422	70.084	24,74
Provisões Matemáticas	90.128	68.232	32,09
Superávit / Déficit Técnico	-4.108		0,00
Fundos Previdenciais	1.402	1.852	-24,30

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	-4.108		0,00
A.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	4.108		0,00
B) Ajuste de Precificação	640		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	-3.468		0,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 62. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Emater-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	70.084	58.541	19,72
	1. Adições	18.998	12.703	49,55
(+)	Contribuições	11.585	11.338	2,18
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.413	1.365	443,01
	2. Destinações	1.660	1.160	43,13
(-)	Benefícios	1.448	962	50,52
(-)	Custeio Administrativo	212	198	7,21
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	17.338	11.543	50,19
(+/-)	Provisões Matemáticas	21.896	16.717	30,98
(+/-)	Fundos Previdenciais	-450	-5.174	-91,30
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-4.108		0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	87.422	70.084	24,74
	C) Fundos não previdenciais	346	299	15,45
(+/-)	Fundos Administrativos	297	260	13,90
(+/-)	Fundos dos Investimentos	49	39	25,79

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 63. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Emater-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	87.581	70.151	24,85
1. Provisões Matemáticas	90.128	68.232	32,09
1.1. Benefícios Concedidos	11.818	7.770	52,11
Benefício Definido	11.818	7.770	52,11
1.2. Benefício a Conceder	78.310	60.462	29,52
Contribuição Definida	68.809	56.715	21,32
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	30.391	24.864	22,23
Saldo de Contas - Parcela Participantes	38.419	31.851	20,62
Benefício Definido	9.500	3.747	153,53
2. Equilíbrio Técnico	4.108		0,00
2.1. Resultados Realizados	4.108		0,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	4.108		0,00
3. Fundos	1.451	1.891	-23,28
3.1. Fundos Previdenciais	1.402	1.852	-24,31
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	49	39	25,79
4. Exigível Operacional	110	28	293,27
4.1. Gestão Previdencial	109	28	298,62
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1		43,35

Tabela 64. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Epamig Básico em 2014 (R\$ Mil)

R\$ Mil			
Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	11.775	11.781	-0,05
Disponível	1	4	-75,00
Receível	459	420	9,29
Investimento	11.315	11.357	-0,37
Fundos de Investimentos	10.516	10.548	-0,30
Investimentos Imobiliários	642	649	-1,08
Empréstimos	157	160	-1,88
2. Obrigações	185	175	5,71
Operacional	136	129	5,43
Contingencial	49	46	6,52
3. Fundos Não Previdenciais	160	138	15,94
Fundos Administrativos	89	75	18,67
Fundos dos Investimentos	71	63	12,70
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	11.430	11.468	-0,33
Provisões Matemáticas	9.558	9.734	-1,81
Superávit / Déficit Técnico	1.872		0,00
Fundos Previdenciais		1.734	-100,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	1.872		0,00
A.1) Superávit Técnico Acumulado	1.872		0,00
B) Ajuste de Precificação	690		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	2.562		0,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 65. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Epamig Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	11.468	11.646	-1,53
	1. Adições	2.011	1.805	11,44
(+)	Contribuições	1.091	897	21,69
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	920	908	1,31
	2. Destinações	2.049	1.982	3,36
(-)	Benefícios	1.947	1.879	3,61
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	3	2	21,85
(-)	Custeio Administrativo	99	101	-1,73
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-38	-178	-78,65
(+/-)	Provisões Matemáticas	-176	-387	-54,71
(+/-)	Fundos Previdenciais	-1.734	209	-927,64
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.872		0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	11.430	11.468	-0,33
	C) Fundos não previdenciais	160	138	15,88
(+/-)	Fundos Administrativos	89	75	18,57
(+/-)	Fundos dos Investimentos	71	63	12,67

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 66. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Epamig Básico em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	11.687	11.706	-0,17
1. Provisões Matemáticas	9.559	9.734	-1,80
1.1. Benefícios Concedidos	18.484	18.770	-1,53
Benefício Definido	18.484	18.770	-1,53
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	8.925	9.036	-1,23
(-) Déficit Equacionado	8.925	9.036	-1,23
(-) Patrocinador(es)	8.925	9.036	-1,23
2. Equilíbrio Técnico	1.872		0,00
2.1. Resultados Realizados	1.872		0,00
Superávit Técnico Acumulado	1.872		0,00
Reserva de Contingência	1.872		0,00
3. Fundos	71	1.797	-96,06
3.1. Fundos Previdenciais		1.734	-100,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	71	63	12,67
4. Exigível Operacional	136	129	5,70
4.1. Gestão Previdencial	135	127	6,17
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	2	-29,77
5. Exigível Contingencial	49	46	6,12
5.1. Gestão Previdencial	49	46	6,42

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 67. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Epamig Saldado em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	54.742	50.794	7,77
Disponível	3	5	-40,00
Recebível	239	203	17,73
Investimento	54.500	50.586	7,74
Fundos de Investimentos	50.629	46.322	9,30
Investimentos Imobiliários	1.971	1.994	-1,15
Empréstimos	1.900	2.270	-16,30
2. Obrigações	13	12	8,33
Operacional	13	12	8,33
3. Fundos Não Previdenciais	405	332	21,99
Fundos Administrativos	212	170	24,71
Fundos dos Investimentos	193	162	19,14
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	54.324	50.451	7,68
Provisões Matemáticas	46.826	47.421	-1,25
Superávit / Déficit Técnico	7.498	3.030	147,46

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	7.498	3.030	147,46
A.1) Superávit Técnico Acumulado	7.498	3.030	147,46
B) Ajuste de Precificação	3.299		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	10.797	3.030	256,34

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 68. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Epamig Saldado em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercicio	50.451	47.927	5,27
1. Adições	4.829	3.401	41,99
(+) Contribuições	266	192	38,47
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.563	3.209	42,20
2. Destinações	956	877	9,03
(-) Benefícios	717	611	17,43
(-) Custeio Administrativo	239	266	-10,24
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.873	2.524	53,44
(+/-) Provisões Matemáticas	-594	1.544	-138,51
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	4.467	980	356,03
B) Ativo Líquido - final do exercicio (A+3+4)	54.324	50.451	7,68
C) Fundos não previdenciais	405	332	21,87
(+/-) Fundos Administrativos	212	170	24,89
(+/-) Fundos dos Investimentos	193	162	18,70

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 69. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Epamig Saldado em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	54.529	50.625	7,71
1. Provisões Matemáticas	46.826	47.421	-1,25
1.1. Benefícios Concedidos	7.102	7.100	0,03
Benefício Definido	7.102	7.100	0,03
1.2. Benefício a Conceder	39.724	40.321	-1,48
Benefício Definido	39.724	40.321	-1,48
2. Equilíbrio Técnico	7.497	3.030	147,43
2.1. Resultados Realizados	7.497	3.030	147,43
Superávit Técnico Acumulado	7.497	3.030	147,43
Reserva de Contingência	7.497	3.030	147,43
3. Fundos	193	162	18,70
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	193	162	18,70
4. Exigível Operacional	13	12	15,17
4.1. Gestão Previdencial	3	4	5,63
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	10	8	19,01

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 70. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Epamig-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	R\$ Mil		
	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	20.576	16.542	24,39
Disponível	3	2	50,00
Receível	328	320	2,50
Investimento	20.245	16.220	24,82
Fundos de Investimentos	19.926	15.871	25,55
Empréstimos	319	349	-8,60
2. Obrigações	30	22	36,36
Operacional	30	22	36,36
3. Fundos Não Previdenciais	129	110	17,27
Fundos Administrativos	103	91	13,19
Fundos dos Investimentos	26	19	36,84
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	20.416	16.410	24,41
Provisões Matemáticas	22.042	17.443	26,37
Superávit / Déficit Técnico	-1.825	-1.033	76,67
Fundos Previdenciais	199		0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado	-1.825	-1.033	76,67
A.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	1.825	1.033	76,67
B) Ajuste de Precificação	146		0,00
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	-1.679	-1.033	62,54

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 71. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Epamig-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	16.410	13.741	19,42
	1. Adições	4.633	3.163	46,46
(+)	Contribuições	2.898	2.803	3,38
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.735	360	382,12
	2. Destinações	626	494	26,75
(-)	Benefícios	531	408	29,90
(-)	Custeio Administrativo	95	86	11,73
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.007	2.669	50,11
(+/-)	Provisões Matemáticas	4.600	4.865	-5,46
(+/-)	Fundos Previdenciais	199	-1.163	-117,10
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-792	-1.033	-23,31
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	20.417	16.410	24,42
	C) Fundos não previdenciais	129	110	17,83
(+/-)	Fundos Administrativos	103	91	13,33
(+/-)	Fundos dos Investimentos	26	19	39,34

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 72. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Epamig-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	20.472	16.451	24,45
1. Provisões Matemáticas	22.042	17.443	26,37
1.1. Benefícios Concedidos	2.627	2.757	-4,70
Benefício Definido	2.627	2.757	-4,70
1.2. Benefício a Conceder	19.415	14.686	32,20
Contribuição Definida	16.928	13.403	26,31
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	7.457	5.904	26,29
Saldo de Contas - Parcela Participantes	9.471	7.498	26,32
Benefício Definido	2.487	1.283	93,78
2. Equilíbrio Técnico	1.825	1.033	76,69
2.1. Resultados Realizados	1.825	1.033	76,69
(-) Déficit Técnico Acumulado	1.825	1.033	76,69
3. Fundos	225	19	1085,02
3.1. Fundos Previdenciais	199		0,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	26	19	39,34
4. Exigível Operacional	30	22	34,40
4.1. Gestão Previdencial	30	22	34,35

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 73. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano Cidasc-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	R\$ Mil		
	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	7.751	4.983	55,55
Disponível	2	2	0,00
Recebível	67	53	26,42
Investimento	7.682	4.928	55,88
Fundos de Investimentos	7.645	4.897	56,12
Empréstimos	37	31	19,35
2. Obrigações	48	18	166,67
Operacional	48	18	166,67
3. Fundos Não Previdenciais	56	38	47,37
Fundos Administrativos	55	37	48,65
Fundos dos Investimentos	1	1	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	7.647	4.927	55,21
Provisões Matemáticas	6.634	4.223	57,09
Superávit / Déficit Técnico		20	-100,00
Fundos Previdenciais	1.013	684	48,10

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado		20	-100,00
A.1) Superávit Técnico Acumulado		20	-100,00
B) Ajuste de Precificação	53		
C) (+/ -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	53	20	165,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 74. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano Cidasc-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	4.927	3.159	55,94
	1. Adições	3.239	2.155	50,32
(+)	Contribuições	2.655	2.092	26,92
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	584	63	830,89
	2. Destinações	520	387	34,16
(-)	Benefícios	341	256	33,28
(-)	Custeio Administrativo	179	131	35,86
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.720	1.768	53,86
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.411	1.555	55,01
(+/-)	Fundos Previdenciais	329	193	71,16
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-20	20	-200,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	7.647	4.927	55,20
	C) Fundos não previdenciais	56	38	46,47
(+/-)	Fundos Administrativos	55	37	47,13
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1	1	25,54

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 75. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano Cidasc-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	7.695	4.946	55,60
1. Provisões Matemáticas	6.633	4.223	57,08
1.2. Benefício a Conceder	6.633	4.223	57,08
Contribuição Definida	6.633	4.223	57,08
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	3.062	1.973	55,18
Saldo de Contas - Parcela Participantes	3.571	2.250	58,76
2. Equilíbrio Técnico		20	-100,00
2.1. Resultados Realizados		20	-100,00
Superávit Técnico Acumulado		20	-100,00
Reserva de Contingência		20	
3. Fundos	1.014	685	48,08
3.1. Fundos Previdenciais	1.013	684	48,11
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1	1	25,54
4. Exigível Operacional	48	18	168,29
4.1. Gestão Previdencial	48	18	168,56

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 76. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano ABDI-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	R\$ Mil		
	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	3.946	2.113	86,75
Disponível	2	1	100,00
Recebível	142	7	M%
Investimento	3.802	2.105	80,62
Fundos de Investimentos	3.802	2.105	80,62
2. Obrigações	17		0,00
Operacional	17		0,00
3. Fundos Não Previdenciais	7	1	600,00
Fundos Administrativos	7	1	600,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	3.922	2.112	85,70
Provisões Matemáticas	3.843	2.062	86,37
Superávit / Déficit Técnico		11	-100,00
Fundos Previdenciais	79	39	102,56

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado		11	-100,00
A.1) Superávit Técnico Acumulado		11	-100,00
B) Ajuste de Precificação	26		
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	26	11	136,36

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 77. Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL) do Plano ABDI-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	2.112		0,00
	1. Adições	2.059	2.180	-5,54
(+)	Contribuições	1.770	2.162	-18,12
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	289	18	1467,92
	2. Destinações	249	68	264,59
(-)	Benefícios	201	51	295,91
(-)	Custeio Administrativo	48	17	174,56
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.810	2.112	-14,29
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.781	2.062	-13,64
(+/-)	Fundos Previdenciais	40	39	4,85
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-11	11	-200,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	3.922	2.112	85,71
	C) Fundos não previdenciais	7	1	360,30
(+/-)	Fundos Administrativos	7	1	360,30

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 78. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano ABDI-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	3.939	2.112	86,53
1. Provisões Matemáticas	3.843	2.062	86,36
1.2. Benefício a Conceder	3.843	2.062	86,36
Contribuição Definida	3.843	2.062	86,36
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	1.884	1.023	84,21
Saldo de Contas - Parcela Participantes	1.959	1.039	88,47
2. Equilíbrio Técnico		11	-100,00
2.1. Resultados Realizados		11	-100,00
Superávit Técnico Acumulado		11	-100,00
Reserva de Contingência		11	-100,00
3. Fundos	79	39	104,85
3.1. Fundos Previdenciais	79	39	104,85
4. Exigível Operacional	17		20980,35
4.1. Gestão Previdencial	17		25855,84

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 79. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano EmaterDF-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	R\$ Mil		
	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
1. Ativos	1.242		0,00
Disponível	2		0,00
Recebível	448		0,00
Investimento	792		0,00
Fundos de Investimentos	792		0,00
2. Obrigações	42		0,00
Operacional	42		0,00
3. Fundos Não Previdenciais	3		0,00
Fundos Administrativos	3		0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.197		0,00
Provisões Matemáticas	1.169		0,00
Fundos Previdenciais	28		0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Resultado Realizado			
A.1) Superávit Técnico Acumulado			
A.2) (-) Déficit Técnico Acumulado			
B) Ajuste de Precificação	6		
C) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A + B)	6		

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 80. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano EmaterDF-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição		Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
	1. Adições	1.393		0,00
(+)	Contribuições	1.383		0,00
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	10		0,00
	2. Destinações	196		0,00
(-)	Benefícios	154		0,00
(-)	Custeio Administrativo	42		0,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.197		0,00
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.169		0,00
(+/-)	Fundos Previdenciais	28		0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.197		0,00
	C) Fundos não previdenciais	3		0,00
(+/-)	Fundos Administrativos	3		0,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 81. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) do Plano EmaterDF-FlexCeres em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	Exercício 12/2014	Exercício 12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.239		0,00
1. Provisões Matemáticas	1.169		0,00
1.2. Benefício a Conceder	1.169		0,00
Contribuição Definida	1.169		0,00
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	563		0,00
Saldo de Contas - Parcela Participantes	606		0,00
3. Fundos	28		0,00
3.1. Fundos Previdenciais	28		0,00
4. Exigível Operacional	42		0,00
4.1. Gestão Previdencial	42		0,00

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

5. Despesas Administrativas dos Planos de Benefícios

As despesas e as receitas operacionais em 2014, constantes do Plano de Gestão Administrativa (PGA), tiveram o comportamento descrito nas tabelas a seguir, comparativamente com o ano anterior.

Os registros contábeis relacionados ao Plano de Gestão Administrativa estão discriminados na Tabela 82. A distribuição das despesas administrativas totais está detalhada nas Tabelas 82 e 83.

Tabela 82. Demonstração Contábil do PGA e do Fundo Administrativo em 2014 (R\$ Mil)

Descrição	2013	2014	Variação (%)
Posição do Fundo Administrativo no início do exercício	8.422	10.042	19,24
1. Custeio da Gestão Administrativa	18.335	20.478	11,69
Receitas	18.335	20.478	11,69
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial coberto pelos planos de benefício	8.830	9.607	8,81
Custeio Administrativo dos Investimentos coberto pelos planos de benefício	8.219	8.943	8,81
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	455	444	-2,52
Resultado positivo da aplicação dos recursos do fundo administrativo	824	1.483	79,97
Outras Receitas	7	1	-86,37
2. Despesas Administrativas por gestão	16.715	18.500	19,68
2.1. Previdencial	8.192	9.306	13,61
Pessoal e encargos	5.515	6.123	11,02
Treinamentos/congressos e seminários	39	35	-9,13
Viagens e estadias	75	70	-6,21
Serviços de terceiros	506	755	49,38
Despesas gerais	1.473	1.694	15,00
Depreciações e amortizações	162	162	-0,04
Contingências	422	467	10,66
2.2. Investimento	8.523	9.164	7,87
Pessoal e encargos	5.522	6.123	10,90
Treinamentos/congressos e seminários	38	35	-7,11
Viagens e estadias	79	70	-11,47
Serviços de terceiros	806	660	-18,16
Despesas gerais	1.494	1.677	12,26
Depreciações e amortizações	162	162	-0,04
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.620	1.978	22,07
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.620	1.978	22,07
Posição do Fundo Administrativo no final do exercício (A+5)	10.042	12.020	19,69

Fonte: Ceres, Gcont, 2015

Tabela 83. Distribuição das Despesas Administrativas Totais em 2014 (R\$ 1,00)

Despesas	2013	2014	Variação %
GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Pessoal e Encargos	11.037.025	12.246.603	11%
Conselheiros	181.103	190.098	5%
Dirigentes	1.534.574	1.628.196	6%
Pessoal Próprio	9.178.603	10.305.720	12%
Estagiários	142.744	122.589	-14%
Treinamentos e Outros	230.467	210.517	-9%
Treinamentos, Congressos e Seminários	77.248	70.964	-8%
Viagens e Estadias	153.218	139.554	-9%
Suprimentos	2.495.524	2.893.502	16%
Aluguel Edifício de Uso Próprio	983.107	954.233	-3%
Limpeza, Vigilância, Recepcionista e Mensageiro	576.399	848.002	47%
Correios Malotes e Fretes	157.371	166.688	6%
Despesas Gerais	778.647	924.579	19%
Amortizações e Depreciações	323.713	323.573	0%
Taxa de Fiscalização da Previc - TAFIC	344.685	354.050	3%
Bancárias	127.190	124.039	-2%
Contingências	844.685	933.242	10%
Serviços de Terceiros	1.311.970	1.415.210	8%
Auditorias	70.000	57.365	-18%
Auditoria Contábil	70.000	57.365	-18%
Consultorias	1.241.970	1.357.845	9%
Consultoria Atuarial	175.111	211.422	21%
Consultoria Gestão/Planejamento	8.000	39.750	397%
Consultoria Recursos Humanos	36.762	15.696	-57%
Consultoria Jurídica	426.085	471.221	11%
Consultoria Informática - Sistemas de Informação	411.476	515.515	25%
Consultoria de Investimentos	184.536	104.240	-44%
Total - Gestão Administrativa	16.715.259	18.500.736	11%
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS			
Controladoria			
FIA, FIP, FMIEE, FII e Fundos Exclusivos (Eros, Tranq. e Agrociência)	295.595	326.698	
Custódia, Administração e Taxas			
FIA, FIP, FMIEE e FII	39.406	34.469	
Fundo Exclusivo Eros*	269.730	319.452	
Fundo Exclusivo Tranquilidade*	327.234	406.587	
Fundo Exclusivo Agrociência*	190.005	225.746	
Administração de Empréstimos e Financiamentos			
Empréstimos	444.598	433.973	
Financiamentos Imobiliários	10.758	9.926	
Total - Gestão dos Investimentos	1.577.325	1.756.851	
Total - Gestão dos Investimentos e G. Administrativa	18.292.583	20.257.587	

Fonte: Ceres, Gecor, 2015

*Os valores correspondentes são contabilizados dentro da carteira do Fundo.

Tabela 84. Comportamento das Despesas Administrativas entre os Programas de Administração Previdencial e de Investimentos em 2014 (R\$ 1,00)

Item	2013			2014		
	Valor	Valor	Variação	Valor	Valor	Variação
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
ADMINISTRACAO PREVIDENCIAL	8.864.558	8.191.760	-7,59%	9.607.304	9.194.473	-4,30
Pessoal e Encargos	5.538.644	5.513.545		6.039.569	6.228.736	
Serviço de Terceiros	759.467	505.629		1.442.871	659.907	
Despesas Gerais	2.326.577	2.010.729		1.882.548	2.144.044	
Depreciação e Amortização	239.870	161.857		242.315	161.786	
ADMINISTRACAO DOS INVESTIMENTOS	8.184.336	8.523.499	4,14%	8.943.196	9.306.262	4,06
Pessoal e Encargos	5.155.783	5.523.480		5.622.081	6.228.384	
Serviço de Terceiros	999.467	806.340		1.343.132	755.303	
Despesas Gerais	1.805.797	2.031.822		1.752.417	2.160.789	
Depreciação e Amortização	223.289	161.856		225.564	161.786	

Fonte: Ceres, Gerad, 2015

As metas previstas no PGA apresentaram os seguintes resultados:

- a) Despesa administrativa em relação aos recursos garantidores (Taxa de Administração)

Meta estabelecida: Taxa de 0,43%. Taxa obtida: 0,44% (real 0,43%*);

- b) Despesa administrativa em relação às receitas previdenciais

Meta estabelecida: 7,41%. Relação obtida: 7,23%. Meta alcançada.

- c) Relação custo médio/participante.

Meta: R\$ 1.006,00. Custo apurado: R\$ 1.010,00.

A despeito de não haver atingido a meta, o custo praticado pela Ceres é competitivo, pois estudo recente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) indica que o custo médio *per-capita* nas entidades do porte da Ceres é de R\$ 1.818,00. Se consideradas apenas as entidades patrocinadas por empresas públicas Federais, o custo médio por participante é de R\$ 2.238,60.

- d) Relação empregado da Ceres x participantes

Meta estabelecida: 1 empregado para 246 participantes. Resultado obtido: 1 empregado para 254 participantes, portanto, meta atingida com ganho.

- e) Relação número de empregados da Ceres x plano administrado

Meta estabelecida: 4,3 empregados por plano. Resultado obtido: 4,24 empregados por plano.

- f) Taxa de Carregamento (percentual calculado o montante das receitas administrativas + despesas previdenciais (fluxo previdencial)).

Meta estabelecida: 3,70%. Taxa obtida: 3,82% (real: 3,72%*).

() taxa real significa que a base de cálculo é a despesa efetiva, excluindo a receita administrativa (taxas de empréstimo e de financiamento).*

A Taxa de Carregamento é um dos parâmetros legais que limitam as despesas administrativas nas entidades fechadas de previdência privada e corresponde ao percentual de 9% do montante dos valores anuais somados das receitas previdenciais e da folha de benefícios. Esta regra está estabelecida na Resolução CGPC Nº 29, de 31 de agosto de 2009. A taxa de 3,82 % praticada pela Ceres representa menos da metade (42%) do limite legal.

O outro parâmetro para as despesas administrativas das EFPCs é a Taxa de Administração, que limita as despesas em 1% (um por cento) dos recursos garantidores. Por este parâmetro, a Ceres praticou, em 2014, a taxa de 0,44%.

Cabe o esclarecimento de que as entidades devem optar por um dos limitadores para os seus gastos operacionais. A Ceres, quando aprovou o Regulamento do PGA junto ao Conselho Deliberativo, estabeleceu como limite a Taxa de Carregamento, ou seja, 9% calculado sobre a soma das receitas previdenciárias e o custo da folha de benefícios (fluxo previdencial).

6. Pareceres

Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 210/211 Ed. Potenza
Altesta – 60150-160 – Fortaleza – CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EMBRAPA

PLANO EMBRAPA BÁSICO

POSIÇÃO EM 31/12/2014

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do plano de benefícios denominado plano Embrapa Básico, mantido pela Embrapa e administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-83 male para a tábua AT-83 por sexo; c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC suavizada em 60% para a Winklevoss; d) tábua de entrada em invalidez: modificada da IAPB-57 fraca para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,63%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise é estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

Desde a implantação do Plano Embrapa-FlexCeres, em maio de 2007, o plano Embrapa Básico se encontra em extinção, estando fechado a novas inscrições.

O plano de benefícios apresenta apenas um grupo de custeio.

O custo total do plano em 2014, composto pelo custo normal e extraordinário, situou-se em 34,435% sobre o total dos salários-de-participação dos seus participantes, tendo apresentado pequena variação em relação ao custo registrado na avaliação de 2013, cujo percentual foi de 34,034%, demonstrando uma inexpressiva variação de custo entre os dois exercícios. Contribuíram como causas de variação do custo as mudanças cadastrais ocorridas no período e a alteração nas hipóteses atuariais. A estabilidade dos custos do plano é fruto da conjugação dos impactos opostos, destacando-se como fatores de aumento do custo o crescimento salarial superior ao esperado, como demonstrado na seção de Hipóteses Atuariais no item de Crescimento Real de Salário desta DA e a implementação de tábua de mortalidade geral por sexo. Em contrapartida, a alteração da tábua de mortalidade de inválidos e da tábua de entrada em invalidez, revelaram-se fatores de redução de custo.

**TABELA Nº 01 – CUSTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS –
PLANO EMBRAPA BÁSICO**

Tipo de Custo	Total
Normal	16,645%
Dotação Inicial	2,320%
Extraordinário ¹	15,470%
Total	34,435%

Notas: (1) Neste custo está incluída a taxa de contribuição extraordinária dos assistidos de 0,280% sobre o valor do benefício, correspondente a 0,269% sobre a folha de salário-de-participação. O montante dessa contribuição extraordinária paga pelos assistidos atuais e futuros é de R\$ 10.916.063, sendo R\$ 4.690.170 referente aos atuais assistidos e R\$ 6.225.893 relativos aos futuros assistidos.

Plano de custeio para 2015

O plano de custeio para 2015 será mantido nos mesmos percentuais praticados no exercício de 2014, uma vez que as alíquotas de contribuição da patrocinadora e dos participantes e assistidos produzem um custeio na dimensão do custo total do plano.

Vale ressaltar que, o prazo de financiamento da contribuição extraordinária necessário para integralizar a reserva a amortizar corresponde a uma média de 9,02 anos. Esse prazo é a média do tempo remanescente da elegibilidade à aposentadoria dos participantes não iminentes.

A contribuição total prevista para a patrocinadora será de 21,266% do total dos salários-de-participação, enquanto que para os participantes ativos se estima uma contribuição média de 12,900% e para os participantes assistidos de 0,269%, conforme apresentado na tabela nº 02. Os assistidos com data de início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria, pagam contribuição de 8,28% sobre os benefícios, os demais assistidos pagam 0,28% sobre os benefícios.

**TABELA Nº 02 – CUSTEIO DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PARA 2015 – PLANO EMBRAPA BÁSICO**

Patrocinadora	Participante		Total
	Ativo	Assistido	
21,266%	12,900%	0,269% ⁽¹⁾	34,435%

Notas: (1) Contribuição extraordinária dos assistidos de 0,280% sobre o valor do benefício, correspondente a 0,269% sobre a folha de salário-de-participação. Além dessa contribuição, os assistidos pagam 8% incidentes sobre os benefícios.

**TABELA Nº 03 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2015 –
CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL DOS PARTICIPANTES
ATIVOS – PLANO EMBRAPA BÁSICO**

% Sobre o Salário de Participação ¹	Sobre o excedente do SP em relação		Contribuição Média
	À metade do Valor de Referência	Ao Valor de Referência	
2,180% a 4,378%	2,906%	15,816%	12,900%

NOTAS: (1) Calculada em função da idade do participante na data da inscrição.

(2) Em % dos salários de participação na data desta avaliação.

O Plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2014.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Embrapa Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados aos fatores biométricos e ao risco de mercado, principalmente ao que se refere à longevidade e à taxa de juros. Estes riscos podem surgir pela inadequação das hipóteses atuariais trazendo volatilidade ao plano de benefícios. O monitoramento sistemático desses riscos é realizado através: das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e premissas atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2014, um déficit atuarial de R\$ 204.869.857, que representa 6,63% as provisões matemáticas totais. Conforme determinado na Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, modificada pela Resolução CNPC nº 13, de 4 de novembro de 2013, a entidade

procederá a elaboração de plano de equacionamento do déficit atuarial nos prazos estabelecidos no inciso II da nova redação dada ao art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, abaixo transcrito.

"Art. 28. Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado o plano de equacionamento do déficit, obedecendo aos seguintes prazos contados a partir do encerramento do exercício social que apurou o resultado deficitário.

I - até o final do exercício seguinte, se o déficit técnico acumulado for superior a dez por cento das provisões matemáticas.

II - até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, se o déficit técnico acumulado for igual ou inferior a dez por cento das provisões matemáticas."

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, o déficit atuarial deverá ser alterado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

Dessa forma e, considerando a informação prestada pela Entidade que apurou um montante positivo (receitas) de R\$ 185.390.737 como sendo o valor do ajuste de precificação dos ativos do plano sob comento, o resultado atuarial deficitário ajustado é igual a R\$ 19.479.120, que equivale a 0,63% das provisões matemáticas de benefício definido.

Lembramos que este configura o segundo resultado deficitário abaixo de 10% das provisões matemáticas, para efeito de contagem do prazo estabelecido na resolução CGPC 26/2008.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Quanto à situação atuarial, calculou-se uma provisão matemática total de R\$ 3.090.363.014, composta por R\$ 1.536.365.612 relativos aos benefícios concedidos, de R\$ 1.872.868.978, referente aos benefícios a conceder, e de provisões matemáticas a constituir de R\$ 318.871.576, as quais possuem um efeito redutor no cálculo das provisões matemáticas totais.

Conforme se observa na tabela nº 04, apresentada a seguir, o plano registrou um déficit no exercício de 2014 de R\$ 204.869.857 originado, principalmente, pela rentabilidade real líquida patrimonial de -2,23%.

TABELA Nº 04 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EMBRAPA BÁSICO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano – PCP	2.684.024.584	2.885.493.157	7,51%
Provisões Matemáticas – PM	2.752.522.255	3.090.363.014	12,27%
Resultados realizados	(68.497.671)	(204.869.857)	199,09%
Resultado sobre as PM	2,49%	-6,63%	-
Resultado sobre o PCP	2,55%	-7,10%	-

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2014 foi de 9,35% em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,84%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -2,23% no período.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 05 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014 –VALORES EM R\$

Item	Atuariais						Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Crescimento Salarial	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	108.602.705	0	0	0	0	0	108.602.705
Perda	0	- 59.209.740	- 933.290	- 9.467.148	- 76.060.657	- 48.843.297	- 194.514.132
Total	108.602.705	- 59.209.740	- 933.290	- 9.467.148	- 76.060.657	- 48.843.297	- 85.911.427

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios se encontra em situação de desequilíbrio atuarial moderado, conforme a tabela abaixo, possuindo um déficit atuarial de R\$ 204.869.857, que será equacionado na forma e nos prazos da legislação em vigor:-

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros e superávit técnico.

TABELA Nº 06– BALANÇO ATUARIAL – 31/12/2014

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.885.493.157	Benefícios Futuros	3.575.790.282
Contribuições Futuras	485.427.268	Benefícios Concedidos	1.536.365.612
Contribuição Normal	166.555.692	Benefícios a Conceder	2.039.424.670
Contribuição Extraordinária	318.871.576	Resultados realizados	(204.869.857)
Total	3.370.920.425	Total	3.370.920.425

Fundos previdenciais

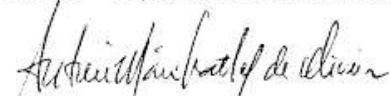
Na data desta reavaliação atuarial, como também no exercício anterior, não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.



Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EMBRAPA

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EMBRAPA-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano de benefícios Embrapa-FlexCeres, patrocinado pela Embrapa e administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-2000 male para a tábua AT-83 por sexo; c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tábua de entrada em invalidez: modificada da TASA-1927 para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,85%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia

e têm os seus valores reajustados pela variação patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

O plano Embrapa-FlexCeres foi implantado a partir de maio de 2007 e possui apenas um grupo de custeio.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2014

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	1,242%
Patrocinadora	0,621%
Participante	0,621%
Administrativo	0,564%
Patrocinadora	0,282%
Participante	0,282%
Custo Total	1,806%
Patrocinadora	0,903%
Participante	0,903%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Embrapa-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,806% dos salários-de-participação, observando-se uma pequena elevação no custo em relação ao percentual registrado na avaliação de 31/12/2013, que foi de 1,666%. O aumento dos custos dos benefícios é decorrente das modificações no perfil da população de participantes, decorrente, inclusive, das novas adesões, bem como das alterações nas hipóteses atuariais, em especial na modificação da tábua de entrada em invalidez, cujas taxas de entrada em invalidez da nova tábua são superiores às da anterior.

Plano de custeio para 2015

Na tabela nº 02 está apresentado o plano de custeio para 2015, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2014 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano. O custeio administrativo para 2015 está sendo proposto no mesmo patamar do custo administrativo apurado em 31/12/2014, porém o custeio dos benefícios de risco para 2015 de 0,960% está sendo proposto ser mantido o mesmo praticado em 2014, apesar do custo dos benefícios de risco apurado em 31/12/2014 ter sido de 1,242%, haja vista a existência do fundo de risco de invalidez e pensão no valor de R\$ 27.664.316 ser suficiente para o seu objetivo principal de mitigar o risco de invalidez e morte e ainda poder financiar o custeio abaixo do custo.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2015

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	13,033%
Patrocinadora	6,080%
Participante	6,953%
Benefícios de risco	0,960%
Patrocinadora	0,480%
Participante	0,480%
Custeio administrativo	0,564%
Patrocinadora	0,282%
Participante	0,282%
Custeio Total	14,839%
Patrocinadora	6,983%
Participante	7,856%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,564%.

O plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2015.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Embrapa-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio, sendo as alíquotas de custeio definidas para 2015 suficientes para financiar os custos dos benefícios do plano, ressalvado o

supracitado financiamento do custeio dos benefícios de risco, citado no item referente ao plano de custeio para 2015.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Embrapa-FlexCeres eram, em 31/12/2014:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EMBRAPA-FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	258.048.551	352.319.441	36,53%
Provisões Matemáticas	258.048.551	352.319.441	36,53%
<i>Benefícios Concedidos</i>	4.315.529	8.405.269	94,77%
<i>Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco</i>	-	-	
<i>Benefícios Futuros</i>	37.900.550	53.406.304	40,91%
<i>Contribuições Futuras</i>	(37.900.550)	(53.406.304)	40,91%
<i>Saldo de Contas dos Benefícios Programados</i>	253.733.022	343.914.172	35,54%
Resultados Realizados	-	-	-

As provisões matemáticas dos benefícios de risco foram reavaliadas com base nas metas estabelecidas para os benefícios programados em 31/12/2014.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Embrapa-FlexCeres, no exercício de 2014 foi de 10,63%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,86%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -1,10% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, notadamente pela entrada de novos participantes no plano, pelas variações salariais ocorridas, alteração nas hipóteses atuariais e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 438.473	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 438.473
Perda	R\$ 0	-R\$ 437.986	-R\$ 2.122	-R\$ 231.353	-R\$ 3.984.268	-R\$ 4.655.729
Total	R\$ 438.473	-R\$ 437.986	-R\$ 2.122	-R\$ 231.353	-R\$ 3.984.268	-R\$ 4.217.256

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial nulo, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é igual ao patrimônio de cobertura do plano.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL – 31/12/2014

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	352.319.441	Benefícios Futuros	405.725.745
Contribuições Futuras	53.406.304	<i>Benefícios Concedidos</i>	8.405.269
Risco	53.406.304	<i>Benefícios a Conceder</i>	397.320.476
		Programados	343.914.172
		Risco	53.406.304
		Resultados Realizados	-
Total	405.725.475	Total	405.725.475

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2014, o montante de R\$ 34.932.626 em saldos de fundos previdenciais, distribuídos conforme o quadro abaixo:

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – 31/12/2014

<i>Discriminação</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Varição</i>
Fundos Previdenciais	32.962.408	34.932.626	5,98%
Fundo Coletivo de Desligamento	1.252.918	1.589.773	26,89%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	4.786.897	5.678.538	18,63%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	26.922.593	27.664.316	2,76%

A constituição e finalidade do Fundo Coletivo de Desligamento estão previstas no regulamento do plano de benefícios, e a constituição dos Fundos de Riscos foi feita com base em contribuições regulamentares excedentes com a finalidade de cobertura de oscilações dos benefícios de risco.

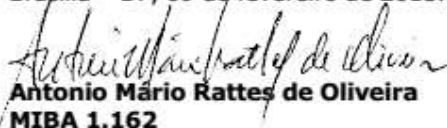
No ano de 2014, entre as reversões e constituições ocorridas, se destacou a reversão parcial do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 5.142.422,34, de forma a possibilitar a manutenção do equilíbrio atuarial do plano de benefícios, tendo em vista que a constituição desse fundo tem por objetivo suprir as necessidades para o equilíbrio atuarial do referido plano.

Comentários finais

Reiteramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA CERES**

PLANO EMBRATER BÁSICO

POSIÇÃO EM 31/12/2014

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do plano de benefícios da EMBRATER administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-2000 male para a tábua BR-EMSsb-v.2010 por sexo; e c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano de benefício não possui mais participantes ativos e, por esse motivo, não há necessidade de se calcular custos de benefícios, uma vez que o plano se encontra em fase de desacumulação de reservas matemáticas.

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio.

Plano de custeio para 2015

O plano de custeio previsto para 2015 é composto de contribuições de 8% incidentes sobre os benefícios dos assistidos.

O plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2015.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Embrater Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos assistidos do plano de benefícios.

Atualmente, o plano de benefícios conta apenas com aposentados e pensionistas e não há mais patrimônio para cobertura das reservas matemáticas, sendo que os benefícios estão sendo pagos com recursos emprestados de outros planos de benefícios da entidade, por força de decisão judicial. Nos pareceres dos anos anteriores alertamos que a não adoção de uma solução que previsse o aporte imediato de recursos para o plano implicaria na completa exaustão do seu patrimônio e na conseqüente paralisação dos pagamentos de benefícios aos aposentados e pensionistas, o que só não vem acontecendo em virtude do fluxo de recursos que vem sendo aportado no plano sob comento originado dos demais planos e que vem configurando uma dívida financeira deste plano para com os demais.

Em 2014, não se registrou a solução definitiva para o equacionamento dos déficits atuarial e financeiro do referido plano, tendo ocorrido a continuidade dos pagamentos dos benefícios aos aposentados e pensionistas com base em decisão liminar da Justiça Federal - TRF, fato que obrigou a Direção da Ceres a utilizar recursos financeiros dos demais planos de benefícios, de forma proporcional aos respectivos patrimônios, para o cumprimento da decisão judicial.

Vale ressaltar que os recursos utilizados para pagar os benefícios, originários dos demais planos estão sendo provisionados no plano Embrater Básico como empréstimo, os quais serão devidamente restituídos aos planos de origem quando da regularização da situação sob comento. Os mencionados empréstimos estão sendo remunerados pela variação do INPC acrescida da taxa real de juros anual de 5,25%. Como conseqüência desse provisionamento, o plano de benefícios apresentou a insuficiência patrimonial destacada na tabela nº. 01.

Torna-se imprescindível que a administração da Ceres promova uma solução definitiva que permita o equacionamento do elevado déficit financeiro e atuarial a que o plano está exposto, de forma a não sobrecarregar financeiramente os demais planos, conforme determinado pela decisão judicial que respalda a prática atualmente em vigor.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Dadas as peculiaridades desse plano de benefícios, o qual não possui mais participantes ativos em seu quadro, não há como analisar a suficiência do plano de custeio, uma vez que não são

calculados os custos dos benefícios, já que o plano ultrapassou a fase de acumulação de reservas matemáticas.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus assistidos e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

Atualmente, o plano de benefícios tem uma massa de segurados composta exclusivamente por assistidos. Conforme se observa na tabela nº 01, apresentada a seguir, o plano registrou um déficit atuarial em 31/12/2014, fato este que vem se repetindo nas avaliações atuariais recentes.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DO PLANO EMBRATER BÁSICO – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Insuficiência Patrimonial	36.404.218	44.588.868	22,48%
Provisões Matemáticas Totais	29.928.108	35.134.213	17,40%
Insuficiência total (Déficit Atuarial + insuficiência patrimonial)	66.332.326	79.723.081	20,19%
Insuficiência total sobre as Provisões Matemáticas	221,64%	226,91%	-

A rentabilidade do patrimônio previdencial do plano Embrater Básico, no exercício 2014, não foi calculada em função da insuficiência patrimonial observada.

As variações observadas nas provisões matemáticas decorrem, principalmente, das variações cadastrais ocorridas, dos reajustes nos valores dos benefícios e da adequação das hipóteses atuariais à realidade do plano de benefícios.

Quanto à insuficiência patrimonial, a elevação decorre das necessidades de recursos ao longo de 2014 para pagamento dos benefícios em fruição, bem como dos encargos inerentes à operação de empréstimo entre o plano Embrater Básico e os demais.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
Perda	R\$ 0	-R\$ 4.764.212	-R\$ 10.540	R\$ 0	-R\$ 993.982	-R\$ 5.768.734
Total	R\$ 0	-R\$ 4.764.212	-R\$ 10.540	R\$ 0	-R\$ 993.982	-R\$ 5.768.734

Resultado atuarial de 31/12/2014, sua natureza e recomendação para equacionamento

O resultado atuarial do plano Embrater Básico foi uma insuficiência atuarial e financeira no montante de R\$ 79.723.081, que vem sendo continuamente observada ao longo dos últimos anos, dada a situação peculiar em que o plano se encontra, o que nos leva a classificar esse déficit como de natureza estrutural.

A legislação em vigor prevê o equacionamento do déficit atuarial mediante um esforço conjunto de patrocinadora e participantes, incluindo-se os assistidos, na proporção de suas contribuições para o plano de benefícios. Todavia, o plano sob análise não conta mais com o patrocínio da Embrater, o que certamente dificulta a implementação de uma solução baseada unicamente nas normas vigentes, dado que imputar apenas aos assistidos o ônus do equacionamento do déficit exigiria deles um esforço financeiro praticamente impossível de ser cumprido.

Fundos previdenciais

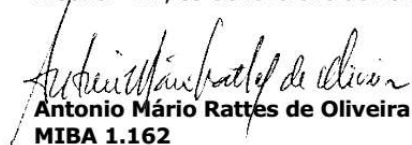
Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade dos diversos grupos de assistidos e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in black ink, reading 'Antonio Mário Rattes de Oliveira'.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

CERES

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO CERES BÁSICO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Ceres Básico de benefícios do quadro próprio da Ceres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-83 male para a tábua AT-83 por sexo; c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tábua de entrada em invalidez: modificada da ATSA-1927 para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,54%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Ceres Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2015 será no mínimo de R\$ R\$ 35.115, sendo uma contribuição extraordinária de R\$ R\$ 32.903 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ R\$ 2.213 para custear o custo administrativo.

Plano de custeio para 2015

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto uma contribuição mensal, para o período de abril/2015 a março/2016 no valor linear mínimo de R\$ 35.115 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 2.035.522 em 31/12/2014 previsto na Tabela no. 01.

Além das contribuições patronais, estão previstas contribuições normais dos assistidos que representam 8% dos benefícios. Os participantes ativos não pagam contribuição para o plano de benefícios.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento é de 73 (setenta e três) meses. O fluxo dos valores do saldamento se encontra em poder da entidade.

O plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2015.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Ceres Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano de benefícios apresentou uma insuficiência de R\$ 28.057, a qual, conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, deverá ser alterado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento do déficit atuarial.

Dessa forma e, considerando a informação prestada pela Entidade que apurou um montante positivo (receitas) de R\$ 844.781 como sendo o valor do ajuste de precificação dos ativos do plano sob comento, o qual se mostra suficiente para eliminar integralmente o déficit atuarial do plano de benefícios, sendo nosso entendimento que não existe insuficiência atuarial a ser equacionada.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS CERES BÁSICO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano	14.665.134	15.589.247	6,30%
Provisões Matemáticas	14.665.134	15.617.304	6,49%
Benefícios Concedidos	7.459.957	8.715.215	16,83%
Benefícios a Conceder	9.275.903	8.937.611	-3,65%
Provisão Matemática a Constituir	(2.070.726)	(2.035.522)	-1,70%
Resultados Realizados	-	(28.057)	-

A rentabilidade dos investimentos do Plano Ceres Básico, no exercício de 2014 foi de 9,29%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,83%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -2,27% no período.

O resultado atuarial se deve, principalmente, pelas alterações cadastrais ocorridas no período, rentabilidade patrimonial e alteração das hipóteses atuariais.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na Tabela nº 02.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Sub-total	Não atuariais (*)	Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu				
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos			
Ganho	R\$ 662.000	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 1.917	R\$ 663.917	R\$ 0	R\$ 663.917
Perda	R\$ 0	-R\$ 333.714	-R\$ 4.538	-R\$ 389.792	R\$ 0	-R\$ 728.044	-R\$ 10.612	-R\$ 738.656
Total	R\$ 662.000	-R\$ 333.714	-R\$ 4.538	-R\$ 389.792	R\$ 1.917	-R\$ 64.127	-R\$ 10.612	-R\$ 74.739

(*) Os ganhos e perdas não atuariais se referem aos efeitos das parcelas do financiamento do Saldamento pagas a menor pelo Patrocinador.

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios registra contabilmente uma pequena insuficiência atuarial, a qual, feitos os ajustes determinados pela legislação em vigor, não requer equacionamento no momento desta reavaliação atuarial.

Tendo em vista que a rentabilidade financeira dos investimentos do plano foi inferior à meta atuarial estabelecida para o exercício, somos de opinião que a natureza do resultado é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO CERES BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	15.589.247	Benefícios Futuros	17.652.826
Contribuições Futuras do Saldamento	2.035.522	Benefícios Concedidos	8.715.215
		Benefícios a Conceder	8.937.611
		Resultados Realizados	(28.057)
Total	17.624.769	Total	17.624.769

Fundos previdenciais

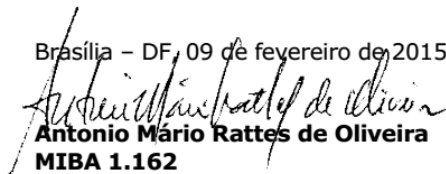
Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

CERES

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO CERES-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Ceres-FlexCeres de benefícios do quadro próprio da Ceres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-83 male para a tábua AT-83 por sexo; c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tábua de entrada em invalidez: modificada da TASA-1927 para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,80%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia

e têm os seus valores reajustados pela variação patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

No plano Ceres-FlexCeres estão os participantes do antigo plano de benefício definido e os empregados que não faziam parte desse antigo plano.

Os benefícios dos participantes migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Ceres Básico e, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2014

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	3,168%
Patrocinadora	1,584%
Participante	1,584%
Administrativo	0,414%
Patrocinadora	0,207%
Participante	0,207%
Custo Total	3,582%
Patrocinadora	1,791%
Participante	1,791%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Ceres-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 3,582% dos salários-de-participação, observando-se uma elevação em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2013, cujo percentual foi igual a 1,882%, devido a contratação do seguro.

Plano de custeio para 2015

O custeio do plano é dividido entre a patrocinadora e os participantes ativos, sendo as contribuições calculadas inicialmente em função do benefício suplementar necessário para o participante atingir uma meta que, somada ao benefício do Plano Saldado, gerasse um valor igual àquele ao qual o participante faria jus no plano de benefício definido na data em que reunisse as condições de elegibilidade.

O plano de custeio para 2015 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados que constam da citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2014 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2015

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	10,709%
Patrocinadora	4,651%
Participante	6,058%
Benefícios de risco	3,168%
Patrocinadora	1,584%
Participante	1,584%
Custeio administrativo	0,414%
Patrocinadora	0,207%
Participante	0,207%
Custeio Total	14,291%
Patrocinadora	6,442%
Participante	7,849%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,414%.

Além das contribuições acima, o plano de custeio será composto por contribuições adicionais para amortização do déficit atuarial, conforme abaixo:

- a) Patrocinadora: 0,05% incidentes sobre os salários de participação;
- b) Participantes ativos: 0,06% incidentes sobre os salários de participação; e
- c) Assistidos: 0,08% incidentes sobre os benefícios.

O plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2015.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Ceres-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Em 2014 foi contratado seguro de vida e invalidez, junto à sociedade seguradora autorizada a operar no país, com o objetivo de prover recursos financeiros externos, via o recebimento de capitais segurados, que reforçarão os saldos de conta dos participantes em casos de ocorrência de morte ou invalidez, reduzindo os riscos do plano de benefícios inerentes a esses eventos.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2013, um déficit atuarial de R\$ 349.112, que representava 20,34% das provisões matemáticas de benefício definido. Conforme determinado na Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, modificada pela Resolução CNPC nº 13, de 4 de novembro de 2013, a entidade procederá a elaboração de plano de equacionamento do déficit atuarial nos prazos estabelecidos no inciso I da nova redação dada ao art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, abaixo transcrito.

"Art. 28. Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento do déficit, obedecendo aos seguintes prazos contados a partir do encerramento do exercício social que apurou o resultado deficitário.

I - até o final do exercício seguinte, se o déficit técnico acumulado for superior a dez por cento das provisões matemáticas.

II - até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, se o déficit técnico acumulado for igual ou inferior a dez por cento das provisões matemáticas."

Na forma do que dispõe a legislação em vigor, procedemos à avaliação da situação atuarial do plano de benefícios e identificou-se a continuidade de uma situação deficitária, porém menos gravosa do que aquela verificada em 31/12/2013.

O déficit atuarial existente em 31/12/2014 é de R\$ 97.712 que, conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, deverá ser alterado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento do déficit atuarial.

Dessa forma e, considerando a informação prestada pela Entidade que apurou um montante positivo (receitas) de R\$ 35.876 como sendo o valor do ajuste de precificação dos ativos do plano sob comento, e, nesse caso, o déficit a equacionar corresponde a R\$ 61.836, que representa 3,71% das provisões matemáticas de benefício definido.

Tendo em vista que o déficit atuarial em 31/12/2013 representava um percentual superior a 10% das provisões matemáticas de benefício definido, a entidade deverá promover o equacionamento do mencionado déficit através das formas previstas na Resolução CGPC nº 26/2008, em conformidade com o prazo estabelecido no inciso I do art. 28.

Para tanto, foi elaborado estudo atuarial com vistas ao equacionamento do déficit existente em 31/12/2014, que teve por recomendação o estabelecimento de alíquotas de contribuição adicional, em conformidade com o inciso II do art. 30 da citada CGPC nº 26/2008.

As contribuições foram estabelecidas tomando-se por base as parcelas do déficit atuarial relativa à patrocinadora, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, calculadas em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Resolução CNPC nº 14/2014, observando-se a proporção das contribuições normais registrada em 2014.

Após a identificação da parcela do déficit atribuída aos participantes e assistidos, o rateio do montante entre os dois grupos foi calculado tomando-se por base os valores dos benefícios efetivos, no caso dos assistidos, e projetado, para os participantes ativos.

Aplicando-se os critérios acima, o déficit de R\$ 61.836, foi rateado da seguinte forma:

- a) Patrocinadora: R\$ 27.269;
- b) Participantes ativos: R\$ 33.266; e

c) Assistidos: R\$ 1.301.

Conforme estabelece o item 10 da Resolução CGPC nº 18/2006, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 15/2014, "na ocorrência de insuficiência de cobertura patrimonial, não coberta pela contribuição normal, o prazo máximo para a sua amortização, quando exigida, equivalerá à duração do passivo do plano de benefícios".

Em observância aos ditames legais, foi estabelecido o prazo de 22,5 anos como prazo máximo para a amortização do déficit atuarial ajustado registrado nesta avaliação, sendo estabelecidas as seguintes alíquotas de contribuição adicional para os atuais assistidos e participantes ativos:

- a) Para os atuais assistidos, incidentes sobre os valores dos benefícios de aposentadoria e pensão, cujo prazo de vigência será de 22,5 anos: 0,08%;
- b) Para os atuais participantes ativos, incidentes sobre os salários de participação, cujo prazo de vigência será o menor entre a duração do plano (22,5 anos) e o número de anos até a data de elegibilidade ao benefício programado pleno: 0,06%; e
- c) Para a patrocinadora, incidentes sobre os salários de participação, cujo prazo de vigência será o mesmo do participante ativo: 0,05%.

Caso o participante ativo venha a antecipar sua aposentadoria ou modifique quaisquer informações que resultem na antecipação da data de elegibilidade ao benefício programado pleno, o mesmo, quando se aposentar, continuará a pagar a contribuição adicional estabelecida para os assistidos até atingir a data de elegibilidade original.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Ceres-FlexCeres eram, em 31/12/2014:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO CERES- FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	4.500.360	5.456.081	21,24%
Provisões Matemáticas	4.849.472	5.553.793	14,52%
<i>Benefícios Concedidos</i>	1.673.958	1.667.786	-0,37%
<i>Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco</i>	42.583	-	-100,00%
<i>Benefícios do plano</i>	835.843	894.469	7,01%
<i>Contribuições futuras</i>	(793.260)	(894.469)	12,76%
<i>Saldo de Contas – Benefícios Programados</i>	3.132.931	3.886.007	24,04%
Resultados Realizados	(349.112)	(97.712)	-72,01%

A rentabilidade dos investimentos do Plano Ceres-FlexCeres, no exercício de 2014 foi de 10,37%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,85%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -1,33% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, pelas variações salariais ocorridas, alteração nas hipóteses atuariais, rentabilidade acima da meta atuarial e pela acumulação das contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e o aumento da reserva matemática de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco se deve em decorrência das alterações cadastrais ocorridas entre as duas avaliações atuariais.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 231.400	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 252.421	R\$ 483.821
Perda	R\$ 0	-R\$ 297.234	-R\$ 551	-R\$ 55.982	R\$ 0	-R\$ 353.767
Total	R\$ 231.400	-R\$ 297.234	-R\$ 551	-R\$ 55.982	R\$ 252.421	R\$ 130.054

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial deficitário, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é superior ao patrimônio de cobertura do plano. Esse desequilíbrio é inerente à própria estrutura técnica do plano e, dessa forma, nosso entendimento é que o resultado atuarial tem natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO CERES-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	5.456.081	Benefícios Futuros	6.448.262
Contribuições Futuras	894.469	<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>1.667.786</i>
Risco	894.469	<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>4.780.476</i>
		Programados	3.886.007
		Risco	894.469
		Resultados Realizados	(97.712)
Total	6.350.550	Total	6.350.550

Fundos previdenciais

Em 31/12/2014, o plano de benefícios apresentava os seguintes saldos de fundos previdenciais.

<i>Discriminação</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Varição</i>
Fundos Previdenciais	-	34.046	-
Fundo Coletivo de Desligamento	-	28.043	-
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	-	6.003	-
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	-	-	-

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento desse plano.

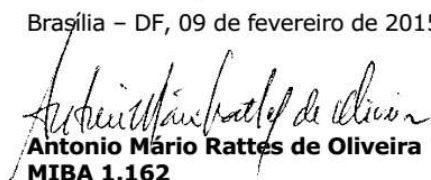
No ano de 2014, entre as reversões e constituições ocorridas, se destacou a reversão do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 49.135,02, de forma a possibilitar a manutenção do equilíbrio atuarial do plano de benefícios, tendo em vista que a constituição desse fundo tem por objetivo suprir as necessidades para o equilíbrio atuarial do referido plano.

Comentários finais

Reiteramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in black ink, reading 'Antonio Mário Rattes de Oliveira'.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EPAGRI BÁSICO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri Básico de benefícios da Epagri, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; c) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,71%a.a.; e d) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epagri Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano. O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio, sendo composto, para 2015, pelas mesmas alíquotas de contribuições praticadas em 2014 no caso dos assistidos.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2015 será no mínimo de R\$ 1.247.422, sendo uma contribuição extraordinária R\$ 1.236.388 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ 11.034 para custear o custo administrativo.

Plano de custeio para 2015

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CPGC.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento é de 91 (noventa e um) meses. O fluxo dos valores do saldamento se encontra em poder da entidade.

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal, para o período de abril/2015 a março/2016 no valor linear mínimo de R\$ 1.247.422 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 92.214.628 em 31/12/2014 previsto na Tabela no. 01.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,42% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,42% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,42% da suplementação.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados aos fatores biométricos e ao risco de mercado, principalmente ao que se refere à longevidade e à taxa de juros. Estes riscos podem surgir pela inadequação das premissas atuariais trazendo volatilidade ao plano de benefícios. O monitoramento sistemático desses riscos é realizado através: das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano de benefícios apresentou uma insuficiência de R\$ 1.085.735, a qual, conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, deverá ser alterado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento do déficit atuarial.

Dessa forma e, considerando a informação prestada pela Entidade que apurou um montante positivo (receitas) de R\$ 5.182.778 como sendo o valor do ajuste de precificação dos ativos do plano sob comento, o qual se mostra suficiente para eliminar integralmente o déficit atuarial do plano de benefícios, sendo nosso entendimento que não existe insuficiência atuarial a ser equacionada.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus assistidos e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

O Plano Epagri Básico é composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas apenas nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2014, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 80.168.450, distribuídas conforme a Tabela nº 01.

**TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAGRI BÁSICO
– VALOR EM R\$**

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	73.104.920	79.082.715	8,18%
Provisões Matemáticas	73.104.920	80.168.450	9,66%
Benefícios Concedidos	175.663.292	172.383.078	-1,87%
Provisão Matemática a Constituir	(102.558.372)	(92.214.628)	-10,09%
Resultados Realizados	-	(1.085.735)	-

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri Básico, no exercício de 2014 foi de 9,34%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,85%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -2,24% no período.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 6.488.524	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 4.467.554	R\$ 10.956.078
Perda	R\$ 0	-R\$ 3.177.683	-R\$ 44.319	-R\$ 2.118.515	R\$ 0	-R\$ 5.340.517
Total	R\$ 6.488.524	-R\$ 3.177.683	-R\$ 44.319	-R\$ 2.118.515	R\$ 4.467.554	R\$ 5.615.561

A provisão matemática a constituir de 31/12/2013 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2014 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais e não atuariais, previstos na Tabela nº 02, foram incorporados ao saldo de 31/12/2014, conforme previsto no Contrato e respaldado pela Resolução CGPC nº 18/2006.

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios registra contabilmente uma pequena insuficiência atuarial, a qual, feitos os ajustes determinados pela legislação em vigor, não requer equacionamento no momento desta reavaliação atuarial.

Tendo em vista que a rentabilidade financeira dos investimentos do plano foi inferior à meta atuarial estabelecida para o exercício, somos de opinião que a natureza do resultado é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL DO PLANO EPAGRI BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de cobertura do Plano	79.082.715	Benefícios Futuros	172.383.078
Contribuições Futuras do Saldamento	92.214.628	Benefícios Concedidos	172.383.078
		Resultados realizados	(1.085.735)
Total	171.297.343	Total	171.297.343

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.



Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri-FlexCeres de benefícios da Epagri, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-2000 male para a tábua AT-83 por sexo; c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tábua de entrada em invalidez: modificada da IAPB-57 fraca para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,76%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia

e têm os seus valores reajustados pela variação da cota patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

No plano Epagri-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Epagri Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos participantes migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Epagri Saldado, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2014

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	2,640%
Patrocinadora	1,320%
Participante	1,320%
Custo administrativo	0,546%
Patrocinadora	0,273%
Participante	0,273%
Custo Total	3,186%
Patrocinadora	1,593%
Participante	1,593%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Epagri-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 3,186% dos salários-de-participação, observando-se uma elevação em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2013, cujo percentual foi igual a 2,672%.

Vale destacar que o custo dos benefícios de risco efetivamente apurado em 31/12/2013 foi de 3,636%, que quando comparado ao custo apurado em 31/12/2014 observa-se uma redução em decorrência da alteração da tabela de entrada em invalidez no ano de 2014. Porém, o custo registrado na avaliação atuarial de 31/12/2013 foi de 2,216%, em função do custeio praticado no ano de 2014.

Plano de custeio para 2015

O custeio do plano é dividido entre a patrocinadora e os participantes ativos, sendo as contribuições calculadas inicialmente em função do benefício suplementar necessário para o participante atingir uma meta que, somada ao benefício do Plano Saldado, gerasse um valor igual àquele ao qual o participante faria jus no plano de benefício definido na data em que reunisse as condições de elegibilidade.

O plano de custeio para 2015 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2014 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição

solicitadas pelos participantes do plano. O custeio dos benefícios de risco e administração para 2015 serão no mesmo patamar dos custos apurados em 31/12/2014.

Propõe-se, para os benefícios de risco, a manutenção das taxas de contribuição praticadas em 2014, considerando-se que a entidade está promovendo estudos com vistas à modificação do regulamento do plano de benefícios que implicarão em alterações na estrutura dos benefícios de risco e redução dos custos relativos a esses benefícios, com perspectiva de concluir as alterações no decorrer de 2015.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2015

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	10,029%
Patrocinadora	4,469%
Participante	5,560%
Benefícios de risco	2,216%
Patrocinadora	1,108%
Participante	1,108%
Custeio administrativo	0,546%
Patrocinadora	0,273%
Participante	0,273%
Custeio Total	12,791%
Patrocinadora	5,850%
Participante	6,941%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,546%.

O plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2015.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas

por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2013, um déficit atuarial de R\$ 5.822.679, que representava, à época, 17,55% as provisões matemáticas de benefício definido. Em decorrência do desempenho do plano de benefícios ao longo do exercício de 2014, bem como em função das alterações nas premissas atuariais determinadas pelo estudo de aderência, o resultado atuarial do plano na data desta avaliação é nulo, não havendo, portanto, insuficiências a equacionar.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Epagri-FlexCeres eram, em 31/12/2014:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAGRI – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	114.578.785	134.001.079	16,95%
Provisões Matemáticas	120.401.463	134.001.079	11,30%
<i>Benefícios Concedidos</i>	19.126.351	26.990.781	41,12%
<i>Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco</i>	14.056.147	8.146.447	-42,04%
<i>Benefícios do plano</i>	25.519.281	21.967.097	-13,92%
<i>Contribuições futuras</i>	(11.463.134)	(13.820.650)	20,57%
<i>Saldo de Contas – Benefícios Programados</i>	87.218.965	98.863.851	13,35%
Resultados Realizados	(5.822.678)	-	-100,00%

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri-FlexCeres, no exercício de 2014 foi de 10,06%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,85%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -1,60% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, pelas variações salariais ocorridas, alteração nas hipóteses atuariais, rentabilidade patrimonial e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e o forte aumento na provisão matemática de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco se deve às mudanças cadastrais ocorridas no período e à alteração nas hipóteses atuariais, em especial da tábua de entrada em invalidez.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 3.955.340	R\$ 6.181.680	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 10.137.02
Perda	R\$ 0	R\$ 0	-R\$ 10.776	-R\$ 1.126.493	-R\$ 8.904.384	-R\$ 10.041.65
Total	R\$ 3.955.340	R\$ 6.181.680	-R\$ 10.776	-R\$ 1.126.493	-R\$ 8.904.384	R\$ 95.36

(*) Os ganhos e perdas não atuariais se referem aos efeitos das parcelas do financiamento do Saldamento pagas a menor pelo Patrocinador.

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial nulo, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é igual ao patrimônio de cobertura do plano, sendo, em nossa opinião, de natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	134.001.079	Benefícios Futuros	147.821.729
Contribuições Futuras	13.820.650	<i>Benefícios Concedidos</i>	26.990.781
Risco	13.820.650	<i>Benefícios a Conceder</i>	120.830.948
		Programado	98.863.851
		Risco	21.967.097
		Resultados Realizados	-
Total	147.821.729	Total	147.821.729

Fundos previdenciais

O plano não apresentava, em 31/12/2014, saldos de fundos previdenciais. A tabela seguinte mostra a variação dos saldos dos fundos.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS –PLANO EPAGRI-FLEXCERES

<i>Discriminação</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Variação</i>
Fundos Previdenciais	-	3.443.975	-
Fundo Coletivo de Desligamento	-	214.827	-
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	-	107.485	-
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	-	3.121.663	-

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento do plano.

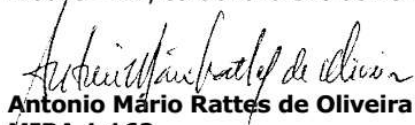
No ano de 2014, entre as reversões e constituições ocorridas, se destacou a constituição do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 3.121.663, como consequência da metodologia de apuração desse fundo, haja vista a redução significativa da reserva matemática de benefício de risco a conceder, em função das alterações de premissas atuariais.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antonio Mário Rattes de Oliveira'.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EPAGRI SALDADO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-2000 male para a tábua AT-83 por sexo; c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tábua de entrada em invalidez: modificada da IAPB-47 fraca para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,64%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epagri Saldado é um plano salgado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2015 será no mínimo de R\$ 43.571 referente ao custo administrativo.

Plano de custeio para 2015

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal, para o período de abril/2015 a março/2016 no valor linear mínimo de R\$ 43.571 destinado ao custeio administrativo.

Os assistidos contribuem com 8,00% dos respectivos benefícios e não estão previstas contribuições para os participantes ativos.

Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CPGC.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento é de 19 (dezenove) meses. O fluxo dos valores do saldamento se encontra em poder da entidade.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

O Plano Epagri Saldado é composto dos ativos que migraram do Plano Epagri Básico e dos assistidos cujos benefícios já foram concedidos no plano saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01.

**TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE
BENEFÍCIOS – PLANO EPAGRI SALDADO – VALORES EM
R\$**

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	357.126.673	379.076.545	6,15%
Provisões Matemáticas	357.126.673	366.646.008	2,67%
<i>Benefícios Concedidos</i>	138.760.964	176.209.398	26,99%
<i>Benefícios a Conceder</i>	226.347.867	190.436.610	-15,87%
Provisão Matemática a Constituir	(7.982.158)	-	-100,00%
Resultados Realizados	-	12.430.537	-

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri Saldado, no exercício de 2014 foi de 9,37%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,84%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -2,21% no período.

O resultado atuarial se deve, principalmente, pelas alterações cadastrais ocorridas no período, rentabilidade patrimonial e alteração das hipóteses atuariais.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014 – VALORES EM R\$

Item	Atuariais					Sub-total	Não atuariais (*)	Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu				
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos			
Ganho	16.364.996	3.093.184	0	0	9.241.395	28.699.575	0	28.699.575
Perda	0	0	- 94.264	- 10.050.401	0	- 10.144.665	- 535.769	- 10.680.434
Total	16.364.996	3.093.184	- 94.264	- 10.050.401	9.241.395	18.554.910	- 535.769	18.019.141

(*) Os ganhos e perdas não atuariais se referem aos efeitos das parcelas do financiamento do Saldamento pagas a menor pelo Patrocinador.

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios está atuarialmente equilibrado, não tendo apresentado um pequeno excedente atuarial no balanço de 31/12/2014. Em nossa opinião, o resultado atuarial do plano tem natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EPAGRI SALDADO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	379.076.545	Benefícios Futuros	366.646.008
Contribuições Futuras do Saldamento		Benefícios Concedidos	176.209.398
		Benefícios a Conceder	190.436.610
		Resultados Realizados	12.430.537
Total	379.076.545	Total	379.076.545

Fundos previdenciais

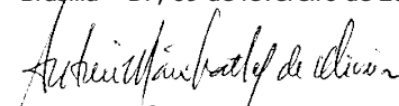
Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EMATER-MG

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EMATER BÁSICO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Emater Básico, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tabela de mortalidade geral: modificada da AT-2000 male para a tabela AT-83 male; c) tabela de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tabela de entrada em invalidez: modificada da TASA-1927 para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,52%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Emater Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2015 será no mínimo de R\$ 320.508, sendo uma contribuição extraordinária R\$ 301.245 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ 19.263 para custear o custo administrativo

Plano de custeio para 2014

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CPGC.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento é de 143 (cento e quarenta e três) meses. O fluxo dos valores do saldamento está previsto na avaliação atuarial

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal, para o período de abril/2015 a março/2016 no valor linear mínimo de R\$ 320.508 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 32.019.564 em 31/12/2014 previsto na Tabela no. 01.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,35% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,35% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,35% da suplementação.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Emater Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

Em novembro de 2007 foram implantados o Plano de Contribuição Variável e o Plano Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico somente os assistidos. Em função desta mudança, parte do patrimônio foi transferida para o Plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Emater Básico passou a ser composto, basicamente, dos atuais aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas apenas nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2014, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 134.086.724, distribuídas conforme a tabela no. 01.

**TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EMATER BÁSICO
– VALOR EM R\$**

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	138.003.437	134.086.724	-2,84%
Provisões Matemáticas	138.003.437	133.469.372	-3,29%
Benefícios Concedidos	170.835.513	165.274.614	-3,26%
Benefícios a Conceder	195.074	214.322	9,87%
Provisões Matemáticas a Constituir	(33.027.150)	(32.019.564)	-3,05%
Resultados Realizados	-	617.352	-

A rentabilidade dos investimentos do Plano Emater Básico, no exercício de 2014 foi de 8,68%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,83%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -2,81% no período.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014 - VALORES EM R\$

Item	Atuariais					Sub-total	Não atuariais (*)	Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu				
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos			
Ganho	3.432.921	3.755.966	0	0	1.767.712	8.956.599	0	8.956.599
Perda	0	0	-36.223	-5.242.335	0	-5.278.558	-1.195.697	-6.474.255
Total	3.432.921	3.755.966	-36.223	-5.242.335	1.767.712	3.678.041	-1.195.697	2.482.344

(*) Os ganhos e perdas não atuariais se referem aos efeitos das parcelas do financiamento do Saldamento pagas a menor pelo Patrocinador.

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios está atuarialmente equilibrado, não tendo apresentado insuficiências ou excedentes atuariais no balanço de 31/12/2014. Em nossa opinião a natureza do resultado é estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO EMATER BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	134.086.724	Benefícios Futuros	165.488.936
Contribuições Futuras do Saldamento	32.019.564	Benefícios Concedidos	165.274.614
		Benefícios a Conceder	214.322
		Resultados Realizados	617.352
Total	166.106.288	Total	166.106.288

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antonio Mario Rattes de Oliveira'.

Antonio Mario Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EMATER-MG

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EMATER-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Emater-FlexCeres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-2000 male para a tábua AT-83 por sexo; c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tábua de entrada em invalidez: modificada da TASA-1927 para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,78%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia

e têm os seus valores reajustados pela variação da cota patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

No plano Emater-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Emater Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Emater Saldado e, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2014

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	2,510%
Patrocinadora	1,255%
Participante	1,255%
Administrativo	0,184%
Patrocinadora	0,092%
Participante	0,092%
Custo Total	2,694%
Patrocinadora	1,347%
Participante	1,347%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Emater-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 2,694% dos salários-de-participação, observando-se uma elevação em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2013, cujo percentual foi igual a 2,232%, devido principalmente à alteração da tábua de entrada em invalidez.

Plano de custeio para 2015

O plano de custeio para 2015 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2014 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano. O custeio administrativo para 2015 serão no mesmo patamar do custo administrativo apurado em 31/12/2014.

Propõe-se, para os benefícios de risco, a manutenção das taxas de contribuição praticadas em 2014, considerando-se que a entidade está promovendo estudos com vistas à modificação do regulamento do plano de benefícios que implicarão em alterações na estrutura dos benefícios de risco e redução dos custos relativos a esses benefícios, com perspectiva de concluir as alterações no decorrer de 2015.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2015

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	8,580%
Patrocinadora	4,062%
Participante	4,518%
Benefícios de risco	2,042%
Patrocinadora	1,021%
Participante	1,021%
Custeio administrativo	0,184%
Patrocinadora	0,092%
Participante	0,092%
Custeio Total	10,734%
Patrocinadora	5,175%
Participante	5,631%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,184%.

O plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2015.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Emater-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano de benefícios apresentou uma insuficiência de R\$ 4.108.145, a qual, conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, deverá ser alterado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento do déficit atuarial.

Dessa forma e, considerando a informação prestada pela Entidade que apurou um montante positivo (receitas) de R\$ 640.382 como sendo o valor do ajuste de precificação dos ativos do plano sob comento, o resultado atuarial ajustado é igual a R\$ 3.467.762, que equivale a 16,27% das provisões matemáticas de benefício definido e, conforme determina a Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013, a entidade deverá elaborar plano de equacionamento do déficit atuarial até o final do exercício seguinte ao de ocorrência do citado déficit, uma vez que o mesmo representa mais de 10% das provisões matemáticas.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Emater-FlexCeres eram, em 31/12/2014:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EMATER – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	68.232.064	86.019.882	26,07%
Provisões Matemáticas	68.232.064	90.128.027	32,09%
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>7.769.595</i>	<i>11.818.488</i>	<i>52,11%</i>
<i>Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco</i>	<i>3.746.936</i>	<i>9.499.678</i>	<i>153,53%</i>
<i>Benefícios do plano</i>	<i>9.953.682</i>	<i>15.533.470</i>	<i>56,06%</i>
<i>Contribuições futuras</i>	<i>(6.206.746)</i>	<i>(6.033.792)</i>	<i>-2,79%</i>
<i>Saldo de Contas – Benefícios Programados</i>	<i>56.715.533</i>	<i>68.809.861</i>	<i>21,32%</i>
Resultados Realizados	-	(4.108.145)	

A rentabilidade dos investimentos do Plano Emater-FlexCeres, no exercício de 2014 foi de 10,41%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,85%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se

abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -1,29 no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, pelas variações salariais ocorridas, alteração nas hipóteses atuariais, rentabilidade patrimonial e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e o forte aumento na provisão matemática de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco se deve às mudanças cadastrais ocorridas no período e à alteração nas hipóteses atuariais, em especial da tabela de entrada em invalidez.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 2.347.634	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 2.347.634
Perda	R\$ 0	-R\$ 6.461.305	-R\$ 5.484	-R\$ 773.325	-R\$ 4.871.914	-R\$ 12.112.028
Total	R\$ 2.347.634	-R\$ 6.461.305	-R\$ 5.484	-R\$ 773.325	-R\$ 4.871.914	-R\$ 9.764.394

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial deficitário, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é superior ao patrimônio de cobertura do plano. Em função da dimensão do déficit, nosso entendimento é que as principais causas do seu surgimento estão relacionadas com a alteração das hipóteses atuariais, em especial da tábua de entrada em invalidez, o que nos leva a concluir que o mesmo é de natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL - PLANO EMATER-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	86.019.882	Benefícios Futuros	96.161.819
Contribuições Futuras	6.033.792	<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>11.818.488</i>
Risco	6.033.792	<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>84.343.331</i>
		Programado	68.809.861
		Risco	15.533.470
		Resultados Realizados	(4.108.145)
Total	92.053.674	Total	92.053.674

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2014, o montante de R\$ 1.401.887 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – 31/12/2014

Discriminação	2013	2014	Variação
Fundos Previdenciais	1.852.260	1.401.887	-24,31%
Fundo Coletivo de Desligamento	-	75.331	-
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	661.002	1.326.556	100,69%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	1.191.258	-	-100,00%

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento desse plano.

No ano de 2014, entre as reversões e constituições ocorridas, se destacou a reversão parcial do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 1.687.040,74, como consequência da

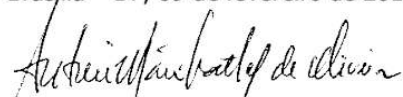
metodologia de apuração desse fundo, haja vista o aumento significativo da reserva matemática de benefício de risco a conceder.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antonio Mário Rattes de Oliveira'.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EMATER-MG

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EMATER SALDADO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Emater Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-2000 male para a tábua AT-83 por sexo; c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tábua de entrada em invalidez: modificada da TASA-1927 para a Muller; e e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,67%a.a..

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Emater Saldado é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um contrato de dívida registrado contabilmente no Ativo e também da contribuição normal de R\$ 73.054 referente ao custo administrativo.

Plano de custeio para 2015

O custeio administrativo existente em 31/12/2014 no valor de R\$ 73.054 para o período de abril/2015 a março/2016 é de responsabilidade da patrocinadora.

Em 31/12/2014, o prazo restante de vigência do contrato de dívida de responsabilidade da patrocinadora era de 111 (cento e onze) meses.

Os assistidos contribuirão com uma alíquota de 8,00% incidente sobre os respectivos benefícios. Não estão previstas contribuições para os participantes ativos.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Emater Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

Em novembro de 2007 foram implantados o Plano Emater-FlexCeres e o Plano Emater Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico basicamente os assistidos. Em função dessa mudança, parte do patrimônio foi transferida para o plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Emater Básico passou a ser composto basicamente pelos atuais aposentados e pensionistas, enquanto os ativos passaram a compor o Plano Emater Saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01, juntamente com as provisões dos benefícios já concedidos no plano saldado.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO EMATER SALDADO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	129.597.590	213.371.735	64,64%
Provisões Matemáticas	129.597.590	200.390.181	54,62%
Benefícios Concedidos	33.718.487	71.440.568	111,87%
Benefícios a Conceder	164.712.790	128.949.613	-21,71%
Provisão Matemática a Constituir	(68.833.687)	-	-100,00%
Resultados Realizados	-	12.981.554	-

A rentabilidade dos investimentos do Plano Emater Saldado, no exercício de 2014 foi de 9,96%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,84%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -1,68% no período.

O resultado atuarial se deve, principalmente, pelas alterações cadastrais ocorridas no período, rentabilidade patrimonial e alteração nas hipóteses atuariais, além da realocação da provisão matemática a constituir, em decorrência da assinatura de contrato de dívida com a patrocinadora do plano e transferência do montante da referida provisão para uma conta do ativo do plano, aumentando na mesma dimensão o patrimônio e as provisões matemáticas do plano de benefícios.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 9.669.718	R\$ 1.792.149	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 4.823.662	R\$ 16.285.529
Perda	R\$ 0	R\$ 0	-R\$ 51.521	-R\$ 2.828.693	R\$ 0	-R\$ 2.880.214
Total	R\$ 9.669.718	R\$ 1.792.149	-R\$ 51.521	-R\$ 2.828.693	R\$ 4.823.662	R\$ 13.405.315

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios está atuarialmente equilibrado, não tendo apresentado insuficiências ou excedentes atuariais no balanço de 31/12/2014. Em nossa opinião, a natureza do resultado é estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO EMATER SALDADO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	213.371.735	Benefícios Futuros	200.390.181
		Benefícios Concedidos	71.440.568
		Benefícios a Conceder	128.949.613
		Resultados Realizados	12.981.554
Total	213.371.735	Total	213.371.735

Fundos previdenciais

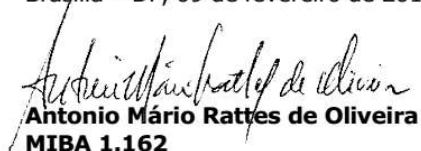
Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antonio Mário Rattes de Oliveira'.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 210/211 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EPAMIG BÁSICO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig Básico, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; c) tábua de entrada em invalidez: modificada da TASA-1927 para a Muller; d) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,63%a.a.; e e) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epamig Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2015 será no mínimo de R\$ 104.726, sendo uma contribuição extraordinária R\$ 95.223 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ 9.503 para custear o custo administrativo.

Plano de custeio para 2015

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

Na data desta reavaliação o prazo do contrato de saldamento era de 121 (cento e vinte e um) meses. O fluxo dos valores do saldamento está previsto na avaliação atuarial.

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal, para o período de abril/2015 a março/2016 no valor linear mínimo de R\$ 104.726 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 8.925.123 em 31/12/2014 previsto na Tabela no. 01.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,39% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,39% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento do plano, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,39% da suplementação.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

Em janeiro de 2008 foram implantados o Plano de Contribuição Variável e o Plano Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico somente os assistidos. Em função desta mudança, parte do patrimônio foi transferida para o Plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Epamig Básico passou a ser composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas apenas nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2014, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 9.558.533, distribuídas conforme a tabela no. 01.

**TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAMIG BÁSICO
– VALOR EM R\$**

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	9.733.991	11.430.481	17,43%
Provisões Matemáticas	9.733.991	9.558.533	-1,80%
Benefícios Concedidos	18.770.229	18.483.656	-1,53%
Provisão Matemática a Constituir	(9.036.238)	(8.925.123)	-1,23%
Resultados Realizados	-	1.871.948	-

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epamig Básico, no exercício de 2014 foi de 8,67%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,84%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -2,83% no período.

O resultado atuarial se deve, principalmente, pelas alterações cadastrais ocorridas no período, rentabilidade patrimonial e alteração na hipótese de fator de determinação do valor real dos benefícios.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Sub-total	Não atuariais (*)	Total
	Efeitos das mudanças nas premisas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivament ocorreu				
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos			
Ganho	558.938	0	0	0	321.002	879.940	0	879.940
Perda	0	-140.195	-4.753	-232.800	0	-377.748	-219.359	-597.107
Total	558.938	-140.195	-4.753	-232.800	321.002	502.192	-219.359	282.833

(*) Os ganhos e perdas não atuariais se referem aos efeitos das parcelas do financiamento do Saldamento pagas a menor pelo Patrocinador.

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios está atuarialmente equilibrado, não tendo apresentado insuficiências ou excedentes atuariais no balanço de 31/12/2014. Em nossa opinião, o resultado atuarial tem natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EPAMIG BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	11.430.481	Benefícios Futuros	18.483.656
Contribuições Futuras do Saldamento	8.925.123	Benefícios Concedidos	18.483.656
		Resultados Realizados	1.871.948
Total	20.355.604	Total	20.355.604

Fundos previdenciais

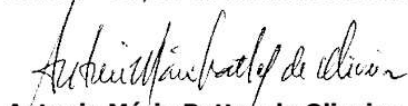
Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antonio Mário Rattes de Oliveira'.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 210/211 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig-FlexCeres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tabela de mortalidade geral: modificada da AT-83 male para a tabela AT-83 por sexo; c) tabela de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tabela de entrada em invalidez: modificada da TASA-1927 para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,79%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia

e têm os seus valores reajustados pela variação da cota patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

No plano Epamig-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Epamig Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Epamig Saldado e, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2014

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	3,014%
Patrocinadora	1,507%
Participante	1,507%
Administrativo	0,368%
Patrocinadora	0,184%
Participante	0,184%
Custo Total	3,382%
Patrocinadora	1,691%
Participante	1,691%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Epamig-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 3,382% dos salários-de-participação, observando-se uma elevação em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2013, cujo percentual foi igual a 2,672%, devido principalmente ao aumento de custo dos benefícios relacionados à invalidez em decorrência da alteração da tábua de entrada em invalidez.

Plano de custeio para 2015

O plano de custeio para 2015 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2014 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano. O custeio administrativo para 2015 serão no mesmo patamar do custo administrativo apurado em 31/12/2014.

Propõe-se, para os benefícios de risco, a manutenção das taxas de contribuição praticadas em 2014, considerando-se que a entidade está promovendo estudos com vistas à modificação do regulamento do plano de benefícios que implicarão em alterações na estrutura dos benefícios de risco e redução dos custos relativos a esses benefícios, com perspectiva de concluir as alterações no decorrer de 2015.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2015

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	7,394%
Patrocinadora	3,437%
Participante	3,957%
Benefícios de risco	2,348%
Patrocinadora	1,174%
Participante	1,174%
Custeio administrativo	0,368%
Patrocinadora	0,184%
Participante	0,184%
Custeio Total	10,110%
Patrocinadora	4,795%
Participante	5,315%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,368%.

Além das contribuições acima, o plano de custeio será composto por contribuições adicionais para amortização do déficit atuarial, conforme abaixo:

- a) Patrocinadora: 0,31% incidentes sobre os salários de participação;
- b) Participantes ativos: 0,51% incidentes sobre os salários de participação; e
- c) Assistidos: 0,70% incidentes sobre os benefícios.

O plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2015.

Tendo em vista que as modificações regulamentares que a entidade pretende promover implicarão em redução também das provisões matemáticas dos benefícios de risco, tendo como consequência a alteração do resultado atuarial calculado nesta avaliação, propõe-se que a execução do plano de equacionamento ora proposto seja suspensa até 31/10/2015, quando será elaborada nova avaliação atuarial do plano de benefícios e apurado novo resultado atuarial e definidas as novas alíquotas de contribuição adicional a serem efetivamente cobradas a partir de novembro de 2015.

Dessa forma, cumpre-se o que determina o §5º, do art. 30, da Resolução CGPC nº 26/2008, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 14/2014, que estabelece a aplicação do plano de equacionamento a partir do exercício subsequente ao de sua aprovação, que no caso em tela representa a efetiva aplicação no ano de 2015.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2013, um déficit atuarial de R\$ 1.032.645, que representava 25,56% as provisões matemáticas de benefício definido. Conforme determinado na Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, modificada pela Resolução CNPC nº 13, de 4 de novembro de 2013, a entidade procederá a elaboração de plano de equacionamento do déficit atuarial nos prazos estabelecidos no inciso I da nova redação dada ao art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, abaixo transcrito.

“Art. 28. Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento do déficit, obedecendo aos seguintes prazos contados a partir do encerramento do exercício social que apurou o resultado deficitário.

I - até o final do exercício seguinte, se o déficit técnico acumulado for superior a dez por cento das provisões matemáticas.

II - até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, se o déficit técnico acumulado for igual ou inferior a dez por cento das provisões matemáticas.”

Na forma do que dispõe a legislação em vigor, procedemos à avaliação da situação atuarial do plano de benefícios e identificou-se a continuidade de uma situação deficitária.

O déficit atuarial existente em 31/12/2014 é de R\$ 1.824.572 que, conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, deverá ser alterado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento do déficit atuarial.

Dessa forma e, considerando a informação prestada pela Entidade que apurou um montante positivo (receitas) de R\$ 145.529 como sendo o valor do ajuste de precificação dos ativos do plano sob comento, e, nesse caso, o déficit a equacionar corresponde a R\$ 1.679.043, que representa 32,83% das provisões matemáticas de benefício definido.

Tendo em vista que o déficit atuarial em 31/12/2013 representava um percentual superior a 10% das provisões matemáticas de benefício definido, a entidade deverá promover o equacionamento

do mencionado déficit através das formas previstas na Resolução CGPC nº 26/2008, em conformidade com o prazo estabelecido no inciso I do art. 28.

Para tanto, foi elaborado estudo atuarial com vistas ao equacionamento do déficit existente em 31/12/2014, que teve por recomendação o estabelecimento de alíquotas de contribuição adicional, em conformidade com o inciso II do art. 30 da citada CGPC nº 26/2008.

As contribuições foram estabelecidas tomando-se por base as parcelas do déficit atuarial relativa à patrocinadora, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, calculadas em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Resolução CNPC nº 14/2014, observando-se a proporção das contribuições normais registrada em 2014.

Após a identificação da parcela do déficit atribuída aos participantes e assistidos, o rateio do montante entre os dois grupos foi calculado tomando-se por base os valores dos benefícios efetivos, no caso dos assistidos, e projetado, para os participantes ativos.

Aplicando-se os critérios acima, o déficit de R\$ 1.679.043, foi rateado da seguinte forma:

- a) Patrocinadora: R\$ 627.596;
- b) Participantes ativos: R\$ 1.033.925; e
- c) Assistidos: R\$ 17.522.

Conforme estabelece o item 10 da Resolução CGPC nº 18/2006, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 15/2014, "na ocorrência de insuficiência de cobertura patrimonial, não coberta pela contribuição normal, o prazo máximo para a sua amortização, quando exigida, equivalerá à duração do passivo do plano de benefícios".

Em observância aos ditames legais, foi estabelecido o prazo de 21,4 anos como prazo máximo para a amortização do déficit atuarial ajustado registrado nesta avaliação, sendo estabelecidas as seguintes alíquotas de contribuição adicional para os atuais assistidos e participantes ativos:

- a) Para os atuais assistidos, incidentes sobre os valores dos benefícios de aposentadoria e pensão, cujo prazo de vigência será de 21,4 anos: 0,70%;
- b) Para os atuais participantes ativos, incidentes sobre os salários de participação, cujo prazo de vigência será o menor entre a duração do plano (21,4 anos) e o número de anos até a data de elegibilidade ao benefício programado pleno: 0,51%; e
- c) Para a patrocinadora, incidentes sobre os salários de participação, cujo prazo de vigência será o mesmo do participante ativo: 0,31%.

Caso o participante ativo venha a antecipar sua aposentadoria ou modifique quaisquer informações que resultem na antecipação da data de elegibilidade ao benefício programado pleno, o mesmo, quando se aposentar, continuará a pagar a contribuição adicional estabelecida para os assistidos até atingir a data de elegibilidade original.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Epamig-FlexCeres eram, em 31/12/2014:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAMIG – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	16.409.766	20.217.444	23,20%
Provisões Matemáticas	17.422.411	22.042.016	26,37%
<i>Benefícios Concedidos</i>	2.756.605	2.627.142	-4,70%
<i>Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco</i>	1.283.189	2.486.614	93,78%
<i>Benefícios do plano</i>	3.108.251	4.233.260	36,19%
<i>Contribuições futuras</i>	(1.825.062)	(1.746.646)	-4,30%
<i>Saldo de Contas – Benefícios Programados</i>	13.402.617	16.928.260	26,31%
Resultados Realizados	(1.032.645)	(1.824.572)	76,69%

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epamig-FlexCeres, no exercício de 2014 foi de 10,39%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,85%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -1,31% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, em especial pelas variações salariais ocorridas, redução da taxa de juros e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e a elevação da provisão matemática de benefícios a conceder referente aos benefícios de risco é originada das variações cadastrais ocorridas no período.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 811.267	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 259.107	R\$ 1.070.37
Perda	R\$ 0	-R\$ 1.862.081	-R\$ 1.652	-R\$ 203.676	R\$ 0	-R\$ 2.067.40
Total	R\$ 811.267	-R\$ 1.862.081	-R\$ 1.652	-R\$ 203.676	R\$ 259.107	-R\$ 997.03

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial deficitário, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é igual ao total do patrimônio de cobertura do plano. Esse equilíbrio é inerente à própria estrutura técnica do plano e, dessa forma, nosso entendimento é que o resultado atuarial tem natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05– BALANÇO ATUARIAL - PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	20.217.444	Benefícios Futuros	23.788.662
Contribuições futuras	1.746.646	<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>2.627.142</i>
Risco	1.746.646	<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>21.161.520</i>
		Programado	16.928.260
		Risco	4.233.260
		Resultados Realizados	(1.824.572)
Total	21.964.090	Total	21.964.090

Fundos previdenciais

Em 31/12/2014, o plano de benefícios apresentava os seguintes saldos de fundos previdenciais.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS - PLANO EPAMIG-FLEXCERES

<i>Discriminação</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Variação</i>
Fundos Previdenciais	-	198.972	-
Fundo Coletivo de Desligamento	-	7.829	-
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	-	191.143	-
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	-	-	-
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstos no regulamento desse plano.

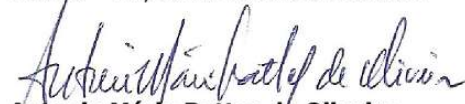
No ano de 2014, entre as reversões e constituições ocorridas, se destacou a reversão parcial do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 54.361,24, como consequência da metodologia de apuração desse fundo, haja vista o aumento significativo da reserva matemática de benefício de risco a conceder.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EPAMIG SALDADO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-83 male para a tábua AT-83 por sexo; c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tábua de entrada em invalidez: modificada da TASA-1927 para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,64%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epamig Saldado é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2015 será no mínimo de R\$ 27.367 referente ao custo administrativo

Plano de custeio para 2015

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal, para o período de abril/2015 a março/2016 no valor linear mínimo de R\$ 27.367 destinado ao custeio administrativo.

Em 31/12/2014, o prazo restante de vigência da contribuição extraordinária de responsabilidade da patrocinadora era de 96 (noventa e seis) meses. O fluxo dos valores do saldamento está previsto na avaliação atuarial.

Os assistidos contribuirão com uma alíquota de 8,00% incidente sobre os respectivos benefícios e não estão previstas contribuições para os participantes ativos.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

Em janeiro de 2008 foram implantados o Plano Epamig-FlexCeres e o Plano Epamig Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico somente os assistidos. Em função desta mudança, parte do patrimônio foi transferida para o Plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Epamig Básico passou a ser composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, enquanto os atuais ativos passaram a compor o Plano Epamig Saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO EPAMIG SALDADO – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	50.450.676	54.323.450	7,68%
Provisões Matemáticas	47.420.528	46.825.845	-1,25%
Benefícios Concedidos	7.099.621	7.101.721	0,03%
Benefícios a Conceder	40.320.907	39.724.124	-1,48%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	
Resultados Realizados	3.030.148	7.497.605	147,43%

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epamig Saldado, no exercício de 2014 foi de 9,34%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,84%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -2,24% no período.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2014, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2014, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2014

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivament ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	R\$ 2.120.244	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 3.908.722	R\$ 6.028.966
Perda	R\$ 0	-R\$ 415.051	-R\$ 12.039	-R\$ 1.409.928	R\$ 0	-R\$ 1.837.018
Total	R\$ 2.120.244	-R\$ 415.051	-R\$ 12.039	-R\$ 1.409.928	R\$ 3.908.722	R\$ 4.191.948

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios está atuarialmente equilibrado, tendo apresentado um pequeno superávit técnico no balanço de 31/12/2014. Em nossa opinião, o resultado do plano é estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO EPAMIG SALDADO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	54.323.450	Benefícios Futuros	46.825.845
Contribuições Futuras do Saldamento		- Benefícios Concedidos	7.101.721
Contribuições extraordinárias		- Benefícios a Conceder	39.724.124
		Resultados Realizados	7.497.605
Total	54.323.450	Total	54.323.450

Fundos previdenciais

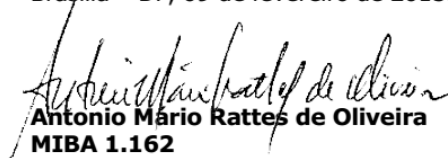
Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.


Antonio Mario Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

CIDASC

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO CIDASC-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Cidasc-FlexCeres de benefícios da Cidasc, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tábua de mortalidade geral: modificada da AT-83 male para a tábua AT-83 por sexo; c) tábua de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tábua de entrada em invalidez: modificada da TASA-1927 fraca para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,84%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia

e têm os seus valores reajustados pela variação patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

O plano Cidasc-FlexCeres foi implantado a partir de janeiro de 2010.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2014

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	1,282%
Patrocinadora	0,641%
Participante	0,641%
Custo administrativo	0,856%
Patrocinadora	0,428%
Participante	0,428%
Custo Total	2,138%
Patrocinadora	1,069%
Participante	1,069%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Cidasc-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 2,138% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2013, cujo percentual foi igual a 2,482%.

O plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2015.

Plano de custeio para 2015

O plano de custeio para 2015 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2014 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

A proposta é manter o custeio para os benefícios de risco e administração para 2015, em 3,386%, conforme tabela nº 02, no mesmo patamar praticado em 2014, apesar do custo de 2,138% ser inferior a esse percentual, devido à estrutura atual desse plano, cuja cobertura dos benefícios de risco é através de seguro. O valor do custo de 2,138% seria considerado caso a cobertura dos benefícios de risco fosse feita por meio do mutualismo do grupo de participantes desse plano, contudo dada a impossibilidade de realizar a gestão dessa cobertura pelo próprio plano, em função do contingente de segurados ser insuficiente e do reduzido montante patrimonial, é prudente manter o custeio no patamar de 2014 para honrar com o custo do seguro e fortalecer a base patrimonial para futuramente administrar a cobertura desses benefícios pelo próprio plano.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2015

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	8,843%
Patrocinadora	4,289%
Participante	4,554%
Benefícios de risco	2,530%
Patrocinadora	1,265%
Participante	1,265%
Custeio administrativo	0,856%
Patrocinadora	0,428%
Participante	0,428%
Custeio Total	12,229%
Patrocinadora	5,982%
Participante	6,247%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,856%.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Cidasc-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio, sendo as alíquotas de custeio definidas para 2015 suficientes para financiar os custos dos benefícios do plano, devido à atual estrutura de cobertura dos benefícios de risco ser por meio de seguro.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Cidasc-FlexCeres eram, em 31/12/2014:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS CIDASC – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	4.243.045	6.633.568	56,34%
Provisões Matemáticas	4.222.921	6.633.568	57,08%
<i>Benefícios Concedidos</i>	-	-	
<i>Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco</i>	-	-	
<i>Benefícios do plano</i>	1.335.342	2.291.808	71,63%
<i>Contribuições futuras</i>	(1.335.342)	(2.291.808)	71,63%
<i>Saldo de Contas – Benefícios Programados</i>	4.222.921	6.633.568	57,08%
Resultados Realizados	20.124	-	-

A rentabilidade dos investimentos do Plano Cidasc-FlexCeres, no exercício de 2014 foi de 10,68%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,86%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -1,05% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, notadamente pela entrada de novos participantes no plano, variações salariais ocorridas, adequação das hipóteses atuariais e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano.

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial positivo, conforme se observa na tabela nº 04, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Esse resultado é inerente à própria estrutura técnica do plano e, dessa forma, nosso entendimento é que o resultado atuarial tem natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 04 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO CIDASC-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	6.633.568	Benefícios Futuros	8.925.376
Contribuições Futuras	2.291.808	<i>Benefícios Concedidos</i>	-
Risco	2.291.808	<i>Benefícios a Conceder</i>	8.925.376
		Programado	6.633.568
		Risco	2.291.808
		Resultados Realizados	-
Total	8.925.376	Total	8.925.376

Os riscos inerentes ao plano de benefícios, representados pelas provisões matemáticas de benefícios a conceder referentes aos benefícios originados de invalidez e morte estão lastreados integralmente por seguro contratado no mercado segurador brasileiro, que tem por estipulante a entidade, estando previsto contratualmente que no caso de ocorrência de evento gerador do benefício, a seguradora efetua o pagamento do capital segurado, cujo valor tem como base a provisão matemática necessária para, em conjunto com o saldo de conta do participante, financiar todos os benefícios vitalícios devidos a ele ou aos seus dependentes.

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2014, o montante de R\$ 1.012.842 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

TABELA Nº 05 – FUNDOS PREVIDENCIAIS –PLANO CIDASC-FLEXCERES

<i>Discriminação</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Varição</i>
Fundos Previdenciais	683.822	1.012.842	48,11%
Fundo Coletivo de Desligamento	50.461	75.352	49,33%
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade	-	-	-
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	70.048	180.813	158,13%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	563.313	756.678	34,33%

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento desse plano. O crescimento significativo dos Fundos Previdenciais pode ser explicado pelo excedente de custeio, impactando nos Fundos de Riscos, e pela indenização de um Capital Segurado, feito pela Seguradora,

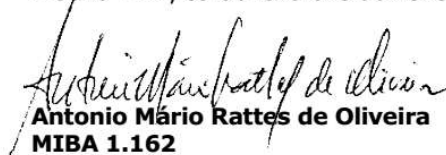
em função de morte de uma participante, desse plano, sem o respectivo pagamento da pensão pela ausência de beneficiários, gerando um excedente para o Fundo de Risco.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in black ink, reading 'Antonio Mario Rattes de Oliveira'.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

ABDI

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO ABDI-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano ABDI-FlexCeres de benefícios da ABDI, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2013, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foram elaborados os estudos de aderência exigidos pela legislação em vigor, os quais foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendadas as seguintes modificações nas hipóteses: a) fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: foram alterados de 0,97428409 para 0,97453464, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,82% a.a.; b) tabela de mortalidade geral: modificada da AT-83 male para a tabela AT-83 por sexo; c) tabela de mortalidade de inválidos: alterada da Experiência do IAPC para a Winklevoss; d) tabela de entrada em invalidez: modificada da TASA-1927 fraca para a Muller; e) taxa de juros: alterada de 5,25%a.a. para 5,84%a.a.; e f) família média para o cálculo de pensão: ajustada em função das mudanças cadastrais, pois a família média é definida a partir das informações cadastrais dos dependentes de cada plano de benefícios.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano ABDI-FlexCeres foi estruturado na modalidade de Contribuição Definida, sendo todos os benefícios calculados em função do saldo da conta individual de benefício concedido, constituída durante a fase de acumulação e acrescida, quando for o caso, de capital decorrente de operação de

seguro de morte e invalidez contratado com seguradora autorizada a operar no país. No momento da concessão do benefício o referido saldo será convertido numa renda por prazo indeterminado, reversível em pensão, que será recalculada anualmente com base no saldo remanescente da conta individual de benefício concedido e na expectativa de vida do beneficiário.

Os benefícios decorrentes de morte ou invalidez serão calculados em função do saldo da conta individual acrescido do valor do capital relativo ao seguro contratado para cobertura desses riscos, sendo que o valor do capital segurado é definido a partir da estimativa do benefício calculada com base na meta do benefício programado, no valor de referência (VR) e no salário-real-de-benefício (SRB), conforme o caso, segundo as regras estabelecidas no regulamento do plano de benefícios. Os valores dos benefícios são recalculados anualmente considerando-se o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido e a expectativa de vida dos beneficiários.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2014

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	1,828%
Patrocinadora	0,914%
Participante	0,914%
Custo administrativo	0,460%
Patrocinadora	0,230%
Participante	0,230%
Custo Total	2,288%
Patrocinadora	1,144%
Participante	1,144%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano ABDI-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 2,288% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2013, cujo percentual foi igual a 2,480%.

O plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2015.

Plano de custeio para 2015

O plano de custeio para 2015 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2014 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2015

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	12,919%
Patrocinadora	6,225%
Participante	6,694%
Benefícios de risco	1,828%
Patrocinadora	0,914%
Participante	0,914%
Custeio administrativo	0,460%
Patrocinadora	0,230%
Participante	0,230%
Custeio Total	15,207%
Patrocinadora	7,369%
Participante	7,838%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,460%.

O plano de custeio deverá ter vigência a partir de 01 de abril de 2015.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano ABDI-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição definida, não está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. Apesar disso, o monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio, sendo as alíquotas de custeio definidas para 2015 suficientes para financiar os custos dos benefícios do plano, devido à atual estrutura de cobertura dos benefícios de risco ser por meio de seguro.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano ABDI-FlexCeres eram, em 31/12/2014:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS ABDI – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.072.992	3.842.428	85,36%
Provisões Matemáticas	2.061.853	3.842.428	86,36%
<i>Benefícios Concedidos</i>	-	-	
<i>Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco</i>	-	-	
<i>Benefícios do plano</i>	1.139.244	1.669.224	46,52%
<i>Contribuições futuras</i>	(1.139.244)	(1.669.224)	46,52%
<i>Saldo de Contas – Benefícios Programados</i>	2.061.853	3.842.428	86,36%
Resultados Realizados	11.139	-	

A rentabilidade dos investimentos do Plano ABDI-FlexCeres, no exercício de 2014 foi de 11,61%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2014 foi de 6,23%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,86%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -0,22% no período.

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial nulo, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é igual ao patrimônio de cobertura do plano. Esse resultado é inerente à própria estrutura técnica do plano e, dessa forma, nosso entendimento é que o resultado atuarial tem natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 04 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO ABDI-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	3.842.428	Benefícios Futuros	5.511.652
Contribuições Futuras	1.669.224	<i>Benefícios Concedidos</i>	-
Risco	1.669.224	<i>Benefícios a Conceder</i>	5.511.652
		Programado	3.842.428
		Risco	1.669.224
		Resultados Realizados	-
Total	5.511.652	Total	5.511.652

As provisões matemáticas de benefícios a conceder referentes aos benefícios originados de invalidez e morte estão lastreadas integralmente por seguro contratado no mercado segurador brasileiro, que tem por estipulante a entidade, estando previsto contratualmente que no caso de ocorrência de evento gerador do benefício, a seguradora efetua o pagamento do capital segurado, cujo valor tem como base a provisão matemática necessária para, em conjunto com o saldo de conta do participante, financiar todos os benefícios vitalícios devidos a ele ou aos seus dependentes.

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2014, o montante de R\$ 79.395 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

TABELA Nº 05 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO ABDI-FLEXCERES

<i>Discriminação</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Varição</i>
Fundos Previdenciais	38.757	79.395	104,85%
Fundo Coletivo de Desligamento	438	503	14,92%
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade	-	-	-
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	536	3.678	585,50%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	37.783	75.214	99,07%

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento desse plano. O crescimento significativo dos Fundos Previdenciais pode ser explicado pelo excedente de custeio, impactando nos Fundos de Riscos, e pela indenização de um Capital Segurado, feito pela Seguradora,

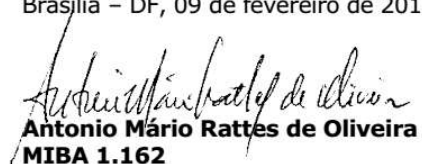
em função de morte de uma participante, desse plano, sem o respectivo pagamento da pensão pela ausência de beneficiários, gerando um excedente para o Fundo de Risco.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antonio Mário Rattes de Oliveira'.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EMATER-DF

POSIÇÃO EM 31/12/2014

PLANO EMATER-DF-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano EmaterDF-FlexCeres de benefícios da EMATER-DF, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2014.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, em conformidade com as recomendações que constam do estudo de aderência elaborado de acordo com as determinações legais e aprovado pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2014 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano EmaterDF-FlexCeres foi estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo todos os benefícios calculados em função do saldo da conta individual de benefício concedido, constituída durante a fase de acumulação e acrescida, quando for o caso, de capital decorrente de operação de seguro de morte e invalidez contratado com seguradora autorizada a operar no país. No momento da concessão do benefício o referido saldo será convertido numa renda por prazo indeterminado, reversível em pensão, que será recalculada anualmente com base no saldo remanescente da conta individual de benefício concedido e na expectativa de vida do beneficiário.

Os benefícios decorrentes de morte ou invalidez serão calculados em função do saldo da conta individual acrescido do valor do capital relativo ao seguro contratado para cobertura desses riscos, sendo que o valor do capital segurado é definido a partir da estimativa do benefício calculada com base na meta do benefício programado, no valor de referência (VR) e no salário-real-de-benefício (SRB), conforme o caso, segundo as regras estabelecidas no regulamento do plano de benefícios. Os valores dos benefícios são recalculados anualmente considerando-se o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido e a expectativa de vida dos beneficiários.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2014

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	2,052%
Patrocinadora	1,026%
Participante	1,026%
Custo administrativo	0,416%
Patrocinadora	0,208%
Participante	0,208%
Custo Total	2,468%
Patrocinadora	1,234%
Participante	1,234%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano EmaterDF-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 2,468% dos salários-de-participação.

Plano de custeio para 2015

O plano de custeio para 2015 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2014 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2015

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	16,033%
Patrocinadora	7,917%
Participante	8,116%
Benefícios de risco	2,052%
Patrocinadora	1,026%
Participante	1,026%
Custeio administrativo	0,416%
Patrocinadora	0,208%
Participante	0,208%
Custeio Total	18,501%
Patrocinadora	9,151%
Participante	9,350%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,416%.

O plano de custeio entrará em vigor em 01 de abril de 2015.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano EmaterDF-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio, sendo as alíquotas de custeio definidas para 2015 suficientes para financiar os custos dos benefícios do plano, devido à atual estrutura de cobertura dos benefícios de risco ser por meio de seguro.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano EmaterDF-FlexCeres eram, em 31/12/2014:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EmaterDF – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Varição
<i>Patrimônio de Cobertura do Plano</i>	-	1.169.259	-
<i>Provisões Matemáticas</i>	-	1.169.259	-
<i>Benefícios Concedidos</i>	-	-	-
<i>Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco</i>	-	-	-

Rubrica	31/12/2013	31/12/2014	Varição
<i>Benefícios do plano</i>	-	3.307.018	-
<i>Contribuições futuras</i>	-	(3.307.018)	-
<i>Saldo de Contas – Benefícios Programados</i>	-	1.169.259	-
Resultados Realizados	-	-	-

A rentabilidade dos investimentos do Plano EmaterDF-FlexCeres, no exercício de 2014 foi de 2,60%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de outubro a dezembro de 2014 foi de 1,54%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 2,89%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros acumulada no período. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -0,29% no período.

Resultado atuarial de 31/12/2014 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial nulo, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é igual ao patrimônio de cobertura do plano. Esse resultado é inerente à própria estrutura técnica do plano e, dessa forma, nosso entendimento é que o resultado atuarial tem natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 04 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EMATER-DF-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.169.259	Benefícios Futuros	4.476.277
Contribuições Futuras	3.307.018	<i>Benefícios Concedidos</i>	-
Risco	3.307.018	<i>Benefícios a Conceder</i>	4.476.277
		Programado	1.169.259
		Risco	3.307.018
		Resultados Realizados	-
Total	4.476.277	Total	4.476.277

As provisões matemáticas de benefícios a conceder referentes aos benefícios originados de invalidez e morte estão lastreadas integralmente por seguro contratado no mercado segurador brasileiro, que tem por estipulante a entidade, estando previsto contratualmente que no caso de ocorrência de

evento gerador do benefício, a seguradora efetua o pagamento do capital segurado, cujo valor tem como base a provisão matemática necessária para, em conjunto com o saldo de conta do participante, financiar todos os benefícios vitalícios devidos a ele ou aos seus dependentes.

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2014, o montante de R\$ 27.435 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

TABELA Nº 05 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO EMATER-DF-FLEXCERES

<i>Discriminação</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Varição</i>
Fundos Previdenciais	-	27.435	-
Fundo Coletivo de Desligamento	-	-	-
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade	-	-	-
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	-	-	-
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	-	27.435	-

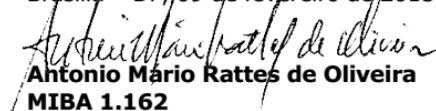
A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento desse plano. O crescimento significativo dos Fundos Previdenciais pode ser explicado pelo excedente de custeio, impactando nos Fundos de Riscos, e pela indenização de um Capital Segurado, feito pela Seguradora, em função de morte de uma participante, desse plano, sem o respectivo pagamento da pensão pela ausência de beneficiários, gerando um excedente para o Fundo de Risco.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 09 de fevereiro de 2015.


Antonio Mario Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:

Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras da
Ceres – Fundação de Seguridade Social
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Ceres – Fundação de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade Ceres – Fundação de Seguridade Social, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e das demonstrações individuais por planos de benefícios que compreendem suas demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.1.d), a Entidade possui registrado em 31 de dezembro de 2014 no passivo do programa previdencial o montante de R\$ 61.351 mil, dos quais R\$ 43.898 mil referem-se individualmente a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela Ceres decorrentes do pagamento dos benefícios dos assistidos daquele plano com recursos dos demais planos básicos efetuados em atendimento à decisão judicial do Tribunal Regional Federal, datado de 15 de maio de 2006. A Lei Complementar nº 109/2011 que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar determina que os planos devem ter independência patrimonial e não devem ter seu patrimônio confundido. Em razão do fato, os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD, incorreram em despesas não usuais em desconformidade com o princípio contábil da entidade pelo pagamento de benefícios do plano Embrater BD, nos respectivos montantes acumulados: R\$39.623 mil, R\$155 mil, R\$1.237 mil, R\$2.607 mil e R\$276 mil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto comentado no tópico “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Ceres – Fundação de Seguridade Social e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2014, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfases**Em relação à provisão matemática a constituir dos planos de benefício**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 8, tendo em vista que a Entidade possui em 31 de dezembro de 2014, registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$ 454.066 mil, dos quais R\$ 318.871 mil corresponde ao plano Embrapa BD, R\$ 2.036 mil ao plano Ceres BD, R\$ 92.214 mil ao plano Epagri BD, R\$ 32.020 mil ao plano Emater BD e R\$ 8.925 mil ao plano Epamig BD, referentes à cobertura do déficit equacionado. Nesse sentido, em caso de insuficiência atuarial dos planos, após os devidos ajustes em função de perdas e ganhos atuariais, conforme Nota Explicativa nº 12, a cobertura desse custo é de obrigação das patrocinadoras, participantes e assistidos dos referidos planos conforme previsto no parágrafo único do Artigo 19. da Lei Complementar nº 109/2001, no regulamento do Plano de Benefício, no contrato de adesão e no plano de custeio anual. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

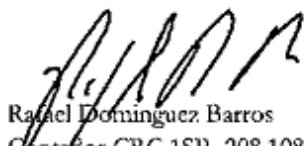
Em relação à continuidade operacional

As demonstrações do ativo líquido, demonstrações das mutações do ativo líquido, bem como as demonstrações das provisões técnicas do plano Embrater BD, foram preparadas no pressuposto de continuidade normal da operação. Entretanto, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, em 12/04/1990 houve a extinção da patrocinadora a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e a cessação dos repasses de contribuições para que o plano continuasse a honrar o compromisso com seus assistidos. Também, conforme mencionado, nas Notas Explicativas nº 16 e nº 6.1.d), visto a não existência de recursos por parte do plano Embrater, a Ceres – Fundação de Seguridade Social, em cumprimento de decisão judicial do Tribunal Regional Federal, vem efetuando o pagamento dos benefícios do extinto plano com a utilização de recursos dos demais planos básicos administrados pela entidade, o que a sua administração entende como medida paliativa para a continuidade do cumprimento das obrigações do plano. A continuidade operacional deste plano depende da continuidade do cumprimento da decisão judicial.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Ceres – Fundação de Seguridade Social referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram examinadas por nós e emitimos relatório em 28 de fevereiro de 2014 com opinião modificada, em relação ao mesmo tema mencionado acima – Obrigações do plano Embrater BD e o ganho gerado com a reclassificação de “Títulos mantidos até o vencimento” para a categoria de “Títulos para negociação” ocorrido em 2011 e por determinação da PREVIC foi realizado o estorno da operação em 2012. Além disso, foram apresentadas as mesmas ênfases em relação a continuidade do plano Embrater BD e das Provisões Matemáticas a constituir.

São Paulo, 06 de março de 2015.



Rafael Domínguez Barros
Contador CRC 1SP- 208.108/O-0 “S” - DF

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 “S” - DF

Parecer do Conselho Fiscal
sobre as Demonstrações Contábeis de 2014

O Conselho Fiscal em atendimento ao artigo 65 do Estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, do Anexo "C" da Resolução CNPC nº 08, de 31/10/2011, e ao item "i" do Inciso I, do artigo 4º da Instrução Normativa SPC nº 34 de 24/09/2009, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais, no Parecer dos Auditores Independentes, bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros, apresenta a seguir, o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2014.

I - Considerações sobre as Demonstrações Contábeis

- a) Os Demonstrativos Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social – DMPS –, Demonstração do Ativo Líquido – DAL –, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL –, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT –, derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação.
- b) Observamos que, em 2014, comparativamente ao ano de 2013 os investimentos tiveram crescimento de 9,92% quando as provisões matemáticas cresceram 14,07%.
- c) Verificamos que o Patrimônio Previdencial (Cobertura) foi suficiente para garantir a cobertura das Provisões Matemáticas (compromissos) dos Planos EmaterMG BD, Epamig BD, EmaterMG SD, Epagri SD, Epamig SD, Embrapa CV, Epagri CV, Cidasc CV, ABDI CD e EmaterDF CV. Entretanto, observaram-se resultados deficitários nos planos Ceres BD (R\$ -28 mil), Embrater BD (R\$ -79 milhões), Embrapa BD (R\$ -204 milhões), Epagri BD (R\$ -1 milhão), Ceres CV (R\$ -97 mil), EmaterMG CV (R\$ -4 milhões) e Epamig CV (R\$ -1,8 milhão).
- d) Notamos que entre o exercício de 2013 e o exercício de 2014, o Deficit Técnico Acumulado, de todos os planos, teve um aumento na ordem de 84,45%, passando de R\$ 138 milhões para R\$ 256 milhões.

- e) Verificamos que as Provisões Matemáticas a Constituir (Reservas a Amortizar) no consolidado sofreram redução de 15,95%, no corrente exercício, quando comparado ao exercício de 2013, passando de R\$ 540 milhões para R\$ 454 milhões.
- f) O desempenho de todos os planos de benefícios foi inferior à meta atuarial e ao índice de referência de 2014.
- g) Verificamos que as receitas administrativas, do Plano de Gestão Administrativa, superaram as despesas administrativas, em aproximadamente R\$ 2 milhões, sendo esses recursos aportados no Fundo Administrativo.
- h) Notamos ainda, que as destinações dos recursos para cobertura das despesas administrativas em 2014 representaram 3,83%, do somatório da receita previdencial e os benefícios pagos, ficando acima do teto aprovado pelo Conselho Deliberativo de 3,70% (Taxa de Carregamento).

II - Considerações sobre as Notas Explicativas

- a) Verificamos que as Notas Explicativas apresentadas enfatizaram as principais variações dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa, assim como os fatos, acontecimentos e assuntos relevantes que tiveram evidência durante o exercício de 2014.
- b) Embasados no Parecer dos Auditores Independentes, consideramos que as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2014, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

III - Considerações sobre o Relatório dos Auditores Independentes

- a) O Relatório dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Contábeis de 2014, emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes, assinado pelo contador responsável, Rafael

Dominguez Barros, CRC 1SP 208.108/O-D "S", contém parecer com ressalva, além de opinião com ênfase e referência a outros assuntos tratados no Parecer relativo ao exercício de 2013.

Registramos que não identificamos no Relatório acima nenhuma citação sobre apreciação dos pareceres atuariais dos planos de benefícios.

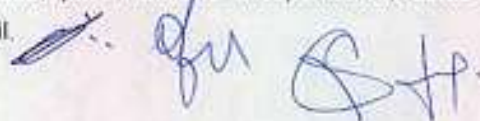
b) Quanto à opinião com ressalva, refere-se ao caso do plano Embrater Básico onde a Ceres, por decisão judicial, continua efetuando os pagamentos aos assistidos desse plano. Esses pagamentos estão sendo custeados proporcionalmente pelos outros planos básicos das demais patrocinadoras, a título de empréstimo.

c) Este Conselho recomenda que a Diretoria Executiva da Ceres priorize esforços a fim de solucionar a situação do plano Embrater Básico.

d) Em relação ao Relatório dos Auditores Independentes, o documento deu ênfase:

- i. às provisões matemáticas a constituir dos planos de benefício, tendo em vista que a Entidade possui em 31 de dezembro de 2014, registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$ 454.066 mil, dos quais R\$ 318.872 mil corresponde ao plano Embrapa BD, R\$ 2.036 mil ao plano Ceres BD, R\$ 92.215 mil ao plano Epagri BD, R\$ 32.020 mil ao plano Emater-MG BD e R\$ 8.925 mil ao plano Epamig BD, referentes à cobertura do déficit equacionado, uma vez que em caso de insuficiência atuarial dos planos, a cobertura desse custo é de obrigação das patrocinadoras, participantes e assistidos dos referidos planos conforme previsto no parágrafo único do Artigo 19. da Lei Complementar nº 109/2001, no regulamento do Plano de Benefício, no contrato de adesão e no plano de custeio anual, e
- ii. à continuidade operacional do plano Embrater BD, visto que tal continuidade está atrelada ao cumprimento da decisão judicial do Tribunal Regional Federal.

Consideramos que o Parecer sobre os demais assuntos é pertinente e que as Demonstrações Contábeis auditadas, pela Auditoria Independente, estão aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil.



IV - Considerações sobre os Pareceres Atuariais

a) Os Pareceres Atuariais sobre os Planos de Benefícios administrados pela Ceres, emitido pela Assessoria Actuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, relatam a situação econômica, patrimonial e atuarial dos planos, conforme demonstrado a seguir:

- Desequilíbrio atuarial moderado: Embrapa BD (R\$ - 204 milhões);
- Resultado atuarial nulo: Embrapa CV, Epagri CV, Cidasc CV, ABDI CD e EmaterDF CV;
- Insuficiência atuarial e financeira: Embrater BD (R\$ - 79 milhões);
- Atuarialmente equilibrado: EmaterMG BD (R\$ 617 mil), Epamig BD (R\$ 1,8 milhão), Epamig SD (R\$ 7,5 milhões), EmaterMG SD (R\$ 12,9 milhões), Epagri SD (R\$ 12,4 milhões);
- Resultado atuarial deficitário: Ceres BD (R\$ -28 mil), Ceres CV (R\$ -97 mil), Epagri BD (-R\$ 1 milhão), Epamig CV (R\$ -1,8 milhão), EmaterMG CV (R\$ -4,1 milhões).

b) Conforme disposto nesses Pareceres Atuariais, houve alteração de premissas atuariais, especificamente relativas ao fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo, ao fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, a premissa de tabela de mortalidade geral, a premissa de tabela de mortalidade de válidos, a premissa de entrada em invalidez, a premissa taxa de juros e a premissa família média para cálculo de pensão.

c) Concluímos que os referidos pareceres atendem ao que estabelecem as Resoluções do CGPC nº 18 de 2006 e 26 de 2008 e as Resoluções do CNPC nº 15 e 16 de 2014.

V - Conclusão

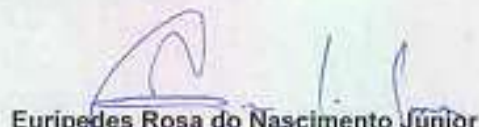
O Conselho Fiscal da Ceres - Fundação de Seguridade Social, diante das considerações sobre as Demonstrações Contábeis, os Pareceres Atuariais, o Relatório dos Auditores Independentes e atinentes às Notas Explicativas, assim como sobre as considerações apresentadas pelos Conselheiros, **RESOLVE** aprovar as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2014, levando em consideração as análises e conclusões destacadas anteriormente.

Este é o nosso Parecer.

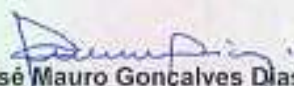
Brasília/DF, 13 de Março de 2015.



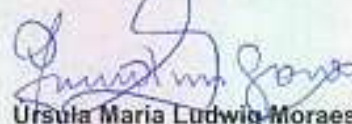
Cleuber Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e
Assistidos da EMBRAPA



Euripedes Rosa do Nascimento Júnior
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EMBRAPA



José Mauro Gonçalves Dias
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EMATER - MG



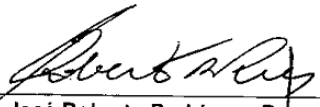
Ursula Maria Ludwig Moraes
Membra Titular do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e
Assistidos da EPAGRI



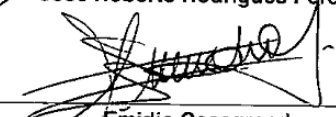
TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 195ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de março de 2015, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstração das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – Grant Thornton Auditores Independentes, nos Pareceres do Atuário – Atuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstra es contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.

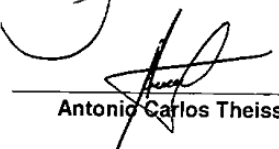
Brasília, 25 de março de 2015.



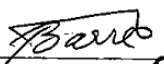
José Roberto Rodrigues Peres



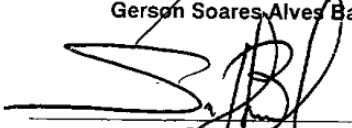
Emídio Casagrande



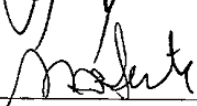
Antonio Carlos Theiss



Gerson Soares Alves Barreto



Sérgio Brunhale



Maria Augusta Ribeiro Leite

7. Resumo da Política de Investimentos 2015

A Política de Investimentos é um documento de obrigatoriedade legal, elaborado anualmente conforme Resolução nº 3792 do Conselho Monetário Nacional e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Ceres. Nesse documento são estabelecidas as diretrizes de alocação dos investimentos distribuídos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. A edição 2015 da Política de Investimentos dos planos de benefícios administrados e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Ceres foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2014, conforme Ata da 193ª Reunião Ordinária, e encaminhada à Previc em 5 de janeiro de 2015, sob protocolo 002.370.035.799-77.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Dante Daniel Giacomelli Scolari (Diretor de Investimentos)

Contatos: Email dante@ceres.org.br (61) 2106-0208.

As premissas utilizadas para a definição das estratégias de investimento contemplam projeções da evolução dos ativos, a liquidez necessária para fazer face aos compromissos e a manutenção da solvência dos planos. Os recursos são alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado.

A projeção dos ativos dos planos de administrados para o final de 2015 tem por objetivo apresentar a evolução dos saldos das aplicações financeiras desses planos em seus diversos segmentos e sinalizar os resultados esperados para o crescimento e a rentabilidade com base nas premissas do cenário básico e nos orçamentos previdencial e administrativo.

Partindo dos valores realizados em julho de 2014, foram aplicadas as premissas para a evolução dos ativos até dezembro de 2014. Posteriormente, sobre o ativo projetado para dezembro de 2014 foram aplicadas as premissas para o ano de 2015 referentes às expectativas de rentabilidade dos segmentos de aplicação e ao orçamento previdenciário e administrativo.

No cenário básico para 2015, as premissas para os diversos segmentos que compõem a carteira de ativos foram as seguintes:

- a) Renda Fixa: rentabilidade anual ponderada pelos resultados estimados para a carteira própria e para os fundos exclusivos Eros e Tranquilidade, a saber: i) Fundo Exclusivo Eros: 13,11%; ii) Fundo Exclusivo Tranquilidade: 13,63%; e iii) Carteira Própria: 14,05%.

Ao considerar a saída de recursos decorrente da diferença entre receitas e despesas previdenciais e administrativas, pagamento de tributos e a transferência de recursos entre segmentos, notadamente aqueles para integralizar cotas de fundos no segmento de Investimentos Estruturados, o crescimento do saldo da Renda Fixa será de 12,39% em 2015.

- b) Renda Variável: expectativa de retorno anual de 15,41%, resultante da ponderação dos retornos esperados para os vértices IBRX, Small, Dividendos e Fundos Valor, estimados em 15,091%, 16,23%, 14,22% e 17,94%, respectivamente.

- c) Investimentos Estruturados: i) investimentos em FIP e FMIEE (em período de investimentos): Tendo em vista que não se espera o desinvestimento desses fundos no decorrer de 2015, foi considerada uma desvalorização do saldo investido a uma taxa anual de 1,89%. Esta taxa corresponde à média das taxas de administração praticadas pelos FIP e FMIEE que fazem parte da carteira da Ceres. No decorrer de 2015, é estimado aporte de R\$39 milhões para atender a parcela remanescente dos compromissos de integralizações, os quais serão transferidos do segmento da Renda Fixa. Com isso, o crescimento esperado para o segmento será de 19,95% no ano; ii) Fundos imobiliários: expectativa de IPCA + 6,5% para o segmento, conforme cenário elaborado para o ALM. No caso dos fundos Hermes, Água Branca e RB Capital Residencial II, a expectativa de rentabilidade está atrelada ao fluxo de recebimento de recursos estimados. As parcelas mensais de recebimento previstas para 2015 foram calculadas utilizando a média dos recebimentos nos últimos 12 meses terminados em agosto de 2014, ajustadas pelo INPC esperado para 2014. Para o fundo Claritas Logística I, foi considerada a valorização das quotas, conforme a expectativa de retorno para o segmento.

- d) Imóveis: projeção baseada na estimativa do fluxo de entrada de recursos, composto pelas receitas de aluguéis e participação em shoppings realizadas até o mês de agosto de 2014. Os valores de recebimento previstos em 2015 contemplam: i) Manutenção do valor referente às receitas de participação em shoppings auferidas em agosto de 2014 para os meses remanescentes de 2014 e atualização dessas receitas para 2015, utilizando o INPC estimado para o ano de 2014 e; ii) Manutenção do valor referente às receitas de aluguéis auferidas em agosto de 2014 para os meses remanescentes de 2014 e para os meses de 2015 anteriores ao reajuste contratual. No reajuste contratual, as receitas de aluguéis são corrigidas considerando as cláusulas contratuais e os valores são corrigidos são mantidos para os meses remanescentes de 2015.

A TIR, considerando a depreciação contábil dos imóveis em 2% ao ano e os fluxos de receitas estimados, direcionados para o segmento de renda fixa, sinaliza uma rentabilidade de 8,22% para 2015. A rentabilidade estimada não contempla eventuais reavaliações do valor dos imóveis.

- e) Operações com Participantes: i) Empréstimo Simples: a projeção reflete uma rentabilidade acumulada de 11,87% em 2015, em vista do resultado esperado da variação do IPCA + 5,25% para o segmento, conforme cenário elaborado no estudo de ALM; ii) Financiamento Imobiliário: a projeção da rentabilidade para a carteira foi estabelecida em 14,36% ao ano, refletindo a evolução do saldo devedor, a qual considera uma ponderação das expectativas de retorno diferenciada por tipo de contrato. A ponderação dos retornos corresponde à variação do INPC acrescido de uma taxa de juro anual de 8% para 46% da carteira, variação do IGPD acrescido de uma taxa de juro anual de 8% para 44% da carteira e variação salarial para 10% da carteira.

Cenários Macroeconômicos

A política de investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características das suas obrigações. Para 2015, foi considerado um cenário base, com uma margem operacional. Como se trata de uma metodologia que considera uma visão estratégica de longo prazo, não há necessidade de ajustes imediatos nos percentuais alocados em cada segmento de aplicação em função de alterações de curto prazo.

Tabela 85. Premissas utilizadas na projeção de 2015

Índice	%
IPCA	6,29%
IGPM	5,50%
INPC	5,82%
Selic média	11,36%
Bolsa de valores (IBrX - 100)	15,09%
Juros reais – Selic/IPCA	4,77%

Fonte: Relatório Focus BACEN de 12/09/2014

A gestão dos ativos é feita com base nos compromissos atuariais, com o uso da ferramenta Asset Liability Management (ALM) e de acordo com as características dos planos de benefícios, considerando a capacidade dos planos de benefício definido (BD) de gerar superávit e dos planos de contribuição variável (CV) e de contribuição definida (CD) de apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido. Os planos foram segmentados em quatro grupos, de acordo com suas características:

- a) Grupo I: Embrapa BD Básico;
- b) Grupo II: Ceres BD Básico, Epagri BD Saldado, EMATER-MG BD Saldado e EPAMIG BD Saldado;
- c) Grupo III: Epagri BD Básico, EMATER-MG BD Básico e EPAMIG BD Básico;
- d) Grupo IV: Embrapa CV FlexCeres, Epagri CV FlexCeres, EMATER-MG CV FlexCeres, EPAMIG CV FlexCeres, CIDASC CV FlexCeres, Ceres CV FlexCeres e ABDI CD FlexCeres, EmaterDF-FlexCeres.

Para os planos BD (Básicos e Saldados) foi utilizado o modelo de maximização da solvência e de imunização de carteiras (*Cash Flow Matching*) e ALM Estocástico. A maximização da solvência leva em consideração o prazo médio de duração dos ativos de investimentos e o indexador do passivo dos planos e tem por objetivo apresentar a melhor composição dos investimentos nos segmentos de aplicação (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes), de forma a melhorar a geração de solvência para cada nível de risco, sendo as carteiras de baixo risco as que possuem maior correlação com o passivo.

Para os planos CV e CD (FlexCeres) foi utilizado o modelo de maximização do retorno, que tem por objetivo identificar as melhores composições de carteiras de investimentos com diferentes combinações de rentabilidade e risco esperados, utilizando a metodologia da fronteira eficiente.

O resultado desta metodologia de trabalho, considerando cenários futuros da economia, é uma sinalização de percentuais dos recursos de cada plano de benefício a ser direcionado aos segmentos de aplicação, visando um ajustamento dos ativos aos passivos atuariais, chamada de alocação objetivo. Na tabela 86 são apresentadas as alocações objetivo e os limites de aplicação dos recursos dos planos de benefícios.

Tabela 86. Alocação Objetivo e Limites de Aplicação

Segmentos de Aplicação	Plano Embrapa Básico	Plano Básico da Ceres e Planos Saldados da Epagri, Emater-MG e Epamig	Planos Básicos da Epagri, Emater-MG e Epamig	Planos FlexCeres
Renda Fixa	72,10% podendo variar entre 50% e 90%	71,67% podendo variar entre 50% e 90%	72,20% podendo variar entre 50% e 90%	70,27% podendo variar entre 50% e 90%
Renda Variável	15,40% podendo variar entre 0% e 30%	15,80% podendo variar entre 0% e 25%	14,30% podendo variar entre 0% e 20%	22,23% podendo variar entre 0% e 35%
Investimentos Estruturados	6% podendo variar entre 0% e 10%	5,5% podendo variar entre 0% e 10%	6,5% podendo variar entre 0% e 10%	5% podendo variar entre 0% e 5%
Imóveis	4,5% podendo variar entre 0% e 6%	4% podendo variar entre 0% e 6%	5% podendo variar entre 0% e 6%	Não há previsão
Operações com participantes	2% podendo variar entre 0% e 3%	3% podendo variar entre 0% e 10%	2%, podendo variar entre 0% e 5%	2,5% podendo variar entre 0% e 4%
Resultados esperados	Rentabilidade Nominal de 13,05%	Rentabilidade Nominal Consolidada de 13,58%	Rentabilidade Nominal Consolidada de 12,91%	Rentabilidade Nominal Consolidada de 13,35%

Fonte: Ceres. Geinv 2015.

Limites por Modalidade de Investimento

A Ceres adota, de forma geral, os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792, de 24/09/2009. Algumas restrições são estabelecidas pela política de investimentos à gestão interna de acordo com o segmento de aplicação.

Instrumentos Derivativos

As operações com derivativos podem ser realizadas, desde que obedecidas as condições e os limites legais estabelecidos pela legislação, em especial a Resolução CMN nº 3.792/09 e suas atualizações. Outros limites e diretrizes podem ser impostos pela Ceres em regulamentos e mandatos específicos de fundos exclusivos e/ou carteiras administradas.

Tabela 87. Taxa Mínima Atuarial/Índice de Referência

Metas atuariais	
Embrapa Básico	5,63%
Ceres Básico	5,54%
Epagri Básico	5,71%
Epagri Saldado	5,64%
Emater Básico	5,52%
Emater Saldado	5,67%
Epamig Básico	5,63%
Epamig Saldado	5,64%
Índices de Referência	
Embrapa FlexCeres	5,85%
Ceres FlexCeres	5,80%
Epagri FlexCeres	5,76%
Emater FlexCeres	5,78%
Epamig FlexCeres	5,79%
Cidasc FlexCeres	5,84%
Emater-DF FlexCeres	5,85%
ABDI FlexCeres	5,84%

Fonte: Relatório Focus BACEN de 12/09/2014

Apreçamento dos Ativos Financeiros

Os ativos estão classificados de acordo com a Resolução nº04/2002 do MPAS/CGPC, distribuídos entre as categorias títulos para negociação e títulos mantidos até o vencimento, conforme descrito na política de investimentos.

Avaliação dos Riscos

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos. As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou

dos planos de benefícios são tomadas, prioritariamente, por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos e pela Diretoria Executiva. Existem também os Comitês Consultivos de Planos em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da política de investimentos dos planos de benefícios.

A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Gecor) é a unidade funcional na estrutura da Fundação responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controle e gestão de riscos, visando garantir a proteção dos ativos dos planos, a promoção da eficiência operacional, a obtenção de informação precisa e confiável e a obediência e respeito às políticas da administração.

Além de sua estrutura de governança, os riscos de mercado, crédito, liquidez, legal e operacional e sistêmico são abordados na política de investimentos.

Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Na estruturação desta política foram considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa, o Código de Ética, os Códigos da Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada - ABRAPP e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A ÍNTEGRA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA CERES

(WWW.CERES.ORG.BR) , EM DOCUMENTOS.

8. Anexos

Anexo 1 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31/12/2014

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ceres Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de planos previdenciais, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal. É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário dos empregados dos patrocinadores.

Posteriormente à criação da Ceres pela Embrapa e Embrater, a EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), a EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A), a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e a EMATER-DF (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal) foram admitidas, por adesão, como patrocinadores da Fundação, além da própria Ceres.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tornou-se o único patrocinador fundador, em decorrência de extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), determinada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e da consequente retirada de patrocínio, homologada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social no Ofício nº 492/GAB/SPC/CGCOF, de 8 de agosto de 1995. Em 31/12/2014, os participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pela Ceres somam 18.614 pessoas, (Quadro 1).

Quadro 1. Quantidade de participantes e assistidos em 31.12.2014.

PATROCINADORA	ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL
Embrapa	8.060	4.072	12.132
Embrater	0	65	65
Ceres	68	19	87
Epagri	1.618	809	2.427
EMATER-MG	1.616	784	2.400
EPAMIG	646	269	915
CIDASC	326	0	326
ABDI	85	0	85
EMATER-DF	177	0	177
TOTAL GERAL	12.596	6.018	18.614

A patrocinadora Embrapa possui o maior número de participantes, 8.060, e o maior número de assistidos, 4.072, totalizando mais de 12 mil pessoas, que representam 65% do quadro social. Em seguida, aparecem as patrocinadoras Epagri e EMATER-MG, com um total de 2.427 e 2.400 pessoas, respectivamente.

A Fundação Ceres administra dezessete planos de benefícios, sendo seis na modalidade de benefício definido, três de benefício salgado, sete de contribuição variável e um de contribuição definida (Quadro 2). Desse total, nove planos ativos estão em extinção e oito planos ativos estão em funcionamento.

Quadro 2. Número de planos de benefícios administrados em 31.12.2014.

NOME DO PLANO	SIGLA	CNPB	SITUAÇÃO
PLANO BÁSICO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - EMBRAPA	Embrapa BD	1979000492	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO EMBRAPA-FLEXCERES	Embrapa CV	2007000792	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
2.EMBRATER - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	Embrater BD	1979000565	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO CERES BÁSICO	Ceres BD	2007001047	ATIVO / EM EXTINÇÃO
CERES - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL	Ceres CV	2007000865	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS BD DA EPAGRI	Epagri BD	1981000119	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO SALDADO EPAGRI	Epagri SD	2005002283	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO CV - EPAGRI-FLEXCERES	Epagri CV	2005002356	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO BÁSICO-EMATER	EMATER-MG BD	1982000147	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO SALDADO-EMATER	EMATER-MG SD	2007002574	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO EMATER-FLEXCERES	EMATER-MG CV	2007002647	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO BÁSICO-EPAMIG	EPAMIG BD	1982000856	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO SALDADO-EPAMIG	EPAMIG SD	2007003147	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO EPAMIG-FLEXCERES	EPAMIG CV	2007003392	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO DE BENEFÍCIOS CIDASC-FLEXCERES	CIDASC CV	2009001192	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO DE BENEFÍCIOS ABDI-FLEXCERES	ABDI CD	2013000911	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO DE BENEFÍCIOS EMATER/DF-FLEXCERES	EMATER-DF CV	2014000883	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em especial pela Resolução CNPC nº08/2011, Instrução MPS/SPC nº34/2009 e Instrução MPS/PREVIC nº05/2011.

As práticas mencionadas acima seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do último exercício social. A moeda funcional e de apresentação dessas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$).

A Entidade não possui ativos ou passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2014, data do fechamento deste balanço.

2.1.1 Contabilização por Gestão

Na estrutura contábil vigente, os segmentos necessários à administração das entidades fechadas de previdência complementar são denominados gestão previdencial, gestão assistencial, gestão administrativa e investimentos. A Fundação Ceres não opera a modalidade assistencial. As funções de cada segmento estão assim especificadas:

Gestão Previdencial - congrega todas as atividades previdenciais da entidade, como recebimentos de contribuições, pagamento de benefícios e constituição das provisões atuariais.

Gestão Administrativa - assemelha-se a uma entidade prestadora de serviços administrativos, tendo como usuários os demais segmentos da estrutura da entidade. É responsável pelas operações administrativas, coordenando todo o funcionamento administrativo da Fundação.

Investimentos - é destinado ao gerenciamento das aplicações financeiras dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pela entidade.

2.1.2 Resultado das operações

As adições e deduções previdenciais, as receitas e despesas administrativas e as rendas ou variações positivas e negativas dos investimentos são registradas pelo regime de competência.

Equilíbrio Técnico – registro do excedente ou da necessidade patrimonial em relação aos compromissos totais dos planos de benefícios;

Fundos – são os fundos constituídos atuarialmente para atender a gestão previdencial dos planos de benefícios, os fundos de investimentos destinados à cobertura de possíveis perdas por morte dos mutuários de empréstimos e de financiamentos e o fundo administrativo constituído com o resultado positivo entre os valores aportados de custeio administrativo em relação às despesas administrativas incorridas.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS

Neste demonstrativo são apresentadas as adições e as reduções ocorridas no Patrimônio Social, com os valores consolidados dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL

Neste demonstrativo são apresentadas as mutações do ativo líquido por plano de benefícios ocorridas no exercício.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL

Neste demonstrativo são apresentadas a composição dos direitos e obrigações de cada plano de benefícios, a situação líquida de cobertura dos compromissos, bem como o valor, positivo ou negativo, no Equilíbrio Técnico do plano de benefício relativo ao ajuste de precificação dos títulos públicos federais classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA - Consolidada

Neste demonstrativo são detalhadas as operações realizadas no plano de gestão administrativa como: custeio, despesas, resultados dos investimentos administrativos e constituições/reversões do fundo administrativo.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT

O demonstrativo, criado pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, apresenta as Provisões Técnicas, que correspondem à totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela entidade.

2.3 Investimentos

São todos os títulos previstos na legislação, em especial a Resolução CVM nº 3792/2009, observada a estrutura da planificação contábil em vigor.

2.3.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

O registro e a avaliação de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 04/2002 e a Instrução MPS/SPC nº 34/2009. São classificados de acordo com a intenção da administração em:

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição e são precificados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para os títulos e valores mobiliários que não possuem divulgação diária de preços, o apreamento é realizado pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Pode também ser utilizado o Manual de Precificação do Custodiante.

Títulos mantidos até o vencimento – são mantidos nesta classificação os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, com a intenção de manutenção até o vencimento, desde que tenham prazo mínimo a decorrer de 12 (doze) meses da data de sua aquisição, independentemente se alocados na carteira própria ou nos fundos exclusivos. Estes ativos são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As rendas ou variações positivas e as deduções ou variações negativas decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros são reconhecidas no exercício em que ocorrerem. O valor de mercado ou valor justo dos investimentos é obtido mediante a utilização de cotações divulgadas pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), BM&FBovespa (Bolsa Mercantil e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo), CBLC (Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia) e Custodiante.

2.3.2 Ações

As ações de companhias negociadas em bolsa de valores estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, e precificadas ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidas a partir da data ex-dividendos.

2.3.3 Fundos de investimentos

Os fundos de investimentos são reconhecidos pelo valor de aquisição incluindo, quando for o caso, taxas e emolumentos. As aplicações em quotas de fundos de investimentos estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos na data do balanço. Os ativos que compõem os fundos de investimentos estão submetidos às normas estabelecidas pela CVM.

2.3.4 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. A depreciação incide sobre o valor reavaliado e é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação e/ou reavaliação. Os imóveis deverão ser reavaliados pelo menos a cada três anos de acordo com o item nº 19 letras “h” e “k” do Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

O valor justo dos investimentos imobiliários é obtido por meio de laudos de avaliação determinado por empresa ou profissional legalmente habilitado. Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

2.3.5 Operações com participantes

As Operações com Participantes correspondem aos empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e assistidos e estão demonstrados pelos seus valores originais, deduzidas as amortizações, acrescidos de atualização monetária e juros contratuais. Em caso de inadimplência são acrescidos multa e juros moratórios.

2.3.6 Provisões para perdas

Provisão para Perda

Em observância à Instrução SPC nº 34/2009, a provisão para perdas relativa aos direitos creditórios de liquidação duvidosa é constituída da seguinte forma (Quadro 3):

Quadro 3. Critério de provisionamento para perdas

ATRASSO (em dias)		FAIXA DE PROVISÃO	CRÉDITOS ALCANÇADOS
DE	ATÉ		
61	120	25%	VENCIDOS E VINCENDOS
121	240	50%	
241	360	75%	
ACIMA DE 361		100%	

Obs: Para contribuições previdenciárias em atraso provisionam-se somente as parcelas vencidas.

Provisões para Perdas com Investimentos por Segmento de Aplicação

Visando representar adequadamente os investimentos dos planos de benefícios e de acordo com as informações sobre a possibilidade de não recebimento da aplicação, são mantidas provisões para perdas discriminadas no Quadro 4.

A provisão para perdas das ações da empresa Furnas S/A decorre do fato das ações não serem cotadas em mercado organizado, apesar dos planos de benefícios receberem os dividendos desse

ativo. Este procedimento, além de atender aos princípios previstos na Resolução CGPC nº 13/2004 que visa preservar a liquidez e solvência dos planos de benefícios e da própria Ceres, atende também ao princípio da prudência, conforme Pronunciamento Contábil – CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

O provisionamento referente ao Fundo de Investimentos Imobiliário Projeto Água Branca tem origem no não pagamento da renda mensal mínima garantida aos cotistas, através do contrato celebrado em 13/07/1999, correspondente à somatória dos residuais mensais devidos no período de 01/12/2001 a 31/11/2003, pela RICCI e Associados – Engenharia e Comércio Ltda. O Fundo de Investimentos moveu ação judicial contra os devedores citados acima, sendo vencedor. Iniciada a fase de execução para obrigar os devedores a pagar o débito, inicialmente, foi constatada a insuficiência de patrimônio dos destes e de seus sócios para satisfazer o pagamento. O escritório de advocacia que acompanha o processo judicial considera remota a possibilidade de recuperação da totalidade do crédito devido pela RICCI e Associados ao Fundo. Assim, até que seja extinta a possibilidade de recebimento judicial da dívida, a Ceres manterá o provisionamento do prejuízo suportado. A Diretoria Executiva está empenhada em analisar todas as provisões para perdas provisionadas no passado, na tentativa de buscar soluções na medida do possível, tanto do ponto de vista jurídico como administrativo.

Quadro 4. Provisão para perdas nos investimentos em 31.12.2014 (R\$ mil)

SEGMENTO	DATA DO REGISTRO	INSTITUIÇÃO	PAPEL	SALDO 2014	SALDO 2013
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	31/12/1994	BCO HERCULES	R D B	1.056	1.056
	29/02/2000	BCO CREFISUL	DEB. Ñ CONV.	5.138	5.138
	31/12/2003	CELPAR	DEB. Ñ CONV.	5.626	5.626
	30/09/2002	WUEST	DEB. CONV.	2.192	2.192
	31/08/2000	LORENZ	DEB. CONV.	2.887	2.887
	31/12/2000	FENICIAPAR	DEB. CONV.	563	563
	TOTAL - CRÉD. PRIVADOS E DEPÓSITOS			17.462	17.462
AÇÕES	30/11/2005	FURNAS (1FCE4)	AÇÕES	3.059	3.059
	30/11/2005	FURNAS (1FCE3)	AÇÕES	3.059	3.059
	31/12/1999	BCO NACIONAL	AÇÕES	3.413	3.413
	31/12/1999	B. MERIDIONAL	AÇÕES	11	11
	31/12/1999	MESBLA	AÇÕES	82	82
	28/12/2001	COPAS	AÇÕES	282	282
	30/06/2008	SAM INDÚST.	AÇÕES	63	63
	TOTAL - AÇÕES			9.969	9.969
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	31/05/2005	ALUGUÉIS A RECEBER		305	305
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	31/12/2003	FDO ÁGUA BRANCA		2.536	2.536
TOTAL GERAL				30.272	30.272

Nota: Conforme a Resolução CMN nº 3.792/2009, os Créditos Privados e Depósitos são aplicações em Renda Fixa, As Ações são títulos de Renda Variável, os Investimentos Imobiliários são Imóveis e os Fundos Imobiliários são Investimentos Estruturados.

Provisão para Perdas nas Operações com Participantes

As provisões estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos e de financiamentos imobiliários concedidos pela Ceres.

A redução das provisões em 2014 decorre do baixo volume de concessões de empréstimos no exercício, de amortizações do saldo devedor no período e de recebimentos.

Como resultado, foram revertidas provisões no montante de R\$ 1.303 mil, dos quais R\$ 1.258 mil referentes a empréstimos e R\$ 45 mil referentes a financiamentos. Apenas as provisões constituídas ou revertidas no exercício atual impactaram o resultado de 2014 (Quadro 5):

Quadro 5. Variações das provisões de perdas - Operações com participantes, 2014 (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2 0 1 4	2 0 1 3
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	-1.258	2.474
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	-45	49
TOTAL	-1.303	2.523

As provisões para perdas foram impactadas pela situação dos Planos da Embrapa. A partir da entrada em vigor do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento ao Decreto nº 6.386, de 29 de janeiro de 2008, por insuficiência de margem líquida consignável muitos devedores destes planos acabaram não tendo os descontos processados em folha para pagamento dos empréstimos obtidos junto à Fundação. Esta situação decorre da rigidez na definição da margem consignável e das prioridades definidas pelo SIAPE para os descontos em folha, em que o pagamento dos empréstimos feitos por EFPCs possuem baixa prioridade para recebimento. As provisões para perdas acumuladas montam R\$ 15.990 mil, sendo R\$ 9.962 mil relativos a empréstimos e R\$ 6.028 mil referentes a financiamentos imobiliários (Quadro 6).

No entanto, deve-se ressaltar que, no momento da quitação do débito ou quando da entrada em aposentadoria, as provisões para perdas desses devedores serão revertidas.

Quadro 6. Saldo das provisões para perdas - Operações com participantes, 2014 (R\$ Mil)

PLANO	EMPRÉSTIMOS	FINANCIAMENTOS	TOTAL
Embrapa BD	8.729	3.432	12.161
Embrapa CV	954	0	954
Ceres BD	0	317	317
Epagri BD	0	1.096	1.096
Epagri SD	64	770	834
EMATER-MG BD	156	273	429
EMATER-MG SD	41	25	66
EPAMIG BD	16	115	131
EPAMIG SD	2	0	2
TOTAL	9.962	6.028	15.990

2.4 Gestão dos Riscos

A gestão dos riscos fundamenta-se em uma estrutura funcional clara e aderente às metas da Fundação, com intuito de proteger o patrimônio e reduzir a volatilidade, com atribuições de responsabilidades e segregação de funções formalmente estabelecidas. As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das EFPCs, com destaque para a Resolução CMN nº3.792/2009 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

Risco de Mercado: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da alteração para menor nos valores de mercado dos ativos mantidos em carteira. O acompanhamento e o gerenciamento do risco de mercado, bem como os retornos esperados, são feitos com o uso de um modelo estatístico que possibilita a mensuração da probabilidade de perda econômica máxima tolerada. De acordo com as características das carteiras de investimentos, são definidos os instrumentos e metodologias utilizados para o respectivo controle de risco e resultado.

Risco de Crédito: é o risco de algum investimento não ser honrado no futuro por uma contraparte de maneira integral ou parcial. O risco de crédito é gerenciado e controlado com o objetivo de diminuir a probabilidade da contraparte de não cumprir com a obrigação contratada e é monitorado com base nas posições mantidas em créditos privados, com a avaliação dos níveis de concentração, maiores exposições e piores *ratings*. A análise de risco de crédito é realizada nas operações com pessoa jurídica financeira, não-financeira e participantes e assistidos, no que se refere a empréstimos simples. Os recursos garantidores dos planos são aplicados em operações e instituições classificadas como de baixo nível de risco de crédito.

Risco de Liquidez: é o risco de perda resultante da falta de recursos necessários ao cumprimento de uma ou mais obrigações da entidade em função do descasamento de atribuições e aplicações. Esse risco fica minimizado pela manutenção de um consistente sistema de fluxo de caixa.

São utilizadas duas metodologias para o gerenciamento de liquidez de curto prazo e de longo prazo.

Curto Prazo: aplica-se o fluxo de caixa de entrada e saída de recursos, monitorado e avaliado semanalmente pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos (GAPI) para assegurar qualquer eventualidade ou medidas de contingência.

Longo Prazo: é utilizada a metodologia do Asset Liability Management (ALM) como ferramenta de trabalho para gerenciar e monitorar liquidez de longo prazo (superior a 12 meses).

Risco Legal e Operacional: trata-se da avaliação e acompanhamento dos riscos decorrentes da possibilidade de perda devido à inobservância de disposições legais, estatutárias e regulamentares e

de procedimentos necessários à formalização de operações desenvolvidas, bem como da insolvência da contraparte em negócios, realizados com base na legislação em vigor.

Risco Sistêmico: na gestão dos recursos dos planos, os procedimentos incluem os critérios de avaliação e mensuração dos demais riscos e as análises periódicas do cenário econômico interno e externo, apresentadas semanalmente no Grupo de Análise Preliminar de Investimentos (GAPI) e mensalmente no Comitê de Investimentos.

2.5 Ativo Permanente

É composto pelos ativos, imobilizado e intangível e está registrado pelo custo, depreciado e amortizado, respectivamente, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação e amortização aprovadas em estudo realizado por Grupo de Trabalho da Ceres, constituído pela Portaria DISUP nº169/2010 para esse fim. O valor e a composição dos Bens Patrimoniais existentes em 2014 estão detalhados no Quadro 7.

Quadro 7. Bens patrimoniais existentes em 31.12.2014 (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	CUSTO ATUALIZADO	TAXA a. a.	DEPRECIAÇÃO AMORTIZAÇÃO	VALOR CONTÁBIL 2014	VALOR CONTÁBIL 2013
IMOBILIZADO	2.539		1.784	755	950
Móveis e Utensílios	766	6,25%	476	290	326
Máquin. e Equipamentos	114	10,00%	95	19	19
Equipamentos Informática	1.400	20,00%	1.035	365	507
Refrigeradores de Ar	259	10,00%	178	81	98
INTANGÍVEL	709		594	115	211
Software	590	20,00%	475	115	174
Implantação Plano Cidasc	119		119	0	37
TOTAL	3.248		2.378	870	1.161

De acordo com o Pronunciamento Técnico do CPC nº 27, a vida útil de um ativo é definida em termos da sua utilidade esperada para a entidade. Com isso, realizou-se em 2011 a avaliação do Ativo Permanente e foram definidas as taxas anuais de depreciação, as quais foram analisadas no exercício atual com entendimento da administração de que não sofreram alterações comparadas ao estudo inicial. Do valor contábil de R\$ 870 mil, os bens imobilizados somam R\$ 755 mil, equivalentes a 87%, e o Intangível soma R\$ 115 mil, equivalentes a 13% do total.

Os gastos com a implantação do plano CIDASC-FlexCeres, no valor de R\$ 119 mil, registrados no “Intangível”, foram totalmente amortizados em 2014 por meio de contribuições vertidas para este fim.

2.6 Fluxo dos Investimentos

Representa o resultado líquido alcançado com a aplicação dos recursos disponíveis que são repassados às Gestões Previdencial e Administrativa por ocasião da apuração mensal do resultado de cada plano. Os valores, transferidos proporcionalmente aos recursos aplicados de cada uma das Gestões, totalizaram R\$ 366.761 mil em 2014 (Quadro 8):

Quadro 8. Resultado líquido do fluxo dos investimentos em 2014 (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2014	2013
GESTÃO PREVIDENCIAL	365.278	226.352
GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.483	824
TOTAL	366.761	227.176

2.7 Custeio Administrativo

O Custeio Administrativo vertido pelos planos de benefícios ao Plano de Gestão Administrativa – PGA foi apropriado e transferido com base no critério de rateio aprovado na 157ª Reunião do Conselho Deliberativo, dos dias 20 e 21 de outubro de 2008, e retificado conforme ATA da 177ª Reunião do CD, realizada nos dias 1º e 2 de dezembro de 2011. O custeio administrativo da gestão previdencial é apurado com base no número de participantes de cada plano de benefícios. O custeio administrativo dos investimentos é proporcional ao patrimônio de Investimento de cada plano, aplicando-se o critério sobre o valor das despesas administrativas orçadas para o exercício.

O referido Custeio é apurado com base nas despesas administrativas orçadas e transferido para o PGA no dia 10 do mês de referência.

No exercício de 2014, na Gestão Previdencial e nos Investimentos foi transferido ao Plano de Gestão Administrativa – PGA a título de custeio administrativo o montante de R\$ 18.550 mil (Quadro 9).

De acordo com a Resolução nº 29 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), de 31 de agosto de 2009, as despesas de administração foram alocadas no Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa – DPGA. A Gestão Previdencial e de Investimentos estão registrados no Plano de Gestão Administrativa de forma consolidada, em conformidade com a previsão orçamentária.

Quadro 9. Custeio Administrativo em 2014 (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2014	2013
GESTÃO PREVIDENCIAL	9.607	8.830
INVESTIMENTOS	8.943	8.219
TOTAL	18.550	17.049

O valor do Custeio Administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo para os planos de benefícios, previsto no Orçamento de 2014, foi de R\$ 18.550 mil e as despesas administrativas somadas às contingências judiciais de PIS e Cofins totalizaram R\$ 18.500 mil. O valor das despesas administrativas somado às contingências administrativas representou 3,73% do fluxo previdenciário (contribuições + benefícios) em 2014.

Em observância à determinação da PREVIC, a partir de agosto de 2012 o custeio administrativo previdencial do plano Epagri BD passou a ser apropriado de acordo com a paridade entre Patrocinadora e Assistidos. Os recursos para provimento deste custeio administrativo foram segregados e recolhidos pela patrocinadora a partir de abril de 2013.

O Fundo Administrativo é constituído e controlado de forma consolidada e acrescido pelo excedente orçamentário do custeio administrativo, pelas taxas de administração de empréstimos e financiamentos, pela remuneração dos investimentos e outras receitas administrativas. O valor do saldo do Fundo em 2014 foi de R\$ 12.020 mil (Quadro 10).

Quadro 10. Saldo do Fundo Administrativo em 2014 (R\$ Mil)

SALDO 2013	EXCEDENTE ORÇAMENTÁRIO	TAXA ADM. EMP. / FIN.	REMUNERAÇÃO INVESTIMENTOS	OUTRAS RECEITAS	SALDO 2014
10.042	50	444	1.483	1	12.020

A participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo, prevista na Instrução Normativa SPC nº34/2009, é registrada com base no mesmo critério de rateio utilizado para o Custeio Administrativo.

2.8 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões para perdas em geral e as provisões necessárias para passivos contingenciais. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Os principais julgamentos e estimativas contábeis são:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Fundação Ceres é parte em processos judiciais de natureza civil, trabalhista e tributária, categorizados na Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, como descrito na Nota Explicativa nº 07. Nesses casos, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. A Administração considera que os critérios para constituição dessas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, quando necessárias, estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

3. GESTÃO PREVIDENCIAL

No Realizável da Gestão Previdencial estão registrados os valores a receber dos patrocinadores e participantes, inclusive valores ajuizados e/ou contratados (débitos renegociados entre a Fundação e Patrocinadoras), depósitos judiciais e outros valores a receber.

O saldo dessa conta da gestão previdencial foi de R\$ 133.824 mil em 2014, com destaque para as rubricas “Contrato de parcelamento de dívida do plano EMATER-MG SD”, no valor de R\$ 68.161 mil e “Depósitos Judiciais” no valor de R\$ 44.836 mil (Quando 11).

Quadro 11. Saldo da conta Gestão Previdencial em 2014 (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO		2 0 1 4	2 0 1 3
Contribuições a Receber	(a)	19.801	18.164
Déficit Técnico Contratado	(b)	68.161	0
Empréstimos Entre Planos	(c)	43.898	35.561
Empréstimos Entre Planos – Prov. Perdas		-43.898	-35.561
Depósito Judiciais	(d)	44.836	42.384
Benefícios a Receber – 1994	(e)	944	1.518
Outros Valores a Receber	(f)	82	57
Total		133.824	62.123

a) A rubrica “Contribuições a Receber” refere-se às contribuições normais de dezembro, contribuições do saldamento de planos e contribuições sobre 13º salário de 2014, a serem recebidas em janeiro de 2015;

b) Na rubrica “Déficit Técnico Contratado” está contabilizado o contrato de dívida do plano EMATER-MG Saldado oriundo da assinatura do contrato e da reclassificação do saldo do contrato de saldamento anteriormente registrado como provisões matemáticas a constituir.

O montante, no valor de R\$ 68.161 mil, tem origem no saldamento do plano realizado em 2007 e teve o contrato, com cláusulas financeiras, assinado em 27 de outubro de 2014. Está composto pelo saldo do saldamento posicionado em dezembro de 2013, atualizado pelo INPC mais taxa de juros de 5,25% (Quadro 12) e será amortizado em 122 parcelas previstas no plano de custeio.

Quadro 12. Dívida Contratada (R\$ mil)

PLANO	SALDO ANTERIOR	ATUALIZ. (INPC+5,25%)	AMORTIZ. MENSAL	SALDO ATUALIZADO	PARCELA A RECEBER	TOTAL DÍVIDA
EMATER SD	68.834	4.235	-5.720	67.349	812	68.161

c) A rubrica “Empréstimos entre Planos” registra os recursos financeiros tomados como empréstimos dos planos básicos para cobertura das despesas do plano EMBRATER BD (patrocinadora extinta) em atendimento à decisão judicial constante no Agravo de Instrumento nº 2006.01.00.015269-6/DF, do Tribunal Regional da 1ª Região, datado de 15 de maio de 2006. A partir de 2011, os valores foram provisionados para perdas nos planos básicos com o mesmo critério de alocação dos empréstimos, de acordo com decisão do Conselho Deliberativo em sua 177ª reunião, realizada nos dias 1º e 2 dezembro 2011.

O saldo acumulado das provisões, no valor de R\$ 43.898 mil, está atualizado pelo INPC taxa de juro de 5,25% e apenas os valores relativos a 2014, registrados na rubrica “Outras Deduções” da Gestão Previdencial, impactaram no resultado do exercício de cada plano, conforme o Quadro 13.

Quadro 13. Provisões perdas nos planos Básicos relativo aos recursos financeiros emprestados ao Plano EMBRATER BD, em valores atualizados de 2014 (R\$ Mil).

PLANOS:	Embrapa BD	Ceres BD	EPAGRI BD	EMATER-MG BD	EPAMIG BD	TOTAL
PROVISÕES NO EXERCÍCIO	3.573	178	13	97	20	3.881
PROVISÕES ACUMULADAS	39.622	155	1.238	2.607	276	43.898

d) Na rubrica “Depósitos Judiciais” estão registrados todos os depósitos judiciais/recursais da Gestão Previdencial, de acordo com o tipo de ação movida. Neste item estão registrados os depósitos judiciais relativos ao processo da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), no qual a Ceres foi autuada pela Delegacia da Receita por não ter recolhido a CSLL apurada entre 1997 e 2001. O processo administrativo teve desfecho contrário à Fundação. Mesmo com o entendimento do órgão administrativo superior favorável às entidades fechadas de previdência privada sobre a questão, o qual julgaria o recurso desta Fundação contra a decisão inicial, este não foi interposto por

questão de forma quanto ao seu cabimento. A solução que melhor atendia aos interesses da Ceres foi ajuizamento de ação judicial visando o não recolhimento da CSLL, com depósito judicial no montante de R\$ 27.728 mil para resguardar o patrimônio da Fundação . Os valores foram atualizados de acordo com os índices aplicados pelo Judiciário com base nos extratos bancários das contas judiciais, em poder de Gerência Jurídica, e monta em 2014, o valor de R\$ 44.066 mil. Essa ação continua em tramitação.

e) A rubrica “Benefícios a Receber”, no montante de R\$ 944 mil, registra os benefícios pagos indevidamente no período de julho de 1994 a novembro de 1998 que estão sendo descontados em parcelas mensais na folha de pagamentos de benefícios;

f) O valor de R\$ 82 mil registrado em “Outros Valores a Receber” é composto por adiantamentos de benefícios e outros valores a receber de participantes e assistidos que serão descontados na folha de benefícios ou por meio de cobranças e liquidações financeiras de 2015.

4. GESTÃO ADMINISTRATIVA

No Realizável da Gestão Administrativa de 2014, que totaliza R\$ 5.839 mil, são somados os valores a receber de empregados, o valor dos estoques de materiais de expediente e os valores dos depósitos judiciais relativos ao PIS e à Cofins (Quadro 14).

Observa-se que 90% deste total refere-se aos depósitos judiciais feitos pela Ceres relativos ao recolhimento do PIS e da Cofins sobre as receitas administrativas. Com base na Lei nº12.973/2014 e na IN RFB 1.544/2015, a partir da competência de janeiro de 2015 o recolhimento do PIS e da Cofins não mais será feito por meio de depósito judicial, passando a ser recolhido via DARF comum. Isso porque a Legislação especificou como base de cálculo desses tributos as receitas administrativas do PGA.

Quadro 14. Composição do realizável da Gestão Administrativa em 2014 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO	2 0 1 4	2 0 1 3
Responsabilidade de Empregados	443	347
Responsabilidade de Terceiros	4	10
Outros Recursos - Estoques	124	124
Depósitos Judiciais/Recursais – PIS e Cofins	5.268	4.335
Total	5.839	4.816

5. INVESTIMENTOS

Os valores relativos aos investimentos consolidados, no total de R\$ 4.340.479 mil em 2014, alocados nos diferentes segmentos de aplicação estão apresentados no Quadro 15.

Quadro 15. Composição Consolidada dos Investimentos em 2014 (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2 0 1 4	2 0 1 3
TÍTULOS PÚBLICOS	248	236
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN	248	236
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	4.129.892	3.723.565
FUNDOS DE AÇÕES	626.737	663.376
FUNDOS MULTIMERCADOS	3.316.309	2.875.045
FUNDOS EMPRESAS EMERGENTES	26.049	28.812
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES	65.209	51.557
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	95.588	104.775
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	143.741	145.405
USO PRÓPRIO	9.973	10.127
LOCADOS A TERCEIROS	43.768	44.591
RENDAS DE PARTICIPAÇÕES	90.000	90.687
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	66.598	79.643
EMPRÉSTIMOS	65.813	79.065
FINANCIAMENTOS	785	578
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	4.340.479	3.948.849

5.1 – Estrutura dos Investimentos

Para efeito de apresentação do Demonstrativo dos Investimentos – DI, pró-forma consolidado, em observância à Resolução CMN nº 3.792/2009, os segmentos de aplicações em 2014 foram: renda fixa, com R\$ 3.316.557 mil (76,41% dos Investimentos); renda variável, com R\$ 626.737 mil (14,44% dos Investimentos); investimentos estruturados com R\$ 186.846 mil (4,30% dos Investimentos); imóveis com R\$ 143.741 mil (3,31% dos Investimentos) e operações com participantes com R\$ 66.598 mil (1,53% dos Investimentos), conforme apresentado no Quadro 16.

Quadro 16. Estrutura e valor dos Investimentos em 2014 (R\$ Mil)

RENDA FIXA	RENDA VARIÁVEL	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	IMÓVEIS	OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES
Fundo Exclusivo EROS	Fundo Excl. AGROCIÊNCIA	FIPs	Uso Próprio	Empréstimos
Fundo Excl. TRANQUILIDADE	FIAs	FMIEEs	Locadas a Terceiros	Financiamentos
Títulos Públicos		Fundos Imobiliários	Rendas de Participações	
3.316.557	626.737	186.846	143.741	66.598

5.2 – Os Títulos Públicos – Notas do Tesouro Nacional

Os Títulos Mantidos até o Vencimento na carteira própria no Plano Embrapa BD, de gestão da Ceres, totalizaram R\$ 248 mil em 2014 e estão detalhados no Quadro 17, por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aplicação.

Quadro 17. Títulos Públicos no Plano Embrapa BD em 2014 (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSION	QUANT	VENCIM.	CUSTO DA APLICAÇÃO	VALOR NA CURVA
NTN-C	TES.NAC.	89	01/04/2021	123	248
TOTAL - NTN-C		89		123	248

5.3 – Fundos de Investimentos

As alocações em Fundos de Investimentos estão distribuídas da seguinte forma:

5.3.1 – Fundos de Ações;

5.3.2 – Fundos Multimercados;

5.3.3 – Fundos de Empresas Emergentes;

5.3.4 – Fundos de Participações; e

5.3.5 – Fundos Imobiliários.

5.3.1 – Fundos de Ações

Na gestão dos recursos alocados no segmento de renda variável são utilizados como veículos de investimentos um fundo exclusivo de gestão própria administrado pela Fator Administração de Recursos (FAR), denominado Fundo de Investimentos Agrociência Ações, e onze fundos abertos de renda variável com gestão terceirizada.

No Fundo Agrociência a estratégia em 2014 era superar o índice IbrX por meio da aquisição e venda de ações que integram este índice, inclusive com a possibilidade de operações de *hedge* para proteção da carteira. Em 2014, os recursos investidos no segmento de renda variável somaram R\$ 626.737 mil, dos quais R\$ 428.801 mil estão alocados no Fundo Agrociência, representando 68,42% dos recursos, e R\$ 197.936 mil investidos nos fundos terceirizados (Quadro 18).

Quadro 18. Fundos de Ações sob gestão terceirizada em 2014 (R\$ Mil)

FUNDO	GESTOR	CNPJ	SALDO	PART.
FIA Agrociência Ações	CERES	08.944.896/0001-79	428.801	68,42%
BNY Mellon ARX FIA	ARX investimentos	04.515.848/0001-04	24.193	3,86%
Bradesco FIA Dividendos	Bram Bradesco	06.916.384/0001-73	23.276	3,71%
Bradesco Fia Small Cap Plus	Bram Bradesco	06.988.623/0001-09	23.874	3,81%
BRZ Valor de FIC FIA	BRZ Investimentos Ltda	07.124.064/0001-43	10.247	1,63%
Guepardo Institucional FIC FIA	Guepardo Investimentos	08.830.947/0001-31	26.734	4,27%
HSBC FIA Small Caps	HSBC	07.986.196/0001-84	11.598	1,85%
Vinci Gas Dividendos FIA	Vinci Equities	07.488.106/0001-25	27.671	4,42%
XP Investor FIA	XP Gestão	07.152.170/0001-30	15.204	2,43%
Fator Sinergia IV FIA	Fator Adm	07.796.185/0001-31	19.356	3,09%
Fundo Fator Sinergia V FIA	Fator Adm	13.476.201/0001-01	6.551	1,05%
Sul America Expertise II FIA	Sul America	16.892.122/0001-70	9.232	1,47%
TOTAL			626.737	

Os recursos investidos no Fundo de Ações Agrociência em 2014 somaram R\$ 428.801 mil, conforme o Quadro 19:

Quadro 19. Fundos de Ações Agrociência em 2014 (R\$ Mil)

AÇÕES	EMISSION	QTD	VALOR LÍQUIDO	Part.%
BBDC4	BRDESCOPN EB N1	875.000	30.677.500	7,15%
BRFS3	BRF FOODS ON NM	801.200	50.828.128	11,85%
BRML3	BR MALLS PARON	1.000.000	16.430.000	3,83%
BVMF3	BMF BOVESPA ON NM	1.929.800	19.008.530	4,43%
CCRO3	CCR RODOVIAS ON NM	1.729.600	26.653.136	6,22%
CMIG4	CEMIGPN * N1	2.026.862	26.632.967	6,21%
DTEX3	DURATEX ON MM	2.489.000	19.986.670	4,66%
GGBR4	GERDAUPN N1	1.730.000	16.573.400	3,87%
HYPE3	HYPERMARCAS ON NM	1.640.600	27.315.990	6,37%
ITUB4	ITAU UNIBANCO PN N1	1.314.500	45.481.700	10,61%
LREN3	LOJAS RENNER ON NM	373.200	28.538.604	6,66%
MILS3	MILLS ESTR E SERV ENG	372.700	3.559.285	0,83%
MRVE3	MRV ENGENHARIA E PART	1.491.200	11.184.000	2,61%
NATU3	NATURA ON NM	357.500	11.386.375	2,66%
PETR4	PETROBRASPN	2.861.100	28.668.222	6,69%
QUAL3	QUAL ON	554.000	15.401.200	3,59%
RAPT4	RANDON PARTPN N1	2.500.000	11.925.000	2,78%
SJOS4	TECEL S JOSEPN	658.000	296.100	0,07%
VALE5	VALE R DOCEPNA N1	1.310.900	25.208.607	5,88%
TOTAL DE AÇÕES		26.015.162	415.755.414	96,96%
LTN-O	TESOURO	02/01/2015	10.551.609	2,46%
TOTAL DE RENDA FIXA			10.551.609	2,46%
	PAGAR/RECEBER	-	2.493.847	0,58%
	TESOURARIA	-	500	0,00%
TOTAL DE CAIXA			2.494.347	0,58%
TOTAL DOS ATIVOS			428.801.369	100,00%

5.3.2 – Fundos Multimercados

Na gestão dos recursos alocados no segmento de renda fixa são utilizados como veículos de investimentos dois fundos exclusivos de gestão própria: o Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado Eros e o Fundo de Investimentos Multimercado Tranquilidade. Esses fundos são administrados pela Caixa Econômica Federal sob o CNPJ 04522438/0001-90 e 04733518/0001-95 respectivamente, com patrimônio líquido de R\$ 3.316.309 mil em 2014 (Quadro 20).

Quadro 20. Patrimônio Líquido dos Fundos Multimercados em 2014 (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	FUNDO EROS	FUNDO TRANQUILIDADE	TOTAL
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ VENCIMENTO	357.049	2.020.797	2.377.846
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	746.268	192.254	938.522
(-) CONTAS A PAGAR / RECEBER	-25	-34	-59
TOTAIS	1.103.292	2.213.017	3.316.309

5.3.2.1 – EROS - Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado

Neste Fundo é adotada uma estratégia dinâmica para identificar oportunidades de investimentos em papéis privados com risco aceitável, com compra e venda de títulos e ativos mobiliários em função de condições e expectativas de mercado. Os títulos alocados no Fundo Eros são classificados nas categorias “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 04/2002.

Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários em 2014

Os ativos adquiridos na carteira do Fundo Eros somam R\$ 129.591 mil, detalhados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição conforme o quadro 21, a seguir.

Quadro 21. Ativos adquiridos no Fundo Eros em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	EMISSION	DATA AQUISIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR EM 31/12/2014
NTN-B	TES.NAC.	29/01/2014	10.000	15/08/2030	22.360	25.289
NTN-B	TES.NAC.	12/02/2014	10.000	15/08/2040	21.872	25.140
NTN-B	TES.NAC.	10/04/2014	10.000	15/05/2035	23.054	24.828
NTN-B	TES.NAC.	24/09/2014	10.000	15/05/2023	25.442	25.124
TOTAL NTN- B			40.000		92.728	100.380
LTN-O	TESOURO	31/12/2014	20.312	02/01/2014	19.120	19.120
TOTAL LTN-O			20.312		19.120	19.120
TOTAL DOS ATIVOS					111.848	119.500
FUNDO	EMISSION	DATA AQUISIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR EM 31/12/2014
FIDC CASAN	CASAN	29/05/2014	10.000	12/06/2024	10.000	10.091
TOTAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS					10.000	10.091
TOTAL - FUNDO EROS					121.848	129.591

Observação: LTN-O – Nomenclatura utilizada pelo Custodiante para designar as operações compromissadas do fundo, com lastro em títulos públicos federais.

b) Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação” alocados no Fundo Eros somaram R\$ 746.268 mil em 2014, detalhados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 22 a seguir.

Quadro 22. Títulos para Negociação no Fundo Eros em 2014 (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSION	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CRI	BR PLURAL	34	15/09/2028	10.331	11.697
CRI	RB CAPITAL	56	13/03/2026	8.701	8.422
TOTAL CRI		90		19.032	20.118
CDB	BCO BRADESCO	20.000	10/08/2019	20.000	42.125
TOTAL CDB		20.000		20.000	42.125
DEB	SABESP	2.000	15/02/2019	20.011	23.892
DEB	CEMIG	20	15/02/2019	20.042	20.390
DEB	CEMIG G	20.000	15/02/2019	20.196	23.962
DEB	OI S.A.	3.000	15/03/2020	30.082	32.459
DEB	AMPLA ENERGIA	2.542	15/06/2019	25.493	29.375
DEB	VIANORTE	6.000	15/03/2017	6.095	8.548
DEB	CENTROVI	9.000	15/03/2017	9.142	12.785
DEB	COELCE	1.989	15/10/2018	20.101	24.109
DEB	SALUS	59	16/10/2018	20.113	15.257
DEB	CACH. PAULISTA	20.000	11/11/2023	20.348	19.743
DEB	MILLS	2.000	15/08/2020	20.249	21.440
DEB	RD COLIN	3.000	15/04/2023	30.276	31.141
DEB	ROD TIETE	15.000	15/06/2028	15.098	17.327
DEB	CART	20.000	15/12/2024	20.087	20.433
TOTAL DEBÊNTURES		104.610		277.334	300.861
LFS	BANCO SAFRA	20	04/02/2019	10.000	13.748
LFS	BANCO ITAU	20	04/02/2019	20.000	27.342
LFS	BRADESCO	50	04/02/2019	20.000	27.342
LFS	BANCO ITAU	60	15/12/2016	30.000	50.444
TOTAL LETRA FINANCEIRA		150		80.000	118.877
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2015	15.509	25.560
NTN-B	TESOURO	9.697	15/08/2022	21.604	24.737
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2023	25.442	25.124
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2030	22.361	25.289
NTN-B	TESOURO	9.596	15/08/2030	21.604	24.267
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2035	23.054	24.828
NTN-B	TESOURO	9.504	15/08/2040	21.605	23.893
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2040	21.872	25.140
TOTAL NTN- B		38.797		80.321	198.837

FUNDO	EMISSION	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
FIDC CEDAE 2ª	CAIXA ECONOM.	20.000	-	20.000	12.028
FIDC LEGO II	PETRA	4.814		5.001	2.879
FIDC CESP IV	BCO BRADESCO	64	-	22.410	8.961
FIDC POLICARD II	OLIVEIRA TRUST	2.194	-	3.329	1.239
BTG EM PRIMARIAS II	BTG PACTUAL	6.954.235	-	7.553	9.408
FIDC EMPÍRICA SIFRA	PETRA	14.766	-	15.000	9.640
FIDC M REDFACTOR	PETRA	9.885	-	10.000	5.870
FIDC SUL INVEST	GRADUAL	49	-	3.800	5.335
FIDC CASAN	CASAN	10.000	-	10.000	10.091
TOTAL FIC e FIDC		7.015.467		97.093	65.450
TOTAL - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO NO FUNDO EROS					746.268

c) Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até Vencimento”.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” alocados no Fundo Eros somaram R\$ 357.049 mil em 2014, detalhados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição apresentados no Quadro 23 a seguir. Nesta categoria a Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os respectivos vencimentos.

Quadro 23. Títulos Mantidos até o Vencimento no Fundo Eros em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	EMISSION	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR NA CURVA
CRI	RB CAPIT	34	16/03/2023	10.415	10.963
CRI	RB CAPIT	56	20/06/2027	18.912	21.523
TOTAL CRI				29.327	32.486
DEB	RT BANDEIRAS	1.000	15/01/2024	10.120	14.059
DEB	ECPT	2.683	15/04/2022	2.764	3.310
DEB	ECPT	2.683	15/01/2023	2.764	3.496
DEB	ECPT	2.683	15/10/2022	2.766	3.180
DEB	ECPT	2.683	15/07/2022	2.766	3.247
DEB	ALL LOGISTICA	2.500	15/04/2018	25.221	32.733
TOTAL DEBÊNTURES				46.402	60.026
DPGE	BIC	10.000	19/01/2015	10.000	19.775
DPGE	FIBRA	10.000	18/03/2015	10.000	19.153
DPGE	SOFISA	10.000	19/11/2015	10.000	17.278

TOTAL DPGE				30.000	56.206
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2016	19.728	25.567
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2016	20.084	25.497
NTN-B	TESOURO	10.493	15/08/2020	20.853	26.377
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2030	20.328	24.846
NTN-B	TESOURO	10.491	15/08/2030	24.041	25.863
NTN-B	TESOURO	25.555	15/05/2045	44.733	61.061
TOTAL NTN- B				149.766	189.211
LTN-O	TESOURO	20.312	02/01/2015	19.728	19.120
TOTAL LTN- O				19.728	19.120
TOTAL - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO NO FUNDO EROS					357.049

Não houve reclassificação de categorias de títulos no exercício de 2014.

d) Títulos Públicos Federais classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” negociados em 2014.

Em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 15/2005, não ocorreu, neste exercício contábil, alienação de ativos mantidos até o vencimento.

5.3.2.2 – Fundo de Investimentos Multimercado Tranquilidade

No Fundo Tranquilidade é adotada uma estratégia orientada para a aquisição de títulos e valores mobiliários de prazos mais longos, preferencialmente atrelados à variação de índices de preços e taxas pré-fixadas.

Os títulos alocados no Fundo Tranquilidade são classificados na categoria “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 04/2002.

Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários em 2014.

Os ativos adquiridos na carteira do Fundo Tranquilidade somam R\$ 390.802 mil, detalhados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição conforme demonstrado no Quadro 24 a seguir.

Quadro 24. Ativos adquiridos no Fundo Tranquilidade em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	EMISSION	DATA AQUISIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR EM 31/12/2013
NTN-B	TES.NAC.	15/01/2014	10.000	15/08/2030	22.885	24.263
NTN-B	TES.NAC.	24/01/2014	10.000	15/08/2040	21.945	23.170
NTN-B	TES.NAC.	31/01/2014	10.000	15/08/2040	21.130	22.238
NTN-B	TES.NAC.	12/02/2014	10.000	15/08/2050	21.533	22.571
NTN-B	TES.NAC.	10/04/2014	10.000	15/08/2050	22.211	23.434
NTN-B	TES.NAC.	04/06/2014	10.000	15/08/2050	24.327	25.137
NTN-B	TES.NAC.	17/06/2014	10.000	15/08/2050	24.974	25.698
NTN-B	TES.NAC.	03/07/2014	10.000	15/08/2050	24.602	25.197
NTN-B	TES.NAC.	16/07/2014	10.000	15/08/2050	24.771	25.276
NTN-B	TES.NAC.	22/10/2014	10.000	15/08/2050	25.204	25.809
NTN-B	TES.NAC.	05/11/2014	10.000	15/08/2030	24.949	25.448
NTN-B	TES.NAC.	05/11/2014	10.000	16/08/2050	24.682	25.178
NTN-B	TES.NAC.	03/12/2014	10.000	17/08/2050	25.430	25.700
TOTAL DE NTN-B			130.000		308.643	319.119
LTN-O	TESOURO	31/12/2014	63.445	02/01/2014	61.593	61.593
TOTAL LTN-O			63.445		61.593	61.593
TOTAL GERAL					370.236	380.711

FUNDO	EMISSION	DATA AQUISIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR EM 31/12/2014
FIDC CASAN	CASAN	29/05/2014	10.000	12/06/2024	10.000	10.091
TOTAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS					10.000	10.091
TOTAL - FUNDO TRANQUILIDADE					380.236	390.802

Observação: LTN-O – Nomenclatura utilizada pelo Custodiante para designar as operações compromissadas do fundo, com lastro em títulos públicos federais.

Valores Imobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, alocados no Fundo Tranquilidade, que somam R\$ 192.254, estão apresentados no Quadro 25, detalhados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição.

Quadro 25. Títulos para Negociação no Fundo TRANQUILIDADE em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	EMISSION	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CRI	WT PIC	9	17/06/2024	10.434	25.943
CRI	BRASIL S	28	12/11/2027	8.479	7.289
CRI	RB CAPIT	32	10/07/2017	9.511	624
TOTAL CRI		69		28.424	33.855
DEB	CEMIG G	20.000	15/02/2022	20.209	23.627
DEB	CEMIG	20.000	15/02/2025	20.200	20.039
DEB	ELEKTRO	334	12/09/2022	3.343	3.487
DEB	TPI	2.000	15/10/2017	20.084	22.514

TOTAL DEBÊNTURES		42.334		63.835	69.666
LF	ITAU	30	01/08/2022	15.000	17.391
LF	BRADESCO	25	05/06/2023	25.000	26.175
TOTAL LETRA FINANCEIRA		55		40.000	43.566
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2022	22.442	25.510
TOTAL NTN-B		10.000		22.442	25.510

FUNDO	INSTITUIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
FIDC SANE INFII SENI	BEM	669	15/11/2020	6.690	6.937
FIDC CEEE IV-D	BTG PACT	18.987	08/07/2015	18.897	2.629
FIDC CASAN	CASAN	10.000	23/01/2024	10.000	10.091
TOTAL FI		9.079.666		35.587	19.657
TOTAL - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - FUNDO TRANQUILIDADE					192.254

c) Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” alocados no Fundo Tranquilidade somaram R\$ 2.020.797 em 2014, detalhados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 26. Nesta categoria a Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os respectivos vencimentos.

Quadro 26. Títulos Mantidos até Vencimento no Fundo Tranquilidade em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	EMISSION	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR NA CURVA
CCI	TRX 02	1	05/07/2019	7.724	6.404
CCI	KAMATE04	1	10/03/2021	11.241	11.191
TOTAL CCI				18.965	17.595
CRI	RB CAPIT	36	15/03/2021	12.082	14.627
TOTAL CRI				12.082	14.627
DEB	CTEEP	1.440	15/12/2017	14.524	15.175
DEB	CEMIG G	1.323	15/01/2015	13.559	6.476
DEB	RT BANDE	1.000	15/07/2024	10.120	13.310
DEB	HYPERMAR	10.000	15/07/2016	10.044	13.515
DEB	BNDESPAR	12.000	15/01/2017	12.000	16.212
TOTAL DEBENTURE				60.248	64.688
DPGE	BIC	10.000	17/06/2016	10.000	16.066
TOTAL DPGE				10.000	16.066
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2016	19.728	25.567
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2017	16.796	24.512
NTN-B	TESOURO	10.693	15/08/2020	17.641	25.765
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2020	16.432	24.319
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2020	18.000	24.910
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2024	15.646	24.064
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2024	15.699	23.960
NTN-B	TESOURO	20.437	15/08/2024	32.630	48.680
NTN-B	TESOURO	2.116	15/08/2024	3.535	5.049
NTN-B	TESOURO	13.100	15/08/2024	21.543	30.973
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2030	20.560	24.956
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2030	22.885	24.263
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2030	25.204	25.809

NTN-B	TESOURO	10.000	18/08/2030	24.949	25.448
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2035	15.687	23.030
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2035	15.514	22.779
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2035	15.589	22.637
NTN-B	TESOURO	430	15/05/2035	681	970
NTN-B	TESOURO	1.948	15/05/2035	3.016	4.286
NTN-B	TESOURO	22.197	15/05/2035	35.282	49.917
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2035	16.320	22.691
NTN-B	TESOURO	22.212	15/05/2035	36.267	50.397
NTN-B	TESOURO	10.911	15/05/2035	17.962	24.666
NTN-B	TESOURO	9.984	15/08/2040	25.551	27.712
NTN-B	TESOURO	9.758	15/08/2040	24.090	26.735
NTN-B	TESOURO	14.217	15/08/2040	31.991	34.397
NTN-B	TESOURO	10.000	16/08/2040	21.945	23.170
NTN-B	TESOURO	20.000	15/05/2045	31.519	45.407
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2045	15.674	22.146
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2045	15.667	22.110
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2045	13.908	19.431
NTN-B	TESOURO	11.180	15/05/2045	18.019	24.883
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2045	15.971	21.975
NTN-B	TESOURO	15.000	15/05/2045	24.369	32.968
NTN-B	TESOURO	20.308	15/05/2045	33.007	44.631
NTN-B	TESOURO	4.000	15/05/2045	7.081	9.460
NTN-B	TESOURO	10.000	15/05/2045	17.545	23.287
NTN-B	TESOURO	14.030	15/05/2045	24.338	33.005
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2050	27.162	29.777
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2050	25.358	27.778
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2050	22.444	24.232
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2050	21.130	22.238
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2050	21.533	22.571
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2050	22.211	23.434
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2050	24.327	25.137
NTN-B	TESOURO	10.000	15/08/2050	24.974	25.698
NTN-B	TESOURO	10.001	15/08/2050	24.602	25.197
NTN-B	TESOURO	10.002	15/08/2050	24.771	25.276
NTN-B	TESOURO	10.003	15/08/2050	24.682	25.178
NTN-B	TESOURO	10.004	15/08/2050	25.430	25.700
TOTAL NTN- B				1.036.863	1.293.182
NTN-C	TESOURO	9.776	01/07/2017	14.030	29.223
NTN-C	TESOURO	27.262	01/04/2021	37.299	75.734
NTN-C	TESOURO	32.677	01/01/2031	79.091	137.580
NTN-C	TESOURO	13.594	01/07/2017	19.668	40.683
NTN-C	TESOURO	54	01/04/2021	75	151
NTN-C	TESOURO	10.064	01/07/2017	14.610	30.123
NTN-C	TESOURO	23.980	01/04/2021	33.275	66.876
NTN-C	TESOURO	9.000	01/01/2031	22.076	38.097
NTN-C	TESOURO	10.000	01/07/2017	14.626	29.961
NTN-C	TESOURO	5.000	01/01/2031	12.455	20.255
NTN-C	TESOURO	1.660	01/04/2021	3.410	4.815
NTN-C	TESOURO	3.250	01/04/2021	6.623	9.380
NTN-C	TESOURO	25.110	01/04/2021	48.835	70.029
NTN-C	TESOURO	50	01/04/2021	101	139

TOTAL NTN- C				306.173	553.047
LTN-O	TESOURO	63.445	02/01/2015	61.593	61.593
TOTAL NTN- O				61.593	61.593
TOTAL - TÍT. MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO - FDO TRANQUILIDADE					2.020.797

Não houve reclassificação de categorias de títulos no exercício de 2014.

Títulos Públicos Federais classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” negociados em 2014.

Em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 15/2005, não ocorreu, neste exercício contábil, alienação de ativos mantidos até o vencimento.

5.3.3 Fundos Mútuos Investimentos em Empresas Emergentes – FMIEE

Os valores dos ativos investidos nos quatro Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes em 2014 somaram R\$ 26.049 mil e estão detalhados no quadro 27.

Quadro 27. Fundos de Investimentos Empresas Emergentes – FMIEE em 2014 (R\$ Mil)

Fundo	Gestor	CNPJ	Valor Alocado	(%)
FMIEE Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos	08.872.944/0001-60	6.216	23,86%
FMIEE Fipac Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	08.571.117/0001-37	1.305	5,01%
FMIEE Nordeste II	Mercatto Gestão de Recursos	08.693.474/0001-78	10.842	41,62%
FMIEE Mercado Alimentos	Rio Bravo	09.067.269/0001-60	7.687	29,51%
Total			26.049	

5.3.4 Fundos de Investimentos em Participações - FIP

Os valores dos ativos investidos nos oito Fundos de Investimentos em Participações em 2014 somam R\$ 65.209 e estão detalhados no quadro 28.

Quadro 28. Fundos de Investimentos em Participações – FIP em 2014 (R\$ Mil)

Fundo	Gestor	CNPJ	Valor Alocado	(%)
FIP Brasil Agronegócio	BRZ Investimentos Ltda	11.160.957/0001-11	6.829	10,47%
FIP Angra Infra	AG Angra Inv. Ltda.	07.715.713/0001-80	15.338	23,52%
FIP Brasil Mezanino	Darby Stratus Adm de Inv. Ltda	09.277.006/0001-85	3.658	5,61%
FIP Caixa Ambiental	Mantiq Investimentos	08.576.668/0001-93	10.067	15,44%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Partners	06.962.594/0001-06	3.173	4,87%
FIP Caixa Incorporação Imob.	Caixa Econômica Federal	13.767.159/0001-88	12.973	19,89%
FIP BTG Infra II FIC DE FIP	BTG Pactual	33.868.597/0001-40	11.613	17,81%
FIP Inseed FIMA	BTG Pactual	16.524.588/0001-12	1.444	2,21%
FIP DGF FIPAC 2	DGF Gestão de Fundos Ltda.	19.230.524/0001-05	114	0,17%
Total			65.209	

5.3.5 Fundos de Investimentos Imobiliários - FII

Em 2014, os valores dos ativos investidos nos quatro Fundos de Investimentos Imobiliários que compõem os investimentos estruturados somaram R\$ 95.588 e estão detalhados no quadro 29 a seguir:

Quadro 29. Fundos de Investimentos Imobiliários – FII em 2014 (R\$ Mil)

Fundo	Gestor	CNPJ	Valor Alocado	(%)
FII Agua Branca	Coinvalores	61.384.004/0001-05	47.985	52,97%
FII Hermes	Rio Bravo	72.600.026/0001-81	17.407	13,74%
FII RB Capital	RB Capital	11.945.604/0001-27	16.800	22,91%
FII Claritas Logística	Claritas	97.521.194/0001-02	13.396	10,38%
Total			95.588	

5.4 Segmento de Aplicações em Imóveis.

Os investimentos no segmento de Imóveis estão registrados pelo valor de R\$ 143.741, avaliados em 2012 pela empresa Perinteng Engenharia de Avaliações e Perícias S/C Ltda, acrescidos e/ou decrescidos do saldo das reavaliações e depreciados pelo método linear às taxas determinadas pela vida útil de cada imóvel.

O aumento do patrimônio no edifício de uso Próprio da Ceres, que está alocado como investimento dos planos básicos e saldados, se deu em função da realização de reforma entre 2013 e 2014, conforme decisão da Diretoria Executiva, no valor total de R\$ 923 mil, sendo incorporada ao custo do imóvel a importância de R\$ 796, em 31 de março de 2014 e o valor de R\$ 127 mil em 31 de agosto de 2014.

Em outubro de 2014, foi realizado pelos empreendedores investimento na aquisição de área comum no Shopping Recife, onde a Ceres participa com 5% do empreendimento total. A posição consolidada dos investimentos no segmento de Imóveis está detalhada no Quadro 30:

Quadro 30. Investimentos consolidados no segmento de Imóveis em 2014 (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2 0 1 4	2 0 1 3	Var. (%)
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	143.741	144.622	-0,61
USO PRÓPRIO	9.973	9.343	6,74
SHCN - CL 202 BLOCO "C"	9.973	9.343	6,74
LOCADAS A TERCEIROS	43.768	44.591	-1,85
EDIFÍCIO JOSÉ GUERRA - SP	15.891	16.420	-3,22
EDIFÍCIO CENESP - BLOCO "C" - SP	13.969	14.017	-0,34
EDIFÍCIO CENESP - BLOCO "J" - SP	1.044	1.082	-3,51
EDIF. CORPORATE SALA 303 - DF	6.138	6.239	
EDIF. CORPORATE SALA 304 - DF	6.726	6.833	
RENDAS E PARTICIPAÇÕES	90.000	90.688	-0,8
SHOPPING CONJUNTO NACIONAL	44.290	45.861	-3,4
SHOPPING CENTER RECIFE	44.135	43.480	1,5
VENDA SHOPPING LIGHT - A RECEBER	1.575	1.347	16,9

No quadro 31, “Outros Imóveis”, é apresentada a participação dos planos de benefícios no segmento de Imóveis, representada pelos Edifícios SHCN-CL 202 Bloco C; José Guerra; Cenesp C e J; pelo Conjunto Nacional Brasília e Shopping Center Recife. Os percentuais de participação foram apurados com base em rateio proporcional ao ativo dos planos Básicos e Saldados existentes em setembro de 2009.

As salas do Edifício Corporate Center, adquiridas em 16 de julho de 2013, foram alocadas nos planos de benefícios Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Epagri SD, EMATER-MG SD e EPAMIG SD. Suas participações, desmonstradas no Quadro 31, foram feitas com base em rateio proporcional ao ativo desses planos de benefícios na data da compra das salas.

Quadro 31. Participação percentual dos planos no segmento de Imóveis em 2014.

OUTROS IMÓVEIS		SALAS 3 E 4 - CORPORATE F. CENTER	
PLANO	% Part	PLANO	% Part
Embrapa BD	77,52070596%	Embrapa BD	81,0379658%
Ceres BD	0,40072557%	Ceres BD	0,4507685%
Epagri BD	2,11842568%	Epagri BD	2,1370161%
Epagri SD	9,86710965%	Epagri SD	11,0135165%
EMATER-MG SD	5,42752908%	EMATER-MG SD	3,8258071%
EMATER SD	2,82013697%	EPAMIG BD	1,5349259%
EPAMIG BD	0,49016960%		
EPAMIG SD	1,35519748%		

5.5 Operações com Participantes - empréstimos e financiamentos

As operações com participantes, na forma de empréstimos simples e financiamentos imobiliários, estão registradas pelo valor atualizado dos débitos, oriundos de empréstimos e de financiamentos imobiliários concedidos pela Fundação.

5.5.1 Operações com participantes – Empréstimos

Nas operações com participantes – empréstimos o valor do saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 75.775 mil e o valor provisionado para perda foi de R\$ 9.962 mil, com destaque para os planos da Embrapa, responsáveis por R\$ 55.974 mil, equivalentes a 74 % dos débitos totais e por R\$ 9.683 mil, equivalentes a 97% dos valores provisionados para perda (Quadro 32).

Quadro 32. Operações com Participantes – empréstimos, posição em 2014 (R\$ Mil)

EMPRÉSTIMOS	SALDO DEVEDOR	PROVISÃO PERDAS	SALDO 2014	SALDO 2013
PLANO Embrapa BD	48.522	8.729	39.793	47.684
PLANO Embrapa CV	7.452	954	6.498	8.130
PLANO Ceres BD	976	0	976	824
PLANO Ceres CV	434	0	434	393
PLANO Epagri BD	1.481	0	1.481	1.584
PLANO Epagri SD	4.488	64	4.424	5.649
PLANO Epagri CV	1.254	0	1.254	1.720
PLANO EMATER-MG BD	2.155	156	1.999	2.029
PLANO EMATER-MG SD	5.956	41	5.915	7.599
PLANO EMATER-MG CV	625	0	625	644
PLANO EPAMIG BD	173	16	157	160
PLANO EPAMIG SD	1.902	2	1.900	2.270
PLANO EPAMIG CV	319	0	319	348
PLANO CIDASC CV	38	0	38	31
TOTAL	75.775	9.962	65.813	79.065

5.5.2 Operações com participantes – financiamentos imobiliários

Nos financiamentos imobiliários, o saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 6.813 mil e o valor provisionado para perda foi de R\$ 6.028 mil, equivalentes a 88% deste saldo devedor, com destaque para o plano Embrapa BD, responsável por 56% da carteira de financiamentos imobiliários, conforme demonstrado no Quadro 33.

Quadro 33. Operações com Participantes – financiamentos, posição em 2014 (R\$ Mil)

FINANCIAMENTOS	SALDO DEVEDOR	PROVISÃO PERDAS	SALDO 2014	SALDO 2013
PLANO Embrapa BD	3.834	3.432	402	210
PLANO EMBRATER BD	0	0	0	0
PLANO Ceres BD	331	317	14	19
PLANO Epagri BD	1.186	1.096	90	123
PLANO Epagri SD	880	770	110	25
PLANO EMATER-MG BD	350	273	77	97
PLANO EMATER-MG SD	116	25	91	103
PLANO EPAMIG BD	116	115	1	1
TOTAL	6.813	6.028	785	578

5.6 Composição dos Recursos dos Planos de Benefícios e do PGA

A composição detalhada dos recursos garantidores de cada plano de benefícios e do PGA e a estruturação dos investimentos foram elaboradas observando-se os segmentos previstos na Resolução CMN nº 3.792/2009.

5.6.1 Investimentos dos Planos de Benefício Definido em 2014

O total dos investimentos dos planos BD administrados pela Fundação Ceres nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes, no valor total de R\$ 3.103.270 mil, está apresentado com detalhes no Quadro 34.

Nos planos de Benefício Definido, a maior concentração dos investimentos está em renda fixa cujo valor, de R\$ 2.334.19 mil, representa 75% do total investido neste segmento, seguido de renda variável com R\$ 445.207 mil, que representa 14 % do total. Quando se analisa a participação de cada plano considerando-se todos os cinco segmentos de aplicação, observa-se que R\$ 2.864.757 mil, equivalentes a 92% do valor total investido, pertencem ao plano Embrapa Básico. Os planos, Ceres BD, Epagri BD, EMATER-MG BD e EPAMIG BD detem R\$ 238.513 mil e representam, no agregado dos planos básicos, apenas 8% dos investimentos totais.

Quadro 34. Composição Investimentos dos Planos de Benefício Definido em 2014 (R\$ Mil)

Segmento	Ativo	Plano de Benefícios				
		Embrapa BD	Ceres BD	Epagri BD	EMATER MG BD	EPAMIG BD
Renda Fixa	NTN-C	248	-	-	-	-
	FIM Tranquilidade	1.719.704	8.941	58.657	95.038	8.011
	FIM Eros CP	441.411	2.181			-
	Total Renda Fixa	2.161.363	11.123	58.657	95.038	8.011
Renda Variável	FIA Agrocência	272.041	1.517	6.926	12.193	1.005
	FIA Guepardo Insti.	18.428	103	483	1.032	84
	FIA Sinergia IV	4.609	78	410	1.051	95
	FIA BNY Mellon ARX	16.676	93	437	933	76
	FIA Small Cap Plus	7.989	92	431	921	75
	FIA Sinergia V	15.005	25	122	275	23
	FIA Bradesco Div.	16.032	89	413	889	73
	FIA BRZ Valor de FIC	7.058	39	182	391	32
	FIA HSBC Small Caps	16.457	44	206	443	36
	FIA XP Investor	10.473	58	270	581	48
	FIA Vinci Gas	19.410	107	512	1.147	95
	FIA Expertise II	6.322	35	166	342	28
	Total Renda Variável	410.500	2.280	10.558	20.198	1.671
Investim. Estruturados	Fundos Empresas Emergentes	20.190	104	552	1.415	128
	FMIEE Fipac Part	1.011	5	28	71	6
	FMIEE Nordeste II	8.404	43	230	589	53
	FMIEE Empreendedor. Brasil	4.818	25	132	337	30
	FMIEE Mercado Alimentos	5.957	31	163	418	38
	Fundos de Participações	48.273	257	1.299	3.119	273
	FIP Angra Infra	11.889	61	325	833	75
	FIP Investidor Institucional III	2.459	13	67	172	16
	FIP Caixa Ambiental	7.802	40	213	547	49
	FIP Brasil Mezanino	2.835	15	78	199	18
	FIP Brasil Agronegócio	5.293	27	145	371	34
	FIP Caixa Incorp Imo	8.961	50	234	505	41
	FIP BTG Infra II FIC	7.967	44	209	434	36
	FIP Inseed Fima	991	6	26	54	4
	FIP DGF FIPAC 2	77	0	2	4	0

	Fundos Imobiliários	72.355	383	1.936	4.909	433
	FII Hermes	13.494	70	369	945	85
	FII. Água Branca	37.198	192	1.017	2.604	235
	FII. RB Capital	12.226	68	306	797	66
	FII - Claritas	9.437	53	245	562	46
	Total Investim. Estruturados	140.818	744	3.787	9.442	834
Imóveis	Imóveis	111.881	582	3.046	7.103	642
	Total Imóveis	111.881	582	3.046	7.103	642
Operações com Particip.	Empréstimo Simples	39.793	976	1.481	1.999	157
	Financiamento Imobiliário	401	14	90	77	1
	Total Operações c/ Participantes	40.195	990	1.572	2.077	158
Total dos Investimentos		2.864.757	15.719	77.620	133.858	11.315

5.6.2 – Investimentos dos Planos Saldados em 2014 (R\$ Mil)

O total dos investimentos dos planos BD saldados administrados pela Ceres em 2014 foi de R\$ 580.366 mil, distribuídos entre os planos, Epagri Saldado com R\$ 380.154 mil, representando 66% dos recursos totais; plano EMATER-MG Saldado com R\$ 145.712 mil, equivalente a 25% dos recursos e plano Epamig Saldado com R\$ 54.500 mil, representando 9% dos investimentos totais (Quadro 35).

Estes valores estão distribuídos em diferentes segmentos de aplicação com destaque para renda fixa cuja alocação, no valor de R\$ 437.458 mil, representa 75%, seguida das aplicações em renda variável no valor de R\$ 83.851 mil, equivalentes a 14% do total. Quando se decompõe a participação de cada plano por segmento de aplicação, observa-se que o plano Epagri Saldado detém 76 % dos investimentos em renda fixa e 15% em renda variável. De modo geral, nos demais planos, as participações percentuais em cada segmento de aplicação são bastante próximas.

Quadro 35. Composição dos Investimentos dos Planos Saldados em 2014 (R\$ Mil)

Segmento	Ativo	Plano		
		Epagri SD	EMATER-MG SD	EPAMIG SD
Renda Fixa	FIM Tranquilidade	206.816	74.168	30.705
	FIM Eros CP	80.651	35.595	9.523
	Total Renda Fixa	287.467	109.763	40.228
Renda Variável	FIA Agrocência	36.886	14.103	5.291
	FIA Guepardo Insti.	2.522	854	349
	FIA Sinergia IV	1.910	546	262
	FIA BNY Mellon ARX	2.282	772	316
	FIA Small Cap Plus	2.252	762	312
	FIA Sinergia V	622	203	86
	FIA Bradesco Div.	2.191	742	303
	FIA BRZ Valor de FIC	965	327	134
	FIA HSBC Small Caps	1.092	370	151
	FIA XP Investor	1.431	485	198
	FIA Vinci Gas	2.626	862	364
	FIA Expertise II	860	297	120
	Total Renda Variável	55.640	20.324	7.887

Investimentos Estruturados	Fundos Empresas Emergentes	2.572	735	353
	FMIEE Fipac Part	129	37	18
	FMIEE Nordeste II	1.070	306	147
	FMIEE Empreendedor. Brasil	613	175	84
	FMIEE Mercado Alimentos	759	217	104
	Fundos de Participações	6.312	1.938	870
	FIP Angra Infra	1.514	433	208
	FIP Investidor Institucional III	313	90	43
	FIP Caixa Ambiental	994	284	137
	FIP Brasil Mezanino	361	103	50
	FIP Brasil Agronegócio	674	193	93
	FIP Caixa Incorp Imo	1.225	413	170
	FIP BTG Infra II FIC	1.085	373	151
	FIP Inseed Fima	135	46	19
	FIP DGF FIPAC 2	10	4	1
	Fundos Imobiliários	9.298	2.763	1.291
	FII Hermes	1.718	491	236
	FII. Água Branca	4.735	1.353	650
	FII. RB Capital	1.575	503	227
	FII - Claritas	1.271	415	177
	Total Investim. Estruturados	18.182	5.436	2.514
Imóveis	Imóveis	14.331	4.183	1.971
	Total Imóveis	14.331	4.183	1.971
Operações com Participantes	Empréstimo Simples	4.424	5.915	1.900
	Financiamento Imobiliário	110	91	0
	Total Operações c/ Participantes	4.534	6.006	1.900
Total dos Investimentos		380.154	145.712	54.500

5.6.3 – Investimentos nos Planos de Contribuição Variável e de Contribuição Definida

Em 2014, o total dos investimentos nos sete planos de Contribuição Variável (CV) e no plano de Contribuição Definida (CD) da patrocinadora ABDI, somaram R\$ 644.852 mil.

Os investimentos dos planos CV dos patrocinadores Embrapa, Ceres, Epagri, EMATER-MG, EPAMIG, CIDASC e EMATER-DF e CD da ABDI foram realizados com maior concentração no segmento de renda fixa, com R\$ 644.852 mil. No segmento de renda variável o valor investido foi de R\$ 97.679 mil; no segmento de investimentos estruturados o valor foi de R\$ 5.090 mil e nas operações com participantes - empréstimos o valor foi de R\$ 9.167 mil. Esses planos não possuem investimentos no segmento de imóveis.

Com uma concentração de 83% das aplicações em renda fixa e 15% em renda variável, destaca-se o plano Embrapa CV com R\$ 383.287 mil, representando 59% do total das aplicações, seguido do plano da Epagri CV com R\$ 136.878 mil, representado 21% dos investimentos totais.

Os valores discriminados por segmento de aplicação e por classe de ativos estão detalhados no Quadro 36.

Quadro 36. Composição Investimentos dos planos CV e CD em 2014 (R\$ Mil)

Segmento	Ativo	Plano							
		Embrapa CV	Ceres CV	Epagri CV	EMATER-MG CV	EPAMIG CV	CIDASC CV	ABDI CV	EMATER-DF CV
Renda Fixa	FIM Tranquilidade			4.413				-	-
	FIM Eros CP	317.458	4.169	107.641	71.955	16.627	6.608	3.252	792
	Renda Fixa	317.458	4.169	112.054	71.955	16.627	6.608	3.252	792
Renda Variável	FIA Agrocência	46.226	656	17.385	10.662	2.492	868	551	0
	FIA Sinergia V	314	6	158	85	20	4	-	-
	FIA Vinci Gas	1.373	26	679	367	87	16	-	-
	FIA Guepardo Insti.	1.591	28	730	413	97	21	-	-
	FIA BNYMellonARX	1.439	26	660	374	88	19	-	-
	FIA Bradesco Div.	1.409	25	639	365	86	19	-	-
	FIA BRZ Valor FIC	620	11	281	161	38	8	-	-
	FIA HSBCSmallCaps	702	12	318	182	43	10	-	-
	FIA XP Investor	920	16	417	238	56	13	-	-
	FIA Small Cap Plus	1.420	25	651	369	86	19	-	-
	FIA Expertise II	598	10	258	151	35	9	-	-
	Renda Variável	56.613	840	22.177	13.365	3.128	1.007	551	0
Investimentos Estruturados	FII. RB Capital	491	13	351	142	34	1		
	FII - Claritas	631	13	327	172	41	7	-	-
	FIP Caixa Incorp Imo	757	14	351	197	46	10	-	-
	FIP BTG Infra II FIC	739	13	322	187	44	11	-	-
	FIP Inseed Fima	92	2	40	23	5	1	-	-
	FIP DGF FIPAC 2	8	0	3	2	0	0		
	Inv. Estruturados	2.718	54	1.393	724	171	30	0	0
Operaç. c/ Participantes	Empréstimo Simples	6.498	434	1.254	625	319	38	0	0
	Oper. c/Particip.	6.498	434	1.254	625	319	38	0	0
Total dos Investimentos		383.287	5.497	136.878	86.669	20.245	7.682	3.802	792

5.6.4 – Investimentos no Plano de Gestão Administrativa-PGA (R\$ Mil) em 2014.

Os investimentos do PGA em 2014 no valor de R\$ 11.990 foram somente em renda fixa, no Fundo Tranquilidade, com R\$ 6.562 mil e no Fundo Eros, com R\$ 5.428 (Quadro 37).

Quadro 37. Composição Investimentos Gestão Administrativa - PGA em 2014 (R\$ Mil).

Segmento	Ativo	PGA
Renda Fixa	FIM Tranquilidade	6.562
	FIM Eros CP	5.428
	Total Renda Fixa	11.990
Total dos Investimentos do PGA		11.990

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

No Exigível Operacional estão registrados os valores a pagar em 31 de dezembro de 2014, segregados por Gestão.

6.1 Passivo da Gestão Previdencial

O saldo da conta Passivo Previdencial, constituído por: a) retenções a recolher; b) contribuições patronais a devolver; c) reserva de poupança a devolver e d) empréstimos feitos ao plano EMBRATER BD, somou R\$ 61.351 mil, conforme detalhado no Quadro 38.

Quadro 38. Composição do Passivo da Gestão Previdencial (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2 0 1 4	2 0 1 3
RETENÇÕES A RECOLHER (a)	1.578	1.556
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS A DEVOLVER (b)	397	1.096
RESERVA DE POUPANÇA A DEVOLVER ©	15.478	13.970
EMPRÉSTIMOS ENTRE PLANOS (d)	43.898	35.561
TOTAL	61.351	52.183

A rubrica “Retenções a recolher” corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos de benefícios em dezembro de 2014, a ser recolhido em janeiro de 2015.

A rubrica “Contribuições Patronais a Devolver” refere-se a contribuições recolhidas a maior pela patrocinadora Embrapa em 2014.

c) A rubrica “Reserva de Poupança a Devolver” refere-se aos valores devidos aos participantes que cancelaram suas inscrições nos planos de benefícios e que permanecem vinculados aos quadros das patrocinadoras, bem como aos ex-participantes que rescindiram contratos de trabalho com a patrocinadora, saíram do plano mas ainda não resgataram as suas contribuições pessoais.

d) Na rubrica “Empréstimos entre planos” estão registrados os empréstimos devidos pelo plano da extinta empresa EMBRATER aos planos básicos das patrocinadoras Embrapa, EMATER-MG, Epagri, EPAMIG e Ceres, utilizados para pagamento dos benefícios do plano daquela extinta patrocinadora, conforme decisão judicial constante do Agravo de Instrumento nº 2006.01.00.015269-6/DF, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, datado de 15 de maio de 2006. A partir de 31 de dezembro de 2011, os valores a receber registrados no realizável dos planos básicos, credores dos empréstimos, foram provisionados para perdas conforme Nota nº 3, letra “b”.

6.2 Passivo da Gestão Administrativa

Estão registradas nesta conta as obrigações com encargos sociais, tributos, salários, provisões de férias e 13º salário, bem como os valores a pagar a fornecedores e prestadores de serviços (Quadro 39).

Quadro 39. Composição do Passivo da Gestão Administrativa em 2014 (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2014	2013
CONTAS A PAGAR: Encargos Sociais e Fornecedores	329	561
RETENÇÕES A RECOLHER	225	269
PROVISÕES DE FÉRIAS	862	687
OUTRAS EXIGIBILIDADES	1	2
TOTAL	1.417	1.519

6.3 Passivo de Investimentos

São os compromissos assumidos pela Fundação Ceres quando das operações de investimentos que não foram liquidadas até a data do balanço (Quadro 40).

Quadro 40. Composição do Passivo de Investimentos em 2014 (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	2014	2013
PARCELAMENTO TRIBUTOS IMÓVEIS – SP	139	256
CAUÇÃO DE CONTRATOS DE ALUGUÉIS	464	277
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18	3
OUTRAS EXIGIBILIDADES	135	130
TOTAL	756	666

A rubrica “Parcelamento de Tributos Imóveis” – SP, refere-se a um acordo judicial para pagamento de tributos relacionados a imóveis pertencentes à carteira imobiliária dos planos de benefícios administrados pela Ceres.

A rubrica “Caução de Contratos de Aluguel” é oriunda de depósitos previstos em contratos de aluguel dos imóveis locados a terceiros.

No item “Operações com Participantes” está registrado o IOF a recolher, relativo às concessões de empréstimos a participantes.

Na conta “Outras Exigibilidades” estão registrados as taxas de custódia e controladoria a pagar e “Créditos Bancários a Classificar” referentes a depósitos sem identificação da origem ocorridos na conta corrente no Banco do Brasil.

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Refere-se aos valores atribuídos aos processos que tramitam nas esferas administrativa ou judicial de origem previdencial, administrativa e de investimentos, oriundos de interpretações divergentes ou de condições e situações de solução indefinida, que dependem de eventos ou decisões futuras e envolvem um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência em relação ao tempo e ao valor, podendo gerar ou não desembolso financeiro pela Fundação.

De acordo com os parâmetros estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base nas informações de sua Assessoria Jurídica,

são constituídas as provisões para cobrir as perdas prováveis estimadas das ações em curso (Quadro 41). As provisões das ações de perda provável apresentam um saldo no valor de R\$ 10.060 mil em 2014, com destaque para o plano Embrapa BD com provisões no valor de R\$ 7.168 mil, equivalente a 71% do total.

Quadro 41. Composição do Exigível Contingencial em 2014 (R\$ Mil)

PARÂMETROS	PLANO Embrapa BD	PLANO EMBRATER BD	PLANO Ceres BD	PLANO Epagri BD	PLANO Epagri SD	PLANO EMATER-MG BD	PLANO EMATER-MG SD	PLANO EPAMIG BD	PLANO EPAMIG SD	P G A	CONSO-LIDADO
PROVÁVEIS											
Gestão Previdencial	6.713	667	-	68	-	1.576	0	49	0	-	9.073
Investimentos	455	-	-	413	119	0	0	-	0	-	987
G. Administrativa										0	0
Total - Provisões	7.168	667	-	481	119	1.576	0	49	0	0	10.060
POSSÍVEIS											
Gestão Previdencial	5.541	537	8	1.723	-	461	0	28	0	-	8.298
G. Administrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Investimentos	1.758	-	-	1.361	-	-	-	-	-	-	3.119
Total - Possíveis	7.299	537	-	3.084	-	461	0	28	0	-	11.417
REMTAS											
Gestão Previdencial	2.183	-	-	2	-	4.568	170	7	0	-	6.930
G. Administrativa										4.456	4.456
Investimentos	1.335	-	1.293	2.334	49	27	14	3	7	-	5.062
Total - Remotas	3.518	-	1.293	2.336	-	-	-	10	-	4.456	16.448

Em outras ações judiciais consideradas como perda possível, no valor de R\$ 11.417 mil, e perdas com possibilidades remotas, no valor de R\$ 16.448 mil, não existe provisão constituída, por não atenderem aos critérios de reconhecimento nos termos do Pronunciamento Contábil - CPC 25.

Os depósitos judiciais recursais, registrados no “Realizável” da Gestão Previdencial, conforme Nota 3.d, estão apresentados no Quadro 42:

Quadro 42. Depósitos Judiciais Recursais (R\$ Mil)

TIPO DE AÇÃO	PLANO Embrapa BD	PLANO Ceres BD	PLANO Epagri BD	PLANO Epagri SD	PLANO EMATER-MG BD	PLANO EMATER-MG SD	PLANO EPAMIG BÁSICO	PLANO EPAMIG SALDADO	P G A	CONSO-LIDADO
AÇÕES DE BENEFÍCIOS	168	-	-	-	-	-	-	-	-	168
AÇÃO CSSLL *	39.008	60	1.616	-	3.108	0	274	-	-	44.066
TRIBUTOS COMPENSADOS	467	3	12	59	33	17	3	8	-	602
PIS E COFINS - ADM	-	-	-	-	-	-	-	-	5.268	5.268
TOTAL DEPÓSITOS	39.643	63	1.628	59	3.141	17	277	8	0	50.104

8. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram estabelecidas com base em cálculos atuariais efetuados pela Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda (Vesting) e estão representadas nos Demonstrativos das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT.

Com a base cadastral posicionada em setembro de 2014, os cálculos das provisões levam em consideração alguns fatores, dentre eles, as hipóteses atuariais, subdivididas em eventos biométricos

como as probabilidades de sobrevivência, morte, invalidez dos participantes; eventos econômicos, como a taxa de juros e eventos financeiros, como o crescimento real de salários.

A provisão matemática de benefícios concedidos de cada plano é o resultado dos direitos (benefícios) e deveres (contribuições) dos aposentados e pensionistas. Neste caso, o resultado apresenta o benefício líquido, já deduzido da contribuição que os assistidos fazem ao plano. A provisão matemática de benefícios a conceder de cada plano é o resultado dos direitos (benefícios) e deveres (contribuições normais) dos participantes. Já a provisão matemática a constituir de cada plano de benefícios é o resultado dos deveres (contribuições extraordinárias) dos participantes ou da patrocinadora, conforme o plano.

Quanto às hipóteses atuariais, os testes de aderência demonstraram necessidade de adequação das hipóteses atuariais em relação aos eventos biométricos, financeiros e salariais dos planos de benefícios.

Os testes de aderência foram realizados de acordo com as determinações dispostas na Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, que alterou a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, bem como na Instrução Normativa nº 7, que regulamentou diversos pontos sobre os estudos de aderência e convergência exigidos na Resolução CNPC nº 9/12.

Os resultados dos testes de aderência elaborados de acordo com os novos critérios dispostos na legislação indicaram a alteração de grande parte das hipóteses atuariais, tais alterações podem ser observadas no Quadro 43.

Quadro 43. Alterações de premissas atuariais em 2014

Premissa	Plano	2013	2014
Tábua de Mortalidade Geral	Embrapa CV Epagri CV Epagri SD EMATER-MG CV EMATER-MG SD	AT-2000 Male	AT-83 Male & Female
	EMATER-MG BD	AT-2000 Male	AT-83 Male
	EMBRATER BD	AT-2000 Male	BR-EMSsb v.2010 Male & Female
	Epagri BD EPAMIG BD	AT-83 Male	AT-83 Male
	Embrapa BD Ceres BD Ceres CV EPAMIG CV EPAMIG SD CIDASC CV ABDI CV EMATER-DF CV	AT-83 Male	AT-83 Male & Female
Tábua de Mortalidade e Inválidos	Embrapa BD	Ex-IAPC desagravada 60%	Winklevoss
	Demais planos	EX- IAPC	

Tábua de Entrada em Invalidez	Embrapa BD Epagri CV Epagri SD	IAPB-57 Fraca	Muller
	Demais planos com participantes ativos	TASA 1927	
Fator de determinação do valor real de salários e benefícios ao longo do tempo	Todos os planos	97,43%	97,45%
Crescimento Salarial	Embrapa BD	1,50%	1,61%
Taxa de Juros	Todos os planos	5,25%	De acordo com o Quadro 44

Com a divulgação da Resolução CPNC nº 15, de 19 de novembro de 2014, e da Portaria PREVIC nº 615, de 24 de novembro de 2014, ficou estabelecida a Estrutura a Termo de Taxa de Juros – ETTJ, tabela de intervalo de taxas para fins de definição da taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições dos planos de benefícios.

A taxa real de juros para cada plano de benefícios foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo com base no estudo técnico de convergência (Quadro 44).

Quadro 44. Taxa Real de Juros, por Plano de Benefícios

Plano	Taxa Real de juros	Plano	Taxa Real de juros
Embrapa BD	5,63%	EMATER-MG BD	5,52%
Embrapa CV	5,85%	EMATER-MG CV	5,78%
EMBRATER BD	5,25%	EMATER-MG SD	5,67%
Ceres BD	5,54%	EPAMIG BD	5,63%
Ceres CV	5,80%	EPAMIG CV	5,79%
Epagri BD	5,71%	EPAMIG SD	5,64%
Epagri CV	5,76%	CIDASC CV	5,84%
Epagri SD	5,64%	ABDI CD	5,84%
		EMATER-DF CV	5,85%

Com base nessas premissas, foram calculadas as provisões matemáticas para cada plano administrado. No consolidado, as provisões matemáticas cresceram 14,1% evoluindo de R\$ 4.027.361 mil em 2013 para R\$ 4.593.863 mil em 2014. As provisões matemáticas consolidada e de cada plano estão apresentadas no Quadro 45.

Quadro 45. Provisões Matemáticas dos planos de benefícios em 2014 (R\$ Mil)

Plano	Benefícios Concedidos		Benefícios a Conceder		P. Mat. a Constituir		Provisões Matemáticas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Embrapa BD	1.536.366	1.476.525	1.872.869	1.592.720	318.872	316.723	3.090.363	2.752.522
Embrapa CV	8.405	4.316	343.914	253.733	0	0	352.319	258.049
EMBRATER BD	35.134	29.928	0	0	0	0	35.134	29.928
Ceres BD	8.715	7.460	8.938	9.276	2.036	2.071	15.617	14.665
Ceres CV	1.668	1.674	3.886	3.176	0	0	5.554	4.849
Epagri BD	172.383	175.663	0	0	92.215	102.558	80.168	73.105
Epagri CV	26.991	19.126	107.010	101.275	0	0	134.001	120.401
Epagri SD	176.209	138.761	190.437	226.348	0	7.982	366.646	357.127
EMATER-MG BD	165.275	170.836	214	195	32.020	33.027	133.469	138.003
EMATER-MG CV	11.818	7.770	78.310	60.462	0	0	90.128	68.232
EMATER-MG SD	71.441	33.718	128.950	164.713	0	68.834	200.390	129.598
EPAMIG BD	18.484	18.770	0	0	8.925	9.036	9.559	9.734
EPAMIG CV	2.627	2.757	19.415	14.686	0	0	22.042	17.442
EPAMIG SD	7.102	7.100	39.724	40.321	0	0	46.826	47.421
CIDASC CV	0	0	6.634	4.223	0	0	6.634	4.223
ABDI CV	0	0	3.842	2.062	0	0	3.842	2.062
EMATER-DF CV	0	0	1.169	0	0	0	1.169	0
Total	2.242.618	2.094.403	2.805.311	2.473.189	454.066	540.231	4.593.863	4.027.361

De forma geral, o crescimento de 14,1% na provisão matemática consolidada está acima da meta atuarial geral, de 11,8% em 2014. Esse resultado se deve, principalmente, às alterações das premissas atuariais ocorridas em dezembro de 2014.

Dentre as parcelas das provisões matemáticas, encontram-se as provisões matemáticas dos benefícios concedidos que, na soma de todos os planos, alcançou o valor de R\$ 2.242.618 mil em 2014, montante 7,1% superior ao valor das provisões de 2013, que foi de R\$ 2.094.404 mil. Em função da amortização anual relativa à redução temporal dos compromissos transcorridos em 2014, das alterações das premissas atuariais, onde os ganhos superaram as perdas atuariais para os compromissos concedidos, o resultado está abaixo da meta atuarial de 11,8%.

A outra parcela das provisões matemáticas refere-se às provisões matemáticas dos benefícios a conceder que, na soma de todos os planos, totalizou R\$ 2.805.311 mil em 2014, superando o valor das provisões de 2013, de R\$ 2.473.189 mil, em 13,4%. O resultado está acima da meta atuarial, devido, principalmente, às alterações de premissas atuariais, onde as perdas superaram os ganhos atuariais para os benefícios a conceder, com destaque para majoração dos compromissos decorrente da alteração da tábua de entrada em invalidez, o que não aconteceu nos compromissos com os benefícios concedidos (inexistência do risco da entrada em invalidez).

A última parcela das provisões matemáticas refere-se às provisões matemáticas a constituir que, na soma de todos os planos, totalizou R\$ 454.066 mil em 2014, valor inferior aos R\$ 540.231 mil

referentes às provisões de 2013. Este resultado foi motivado, principalmente, pela incorporação dos ganhos e perdas atuariais nas provisões matemáticas a constituir dos planos com saldamento, reflexo das alterações de premissas atuariais.

9. GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

Na parcela existente dos compromissos de benefícios definidos, os ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das mudanças nas premissas atuariais e das diferenças positivas ou negativas entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, que são os ajustes advindos da experiência.

Nos Quadros 46 a 59 a seguir, estão demonstradas os ganhos e perdas atuariais para cada um dos planos de benefícios administrados pela Fundação Ceres que têm efetivamente compromissos de benefícios definidos. Para os planos com saldamento, cuja contribuição extraordinária patronal realizada no ano de 2014 foi inferior à contribuição extraordinária simulada de forma linear, os ganhos ou perdas demonstrados na coluna específica nos referidos quadros foram incorporados às provisões matemáticas a constituir desses planos, conforme melhor detalhado na Nota 12.

Quadro 46. Ganhos e Perdas do Plano Embrapa BD em 2014 (R\$ mil)

Item	Atuariais						Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Crescim. Salarial	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	108.603	0	0	0	0	0	108.603
Perdas	0	-59.210	-933	-9.467	-76.061	-48.843	-194.514
Total	108.603	-59.210	-933	-9.467	-76.061	-48.843	-85.911

Quadro 47. Ganhos e Perdas do Plano Embrapa CV em 2014 (R\$ mil)

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	438	0	0	0	0	438
Perdas	0	-438	-2	-231	-3.984	-4.656
Total	438	-438	-2	-231	-3.984	-4.217

Quadro 48. Ganhos e Perdas do Plano EMBRATER BD em 2014 (R\$ mil)

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	0	0
Perdas	0	-4.764	-11	0	-994	-5.769
Total	0	-4.764	-11	0	-994	-5.769

Quadro 49. Ganhos e Perdas do Plano Ceres BD em 2014 (R\$ mil)

Item	Atuariais					Sub-total	Não atuariais (*)	Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu				
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos			
Ganhos	662	0	0	0	2	664	0	664
Perdas	0	-334	-5	-390	0	-728	-11	-739
Total	662	-334	-5	-390	2	-64	-11	-75

(*) Os ganhos e perdas não atuariais se referem aos efeitos das parcelas do financiamento do Saldamento pagas a menor pelo Patrocinador.

Quadro 50. Ganhos e Perdas do Plano Ceres CV em 2014 (R\$ mil)

	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	231	0	0	0	252	484
Perdas	0	-297	-1	-56	0	-354
Total	231	-297	-1	-56	252	130

Quadro 51. Ganhos e Perdas do Plano Epagri BD em 2014 (R\$ mil)

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabi- lidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	6.489	0	0	0	4.468	10.956
Perdas	0	-3.178	-44	-2.119	0	-5.341
Total	6.489	-3.178	-44	-2.119	4.468	5.616

Quadro 52. Ganhos e Perdas do Plano Epagri CV em 2014 (R\$)

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	3.955	6.182	0	0	0	10.137
Perda	0	0	-11	-1.126	-8.904	-10.042
Total	3.955	6.182	-11	-1.126	-8.904	95

Quadro 53. Ganhos e Perdas do Plano Epagri SD em 2014 (R\$)

Item	Atuariais					Sub-total	Não atuariais (*)	Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu				
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos			
Ganhos	16.365	3.093	0	0	9.241	28.700	0	28.700
Perdas	0	0	-94	-10.050	0	-10.145	-536	-10.680
Total	16.365	3.093	-94	-10.050	9.241	18.555	-536	18.019

*) Os ganhos e perdas não atuariais se referem aos efeitos das parcelas do financiamento do Saldamento pagas a menor pelo Patrocinador.

Quadro 54. Ganhos e Perdas do Plano EMATER-MG BD em 2014 (R\$)

Item	Atuariais					Sub-total	Não atuariais (*)	Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu				
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos			
Ganhos	3.433	3.756	0	0	1.768	8.957	0	8.957
Perdas	0	0	-36	-5.242	0	-5.279	-1.196	-6.474
Total	3.433	3.756	-36	-5.242	1.768	3.678	-1.196	2.482

(*) Os ganhos e perdas não atuariais se referem aos efeitos das parcelas do financiamento do Saldamento pagas a menor pelo Patrocinador.

Quadro 55. Ganhos e Perdas do Plano EMATER-MG CV em 2014 (R\$)

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	2.348	0	0	0	0	2.348
Perdas	0	-6.461	-5	-773	-4.872	-12.112
Total	2.348	-6.461	-5	-773	-4.872	-9.764

Quadro 56. Ganhos e Perdas do Plano EMATER-MG SD em 2014 (R\$)

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	9.670	1.792	0	0	4.824	16.286
Perdas	0	0	-52	-2.829	0	-2.880
Total	9.670	1.792	-52	-2.829	4.824	13.405

Quadro 57. Ganhos e Perdas do Plano EPAMIG BD em 2014 (R\$)

Item	Atuariais					Sub-total	Não atuariais (*)	Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu				
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos			
Ganhos	559	0	0	0	321	880	0	880
Perdas	0	-140	-5	-233	0	-378	-219	-597
Total	559	-140	-5	-233	321	502	-219	283

(*) Os ganhos e perdas não atuariais se referem aos efeitos das parcelas do financiamento do Saldamento pagas a menor pelo Patrocinador.

Quadro 58. Ganhos e Perdas do Plano EPAMIG CV em 2014 (R\$)

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabi- lidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	811	0	0	0	259	1.070
Perdas	0	-1.862	-2	-204	0	-2.067
Total	811	-1.862	-2	-204	259	-997

Quadro 59. Ganhos e Perdas do Plano EPAMIG SD em 2014 (R\$)

Item	Atuariais					Total
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais			Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	2.120	0	0	0	3.909	6.029
Perdas	0	-415	-12	-1.410	0	-1.837
Total	2.120	-415	-12	-1.410	3.909	4.192

10. FUNDOS CONSTITUÍDOS

Em 2014, conforme parecer atuarial, houve a reversão de parte dos Fundos de Cobertura de Riscos – Invalidez e Pensões dos planos Embrapa CV (FlexCeres) e Ceres CV (FlexCeres).

O Fundo de Oscilação de Rentabilidade e Riscos – FORR foi revertido em 31 de julho de 2014, com base em recomendação contida no Ofício PREVIC nº 2277/2014/CGMA/DIACE/PREVIC. As reversões estão apresentadas no Quadro 60.

Quadro 60. Reversões de Fundos Previdenciais em 2014 (R\$ mil)

FUNDO	Embrapa CV	Ceres CV	EPAMIG BD	TOTAIS
COBERTURA DE BENEFÍCIOS DE RISCOS	5.142	49	0	5.191
OSCILAÇÃO DE RENTABILIDADE - FORR	0	0	1.829	1.829
TOTAIS	5.142	49	1.829	7.020

O valor total dos fundos constituídos, com saldos em 2014, é de R\$ 64.802 mil, conforme demonstrado no Quadro 61.

Quadro 61. Composição e valores dos Fundos Constituídos (R\$ mil)

FUNDOS	2014	2013
PREVIDENCIAIS		
FUNDO COLETIVO DE DELIGAMENTO - FCD	1.992	1.304
FUNDO DE OSCIL. RISCO E RENTABILIDADE - FORR	0	1.734
FUNDO DE RISCOS - AUXÍLIOS E PECÚLIOS - FAP	7.494	5.519
FUNDO DE RISCOS - INVALIDEZ E PENSÕES - FIP	31.645	28.715
TOTAL FUNDOS PREVIDENCIAIS	41.131	37.272
ADMINISTRATIVOS		
FUNDO ADMINISTRATIVO DO PGA	12.020	10.042
TOTAL FUNDO ADMINISTRATIVO	12.020	10.042
INVESTIMENTOS		
FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMOS	6.258	5.705
FUNDO GARANTIDOR DE FINANCIAMENTOS	5.393	4.840
TOTAL FUNDOS DE INVESTIMENTOS	11.651	10.545
TOTAL DOS FUNDOS	64.802	57.859

a) Fundo Coletivo de Desligamento (FCD) - constituído conforme o regulamento, com base no saldo das contribuições patronais relativas aos participantes que exerceram o resgate das reservas, no valor de R\$ 1.992 mil está detalhado no Quadro 62.

Quadro 62. Composição Total do Fundo Coletivo de Desligamento em 2014 (R\$ Mil).

Embrapa CV	Ceres CV	Epagri CV	EMATER-MG CV	EPAMIG CV	CIDASC CV	ABDI CD	TOTAL
1.590	28	215	75	8	75	1	1.992

b) O Fundo de Oscilação de Risco e Rentabilidade (FORR) foi constituído com parte do superávit dos planos de benefícios, em face de eventos futuros incertos. De acordo com o parecer atuarial, o FORR do plano EPAMIG BD, constituído em dezembro de 2007, no valor atualizado de R\$ 1.829 mil, foi revertido totalmente em 31 de julho de 2014 em atenção à recomendação contida no Ofício PREVIC nº 2277/2014/CGMA/DIACE/PREVIC.

c) O Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade dos Assistidos (FCORA) é constituído com base regulamentar, pelo excedente de rentabilidade em relação ao índice de referência, proporcionalizado ao saldo de benefícios concedidos. Apurado anualmente, o Fundo não apresenta saldo de constituição em função dos resultados dos investimentos abaixo do índice de referência dos planos CV e CD.

d) Os Fundos dos Benefícios de Riscos, Auxílios e Pecúlios – FAP e Invalidez e Pensões – FIP, são constituídos e/ou revertidos de acordo com a relação entre o custo e o custeio relacionados aos Benefícios de Risco (Provisões Matemáticas), conforme previsão regulamentar e parecer atuarial. Em 2014, totalizaram R\$ 39.139 mil, sendo R\$ 7.494 mil referentes ao FAP e R\$ 31.645 mil referentes ao FIP (Quadro 63). Parte substancial deste total, no valor de R\$ 33.343 mil, equivalente a 85%, são valores do plano de benefícios Embrapa CV.

Quadro 63. Fundos de Cobertura de Benefícios de Riscos em 2014 (R\$ Mil)

FUNDO DE RISCOS	Embrapa CV	Ceres CV	Epagri CV	EMATER-MG CV	EPAMIG CV	CIDASC CV	ABDI CD	EMATER-DF CV	TOTAL
COBERT. AUXÍLIOS E PECÚLIOS	5.678	6	107	1.327	181	191	4		7.494
COBERT. INVALIDEZ E PENSÕES	27.664	-	3.122	-	-	757	75	27	31.645
TOTAIS	33.342	6	3.229	1.327	181		79		39.139

O Fundo Administrativo, no montante de R\$ 12.020 mil, está alocado no Plano de Gestão Administrativa - PGA e objetiva cobrir eventuais excessos das despesas administrativas.

De acordo com a Instrução Normativa SPC nº 34/2009, ao final de cada mês, deve-se registrar nos planos de benefícios a sua participação no “Plano de Gestão Administrativa”. Deve ser registrada a parcela de participação de cada plano de benefícios no fundo administrativo. Essa marcação é

apropriada com base no mesmo critério de rateio aplicado ao custeio administrativo vertido por cada plano de benefícios e os valores estão demonstrados no Quadro 64.

Quadro 64. Composição do Fundo Administrativo por plano em 2014 (R\$ Mil)

PLANO	VALOR	PLANO	VALOR
Embrapa BD	7.151	EMATER-MG SD	576
Embrapa CV	1.396	EMATER-MG CV	297
Ceres BD	37	EPAMIG BD	89
Ceres CV	18	EPAMIG SD	212
Epagri BD	270	EPAMIG CV	103
Epagri SD	911	CIDASC CV	55
Epagri CV	440	ABDI CD	7
EMATER-MG BD	455	EMATER-DF CV	3

Os Fundos de Investimentos garantidores de empréstimos e de financiamentos somam R\$ 11.651 mil em 2014 (Quadro 65) e destinam-se a suportar eventuais perdas por óbito de mutuários de empréstimos e/ou financiamentos imobiliários. São constituídos em cada plano de benefícios, de acordo com a taxa da quota de quitação por morte (QQM) sobre as concessões de empréstimos e, no caso dos financiamentos imobiliários, sobre o cálculo das prestações mensais.

O fundo garantidor de empréstimos totalizou R\$ 6.258 mil em 2014 e o fundo garantidor de financiamentos imobiliários com saldo de R\$ 5.393 mil. Os maiores valores são do plano Embrapa BD, que somaram R\$ 7.374 mil, dos quais R\$ 3.671 mil são relativos aos empréstimos e R\$ 3.703 relativos aos financiamentos imobiliários.

Quadro 65. Fundos de Investimentos por plano de benefícios em 2014 (R\$ Mil).

PLANO	GARANTIDOR EMPRÉSTIMOS	GARANTIDOR DE FINANCIAMENTOS	TOTAL
Embrapa BD	3.671	3.703	7.374
Embrapa CV	592	0	592
Ceres BD	29	115	144
Ceres CV	12	0	12
Epagri BD	10	432	442
Epagri SD	631	524	1.155
Epagri CV	63	0	63
EMATER-MG BD	591	405	996
EMATER-MG SD	348	184	532
EMATER-MG CV	49	0	49
EPAMIG BD	57	14	71
EPAMIG SD	177	16	193
EPAMIG CV	27	0	27
CIDASC CV	1	0	1
TOTAIS	6.258	5.393	11.651

11. RESULTADOS REALIZADOS EM 2014

Ao final do exercício de 2014, 7 (sete) planos apresentaram resultados negativos, 5 (cinco) planos obtiveram resultado nulo e 5 (cinco) planos encerraram o ano com resultado positivo. Isso ocorre em função das diferentes configurações de participantes e assistidos entre os planos e devido às alterações das premissas que incidiram sobre bases distintas.

O déficit de R\$ 138.973 mil acumulado no exercício de 2013 somado ao déficit de R\$ 117.365 mil no exercício de 2014, resultou em um déficit acumulado de R\$ 256.338 mil, equivalente a 5,91 % do patrimônio de cobertura de todos planos. Este resultado está impactado pelo valor negativo de R\$ 79.723 mil do plano BD da extinta Embrater, conforme descrito na Nota nº 19. O detalhamento dos resultados por plano em 2014 está demonstrado no Quadro 66.

Quadro 66. Resultados Consolidados em 2014 por plano de benefícios (R\$ Mil).

PLANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA	PROVISÕES MATEMÁTICAS	RESULTADO ACUMULADO
Embrapa BD	2.885.493	3.090.363	-204.870
Embrapa CV	352.319	352.319	-
EMBRATER BD	-44.589	35.134	-79.723
Ceres BD	15.589	15.617	-28
Ceres CV	5.456	5.554	-98
Epagri BD	79.083	80.168	-1.086
Epagri CV	134.001	134.001	-
Epagri SD	379.077	366.646	12.431
EMATER-MG BD	134.087	133.469	617
EMATER-MG CV	86.020	90.128	-4.108
EMATER-MG SD	213.372	200.390	12.982
EPAMIG BD	11.430	9.559	1.872
EPAMIG CV	20.217	22.042	-1.825
EPAMIG SD	54.323	46.826	7.498
CIDASC CV	6.634	6.634	-
ABDI CD	3.842	3.842	-
EMATER-DF CD	1.169	1.169	-
TOTAL	4.337.524	4.593.863	-256.338

11.1 Equacionamento de Déficit

Em observância à Legislação e de acordo com o Parecer Atuarial, para os planos que apresentaram déficit superior a 15% (quinze por cento) das Provisões Matemáticas em 31/12/2013 e cujo resultado não tenha sido revertido em 2014, o equacionamento do déficit deverá ser efetivado no decorrer do exercício de 2015.

Nessa situação encontram-se os planos Ceres CV e EPAMIG CV, que apresentaram déficit superiores a 15% das Provisões Matemáticas em 2013, continuaram deficitários em 2014 e terão os déficit equacionados em 2015. No caso do plano Epagri CV, o déficit de 2013 foi totalmente revertido em 2014, não havendo necessidade de equacionamento. Para o plano EMATER-MG CV o plano de equacionamento do déficit será apresentado em 2015.

No Quadro 67 estão apresentados os planos de benefícios com resultado contábil acumulado deficitário superiores a 15% das provisões matemáticas em 2013 e acima de 10%, das provisões matemáticas em 2014.

Quadro 67. Planos com Déficit superior a 10% das Provisões Matemáticas (R\$ Mil).

EXERCÍCIO	PLANO	RESERVAS MATEMÁTICAS	DÉFICIT ACUMULADO	PROPORÇÃO DAS PROV. MAT.
2013	CERES CV	1.716	-349	20,34%
	EPAGRI CV	33.182	-5.823	17,55%
	EMATER CV	11.517	0	
	EPAMIG CV	4.040	-1.032	25,54%
2014	CERES CV	1.668	-98	5,88%
	EPAGRI CV	35.137	0	
	EMATER CV	21.318	-4.108	19,27%
	EPAMIG CV	5.114	-1.825	35,69%

Obs: Para cálculo do percentual considera-se apenas as Provisões Matemáticas dos Benefícios Definidos do plano.

Para fins de equacionamento do déficit, serão considerados os valores apurados após o ajuste de precificação apresentado no Quadro 68.

11.2 Ajustes de Precificação

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, dispõe sobre os “Ajustes de Precificação”, positivos ou negativos, dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços e classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”, na apuração do

resultado do exercício, para fins de equacionamento de déficit ou distribuição de superávit dos planos de benefícios. No Quadro 68 estão apresentados os valores apurados para o ajuste de precificação bem como os resultados ajustados, que serão acrescidos ou deduzidos do Equilíbrio Técnico informado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL.

Quadro 68. Ajustes de Precificação nos Resultados Apurados em 2014 (R\$ Mil)

PLANO	RESULTADO ACUMULADO	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	RESULTADO AJUSTADO
Embrapa BD	-204.870	185.391	-19.479
Embrapa CV	0	2.499	2.499
EMBRATER BD	-79.723	0	-79.723
Ceres BD	-28	845	817
Ceres CV	-98	36	-62
Epagri BD	-1.086	5.183	4.097
Epagri SD	12.431	22.401	34.832
Epagri CV	0	1.401	1.401
EMATER-MG BD	617	7.444	8.061
EMATER-MG SD	12.982	7.887	20.869
EMATER-MG CV	-4.108	640	-3.468
EPAMIG BD	1.872	690	2.562
EPAMIG SD	7.498	3.299	10.797
EPAMIG CV	-1.825	146	-1.679
CIDASC CV	0	53	53
ABDI CD	0	26	26
EMATER-DF CV	0	6	6
TOTAL	-256.338	237.947	-18.391

Em atendimento ao item 4 do Artigo 5º da Resolução CNPC nº 16/2014, apresentamos a seguir os títulos públicos federais que compõem os montantes dos Ajustes de Precificação efetuados no Equilíbrio Técnico dos planos de benefícios e apresentados nas Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano – DA.

Os títulos apresentados nos quadros 70 a 72 fazem parte dos fundos exclusivos multimercados EROS e Tranquilidade, sendo que os planos de benefícios aplicam seus recursos nos percentuais a seguir:

Quadro 69. Percentual de participação dos planos nos fundos multimercados

PLANO	FUNDO EROS	FUNDO TRANQ.
Embrapa BD	40,0085%	77,7086%
Ceres BD	0,1977%	0,4040%
EPAMIG BD	0,0000%	0,3620%
Epagri BD	0,0000%	2,6506%
EMATER-MG BD	0,0000%	4,2945%
EMATER-MG SD	3,2263%	3,3514%
Epagri SD	7,3100%	9,3455%
EPAMIG SD	0,8632%	1,3875%
Embrapa CV	28,7738%	0,0000%
EMATER-MG CV	6,5218%	0,0000%
Epagri CV	9,7564%	0,1994%
EPAMIG CV	1,5071%	0,0000%
Ceres CV	0,3779%	0,0000%
CIDASC CV	0,5989%	0,0000%
ABDI CD	0,2947%	0,0000%
EMATER-DF CV	0,0718%	0,0000%
PGA	0,4920%	0,2965%
TOTAL	100,0%	100,0%

De acordo com a participação de cada plano de benefícios nos fundos exclusivos, apresentamos, nos Quadros 70 a 721, os títulos que compõem os Ajustes de Precificação dos planos de benefícios.

Quadro 70. Títulos que compõem o Ajuste de Precificação dos Planos Básicos (R\$ Mil)

Fundo EROS - Consolidado				Valores do Ajuste de Precificação				
<i>Natur.</i>	<i>Venc.</i>	<i>Quant.</i>	<i>Valor Investido</i>	Embrapa BD	Ceres BD	EPAMIG BD	Epagri BD	EMATER BD
NTN-B	15/08/16	10.000	25.567	79	0	0	0	0
NTN-B	15/08/16	10.000	25.497	107	1	0	0	0
15/08/16 - Total		20.000	51.063	185	1	0	0	0
NTN-B	15/08/20	10.493	26.377	393	2	0	0	0
15/08/20 - Total		10.493	26.377	393	2	0	0	0
NTN-B	15/08/30	10.000	24.846	707	4	0	0	0
NTN-B	15/08/30	10.491	25.863	822	5	0	0	0
15/08/30 - Total		20.491	50.709	1.529	9	0	0	0
NTN-B	15/05/45	25.555	61.061	2.812		0	0	0
15/05/45 - Total		25.555	61.061	2.812	0	0	0	0
Total Fundo EROS		76.539	189.211	4.920	12	0	0	0
Fundo Tranquilidade Consolidado				Embrapa BD	Ceres BD	EPAMIG BD	Epagri BD	EMATER BD

<i>Natur.</i>	<i>Venc.</i>	<i>Quant.</i>	<i>Valor Investido</i>	<i>Valor do Ajuste</i>	<i>Valor do Ajuste</i>	<i>Valor do Ajuste</i>	<i>Valor do Ajuste</i>	<i>Valor do Ajuste</i>
NTN-B	15/08/16	10.000	25.567	153	1	1	4	10
15/08/16 - Total		10.000	25.567	153	1	1	4	10
NTN-B	15/05/17	10.000	24.512	743	4	3	24	44
15/05/17 - Total		10.000	24.512	743	4	3	24	44
NTN-B	15/08/20	10.693	25.765	1.645	9	8	53	97
NTN-B	15/08/20	10.000	24.319	1.364	8	6	44	81
NTN-B	15/08/20	10.000	24.910	905	5	4	28	56
15/08/20 - Total		30.693	74.993	3.913	22	18	126	233
NTN-B	15/08/24	10.000	24.064	1.759	10	8	56	106
NTN-B	15/08/24	10.000	23.960	1.840	10	9	59	110
NTN-B	15/08/24	20.437	48.680	3.983	22	19	128	238
NTN-B	15/08/24	2.116	5.049	405	2	2	13	24
NTN-B	15/08/24	13.100	30.973	2.733	15	13	88	162
15/08/24 - Total		55.653	132.726	10.720	59	50	344	641
NTN-B	15/08/30	10.000	24.956	1.286	8	6	38	83
NTN-B	15/08/30	10.000	24.263	1.825	10	9	57	113
NTN-B	15/08/30	10.000	25.809	624	4	3	16	47
NTN-B	15/08/30	10.000	25.448	904	6	4	25	62
15/08/30 - Total		40.000	100.476	4.639	28	22	136	306
NTN-B	15/05/35	10.000	23.030	2.627	15	12	83	160
NTN-B	15/05/35	10.000	22.779	2.822	16	13	90	170
NTN-B	15/05/35	10.000	22.637	2.933	16	14	94	177
NTN-B	15/05/35	430	970	129	1	1	4	8
NTN-B	15/05/35	1.948	4.286	667	4	3	22	40
NTN-B	15/05/35	22.197	49.917	6.766	38	32	217	406
NTN-B	15/05/35	10.000	22.691	2.891	16	13	92	174
NTN-B	15/05/35	22.212	50.397	6.424	36	30	205	387
NTN-B	15/05/35	10.911	24.666	3.226	18	15	103	194
15/05/35 - Total		97.698	221.373	28.484	159	133	909	1.716
NTN-B	15/08/40	9.984	27.712	-656	0	0	0	0
NTN-B	15/08/40	9.758	26.735	-369	0	0	0	0
NTN-B	15/08/40	14.217	34.397	3.002	17	14	92	0
NTN-B	15/08/40	10.000	23.170	2.907	16	14	92	0
15/08/40 - Total		43.959	112.014	4.884	34	28	184	0
NTN-B	15/05/45	20.000	45.407	6.125	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	10.000	22.146	3.496	0	0	111	0
NTN-B	15/05/45	10.000	22.110	3.524	0	16	112	0
NTN-B	15/05/45	10.000	19.431	5.606	31	26	183	327
NTN-B	15/05/45	11.180	24.883	3.812	0	0	121	0
NTN-B	15/05/45	10.000	21.975	3.629	20	17	116	0
NTN-B	15/05/45	15.000	32.968	5.439	30	25	174	0
NTN-B	15/05/45	20.308	44.631	7.367	41	34	235	443
NTN-B	15/05/45	4.000	9.460	936	5	4	0	59
NTN-B	15/05/45	10.000	23.287	2.609	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	14.030	33.005	3.402	0	0	0	0
15/05/45 - Total		134.518	299.305	45.944	128	123	1.054	829
NTN-B	15/08/50	10.000	29.777	-2.088	0	0	0	0

NTN-B	15/08/50	10.000	27.778	-534	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	24.232	2.221	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	22.238	3.771	21	18	120	0
NTN-B	15/08/50	10.000	22.571	3.512	20	0	112	0
NTN-B	15/08/50	10.000	23.434	2.842	16	0	89	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.137	1.518	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.698	1.083	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.197	1.471	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.276	1.410	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.178	1.486	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.700	1.081	0	0	0	0
15/08/50 - Total		120.000	302.215	17.774	57	18	321	0
Total NTN-B		542.521	1.293.182	117.254	491	395	3.103	3.778
NTN-C	01/07/17	9.776	29.223	1.256	7	6	41	73
NTN-C	01/07/17	13.594	40.683	1.710	9	8	56	99
NTN-C	01/07/17	10.064	30.123	1.262	7	6	42	73
NTN-C	01/07/17	10.000	29.961	1.231	7	6	41	71
01/07/17 - Total		43.434	129.991	5.459	29	25	180	316
NTN-C	01/04/21	27.262	75.734	7.751	42	36	255	448
NTN-C	01/04/21	54	151	15	0	0	0	1
NTN-C	01/04/21	23.980	66.876	6.617	36	31	218	383
NTN-C	01/04/21	1.660	4.815	314	2	1	10	19
NTN-C	01/04/21	3.250	9.380	651	4	3	21	38
NTN-C	01/04/21	25.110	70.029	6.928	37	32	228	401
NTN-C	01/04/21	50	139	14	0	0	0	1
01/04/21 - Total		81.366	227.124	22.290	121	104	734	1.292
NTN-C	01/01/31	32.677	137.580	24.508	133	114	806	1.423
NTN-C	01/01/31	9.000	38.097	6.591	36	31	216	383
NTN-C	01/01/31	5.000	20.255	4.369	24	20	144	252
01/01/31 - Total		46.677	195.932	35.468	192	165	1.166	2.058
Total NTN-C		171.477	553.047	63.217	342	294	2.080	3.666
Total Fdo TRANQ.		713.998	1.846.229	180.471	833	690	5.183	7.443
TOTAL GERAL DOS AJUSTE				185.391	845	690	5.183	7.443

Quadro 71. Títulos que compõem o Ajuste de Precificação dos Planos Saldados (R\$ Mil)

Fundo EROS - Consolidado				Valor do Ajuste de Precificação		
Natur.	Venc.	Quant.	Valor Investido	EMATER SD	Epagri SD	EPAMIG SD
NTN-B	15/08/16	10.000	25.567	6	14	2
NTN-B	15/08/16	10.000	25.497	8	19	2
15/08/16 Total		20.000	51.063	14	33	4
NTN-B	15/08/20	10.493	26.377	30	71	8
15/08/20 Total		10.493	26.377	30	71	8
NTN-B	15/08/30	10.000	24.846	54	127	15
NTN-B	15/08/30	10.491	25.863	63	148	18
15/08/30 Total		20.491	50.709	116	275	33

NTN-B	15/05/45	25.555	61.061	215	507	60
15/05/45 Total		25.555	61.061	215	507	60
Total Fundo EROS		76.539	189.211	375	887	105
Fundo Tranquilidade - Consolidado				Valor do Ajuste de Precificação		
Natur.	Venc.	Quant.	Valor Investido	EMATER SD	Epagri SD	EPAMIG SD
NTN-B	15/08/16	10.000	25.567	6	18	3
15/08/16 Total		10.000	25.567	6	18	3
NTN-B	15/05/17	10.000	24.512	31	89	13
15/05/17 Total		10.000	24.512	31	89	13
NTN-B	15/08/20	10.693	25.765	69	197	29
NTN-B	15/08/20	10.000	24.319	57	163	24
NTN-B	15/08/20	10.000	24.910	37	108	16
15/08/20 Total		30.693	74.993	164	467	69
NTN-B	15/08/24	10.000	24.064	73	210	31
NTN-B	15/08/24	10.000	23.960	77	220	33
NTN-B	15/08/24	20.437	48.680	167	476	71
NTN-B	15/08/24	2.116	5.049	17	48	7
NTN-B	15/08/24	13.100	30.973	115	326	48
15/08/24 Total		55.653	132.726	449	1.280	190
NTN-B	15/08/30	10.000	24.956	52	152	23
NTN-B	15/08/30	10.000	24.263	75	217	32
NTN-B	15/08/30	10.000	25.809	23	73	11
NTN-B	15/08/30	10.000	25.448	36	106	16
15/08/30 Total		40.000	100.476	186	548	81
NTN-B	15/05/35	10.000	23.030	109	313	46
NTN-B	15/05/35	10.000	22.779	118	337	50
NTN-B	15/05/35	10.000	22.637	122	350	52
NTN-B	15/05/35	430	970	5	15	2
NTN-B	15/05/35	1.948	4.286	28	80	12
NTN-B	15/05/35	22.197	49.917	283	807	120
NTN-B	15/05/35	10.000	22.691	121	345	51
NTN-B	15/05/35	22.212	50.397	268	766	114
NTN-B	15/05/35	10.911	24.666	135	385	57
15/05/35 Total		97.698	221.373	1.189	3.398	504
NTN-B	15/08/40	9.984	27.712	-33	-82	-12
NTN-B	15/08/40	9.758	26.735	-20	-48	-7
NTN-B	15/08/40	14.217	34.397	123	356	53
NTN-B	15/08/40	10.000	23.170	121	346	51
15/08/40 Total		43.959	112.014	191	573	85
NTN-B	15/05/45	20.000	45.407	254	730	108
NTN-B	15/05/45	10.000	22.146	146	417	62
NTN-B	15/05/45	10.000	22.110	147	420	62
NTN-B	15/05/45	10.000	19.431	237	671	100
NTN-B	15/05/45	11.180	24.883	159	455	67
NTN-B	15/05/45	10.000	21.975	152	433	64
NTN-B	15/05/45	15.000	32.968	227	649	96
NTN-B	15/05/45	20.308	44.631	308	879	130

NTN-B	15/05/45	4.000	9.460	38	111	16
NTN-B	15/05/45	10.000	23.287	108	310	46
NTN-B	15/05/45	14.030	33.005	140	404	60
15/05/45 Total		134.518	299.305	1.915	5.478	813
NTN-B	15/08/50	10.000	29.777	-95	-255	-38
NTN-B	15/08/50	10.000	27.778	-28	-68	-10
NTN-B	15/08/50	10.000	24.232	91	263	39
NTN-B	15/08/50	10.000	22.238	157	450	67
NTN-B	15/08/50	10.000	22.571	146	419	62
NTN-B	15/08/50	10.000	23.434	117	338	50
NTN-B	15/08/50	10.000	25.137	60	179	27
NTN-B	15/08/50	10.000	25.698	41	127	19
NTN-B	15/08/50	10.000	25.197	58	173	26
NTN-B	15/08/50	10.000	25.276	56	166	25
NTN-B	15/08/50	10.000	25.178	59	175	26
NTN-B	15/08/50	10.000	25.700	41	126	19
15/08/50 Total		120.000	302.215	704	2.093	311
Total NTN-B		542.521	1.293.182	4.834	13.945	2.070
NTN-C	01/07/17	9.776	29.223	53	150	22
NTN-C	01/07/17	13.594	40.683	73	205	30
NTN-C	01/07/17	10.064	30.123	54	151	22
NTN-C	01/07/17	10.000	29.961	52	147	22
01/07/17 Total		43.434	129.991	231	654	97
NTN-C	01/04/21	27.262	75.734	329	928	138
NTN-C	01/04/21	54	151	1	2	0
NTN-C	01/04/21	23.980	66.876	280	792	118
NTN-C	01/04/21	1.660	4.815	13	38	6
NTN-C	01/04/21	3.250	9.380	27	78	12
NTN-C	01/04/21	25.110	70.029	294	830	123
NTN-C	01/04/21	50	139	1	2	0
01/04/21 Total		81.366	227.124	944	2.669	396
NTN-C	01/01/31	32.677	137.580	1.038	2.934	436
NTN-C	01/01/31	9.000	38.097	279	789	117
NTN-C	01/01/31	5.000	20.255	185	523	78
01/01/31 Total		46.677	195.932	1.502	4.246	630
Total NTN-C		171.477	553.047	2.678	7.569	1.124
Total Fdo TRANQ.		713.998	1.846.229	7.512	21.514	3.194
TOTAL GERAL DOS AJUSTE				7.887	22.400	3.299

Quadro 72. Títulos que compõem o Ajuste de Precificação dos Planos CV (R\$ Mil)

Fundo EROS - Consolidado				Valores do Ajuste de Precificação							
Natur.	Venc.	Quant.	Valor Investido	Embrapa CV	EMATER CV	Epagri CV	EPAMIG CV	Ceres CV	CIDASC CV	ABDI CV	EMATER CV
NTN-B	15/08/16	10.000	25.567	33	9	14	2	1	1	0	0
NTN-B	15/08/16	10.000	25.497	53	14	21	3	1	1	1	0

15/08/16 Total		20.000	51.063	86	23	36	5	1	2	1	0
NTN-B	15/08/20	10.493	26.377	205	52	80	12	3	4	2	1
15/08/20 Total		10.493	26.377	205	52	80	12	3	4	2	1
NTN-B	15/08/30	10.000	24.846	347	90	140	20	5	7	4	1
NTN-B	15/08/30	10.491	25.863	422	108	166	25	6	9	4	1
15/08/30 Total		20.491	50.709	769	198	306	45	11	16	8	2
NTN-B	15/05/45	25.555	61.061	1.438	367	568	84	21	30	15	4
15/05/45 Total		25.555	61.061	1.438	367	568	84	21	30	15	4
Total Fundo EROS		76.539	189.211	2.499	640	990	146	36	53	26	6
Fundo Tranquilidade Consolidado				Valores do Ajuste de Precificação							
Natur.	Venc.	Quant.	Valor Investido	Embrapa CV	EMATER CV	Epagri CV	EPAMIG CV	Ceres CV	CIDASC CV	ABDI CV	EMATER CV
NTN-B	15/08/16	10.000	25.567	0	0	0	0	0	0	0	0
15/08/16 Total		10.000	25.567	0	0	0	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/17	10.000	24.512	0	0	2	0	0	0	0	0
15/05/17 Total		10.000	24.512	0	0	2	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/20	10.693	25.765	0	0	4	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/20	10.000	24.319	0	0	3	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/20	10.000	24.910	0	0	2	0	0	0	0	0
15/08/20 Total		30.693	74.993	0	0	9	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/24	10.000	24.064	0	0	4	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/24	10.000	23.960	0	0	4	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/24	20.437	48.680	0	0	9	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/24	2.116	5.049	0	0	1	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/24	13.100	30.973	0	0	6	0	0	0	0	0
15/08/24 Total		55.653	132.726	0	0	25	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/30	10.000	24.956	0	0	3	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/30	10.000	24.263	0	0	4	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/30	10.000	25.809	0	0	1	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/30	10.000	25.448	0	0	2	0	0	0	0	0
15/08/30 Total		40.000	100.476	0	0	9	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/35	10.000	23.030	0	0	6	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/35	10.000	22.779	0	0	6	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/35	10.000	22.637	0	0	7	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/35	430	970	0	0	0	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/35	1.948	4.286	0	0	2	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/35	22.197	49.917	0	0	16	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/35	10.000	22.691	0	0	7	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/35	22.212	50.397	0	0	15	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/35	10.911	24.666	0	0	7	0	0	0	0	0
15/05/35 Total		97.698	221.373	0	0	65	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/40	9.984	27.712	0	0	-3	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/40	9.758	26.735	0	0	-2	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/40	14.217	34.397	0	0	6	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/40	10.000	23.170	0	0	7	0	0	0	0	0
15/08/40 Total		43.959	112.014	0	0	9	0	0	0	0	0

NTN-B	15/05/45	20.000	45.407	0	0	14	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	10.000	22.146	0	0	8	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	10.000	22.110	0	0	8	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	10.000	19.431	0	0	13	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	11.180	24.883	0	0	9	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	10.000	21.975	0	0	8	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	15.000	32.968	0	0	13	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	20.308	44.631	0	0	17	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	4.000	9.460	0	0	2	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	10.000	23.287	0	0	6	0	0	0	0	0
NTN-B	15/05/45	14.030	33.005	0	0	7	0	0	0	0	0
15/05/45 Total		134.518	299.305	0	0	105	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	29.777	0	0	-6	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	27.778	0	0	-2	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	24.232	0	0	5	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	22.238	0	0	9	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	22.571	0	0	8	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	23.434	0	0	6	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.137	0	0	3	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.698	0	0	2	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.197	0	0	3	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.276	0	0	3	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.178	0	0	3	0	0	0	0	0
NTN-B	15/08/50	10.000	25.700	0	0	2	0	0	0	0	0
15/08/50 Total		120.000	302.215	0	0	34	0	0	0	0	0
Total NTN-B		542.521	1.293.182	0	0	258	0	0	0	0	0
NTN-C	01/07/17	9.776	29.223	0	0	3	0	0	0	0	0
NTN-C	01/07/17	13.594	40.683	0	0	4	0	0	0	0	0
NTN-C	01/07/17	10.064	30.123	0	0	3	0	0	0	0	0
NTN-C	01/07/17	10.000	29.961	0	0	3	0	0	0	0	0
01/07/17 Total		43.434	129.991	0	0	13	0	0	0	0	0
NTN-C	01/04/21	27.262	75.734	0	0	19	0	0	0	0	0
NTN-C	01/04/21	54	151	0	0	0	0	0	0	0	0
NTN-C	01/04/21	23.980	66.876	0	0	16	0	0	0	0	0
NTN-C	01/04/21	1.660	4.815	0	0	1	0	0	0	0	0
NTN-C	01/04/21	3.250	9.380	0	0	2	0	0	0	0	0
NTN-C	01/04/21	25.110	70.029	0	0	17	0	0	0	0	0
NTN-C	01/04/21	50	139	0	0	0	0	0	0	0	0
01/04/21 Total		81.366	227.124	0	0	54	0	0	0	0	0
NTN-C	01/01/31	32.677	137.580	0	0	59	0	0	0	0	0
NTN-C	01/01/31	9.000	38.097	0	0	16	0	0	0	0	0
NTN-C	01/01/31	5.000	20.255	0	0	11	0	0	0	0	0
01/01/31 Total		46.677	195.932	0	0	86	0	0	0	0	0
Total NTN-C		171.477	553.047	0	0	153	0	0	0	0	0
Total Fdo TRANQ.			1.846.229	0	0	411	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL DOS AJUSTE				2.499	640	1.401	146	36	53	26	6

12. SALDAMENTOS DE PLANOS

Com a implantação dos planos FlexCeres (CV) a partir de 2005, foram saldados os planos básicos das patrocinadoras Ceres (dezembro/2005), Epagri (julho/2005), EMATER-MG (novembro/2007) e EPAMIG (janeiro/2008), sendo instituídos contratos de saldamento para os planos: Ceres BD, Epagri BD, Epagri SD, EMATER-MG BD e EPAMIG BD. Os planos EMATER-MG SD e EPAMIG SD têm o seu saldamento respaldado pelos respectivos Regulamentos.

De acordo com os contratos firmados com os patrocinadores e os regulamentos dos planos, por conter cláusulas atuariais, os saldamentos estão classificados como Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado, como previsto no item 11.1 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, que permite a incorporação dos ganhos e perdas atuariais ao contrato de saldamento. Os valores atuais dos contratos de saldamentos estão acrescidos dos referidos ganhos e perdas atuariais demonstrados no item 9 (nove) desta Nota Explicativa.

Os saldos foram atualizados pelo INPC mais juros. De janeiro a novembro foi aplicada a taxa de 5,25% ao ano e para o mês de dezembro foi aplicada a nova taxa de juros definida com base na resolução CNPC nº 15/2014.

Nos planos de benefícios Ceres BD, Epagri BD, Epagri SD, EMATER-MG BD e EPAMIG BD, foi mantido o modelo de contrato em vigor, prevalecendo as cláusulas atuariais com o ajuste anual dos ganhos e perdas atuariais no saldo do Saldamento.

No quadro 73, apresentam-se os saldos dos contratos de saldamentos com a incorporação dos valores relativos aos ganhos e perdas atuariais, atualizações e amortizações.

Quadro 73. Controle e evolução dos Saldamentos dos planos (R\$ Mil)

PLANO	SALDO 2013	ATUALIZ. INPC+JUROS	AMORTIZ. CONTRIB.	SALDO ATUALIZADO	PERDAS E/OU GANHOS	SALDO 2014
Ceres BD	2.071	229	-339	1.961	75	2.036
Epagri BD	102.558	11.344	-16.071	97.831	-5.616	92.215
Epagri SD	7.982	2.110	0	10.092	-18.019	0
EMATER-MG BD	33.027	3.797	-2.322	34.502	-2.482	32.020
EPAMIG BD	9.036	1.029	-857	9.208	-283	8.925

12.1 Fiscalização PREVIC nos Contratos de Saldamentos dos planos Epagri BD e EPAMIG BD

No exercício de 2014, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC realizou fiscalização na Ceres, cujos trabalhos foram iniciados em 03 de fevereiro de 2014 e finalizados em 23 de maio do mesmo ano.

A ação fiscal teve como objetivo a análise dos planos Epagri BD e EPAMIG BD, bem como do plano Embrapa BD, tendo como escopo: dívidas e provisão matemática a constituir e controles internos de previdência e atuária para os três planos e benefícios e plano de custeio, especificamente analisado no plano Embrapa Básico.

O resultado do processo de fiscalização foi consubstanciado nos Relatórios de Fiscalização (RF) de nº(s) 02, 03 e 04/2014/CFDF/PREVIC, datados de 07 de julho de 2014, correspondentes a cada um dos referidos planos de benefícios.

Em cumprimento ao Ofício nº 3952/CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC, de 23 de dezembro de 2014, serão apresentadas as determinações contidas no item 3.1 (escopo dívidas e provisão matemática a constituir) dos Relatórios de Fiscalização correspondentes aos planos Epagri BD e EPAMIG BD.

a) Item 3.1(1) do RF nº(s) 02 e 04/2014/CFDF/PREVIC

“Determina-se que a Ceres se abstenha de efetuar qualquer outro lançamento contábil apropriando o valor do resultado do exercício na conta de Provisão Matemática a Constituir, sem obediência das normas previstas na Resolução CGPC nº 26/2008”.

Referente à respectiva determinação, a Ceres se absteve de efetuar o registro contábil mensal do valor do resultado na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, conforme estorno contábil dos lançamentos em 30/06/2014, passando a realizar a apuração e incorporação dos ganhos e perdas atuariais nos contratos de saldamento, na ocasião do fechamento do exercício, conforme Nota nº 9.

É oportuno destacar que, para o cálculo dos ganhos e perdas atuariais, a Ceres considera o conceito constante no glossário da Coletânea de Normas de Fundos de Pensão de 2012, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC, a saber:

“Ganhos Atuariais: Compreendem os efeitos das diferenças positivas entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente (ajustes advindos da experiência); e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais.”

“Perdas Atuariais: Compreendem os efeitos das diferenças negativas entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente (ajustes advindos da experiência).”

b) Item 3.1(2) do RF nº(s) 02 e 04/2014/CFDF/PREVIC

“Determina-se que a entidade efetue os lançamentos contábeis em 30 (trinta) dias a contar da ciência deste relatório, referentes à reversão de cada um dos valores lançados indevidamente desde a competência de abril/2004 (plano Epagri BD) e abril/2006 (plano EPAMIG BD), atualizados, mês a mês, pela taxa mínima atuarial, da conta de provisão Matemática a Constituir para as contas contábeis de Resultados dos Exercícios”.

A manifestação da Ceres, encaminhada à PREVIC por meio dos expedientes CT. DIREX nº(s) 160 e 161/2014, além de estar fundamentada na Resolução CGPC nº 18/2006, foi respaldada nos relatórios da auditoria atuarial contratada por determinação da equipe de Fiscalização, cujos trabalhos foram conduzidos pela GAMA Consultores Associados.

Em tempo, é importante enfatizar que a Ceres vinha adotando a prática de incorporar os ganhos e perdas atuariais, bem como os ganhos e as perdas não atuariais na conta de provisão matemática a constituir, o que conseqüentemente afetou o saldo dos contratos de saldamento relativos aos dois planos.

No entendimento da Ceres, que foi convalidado pela auditoria atuarial, a incorporação dos ganhos e perdas atuariais é uma prática que tem como respaldo legal a citada Resolução do CGPC.

Em relação aos ganhos e perdas não atuariais, a auditoria atuarial concluiu que essas foram originadas a partir das parcelas de financiamento do saldamento pagas a menor pelos patrocinadores (Epagri e Epamig), quando da comparação entre a parcela paga e a ideal, resultando no surgimento de déficit atuarial que, por sua vez, foram incorporados aos contratos de saldamento desses dois planos de benefícios.

Dessa maneira, a Ceres, baseada sobretudo nas análises e conclusões da auditoria atuarial contratada e nos fatos acima narrados, considerou que cumpriu com o previsto nos contratos de saldamento dos dois planos de benefícios, visto que a incorporação dos ganhos e perdas atuariais tem previsão legal e que as diferenças entre as parcelas ideais e as parcelas efetivamente pagas referentes ao financiamento do saldamento, também incorporadas nos contratos, têm justificativas técnicas.

Finalmente, entendeu que não havia necessidade de realizar a reversão dos valores lançados na conta provisão matemática a constituir e, com base nisso, de apurar o resultado contábil do exercício de 2013.

c) Item 3.1(3) do RF nº(s) 02 e 04/2014/CFDF/PREVIC

“Determina-se que a entidade promova em 30 (trinta) dias a contar da ciência este relatório, o equacionamento do déficit ou a distribuição do resultado resultante das operações acima conforme determina os mandamentos da Resolução CGPC nº 26/2008”.

Em função das conclusões destacadas na determinação anterior, em que ficou demonstrado que o surgimento do resultado acumulado deficitário ocorreu devido ao pagamento a menor das parcelas do saldamento em relação às parcelas ideais, a Ceres entendeu que não havia déficit a equacionar ou resultado a distribuir.

d) Item 3.1(4) do RF nº(s) 02 e 04/2014/CFDF/PREVIC

“Determina-se que a entidade refaça as Demonstrações Contábeis de 2013, em 30 (trinta) dias a contar da ciência este relatório, a fim de incluir nas suas Notas Explicativas TODOS os dados de Contrato Especial de Parcelamento de Compromisso, requeridos pela legislação”.

Em atendimento à respectiva determinação, em 24/10/2014 a Ceres retificou e substituiu as Notas Explicativas de 2013, tendo em vista a alteração nos textos e nos quadros demonstrativos do item 11 – Saldamentos.

No entanto, por intermédio do Ofício nº 3952/CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC, de 23/12/2014, a PREVIC determinou que a Ceres enviasse ao sistema SICADI as Demonstrações Contábeis compatíveis com as aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo e Auditadas pelos Auditores Independentes, isto é, aquelas Notas Explicativas originalmente enviadas em 31/03/2014.

Destaca-se que, em cumprimento ao respectivo Ofício, as referidas Demonstrações Contábeis foram enviadas em 05/01/2015, fato comunicado à PREVIC por meio do expediente CT. DIREX Nº 008/2015.

e) Item 3.1(5) do RF nº 04/2014/CFDF/PREVIC

“Determina-se que a entidade promova em 30 (trinta) dias a contar da ciência este relatório, a regularização das garantias ofertadas pela patrocinadora Epamig no Contrato Especial de Parcelamento de Compromisso, conforme determina o item 11.1 do Anexo da Resolução CGPC nº 18/2006”.

Referente à essa determinação, inicialmente a Ceres encaminhou à PREVIC documentos comprovando a regularização das garantias relativas ao Contrato Especial de Parcelamento de Compromisso, especificamente extratos mensais de conta bancária oferecida pela patrocinadora Epamig e o Termo Aditivo ao Contrato.

Posteriormente, foi informado à PREVIC que a patrocinadora realizou avaliação de bem imóvel a ser oferecido em garantia real da dívida. Na oportunidade, foi enviada a cópia do Laudo de Avaliação, restando o registro da Escritura Pública de Hipoteca do imóvel e a celebração de novo Termo Aditivo ao Contrato, que encontram-se em fase de elaboração.

Conclusão: A Ceres entende que, diante das informações apresentadas, as determinações referentes ao item 3.1 dos Relatórios de Fiscalização relacionados aos planos Epagri BD e EPAMIG BD foram implementadas em conformidade com a legislação vigente, os regulamentos dos planos e os contratos de saldamento, assim como estão em linha com as recomendações e conclusões da auditoria atuarial.

13 SALDOS DE CONTAS DENOMINADAS “OUTROS”

Conforme previsto na Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Entidade deverá apresentar detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação "Outros" quando estes ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas. A seguir são apresentados os saldos das referidas contas contábeis.

13.1 Passivo Exigível Previdencial

Na conta “Outras Exigibilidades”, do Passivo de Investimentos, onde estão classificadas as retenções de pessoa jurídica relativas à prestação de serviços para os investimentos e o

registro e controle de créditos bancários não identificados, apenas os planos Embrapa Básico, com o saldo de R\$ 111 mil, e o plano Embrapa CV, com o saldo de R\$ 5 mil, apresentam saldo superior a 10% do total do grupo de contas. Isso decorre do grupo de contas contábeis (2.1.3.9), normalmente, apresentar saldo baixo em seu total.

13.2 Adições Previdenciais

Na conta “Outras Adições”, da Gestão Previdencial, onde são classificadas as adições não relacionadas e/ou não previstas nas contas anteriores, o plano EMATER-MG BD Saldado apresenta o valor de R\$ 68.834 mil relativos ao saldo do contrato de saldamento do plano posicionado em dezembro de 2013 que, por ocasião da assinatura de contrato com cláusulas financeiras, foi transferido da conta de Provisões Matemáticas a Constituir para a conta do Realizável Previdencial – Recursos a Receber – Déficit Técnico Contratado. Com a reversão do saldo das ‘Provisões Matemáticas a Constituir’ e o registro de um ‘Realizável da Gestão Previdencial’, houve um aumento das provisões matemáticas e um aumento do ativo previdencial do plano.

13.3 Deduções Previdenciais

Na conta “Outras Deduções”, da Gestão Previdencial, estão classificadas as deduções não relacionadas e/ou não previstas nas contas anteriores. No quadro 74, estão demonstrados os saldos por plano e a descrição do evento:

Quadro 74 – Conta “Outras” do grupo de Deduções Previdenciais (R\$ Mil)

PLANO	SALDO	DESCRIÇÃO
ABDI CD	201	Pagamentos do seguro dos benefícios de riscos.
CIDASC CV	281	Pagamentos do seguro dos benefícios de riscos.
EMATER-DF CV	153	Pagamentos do seguro dos benefícios de riscos.
EMBRATER BD	4.455	Atualização monetária dos recursos a devolver aos planos básicos.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 Cotas dos planos de Contribuição Varável (CV) e de Contribuição Definida (CD)

De acordo com a Instrução Normativa DSEG 020, versão 002, vigente a partir de janeiro de 2014, a cota patrimonial dos participantes dos planos de contribuição variável e de contribuição definida passa a ser atualizada pelos rendimentos dos investimentos proporcionalizados ao “Saldo de Contas” acumulado do Participante. Ressalta-se que essa norma interna está em consonância com os regulamentos dos planos e mantém a mesma lógica da metodologia anterior, que é a de atualização

dos recursos dos participantes acumulados para cobertura dos benefícios a conceder pelos rendimentos dos investimentos.

14.2 Paridade das contribuições dos planos FlexCeres

Conforme estabelecido no §3º do artigo 202 da Constituição,

“é vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.”

Em virtude de contribuições vertidas pelos participantes iminentes dos planos de contribuição variável e de contribuição definida administrados pela Ceres, onde o patrocinador não contribui por essa parcela, as contribuições para o risco e para o custeio administrativo pagas pelos participantes fazem com que as contribuições dos participantes sejam superiores às contribuições patronais.

15. VARIAÇÕES E RESULTADOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

A seguir, são apresentadas as principais variações dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa que ocorreram durante o exercício de 2014.

15.1 Plano Embrapa BD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 7,39% em relação a 2013, passando de R\$ 2.720.873 mil para R\$ 2.921.955 mil. As obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 12,09%, passando de R\$ 2.776.521 mil para R\$ 3.112.300 mil (Quadro 75). Compõe o patrimônio a participação do plano no fundo administrativa do PGA no valor de R\$ 7.151 mil.

No exercício, o plano apresentou um déficit de R\$ 136.372 mil que, somado ao déficit de R\$ 68.498 mil acumulado em 2013, resultou num déficit acumulado de R\$ 204.870 mil em 2014. Esse resultado está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL, com o ajuste de precificação no “Equilíbrio Técnico” do plano, conforme a Nota nº 9.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 9,35%, abaixo da meta atuarial de 11,84% (INPC + juros de 5,63% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 75. Balanço Patrimonial do plano Embrapa BD em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	73	257	EXIG. OPERACIONAL	14.769	14.493
RECURSOS A RECEBER	49.974	48.181	EXIG. CONTINGENCIAL	7.168	9.506
INVESTIMENTOS	2.864.757	2.666.373	PROVIS. MATEMÁTICAS	3.090.363	2.752.522
FUNDO ADMINISTRATIVO	7.151	6.062	FUNDOS	14.525	12.850
			RESULTADO REALIZADO	-204.870	-68.498
ATIVO TOTAL	2.921.955	2.720.873	PASSIVO TOTAL	2.921.955	2.720.873

15.2 Plano Embrapa CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 33,11% em relação a 2013, passando de R\$ 293.195 mil para R\$ 390.284 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 36,62%, passando de R\$ 258.649 mil para R\$ 353.363 mil (Quadro 76). As variações têm origem no ingresso de novos participantes. Compõe o patrimônio a marcação da participação do plano no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 1.396 mil.

A rentabilidade patrimonial nominal foi 10,63%, abaixo do índice de referência de 11,86% (INPC + 5,85% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 76. Balanço Patrimonial do plano Embrapa CV em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	20	33	EXIG. OPERACIONAL	1.044	599
RECURSOS A RECEBER	5.581	5.047	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	383.287	287.028	PROVIS. MATEMÁTICAS	352.319	258.049
PART. FDO ADMINISTRAT.	1.396	1.087	FUNDOS	36.921	34.547
			RESULTADO REALIZADO	0	0
ATIVO TOTAL	390.284	293.195	PASSIVO TOTAL	390.284	293.195

15.3 Plano EMBRATER BD - (Patrocinadora extinta)

O plano apresenta um ativo total no valor de R\$ 2 mil relativos a um saldo de recursos a receber dos Assistidos (devoluções do reajuste de benefícios de 1994) da Gestão Previdencial. As obrigações (contas a pagar, contingências e compromissos atuariais) cresceram 20,18%, passando de R\$ 66.336 mil em 2013 para R\$ 79.725 mil ao final de 2014, e compreendem as provisões matemáticas, os tributos a recolher e valores a pagar dos empréstimos junto aos planos básicos da Embrapa, Ceres, Epagri, EMATER-MG e EPAMIG.

A rentabilidade patrimonial do plano da Ex-EMBRATER não é calculada, tendo em vista o patrimônio social negativo. O déficit do plano aumentou em 20,19%, passando de R\$ 66.332 mil em 2013 para R\$ 79.723 mil em 2014. Esse déficit decorre do não pagamento dos encargos de

contribuições devidas pela patrocinadora Embrater, extinta em 13/04/90 (nota nº 19), e pela dívida oriunda do pagamento dos benefícios do plano Embrater pelos planos Básicos citados anteriormente (Quadro 77).

Quadro 77. Balanço Patrimonial do plano EMBRATER BD em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	0	0	EXIG. OPERACIONAL	43.924	35.586
RECURSOS A RECEBER	2	4	EXIG. CONTINGENCIAL	667	822
INVESTIMENTOS	0	0	PROVIS. MATEMÁTICAS	35.134	29.928
FUNDO ADMINISTRATIVO	0	0	FUNDOS	0	0
			RESULTADO REALIZADO	-79.723	-66.332
ATIVO TOTAL	2	4	PASSIVO TOTAL	2	4

15.4 Plano Ceres BD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 6,90%, passando de R\$ 14.801 mil para R\$ 15.822 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 6,49%, passando de R\$ 14.713 mil para R\$ 15.668 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 37 mil (Quadro 78).

Após a incorporação dos ganhos e perdas atuariais no contrato de saldamento firmado entre a patrocinadora e a Ceres, o plano apresentou um resultado contábil negativo de R\$ 28 mil. Esse resultado está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL, com o ajuste de precificação no “Equilíbrio Técnico” do plano, conforme a Nota nº 9.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 9,29%, abaixo da meta atuarial de 11,83% (INPC + juros de 5,54% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 78. Balanço Patrimonial do plano Ceres BD em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	3	3	EXIG. OPERACIONAL	52	48
RECURSOS A RECEBER	63	62	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	15.719	14.705	PROVIS. MATEMÁTICAS	15.617	14.665
FUNDO ADMINISTRATIVO	37	31	FUNDOS	181	88
			RESULTADO REALIZADO	-28	0
ATIVO TOTAL	15.822	14.801	PASSIVO TOTAL	15.822	14.801

15.5 Plano Ceres CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 21,98%, passando de R\$ 4.526 mil para R\$ 5.521 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais)

cresceram 14,49%, passando de R\$ 4.852 mil para R\$ 5.555 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 18 mil (Quadro 79).

Em 2014, o plano apresentou um resultado acumulado negativo de R\$ 98 mil que, após o ajuste de precificação (Nota 9) previsto pela Resolução CNPC nº 16/2014, ficou em R\$ 87 mil, representando 5,22% das Provisões Matemáticas, o qual será equacionado no exercício seguinte em função do resultado deficitário de 2013 acima do limite legal, conforme Nota 11.2.

A rentabilidade patrimonial nominal alcançou 10,37%, abaixo do índice de referência de 11,85% (INPC + 5,80% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Visando dar mais segurança à cobertura dos benefícios não programados (benefícios de risco), foi assinado, em 30 de dezembro de 2014, contrato de seguro com a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S. A.

Quadro 79. Balanço Patrimonial do plano Ceres CV em 2014(R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	1	3	EXIG. OPERACIONAL	1	2
RECURSOS A RECEBER	5	5	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	5.497	4.503	PROVIS. MATEMÁTICAS	5.554	4.850
PART. FDO ADMINISTRAT.	18	15	FUNDOS	64	23
			RESULTADO REALIZADO	-98	-349
ATIVO TOTAL	5.521	4.526	PASSIVO TOTAL	5.521	4.526

15.6 Plano Epagri BD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações), cresceu 7,29%, em relação a 2013, passando de R\$ 75.495 mil para R\$ 81.003 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 8,71% no mesmo período, passando de R\$ 74.859 mil para R\$ 81.376 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 270 mil (Quadro 80).

Após a incorporação dos ganhos e perdas atuariais no contrato de saldamento firmado entre a patrocinadora e a Ceres, o plano apresentou um resultado contábil negativo de R\$ 1.086 mil. Esse resultado está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL, com o ajuste de precificação no “Equilíbrio Técnico” do plano, conforme a Nota nº 9.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 9,34%, abaixo da meta atuarial de 11,85% (INPC + juros de 5,71% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 80. Balanço Patrimonial do plano Epagri BD em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	5	8	EXIG. OPERACIONAL	727	1.298
RECURSOS A RECEBER	3.107	3.036	EXIG. CONTINGENCIAL	482	456
INVESTIMENTOS	77.621	72.222	PROVIS. MATEMÁTICAS	80.168	73.105
FUNDO ADMINISTRATIVO	270	229	FUNDOS	712	636
			RESULTADO REALIZADO	-1.086	0
ATIVO TOTAL	81.003	75.495	PASSIVO TOTAL	81.003	75.495

15.7 Plano Epagri SD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 6,16% passando de R\$ 359.537 mil em 2013 para R\$ 381.483 mil em 2014, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 2,65% no mesmo período, passando de R\$ 357.524 mil para R\$ 366.986 mil (Quadro 81). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 911 mil.

Após a incorporação dos ganhos e perdas atuariais no contrato de saldamento firmado entre a patrocinadora e a Ceres, o plano apresentou um resultado positivo de R\$ 12.430 mil o que representa 3,39% das Provisões Matemáticas. Esse resultado está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL, com o ajuste de precificação no “Equilíbrio Técnico” do plano, conforme a Nota nº 9.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 9,37%, abaixo da meta atuarial de 11,84% (INPC + juros de 5,64% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 81. Balanço Patrimonial do plano Epagri SD em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	6	25	EXIG. OPERACIONAL	222	192
RECURSOS A RECEBER	412	154	EXIG. CONTINGENCIAL	119	205
INVESTIMENTOS	380.154	358.393	PROVIS. MATEMÁTICAS	366.646	357.126
FUNDO ADMINISTRATIVO	911	765	FUNDOS	2.066	1.814
			RESULTADO REALIZADO	12.430	0
ATIVO TOTAL	381.483	359.337	PASSIVO TOTAL	381.483	359.337

15.8 Plano Epagri CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 19,95% em relação a 2013, passando de R\$ 115.252 mil para R\$ 138.246 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial

e compromissos atuariais) cresceram 11,31%, passando de R\$ 120.656 mil para R\$ 134.299 mil (Quadro 82). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 440 mil.

Em função de reversão das provisões matemáticas de benefícios a conceder – não programado (riscos), decorrente da troca da tábua de invalidez e pensão (Nota nº 8), o plano apresentou resultado nulo em 2014, sendo que o plano de equacionamento do déficit de 2013 encontrava-se em elaboração, conforme Nota nº 11.2.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 10,06%, abaixo do índice de referência de 11,85% (INPC + juros de 5,76% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 82. Balanço Patrimonial do plano Epagri CV em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	22	3	EXIG. OPERACIONAL	298	255
RECURSOS A RECEBER	905	1.316	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	136.879	113.569	PROVIS. MATEMÁTICAS	134.001	120.402
PART. FDO ADMINISTRAT.	440	364	FUNDOS	3.947	418
			RESULTADO REALIZADO	0	-5.823
ATIVO TOTAL	138.246	115.252	PASSIVO TOTAL	138.246	115.252

15.9 Plano EMATER-MG BD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) decresceu 2,52% em relação a 2013, passando de R\$ 141.306 mil para R\$ 137.751 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) decresceram 3,06% no mesmo período, passando de R\$ 139.972 mil para R\$ 135.683 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 455 mil (Quadro 83).

Após a incorporação dos ganhos e perdas atuariais (Nota nº 9) no contrato de saldamento firmado entre a patrocinadora e a Ceres, o plano apresentou um resultado positivo de R\$ 617 mil, o que representa 0,46% das Provisões Matemáticas. Esse resultado está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL, com o ajuste de precificação no “Equilíbrio Técnico” do plano, conforme a Nota nº 9.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 8,68%, abaixo da meta atuarial de 11,83% (INPC + juros de 5,52% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 83. Balanço Patrimonial do plano EMATER-MG BD em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	6	14	EXIG. OPERACIONAL	638	618
RECURSOS A RECEBER	3.432	3.331	EXIG. CONTINGENCIAL	1.576	1.351
INVESTIMENTOS	133.858	137.570	PROVIS. MATEMÁTICAS	133.469	138.004
FUNDO ADMINISTRATIVO	455	391	FUNDOS	1.451	1.333
			RESULTADO REALIZADO	617	0
ATIVO TOTAL	137.751	141.306	PASSIVO TOTAL	137.751	141.306

15.10 Plano EMATER-MG SD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 64,33% em relação a 2013, passando de R\$ 130.551 mil para R\$ 214.537 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 54,63% no mesmo período, passando de R\$ 129.629 mil para R\$ 200.446 mil (Quadro 84). Esse “crescimento” do ativo e do passivo ocorreu em função da reclassificação do saldo de saldamento do plano, que foi transferido da conta “Provisões Matemáticas a Constituir” para a conta “Realizável – Recursos a Receber” da Gestão Previdencial, em virtude da assinatura de contrato financeiro de parcelamento da dívida pelo patrocinador. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 576 mil.

Com a transferência do saldo do contrato de saldamento para o ativo realizável da gestão previdencial, não houve incorporação de ganhos e/ou de perdas no saldo do saldamento, sendo o resultado positivo de R\$ 12.982 mil, que representa 6,48% das provisões matemáticas, registrado no “Equilíbrio Técnico”. Esse resultado está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL, com o ajuste de precificação no “Equilíbrio Técnico” do plano, conforme a Nota nº 11.2.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 9,96%, abaixo da meta atuarial de 11,84% (INPC + juros de 5,67% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 84. Balanço Patrimonial plano do EMATER-MG SD em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	7	12	EXIG. OPERACIONAL	56	30
RECURSOS A RECEBER	68.242	726	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	145.712	129.349	PROVIS. MATEMÁTICAS	200.390	129.598
FUNDO ADMINISTRATIVO	576	464	FUNDOS	1.109	923
RESULTADO REALIZADO		-	RESULTADO REALIZADO	12.982	0
ATIVO TOTAL	214.537	130.551	PASSIVO TOTAL	214.537	130.551

15.11 Plano EMATER-MG CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 24,81% em relação a 2013, passando de R\$ 70.412 mil para R\$ 87.878 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 32,20% no mesmo período, passando de R\$ 68.260 mil para R\$ 90.238 mil (Quadro 85). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 297 mil.

Em virtude de troca da tábua de invalidez e pensão, o plano apresentou um resultado contábil negativo R\$ 4.108 que, após o Ajuste de Precificação (Nota nº 11.2), previsto na Resolução CNPC 16/2014, ficou em R\$ 3.468 mil, representando 16,58% das Provisões Matemáticas do plano, superando o limite legal de 10% para equacionamento. Será elaborado plano de equacionamento no decorrer do exercício seguinte.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 10,41%, abaixo do índice de referência de 11,85% (INPC + juros de 5,78% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 85. Balanço Patrimonial do plano EMATER-MG CV em 2014 (R\$ Mil).

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	2	2	EXIG. OPERACIONAL	110	28
RECURSOS A RECEBER	910	915	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	86.669	69.235	PROVIS. MATEMÁTICAS	90.128	68.232
PART. FDO ADMINISTRAT.	297	260	FUNDOS	1.748	2.152
			RESULTADO REALIZADO	-4.108	0
ATIVO TOTAL	87.878	70.412	PASSIVO TOTAL	87.878	70.412

15.12 Plano EPAMIG BD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) decresceu 0,05% em relação a 2013, passando de R\$ 11.781 mil para R\$ 11.775 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) decresceram 1,67% no mesmo período, passando de R\$ 9.909 mil para R\$ 9.744 mil (Quadro 86). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 89 mil.

Após a incorporação dos ganhos e perdas atuariais no contrato de saldamento firmado entre a patrocinadora e a Ceres, o plano apresentou um resultado positivo de R\$ 1.872 mil o que representa 19,58% das Provisões Matemáticas. Esse resultado está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL, com o ajuste de precificação no “Equilíbrio Técnico” do plano, conforme a Nota nº 9.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 8,67%, abaixo da meta atuarial de 11,84% (INPC + juros de 5,63% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 86. Balanço Patrimonial do plano EPAMIG BD em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	1	4	EXIG. OPERACIONAL	136	129
RECURSOS A RECEBER	370	345	EXIG. CONTINGENCIAL	49	46
INVESTIMENTOS	11.315	11.357	PROVIS. MATEMÁTICAS	9.559	9.734
FUNDO ADMINISTRATIVO	89	75	FUNDOS	159	1.872
			RESULTADO REALIZADO	1.872	0
ATIVO TOTAL	11.775	11.781	PASSIVO TOTAL	11.775	11.781

15.13 Plano EPAMIG SD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 7,77% em relação a 2013, passando de R\$ 50.795 mil para R\$ 54.741 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) decresceram 1,25% no mesmo período, passando de R\$ 47.432 mil para R\$ 46.838 mil (Quadro 87). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 212 mil.

Com o saldo atual do saldamento igual a zero, o plano não teve incorporação de ganhos e/ou de perdas, sendo que o resultado positivo do exercício, no valor de R\$ 4.468 mil, somado ao superávit acumulado em 2013, no valor de R\$ 3.030 mil, monta um superávit acumulado de R\$ 7.498 mil em 2014, representando 16,01% das provisões matemáticas. Esse resultado está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL, com o ajuste de precificação no “Equilíbrio Técnico” do plano, conforme a Nota nº 11.2.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 9,34%, abaixo da meta atuarial de 11,84% (INPC + juros de 5,64% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 87. Balanço Patrimonial plano EPAMIG SD em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	2	5	EXIG. OPERACIONAL	13	12
RECURSOS A RECEBER	27	33	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	54.500	50.587	PROVIS. MATEMÁTICAS	46.826	47.421
FUNDO ADMINISTRATIVO	212	170	FUNDOS	404	332
			RESULTADO REALIZADO	7.498	3.030
ATIVO TOTAL	54.741	50.795	PASSIVO TOTAL	54.741	50.795

15.14 Plano EPAMIG CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 24,38% em 2014, passando de R\$ 16.542 mil para R\$ 20.576 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 26,39% no mesmo período, passando de R\$ 17.464 mil para R\$ 22.072 mil (Quadro 88). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 103 mil.

Em 2014, o plano apresentou um resultado negativo acumulado de R\$ 1.825 mil que, após o Ajuste de Precificação previsto na Resolução CNPC 16/2014, ficou em R\$ 1.679 mil, representando 35,02% das Provisões Matemáticas, conforme Notas 11.1, o qual será equacionado no exercício seguinte em função do resultado deficitário de 2013 ter sido acima do limite legal.

A rentabilidade patrimonial nominal do Plano foi de 10,39%, abaixo do índice de referência de 11,85% (INPC+juros de 5,79% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 88. Balanço Patrimonial do plano EPAMIG CV em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	3	2	EXIG. OPERACIONAL	30	22
RECURSOS A RECEBER	225	229	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	20.245	16.220	PROVIS. MATEMÁTICAS	22.042	17.442
PART. FDO ADMINISTRAT.	103	91	FUNDOS	329	110
			RESULTADO REALIZADO	-1.825	-1.032
ATIVO TOTAL	20.576	16.542	PASSIVO TOTAL	20.576	16.542

15.15 Plano CIDASC CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 55,53% em relação a 2013, passando de R\$ 4.983 mil para R\$ 7.750 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 57,53%, passando de R\$ 4.241 mil para R\$ 6.681 mil (Quadro 89). As variações patrimoniais refletem o período de ingresso de participantes no plano. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 55 mil.

A rentabilidade patrimonial nominal foi de 10,68%, abaixo do índice de referência de 11,86% (INPC + juros de 5,84% a.a.), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 89. Balanço Patrimonial do plano CIDASC CV em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	1	2	EXIG. OPERACIONAL	48	18
RECURSOS A RECEBER	12	16	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	7.682	4.928	PROVIS. MATEMÁTICAS	6.633	4.223
PART. FDO ADMINISTRAT.	55	37	FUNDOS	1.069	722
			RESULTADO REALIZADO	0	20
ATIVO TOTAL	7.750	4.983	PASSIVO TOTAL	7.750	4.983

15.16 Plano ABDI CD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 86,70% em relação a 2013, passando de R\$ 2.113 mil para R\$ 3.945 mil, e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 87,15%, passando de R\$ 2.062 mil para R\$ 3.859 mil (Quadro 90). As variações patrimoniais refletem o período de ingresso de participantes no plano. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 6 mil.

A rentabilidade patrimonial nominal do plano foi de 11,61%, abaixo do índice de referência de 11,86% (INPC + juros de 5,84% a.a), mas acima da inflação (INPC).

Quadro 90. Balanço Patrimonial do plano ABDI CD em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	2	2	EXIG. OPERACIONAL	17	0
RECURSOS A RECEBER	135	5	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	3.802	2.105	PROVIS. MATEMÁTICAS	3.842	2.062
PART. FDO ADMINISTRAT.	6	1	FUNDOS	86	40
			RESULTADO REALIZADO	0	11
ATIVO TOTAL	3.945	2.113	PASSIVO TOTAL	3.945	2.113

15.17 Plano EMATER-DF CV

O Plano de Benefícios Emater/DF CV (FlexCeres) teve seu Regulamento aprovado pela Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 221, de 5 de maio de 2014, publicada no DOU de 6/05/2013. Implantado a partir de setembro de 2014, o plano encerrou o exercício com um patrimônio R\$ 1.242 mil (Quadro 91) e com 177 participantes inscritos.

A rentabilidade patrimonial nominal do plano foi de 2,60%, abaixo do índice de referência de 2,89% (INPC + juros de 5,85% a.a.) – período de setembro a dezembro).

Quadro 91. Balanço Patrimonial do plano EMATER-DF CV em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	2	-	EXIG. OPERACIONAL	42	-
RECURSOS A RECEBER	445	-	EXIG. CONTINGENCIAL	0	-
INVESTIMENTOS	792	-	PROVIS. MATEMÁTICAS	1.169	-
FUNDO ADMINISTRATIVO	3	-	FUNDOS	31	-
			RESULTADO REALIZADO	0	-
ATIVO TOTAL	1.242	-	PASSIVO TOTAL	1.242	-

15.18 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

O ativo total (disponível, contas a receber, aplicações e bens de uso próprio) cresceu 11,83% em relação a 2013, passando de R\$ 16.753 mil para R\$ 18.735 mil, as obrigações (fornecedores, tributos, contingências e provisões trabalhistas) cresceram 0,06% no mesmo período, passando de R\$ 6.711 mil para R\$ 6.715 mil (Quadro 92). O Fundo Administrativo cresceu 19,70%, passando de R\$ 10.042 mil para R\$ 12.020 mil.

A rentabilidade patrimonial nominal do Plano de Gestão Administrativa foi de 13,66%, acima da inflação (INPC).

Quadro 92. Balanço Patrimonial Plano de Gestão Administrativa em 2014 (R\$ Mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	11	13	EXIG. OPERACIONAL	1.447	2.376
RECURSOS A RECEBER	5.864	4.871	EXIG. CONTINGENCIAL	5.268	4.335
INVESTIMENTOS	11.990	10.708	FUNDO ADM	12.020	10.042
PERMANENTE	870	1.161		0	
ATIVO TOTAL	18.735	16.753	PASSIVO TOTAL	18.735	16.753

16. PIS, COFINS, IRRF E IOF

Em função da anistia concedida pela Medida Provisória nº 2.222/01, a Ceres recolheu a maior, a título de imposto de renda, o valor de R\$ 4,7 milhões no período de 1998 a 2001. A Fundação efetuou então, em exercícios seguintes, a compensação deste crédito (pagamento a maior) com outros tributos devidos (PIS, COFINS, e IOF), mas a Receita Federal indeferiu esta compensação. Baseada nesta decisão, a Ceres ajuizou uma ação anulatória visando obter o cancelamento da decisão administrativa da Receita Federal, que havia negado o pedido de compensação. Nesta ação, o juiz deferiu a antecipação dos efeitos da tutela para suspender a exigibilidade do recolhimento dos tributos compensados pela Ceres. O processo encontra-se em primeira instância aguardando julgamento de mérito. A Fundação, caso venha a ser condenada em definitivo para o recolhimento dos tributos compensados, possui patrimônio suficiente para cobertura do pagamento. Em

28/12/2011, foi feito um depósito judicial no valor de R\$ 479 mil e a ação judicial não foi considerada como “de perda provável”, conforme avaliação da assessoria jurídica da Ceres. O valor do depósito foi atualizado para 2014, com base no extrato bancário da conta judicial emitido pela Caixa Econômica Federal e monta a importância de R\$ 602 mil. Esse valor não está contingenciado.

17. CONSOLIDAÇÕES DO BALANÇO

Em atendimento ao disposto nos itens 28 e 29 da Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano e consolidadas. Essa consolidação é registrada em balancete auxiliar, denominado balancete de operações comuns, eliminando registros de valores a pagar e a receber entre os planos, superávit e déficit técnico dentre outros.

Na consolidação dos balancetes de 2014, foram anuladas as seguintes operações:

Quadro 93. Operações Anuladas em 2014 (R\$ Mil).

CONTA CONTÁBIL	SINAL	VALOR	HISTÓRICO
1219010104	C	1	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
1219010114	C	22	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
1221050103	C	22	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
1221050104	C	3	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
2119010103	D	1	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
2119010105	D	22	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
2129010103	D	22	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
2137010105	D	3	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
1223010101	D	416	Participações no Plano de Gestão Administrativa
2322020101	C	416	Participação dos Planos no Fundo Administrativo
2312010201	D	21.448	Ajuste do Resultado (superávit / déficit)
2312010101	C	21.448	Ajuste do Resultado (superávit / déficit)

18. FATOS RELEVANTES

18.1 Ativos Contingentes – expurgos inflacionários sobre a Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

Em novembro de 2010, foi emitida a certidão de trânsito em julgado da ação que a Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP moveu contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, referente à correção paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC para BTN. A Ceres faz parte dessa ação e, em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.180/2009 e ao Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, não efetuou contabilização desse possível acréscimo nos investimentos em função de ainda não se conhecer adequadamente os valores aos quais cada entidade tem direito.

18.2 Fiscalização PREVIC

Conforme relatado na Nota nº 12.1, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, órgão fiscalizador dos fundos de pensão, iniciou, em fevereiro de 2014, fiscalização de rotina na Ceres, tendo como foco os planos de benefícios Epagri BD, Embrapa BD e EPAMIG BD que resultou na conclusão dos Relatórios de Fiscalização sob os números 02, 03 e 04/2014/CFDF/PREVIC, respectivamente.

Os relatórios foram apresentados à Ceres em 7 de julho de 2014, contendo determinações sobre os escopos de dívidas e provisão matemática a constituir e controles internos de previdência e atuária para todos os três planos e benefícios e plano de custeio especificamente para o plano Embrapa Básico.

Em atendimento às determinações, a Ceres encaminhou manifestação dentro dos prazos estabelecidos pela PREVIC.

18.3 Auditoria Atuarial

Em atendimento à determinação expedida pela PREVIC, por meio do item 3.2(1), dos Relatórios de Fiscalização nºs 02, 03 e 04/2014/CFDF/PREVIC, de 23 de maio de 2014, recebidos na Ceres em 7 de julho de 2014, referentes aos planos de benefícios Embrapa Básico, Epagri Básico e Epamig Básico, foi contratado serviço de auditoria atuarial da empresa Gama Consultores Associados.

18.4 Substituição das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2013

Em atendimento à determinação da Fiscalização da PREVIC, em 24 de outubro de 2014 foram substituídas as Notas Explicativas de 2013 em função de modificação do texto e dos demonstrativos do item 11 – Saldamentos. Porém, conforme nova determinação contida no Ofício nº 3952/CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC, de 23 de dezembro de 2014, foi solicitado o reenvio ao sistema SICADI das Demonstrações Contábeis compatíveis com as aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo, sendo reestabelecido, em 5 e janeiro de 2015, o arquivo das Notas Explicativas 2013 originalmente aprovadas em março de 2014 e reconsideradas as informações solicitadas nas Notas Explicativas de 2014.

18.5 Reclassificação do contrato de saldamento do plano EMATER-MG SD

Foi transferida da conta “Provisões Matemáticas a Constituir” para a conta “Recursos a Receber” a importância de R\$ 68.834 mil relativa ao saldo do contrato de saldamento do

plano EMATER-MG SD, posicionado em dezembro de 2013, por ocasião da assinatura de contrato de parcelamento da dívida, com cláusulas financeiras. O registro contábil gerou um aumento das provisões matemáticas e do ativo previdencial do plano.

18.6 Implantação do Plano de Benefícios EMATER-DF CV

Conforme Ofício nº 1577/CGAF/DITEC/PREVIC e Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 221, de 5 de maio de 2014, foi aprovada a implantação do Plano de Benefícios de Contribuição Variável EMATERDF-FLEXCERES, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB sob o nº 2014000883. O Plano teve seu início de operação a partir do mês de setembro de 2014.

18.7 Imóveis - Reforma do Edifício de Uso Próprio e Investimentos no Shopping Recife.

Foi incorporado ao custo do imóvel gastos com reforma do Edifício de uso próprio da Ceres, que está alocado como investimento dos planos básicos e saldados no valor total de R\$ 923 mil, conforme Nota 5.4.

Em outubro de 2014 foi realizado pelos empreendedores investimento na aquisição de área comum no Shopping Recife, do qual Ceres participa com 5% do empreendimento total, conforme Nota nº 5.4.

18.8 Alteração da Taxa de Juros dos planos de benefícios

A Ceres adotou, para o exercício de 2014, os parâmetros técnico-atuariais para estruturação dos planos de benefícios previstos na Resolução CNPC nº 15/2014, com base nos critérios para definição da Taxa de Juros dispostos na Portaria PREVIC nº 615/2014, conforme demonstrado na Nota nº 8.

18.8 Ajuste de Precificação na apuração do Resultado

A Ceres aplicou, em 2014, os ajustes de precificação previstos na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 para a apuração do resultado dos planos de benefícios e que compõem o quadro de “Informações Complementares” do DAL – Demonstração do Ativo Líquido, conforme apresentado na Nota nº 11.2.

18.9 Despesas administrativas com tributos na DPGA

Conforme orientação contida no Ofício Circular nº. 001/2015/CGMC/DIACE/PREVIC, de 23 de janeiro de 2015, os valores classificados no grupo de despesas administrativas “Despesas Tributos” criado em 2014 serão alocados dentro de “Despesas Gerais” para efeito de composição da DPGA – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

19. DÍVIDA DA EXTINTA PATROCINADORA EMBRATER

A Lei nº 8.029, de 12/04/90, extinguiu a Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e uma das patrocinadoras instituidoras da Fundação Ceres.

A partir de abril de 1990 foram tomadas providências administrativas junto ao Liquidante da patrocinadora para salvaguardar os direitos dos participantes que optaram pela sua manutenção no plano.

Em julho de 1991, foram iniciadas as providências para ajuizamento da ação de cobrança, por meio de interpelações judiciais ao Liquidante da Embrater e ao Secretário de Administração Federal, buscando posicionamento quanto ao cumprimento das obrigações estatutárias assumidas pelo patrocinador, especialmente na guarda dos recolhimentos, definidos no art. 12 do Estatuto.

Em 25/10/91, sem a manifestação dos interpelados, foi interposta ação de procedimento ordinário contra a União, visando obter o recolhimento dos citados fundos. O valor da dívida, atualizado pelo IGP-DI mais 1% a.m. representava, em 31/12/2001, R\$ 361.035 mil. Tal atitude foi necessária, uma vez que a falta desse recolhimento acarretaria a insuficiência do patrimônio do plano da Embrater, constituído para suportar os benefícios aos ex-participantes daquela patrocinadora que optaram em manter a inscrição no plano de seguridade.

De acordo com ofício nº 492/GAB/SPC/CGOF/95, de 08/08/95, da Secretaria de Previdência Complementar-SPC, o processo referente à dívida citada, foi analisado pela Comissão Especial de Apoio à Retirada de Patrocinadores, merecendo parecer favorável, nos termos da Resolução MPAS/SPC nº 06, de 07/04/88, o que propiciou entendimentos administrativos com suspensão da ação de cobrança para possível acordo. Entretanto, este acordo, por não ter sido realizado, ensejou a retomada do processo judicial. Conforme a relação original entre a Ceres e a Embrater, a União, sua sucessora legal, de acordo com a Lei nº 8.029, de 12/04/90, deverá satisfazer o débito perante a Ceres.

A ação judicial movida contra a União foi julgada improcedente pela juíza da 4ª Vara Federal em 17/11/94. A Ceres recorreu da sentença por meio de apelação junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª região. Em 14/05/98 foi publicado acórdão de improcedência da apelação da Fundação. A Ceres opôs Embargos Infringentes, cujo julgamento, ocorrido em 22/09/99, improveu mencionado recurso. Publicado o acórdão em 14/02/00, foram opostos embargos de declaração, sendo negado provimento. Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial, que foram indeferidos pelo Vice-Presidente do TRF da 1ª Região. Contra essa decisão foram interpostos, no dia 07/11/03, dois

agravos de instrumentos: um para o Supremo Tribunal Federal e outro para o Superior Tribunal de Justiça.

A Fundação está aguardando apreciação de agravo regimental em agravo de instrumento perante o Supremo Tribunal Federal, uma vez que o agravo inicial foi improvido. O recurso interposto perante o Superior Tribunal de Justiça foi improvido, não havendo outros recursos a serem aviados perante este Tribunal.

Em 31/12/2001, foi efetuada provisão para equilibrar o valor do fundo previdencial (passivo) ao valor da dívida da Embrater registrada no realizável (ativo) da Gestão Previdencial. Tanto a dívida (ativo) quanto o fundo (passivo) foram atualizados monetariamente no exercício de 2002, gerando receitas e despesas previdenciais no mesmo valor. Esse procedimento, apesar de não interferir no resultado, aumentava o patrimônio total (ativo) e as obrigações (passivo), causando uma falsa ilusão de volume do patrimônio. Para melhor adequar os critérios contábeis, foi efetuada reclassificação desse valor no montante de R\$ 143.458 mil, como redutora do montante da dívida na conta “Outros Realizáveis” do ativo.

Dessa forma foi eliminado o efeito desse valor tanto no ativo quanto no passivo, reduzindo o valor do patrimônio total. O valor de R\$ 143.458 mil, atualizado para 31/12/2014, monta R\$ 1.252.935 mil, registrado na conta Outros Realizáveis como provisão e redutora do ativo, não causando efeito patrimonial. Por decisão judicial, a Ceres continua efetuando o pagamento dos benefícios aos assistidos do plano, conforme citado na Nota nº 3, letra “c” e Nota nº 6.1, letra “d”.

Em atenção ao Ofício 3514/CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC, de 13 de agosto de 2013, semestralmente a Ceres presta informações à PREVIC acerca dos andamentos de ações judiciais relativas à cobrança de recursos para a cobertura dos compromissos do Plano EMBRATER BD.

WENCESLAU J GOEDERT

Diretor Superintendente

JOSÉ JOÃO REIS

Diretor de Seguridade

DANTE DANIEL GIACOMELLI SCOLARI

Diretor de Investimentos

DINARTE MELO GOUVEIA

Contador CRC-DF nº 14680

Anexo 2: Glossário

Alguns dos termos técnicos utilizados no RAI 2014 são apresentados a seguir para facilitar a leitura e análise das informações apresentadas neste relatório.

Ativo da Entidade - somatório de todos os bens e direitos acumulados pela Ceres, considerando todos os planos de benefícios por ela administrados.

Ativo do Plano - somatório de todos os bens e direitos do Plano de Benefícios.

Avaliação Atuarial - estudo realizado periodicamente, apoiado em levantamento de dados estatísticos da população estudada e em bases técnicas atuariais. Esta avaliação permite ao atuário avaliar o valor dos compromissos e dos recursos necessários à garantia da solvência e equilíbrio dos planos de benefícios.

Balanco Patrimonial - demonstrativo que tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da Ceres.

Benefício Definido (BD) - modalidade de benefício cuja metodologia de cálculo é definida nos termos do Regulamento, sendo as contribuições determinadas atuarialmente de forma a garantir a sua concessão e manutenção nos níveis inicialmente contratados.

CGPC - Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Contribuição Definida (CD) – modalidade de benefício que tem como base de cálculo o montante constituído pelas contribuições vertidas para seu custeio e o correspondente líquido dos investimentos, apurado nos termos do Regulamento do Plano de Benefícios.

Contribuição Variável (CV) – modalidade de benefício que combina as modalidades BD (Benefício Definido) e CD (Contribuição Definida), sendo que na fase de acumulação apresenta características de um plano CD e, na de acumulação, de Benefício Definido (BD).

Custeio Administrativo - valor destinado à cobertura das despesas decorrentes da administração dos planos de benefícios da Ceres, conforme definido nos regulamentos e respectivos planos de custeio.

Demonstração de Resultados de Exercício - demonstrativo que informa receitas e despesas reconhecidas durante o exercício, de forma a evidenciar o resultado líquido dos planos de benefícios da Ceres.

Demonstrações Contábeis - conjunto de relatórios emitidos anualmente pela Ceres, compondo-se do balanço patrimonial, demonstrações de resultados, demonstrações dos fluxos financeiros e respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Equilíbrio Técnico Atuarial – expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores de um plano de benefícios, acrescido das contribuições futuras e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

Exigível Atuarial - conta contábil que registra o total das reservas matemáticas dos planos de benefícios.

FII. Fundo de Investimentos em Imóveis.

FIP. Fundo de Investimentos em Participações.

FMIEE. Fundo de Investimentos em Empresas Emergentes.

FIA. Fundo de Investimentos em Ações.

Hipóteses Atuariais - premissas ou hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas pelo atuário na elaboração da avaliação atuarial dos planos de benefícios, adequadas às características do conjunto de participantes e ao respectivo regulamento.

IE. Investimentos Estruturados.

Meta Mínima Atuarial - valor mínimo esperado para o retorno de investimentos dos recursos garantidores do plano de benefícios, geralmente fixado como sendo a taxa de juros adotada na avaliação atuarial conjugada com o índice dos planos.

MPS - Ministério da Previdência Social.

Parecer Atuarial - documento elaborado pelo atuário, que certifica o nível de reservas e a situação financeiro-atuarial do plano em determinada data. Este parecer expressa seus comentários técnicos a respeito de métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial dos planos de benefícios, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do plano ou qualquer assunto inerente a sua competência.

Passivo Atuarial - valor atual dos compromissos presentes e futuros do Plano de Benefícios para com a sua massa de participantes na data da avaliação. É obtido por meio de cálculos atuariais.

Plano de Custeio - documento de periodicidade anual, elaborado pelo atuário responsável pelo acompanhamento do plano de benefícios, no qual é estabelecido o nível de contribuição necessário à constituição das suas reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar (anteriormente denominada SPC - Secretaria de Previdência Complementar).

Recursos Garantidores - parcela do ativo destinada à cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano. Corresponde à diferença entre o ativo do plano e os exigíveis: operacional, financeiro, administrativo e assistencial, bem como os fundos previdencial e administrativo.

Reserva Matemática - valor monetário que designa os compromissos da Ceres em relação a seus participantes em uma determinada data. Corresponde à soma da reserva matemática de benefícios a conceder e a reserva matemática de benefícios concedidos.

RF. Renda Fixa - aplicação que apresenta um rendimento predeterminado, podendo ser pré ou pós-fixado. Pré-fixado - a taxa de juros é conhecida no momento da aplicação dos recursos. Pós-fixado - é conhecido um indexador, acrescido de um cupom (taxa de juros normalmente acima deste indexador), isto é, o indexador e os juros são conhecidos no momento da operação embora não se saiba previamente qual será o comportamento deste indexador.

RV. Renda Variável – aplicação cujo rendimento não pode ser predeterminado. Os ativos relacionados a este tipo de aplicação são ações de empresas, negociadas em bolsas de valores. Ações - são títulos representativos do capital social de empresas com capital aberto (as Sociedades Anônimas – S.A.); não têm prazo de resgate; podem ser compradas ou vendidas a qualquer momento, exclusivamente em bolsas de valores. Bolsas de Valores – instituições administradoras de mercados de ativos ou centros de negociação de valores mobiliários, que utilizam sistemas eletrônicos de negociação para efetuar compras e vendas desses valores. No Brasil, a principal Bolsa de Valores é a BM&F Bovespa S/A (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros).

SPC - Secretaria de Previdência Complementar (atual Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar).

Superávit Técnico - excedente patrimonial para cobertura dos compromissos do Plano de Benefícios.